

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, elaborado anualmente consoante o imperativo regimental preconizado no art. 25, inciso XXXI, constitui-se em um importante canal de informação das atividades, pois além da prestação de contas à sociedade, expõe à discussão e à aprovação de Vossas Excelências um balanço acerca dos resultados alcançados por esta Corte.

O desbravamento da seara administrativa é árduo e desafiador para o magistrado, afeto que é ao universo jurídico. Contudo, os inúmeros percalços e desafios enfrentados foram igualmente acompanhados de consistentes experiências, profundos aprendizados e valorosas realizações, os quais avivaram o firme propósito e a busca incessante de bem gerir a Justiça do Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, como Corte julgadora e guardiã da justiça e paz social nas relações laborais.

Doravante, no segundo e derradeiro ano de mandato, os desafios e metas a serem alcançados persistirão, e, nesse desiderato, sigo com confiança e tranquilidade, pois assim como foram profícuos os resultados alcançados em 2011, estou convicto de que o elevado mister de conduzir os destinos desta Justiça Especializada continuará sendo compartilhado com magistrados e servidores laboriosos e comprometidos com seu ofício, os quais merecem todo o mérito e encômios pelo excelente trabalho desenvolvido no ano que se findou.

Com efeito, mantendo fidelidade ao objetivo de gerir os recursos públicos com eficácia e transparência, submeto à apreciação de Vossas Excelências o presente Relatório das Atividades da Justiça do Trabalho da 24ª Região alusivas ao exercício de 2011.

MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho
da 24ª Região

SUMÁRIO

Composição do Tribunal Pleno	3
Composição das Turmas	4
Juizes Titulares e Varas do Trabalho	5
Juizes do Trabalho Substitutos	8
Cargos de Direção no Tribunal	10
Cargos de Direção nas Secretarias das Varas do Trabalho	12
Comissões	14
Principais Regulamentações	14
Secretaria-Geral da Presidência	18
Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica	35
Secretaria da Corregedoria	53
Secretaria do Tribunal Pleno	57
Serviço de Cadastramento Processual	59
Serviço de Documentação	63
Escola Judicial	70
Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária	77
Serviço de Controle Interno	132
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa	135
Secretaria da Tecnologia da Informação	173
Serviço de Orçamento e Finanças	177
Serviços de Recursos Humanos	183
Serviço de Material e Patrimônio	196
Serviços Gerais	200
Ouvidoria Judiciária	212

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Presidente e Corregedor

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Vice-Presidente e Vice-Corregedor

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Ouvidor

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA

Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

Primeira Turma

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
Presidente

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Juiz ADEMAR DE SOUZA FREITAS, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Campo Grande
Convocado para atuar na 1ª Turma no período de 7.1.2011 a 13.2.2012, em virtude da
aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Desembargador Abdalla Jallad, a contar de
7.12.2010, conforme Decreto Presidencial de 30.12.2010, publicado no DOU, Seção 2,
de 31.12.2010
(Resoluções Administrativas n. 114/2010 e 22/2012)

Segunda Turma

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA
Presidente

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

Juíza IZABELLA DE CASTRO RAMOS, Titular da Vara do Trabalho de Naviraí
Convocada para atuar na 2ª Turma no período de 7.1.2011 a 30.6.2011, em virtude de
férias do Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Geraldo Monteiro Zandona
(Resoluções Administrativas n. 114/2010 e 72/2011)

JUÍZES TITULARES e VARAS DO TRABALHO

AMAMBAI

Titular: Juíza Fátima Regina de Saboya Salgado

AQUIDAUANA

Titular: Juiz Rivan Duarte - até 19.6.2011
Juiz Orlandi Guedes de Oliveira – a contar de 30.6.2011

BATAGUASSU

Titular: Juiz Leonardo Ely – licença para exercício de mandato classista no período de 7.12.2010 até 3.12.2012, conforme Resolução Administrativa nº 1/2011

CAMPO GRANDE

Diretor do Foro Trabalhista Senador Ramez Tebet
Juiz João Marcelo Balsanelli

1º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Rodnei Doreto Rodrigues

2º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Júlio César Bebber

3º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Ademar de Souza Freitas - convocado para atuar na 1ª Turma no período de 7.1.2011 a 12.2.2012, conforme Resoluções Administrativas nº 114/2010 e 22/2012

4º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Orlandi Guedes de Oliveira – até 29.6.2011
Juíza Marina Brun Bucker – a contar de 25.7.2011

5º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Oscar Zandavalli Júnior

6º VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz João Marcelo Balsanelli

7º VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Dalma Diamante Gouveia

CASSILÂNDIA

Titular: Juiz Luiz Divino Ferreira – até 21.8.2011
Vago – a contar de 22.8.2011

CORUMBÁ

Titular: Juíza Anna Paula da Silva Santos

COXIM

Titular: Juiz Flávio da Costa Higa - afastado das atividades jurisdicionais para fins de aperfeiçoamento profissional no período de 10.8.2010 a 30.5.2011, conforme Resoluções Administrativas n. 3/2010 e 54/2011

DOURADOS

Diretor do Foro Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza

Juiz Marco Antonio Miranda Mendes

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marco Antonio Miranda Mendes

FÁTIMA DO SUL

Titular: Juiz Noedi Francisco Arosi

JARDIM

Titular: Juiz Aparecido Travain Ferreira

MUNDO NOVO

Titular: Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho

NAVIRAÍ

Titular: Juíza Izabella de Castro Ramos - convocada para atuar na 2ª Turma no período de 7.1.2011 a 30.6.2012, em virtude de férias do Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Geraldo Monteiro Zandona, conforme Resoluções Administrativas n. 114/2010 e 72/2011

NOVA ANDRADINA

Titular: Juíza Neiva Márcia Chagas

PARANAÍBA

Titular: Juíza Marina Brun Bucker – até 24.7.2011
Juiz Luiz Divino Ferreira – a partir de 22.8.2011

PONTA PORÃ

Titular: Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho

RIO BRILHANTE

Titular: Juíza Ivete Bueno Ferraz

SÃO GABRIEL DO OESTE

Titular: Juiz Wellington Sebastião Gonçalves

TRÊS LAGOAS

Diretor do Foro Trabalhista Stênio Congro
Juiz Tomás Bawden de Castro Silva

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Tomás Bawden de Castro Silva

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marco Antonio de Freitas

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

(ordem de antiguidade)

Juiz MARCELINO GONÇALVES

Juiz MARCELO BARUFFI

Juiz ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO

Juiz CARLOS ROBERTO CUNHA

Juíza BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO

Juiz MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz DENILSON LIMA DE SOUZA

Juíza LILIAN CARLA ISSA

Juiz BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA

Juiz MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO

Juíza KEETHLEN FONTES MARANHÃO

Juiz MARCIO KURIHARA INADA

Juiz IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO

Juiz JOÃO CANDIDO

Juíza MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO

Juiz HERBERT GOMES OLIVA

Juíza VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE

Juíza ISABELLA BRAGA ALVES – até 31.7.2011
(permuta – TRT 9ª Região)

Juíza ANA PAOLA EMANUELLI

Juiz RENATO SABINO CARVALHO FILHO

Juiz ALCIR KENUPP CUNHA

Juiz MAURÍCIO SABADINI

Juiz GUSTAVO DORETO RODRIGUES

Juíza KARINA SUEMI KASHIMA

Juíza DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE

Juíza VIVIANE SILVA BORGES – até 31.3.2011
(remoção – TRT 18º Região)

Juíza ANA CAROLINE BENTO MACIEL FREITAS

Juíza NADIA PELISSARI

Juiz RENATO DE MORAES ANDERSON – a partir de 4.7.2011
(remoção – TRT 23º Região)

Juíza ERIKA SILVA BOQUIMPANI – a partir de 1.8.2011
(permuta – TRT 9º Região)

CARGOS DE DIREÇÃO NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Ana Paula Maiolino Volpe dos Santos

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
Jorge Marques Batista

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
Gilson do Espírito Santo

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA
Gilberto Tuller Espósito

SECRETARIA JUDICIÁRIA
Maria de Lourdes Martins Freitas

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Renato da Fonseca Lima

SECRETARIA-EXECUTIVA DA DGCA
Elói Mário Rubert Gardin - até 27.3.2011
Gerson Martins de Oliveira - a contar de 28.3.2011

SECRETARIA DE INFORMÁTICA
João Carlos Ferreira Filho

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Alencar Minoru Izumi

SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO
Selzo Moreira Fernandes

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

Edmilson Muniz de Oliveira – até 4.9.2011

Marlene Garcia Afonso – a contar de 5.9.11

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Cláudia Torquato Scorsafava Farias

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

Marilu Higa Weber do Canto

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Gerson Martins de Oliveira - até 8.3.2011

Rodrigo João Marques - a contar de 9.3.2011

SERVIÇOS GERAIS

Paulo Sérgio Petri

CARGOS DE DIREÇÃO NAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI

Paulo Roberto Brescovit

VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA

Artur Gomes Pereira

VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU

José Luís de Azevedo

1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

Odinéia Soares Coelho

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

Angela Saara Martins

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

João Douglas Guio de Azevedo

4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

Alba Feitosa Beltrão - até 28.8.2011

Carmeni Pessoa Ferraz de Souza - a contar de 29.8.2011

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

Roseli Xavier de Freitas

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

José Marqueis de Lima

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE

Wilson Farias do Rego

VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA

Sara Leal Paulino Jorge - até 4.9.2011

Marly Takahachi - a contar de 5.9.2011

VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ

Claudenir Alves de Souza

VARA DO TRABALHO DE COXIM

Cláudia Giseli Vilela Marques

1ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS

Adriana Sasso Correa

2ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Nilton Nogai

VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL
Antônio Sérgio Pantaleão

VARA DO TRABALHO DE JARDIM
João Martins Guerra

VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO
Veroneide Maria Veloso de Moura Fé

VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ
Francisco de Paula

VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA
Anizio de Souza Rocha

VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA
Marly Takahachi - até 4.9.2011
Sara Leal Paulino Jorge - a contar de 5.9.2011

VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ
Gutemberg Ferreira de Vargas Júnior

VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE
Carmeni Pessoa Ferraz de Souza - até 28.8.2011
Dayan Casado Cavalcante Dantas - a contar de 29.8.2011

VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE
Marcelo Soares da Silva

1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Catarina Alves Arantes

2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Edineia Jeronymo de Oliveira

COMISSÕES CONSTITUÍDAS E PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES

Publicação consolidada do ATO GP/DG nº 1/2003: Programa de Assistência Médico-Hospitalar.

ATO GP N. 186/2011: Constituir o Grupo de Trabalho para a realização de estudos para eventual movimentação e/ou criação de novas Varas do Trabalho na jurisdição do Estado de Mato Grosso do Sul.

ATO GP N. 343/2011: Constitui Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico deste Tribunal.

PORTARIA GP/DGCJ N. 001/2011: Institui Grupo de Trabalho para, sob a coordenação da Presidência do Tribunal, traçar as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento e implantação de processo eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, bem como definir as regras de negócio para os sistemas de informática relacionados.

PORTARIA TRT/GP N. 001/2011: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Administrativos e Judiciais.

PORTARIA TRT/TRF/TRE Nº 01/2011: Portaria Conjunta/Junta Médica Oficial.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 32/2011: Resolve Instituir, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, para atuar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, equipe multiprofissional, destinada a prestar assistência à unidade responsável pela realização de concursos, em relação aos candidatos portadores de deficiência.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 57/2011: Constitui a Comissão Permanente de Licitação, para atuar pelo período de 12 meses a contar de 19.2.2011.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 88/2011: Constituir uma Junta Médica Oficial para avaliação de um Magistrado e de uma servidora deste Tribunal.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 133/2011: Comissão de Recebimento Provisório de Softwares e Equipamentos de Informática Doados Pelo CNJ.

PORTARIA TRT/GP/DCGA Nº 208/2011: Comissão Especial Permanente destinada à realização de vistoria e avaliação do estado de conservação de materiais de consumo e permanentes considerados inservíveis.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 334/2011: Comissão de Reavaliação de Bens Patrimoniais do TRT/24ª Região.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 373/2011: Designação dos Pregoeiros Oficiais e equipe de apoio, para atuarem pelo período de 1 ano, a contar de 19.7.2011.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 410/2011: Comissão de inventário 2011.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 497/2011: Institui Grupo de Trabalho para desenvolvimento e implantação dos mecanismos de alimentação do banco de dados nacional da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – gtCNDT e designa seus membros.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 68/2011: Comissão de Acompanhamento de Portadores de Necessidades Especiais (Alteração do nome para Comissão para Acompanhamento de Servidores com Deficiência, bem como de sua composição).

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 69/2011: Constituição da Comissão de Gestão de Planejamento.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 95/2011: Regulamentação da Comissão de Saúde.

Ato TRT/GP Nº 326/2011: Concede Prazo Complementar ao Grupo de Trabalho/Estudo Criação Novas VT em MS.

PORTARIA TRT/DGCJ/SEDOC N. 002/2011: Dispõe sobre atualização do Regulamento que disciplina o funcionamento da Seção de Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA GP/DGCJ N. 003/2011: Dispõe sobre a delegação, aos juízos de primeiro grau, da execução de decisões proferidas em ações de competência do Tribunal e dá outras providências.

PORTARIA GP/DGCJ N. 004/2011: Dispõe sobre a cobrança de custas processuais, em ações de competência do Tribunal, quando a condenação se restringir à determinação de seu pagamento e dá outras providências.

PORTARIA GP/DGCJ N. 005/2011: Institui o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da Justiça do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Portaria GP/DGCJ Nº 6/2011: Dispõe sobre procedimentos a serem observados, no âmbito da 24ª Região, para a expedição de Certidões Negativas e Positivas de Débitos Trabalhistas pela Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 7/2011: Remanejamento de função Comissionada.

PORTARIA GP/DGCJ N. 013/2011: Institui o Núcleo Permanente de Apoio às Execuções Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 92/2011: Altera o Ato GP n. 337/96, que regulamenta as consignações em folha de pagamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 129/2011: Regulamentação da Fiscalização de Áreas Projetadas e da Implantação do Sistema de Priorização de Obras.

PORTARIA TRT/GP/DCGA Nº 208/2011: CONSTITUIR a Comissão Especial Permanente destinada à realização de vistoria e avaliação do estado de conservação de materiais de consumo e permanentes considerados inservíveis, de propriedade deste Egrégio Tribunal.

Portaria TRT/GP/DGCA Nº 232/2011: Alteração do artigo 40 do Regulamento Geral/hrário de atendimento ao público externo.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 248/2011: Reestruturação - Secretaria da Corregedoria.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 249/2011: Reestruturação – Secretaria de Informática.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 583/2011: Institui o Comitê Técnico Temático de Configuração e Ativos de Serviço - ctConf.*

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 630/2011: Define a Política de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 632/2011: Regulamentação do porte de armas de fogo nas dependências do TRT/24ª Região.

PORTARIA TRT/GP/DGCA N. 682/2011: Define as rotinas e os procedimentos do Projeto “Gestão Orçamentária Eficiente” do Plano Estratégico do Tribunal para o período 2010/2014.

PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 704/2011: Define a Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - MGP-TRT24.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 02/2011: Aprovou a Proposição TRT/SGP/Nº 4/2011, de abertura de concurso público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 24ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 03/2011: Decidiu aprovar as listas de antiguidade dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho e Substitutos da 24ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2011: Decidiu aprovar a proposta, feita pelo Desembargador Nicanor de Araújo Lima, Ouvidor do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, de que o Desembargador mais antigo em exercício e que não participe da Administração do Tribunal substitua o Desembargador Ouvidor nas suas ausências.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2011: Decidiu, referendar o Ato GP nº 036/2011, por meio do qual foi designada a servidora Ana Paula Maiolino Volpe dos Santos para atuar como Secretária do Conselho da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciária do Trabalho, no biênio 2010/2012.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2011 – Republicação : Elaboração de resolução administrativa para estabelecer regras de acompanhamento das atividades dos Juízes do Trabalho Substitutos vitaliciandos.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 36/2011: Sistema de Avaliação e Priorização de Obras do Poder Judiciário Trabalhista da 24ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 56/2011: Reestruturação da Corregedoria

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 57/2011 : Reestruturação da Secretaria de Informática.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 71/2011: Constituição do Conselho Executivo da Escola Judicial do TRT/24ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 89/2011: Proposta de regulamentação do Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da informação do TRT da 24ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 94/2011: Regulamentação da Comissão Permanente de Gestão do Plano de Saúde.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 101/2011: referendar o Ato GP nº 186/2011, por meio do qual foi constituído o Grupo de Trabalho para a realização de estudos para eventual movimentação e/ou criação de novas varas do trabalho na jurisdição do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 125/2011: Proposta de anteprojeto para a criação de cargos efetivos para o quadro de pessoal deste Tribunal.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 138/2011: Proposta de criação da Seção de Escritório de Projetos Estratégicos com a respectiva metodologia e constituição do Manual de Gerenciamento de Projetos Estratégicos no TRT da 24ª Região.

EMENDA REGIMENTAL Nº 1/2011: Decidiu, apreciando a MA nº 99/2010, por unanimidade, aprovar a proposta de Emenda Regimental nº 1/2011 que altera dispositivo do Regimento Interno deste Tribunal no que se refere à competência do Desembargador relator.

Orientação TRT/SECOR/GP N. 002/2011: Orienta as Varas do Trabalho sobre a juntada de documentos relativos a depósito recursal e despesas processuais de forma a deixar visível a chancela mecânica

CONCURSO REGIONAL DE REMOÇÃO - EDITAL TRT/SRH/Nº 01/2011: resolve tornar pública a abertura de concurso de remoção para Campo Grande - servidores

PROVIMENTO Nº 01/2011: Altera a Redação de Dispositivos do PGC do TRT da 24ª Região.

PROVIMENTO Nº 02/2011: Altera Dispositivos do PGC na Parte que Trata do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos E-DOC.

PROVIMENTO Nº 04/2011: Altera dispositivos do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região, na parte que trata do acesso e uso das informações sigilosas.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

No exercício de 2011, seguindo os parâmetros organizacionais estabelecidos pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, a Secretaria-Geral da Presidência cumpriu suas atribuições regulamentares de coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades relacionadas às unidades que a compõem.

Relativamente aos eventos promovidos pela Presidência, a Secretaria-Geral desempenhou suas atribuições regulamentares, atuando na organização e na coordenação, distribuindo tarefas e supervisionando a sua realização.

Cumpriu os encargos referentes à representação deste Regional pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, tomando as providências necessárias ao seu comparecimento nas solenidades e atos oficiais e em compromissos de caráter social e institucional.

Coordenou os preparativos para a realização de viagens oficiais pelo Presidente, desembargadores, juízes e demais magistrados colaboradores eventuais, emitindo os respectivos atos, requisitando passagens, providenciando hospedagem e solicitando traslado.

Organizou a agenda do Presidente visando ao atendimento efetivo das autoridades, jurisdicionados, magistrados, advogados e servidores.

Auxiliou o Desembargador Presidente em assuntos administrativos inerentes à Secretaria, executando as tarefas de elaboração das escalas de férias dos magistrados, bem como na tramitação e no andamento dos processos administrativos de interesse de desembargadores e juízes, submetendo-os à apreciação da Presidência.

Elaborou os mapas de programação mensal das Varas do Trabalho e da Seção de Coordenação de Cartas Precatórias da Capital – SCOCAP, incumbindo-se de todos os contratos necessários, organizando o controle da movimentação dos juízes substitutos e submetendo-a à deliberação do Presidente, com a expedição e publicação dos respectivos atos, comunicação aos interessados e providências para pagamento de diárias devidas.

Organizou as escalas mensais do plantão judiciário de primeira instância, para deliberação do Presidente, tendo efetuado as devidas comunicações.

Incumbiu-se do recebimento e acompanhamento de despachos, recomendações e resoluções encaminhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, elaborando as minutas dos despachos pertinentes e controlando o prazo e a postagem das respostas por meio do Sistema de Processo Eletrônico e-CNJ.

No exercício de seu mister, registrou e autuou 92 (noventa e duas) matérias administrativas e 5 (cinco) recursos administrativos, para deliberação do egrégio Tribunal Pleno.

No mês de janeiro, em atendimento à determinação regimental, submeteu ao Presidente a lista de antiguidade dos juízes titulares de varas do trabalho e dos juízes substitutos, para deliberação do egrégio Tribunal Pleno.

De ordem do Presidente, a Secretaria-Geral adotou os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução n. 34/2007, do Conselho Nacional da Justiça, em prestar

informações àquele Conselho sobre o exercício de atividades de magistério pelos magistrados desta Corte em 2011.

Em consonância com as disposições legais promoveu os procedimentos necessários para a abertura de Processo de Nomeação de Advogado, para preenchimento da vaga de Desembargador Federal deste Regional, em decorrência da aposentadoria do Desembargador Abdalla Jallad.

Elaborou proposição para abertura de Concurso Público para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 24ª Região.

No desempenho de suas atribuições regulamentares, realizou os procedimentos necessários à remoção do Excelentíssimo Senhor Juiz ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA, em 30.6.2011, do cargo de Titular da 4ª Vara do Trabalho de Campo Grande, para igual cargo na Vara do Trabalho de Aquidauana, em vaga decorrente da aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Juiz Rivan Duarte; da Excelentíssima Senhora Juíza MARINA BRUN BUCKER, em 25.7.2011, do cargo de Titular da Vara do Trabalho de Paranaíba, para igual cargo na 4ª Vara do Trabalho de Campo Grande, em virtude da remoção do Titular para a Vara do Trabalho de Aquidauana; e do Excelentíssimo Senhor Juiz LUIZ DIVINO FERREIRA, em 22.8.2011, do cargo de Titular da Vara do Trabalho de Cassilândia, para igual cargo na Vara do Trabalho de Paranaíba, em virtude da remoção da Titular para a 4ª Vara do Trabalho de Campo Grande.

Atendendo ao preceito legal, tendo em vista a ausência de qualquer manifestação de interesse na remoção pelos Juízes Titulares de Vara do Trabalho, promoveu a abertura e a instrução do processo de promoção de Juiz do Trabalho Substituto para o cargo de Juiz Titular da Vara do Trabalho de Cassilândia.

Competiu, ainda, o encargo de realizar as providências necessárias para a execução do processo de remoção da Excelentíssima Senhora VIVIANE SILVA BORGES, Juíza do Trabalho Substituta, para o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, nos termos da Portaria TRT/GP n. 5/2011, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, de 6.4.2011, edição 704, p. 3.

Efetuiu as providências necessárias para a execução do processo de remoção de Juiz do Trabalho Substituto para este Regional, tendo sido removido o Excelentíssimo Senhor Juiz RENATO DE MORAES ANDERSON, oriundo do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

No desempenho de suas atribuições regulamentares, realizou a abertura de processo de permuta entre as Excelentíssimas Senhoras Juízas do Trabalho Substitutas, ISABELLA BRAGA ALVES, deste Tribunal, e ERIKA SILVA BOQUIMPANI, do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, consoante o disposto na Resolução Administrativa n. 67/2011.

Procedeu aos preparativos referentes à Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes RENATO DE MORAES ANDERSON e ERIKA SILVA BOQUIMPANI, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, realizadas nos dias 4.7.2011 e 1º.8.2011, respectivamente.

Competiu à Secretaria-Geral a organização da solenidade de outorga da Comenda da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho, realizada em 3.10.2011, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo, no Auditório Manoel de Barros.

Em cumprimento à determinação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, a Secretaria-Geral realizou os preparativos indicados pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, relativos à visita correicional realizada nesta Corte, no período de 22 a 25.11.2011, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, e sua equipe, tendo elaborado o relatório para

inspeção Correicional, mediante compilação dos dados fornecidos pelos diversos setores do Tribunal.

Durante o período correicional, assessorou diretamente o Excelentíssimo Senhor Ministro Corregedor-Geral, prestando as informações solicitadas, registrando e secretariando os seus compromissos de caráter protocolar, incluindo o atendimento àqueles que desejaram contato com Sua Excelência e os procedimentos relativos ao encerramento da Correição-Geral Ordinária. Auxiliou, ainda, a equipe da Corregedoria-Geral, tomando as providências de apoio à execução das suas tarefas.

Organizou as solenidades de outorga da Comenda da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho: no dia 25.11.2011, ao Excelentíssimo Senhor Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no grau de Grã-Cruz; e no dia 2.12.2011, ao Excelentíssimo Senhor PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, no Grau de Grã-Cruz, e ao Doutor Estevão Mallet, Catedrático da Universidade de São Paulo, no Grau de Grande Oficial.

Organizou a Campanha Páscoa + Feliz, a Festa Junina e a Campanha Natal Solidário, como iniciativas de cunho social, visando ao atendimento das comunidades carentes.

Preparou a abertura Solene da Semana Nacional da Conciliação e a Primeira Semana Nacional de Execução, no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, no dia 28.11.2011.

Em conjunto com os demais setores deste Tribunal, participou dos eventos Ação Global/SESI/2011 e Ação Transporte e Cidadania SEST/SENAT, que ocorreram respectivamente nos dias 14.5.2011 e 24.9.2011.

Integrou a equipe do Tribunal no Mutirão da Cidadania em parceria com a Associação de Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul – ANOREG-MS, que ocorreu mensalmente no período de agosto a dezembro de 2011, disponibilizando os serviços de atermção, ouvidoria, assessoria jurídica e orientações sobre direitos e deveres trabalhistas.

Das atividades diárias executadas, cumpriu a função de coordenar a agenda e de manter a correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente ordenadas, de proceder ao recebimento, ao registro, ao protocolo, ao lançamento de andamentos e despachos de processos e requerimentos no sistema informatizado de acompanhamento de processos e expedientes administrativos - GESTORE, à elaboração e ao cumprimento de despachos, à expedição e à publicação de 817 (oitocentos e dezessete) atos e de 11 (onze) portarias no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e a expedição de 594 (quinhentos e noventa e quatro) ofícios e 115 (cento e quinze) comunicações internas, encaminhados por protocolo, correio, endereço eletrônico e/ou malote digital.

No exercício de 2011, seguindo orientação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, esta Secretaria encaminhou 960 (novecentos e sessenta) comunicações oficiais e recebeu 815 (oitocentos e quinze), por malote digital, imprimindo maior agilidade na comunicação institucional e reduzindo custos relativos à impressão.

AGENDA INSTITUCIONAL DO PRESIDENTE

JANEIRO

- 14 Solenidade de transmissão do cargo de Comandante da Base Aérea de Campo Grande, pelo Coronel Aviador Reynaldo Pereira Alfarone Júnior ao Tenente Coronel Aviador John Kennedy Greiffo da Justa Menescal. Base Aérea de Campo Grande.
- 17 Reunião com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul, Dr. Leonardo Avelino Duarte, a Secretária-Geral Adjunta, Dr.ª Luciana Cássia Azambuja, o Presidente da Subseção de Maracaju-MS, Dr. Robson Luiz Coradini e a Advogada Tatiana Debona. Gabinete da Presidência.
- 26 Entrevista sobre o trabalhador rural, concedida ao Canal do Boi - Programa Mercado do Campo. Gabinete da Presidência.
- 27 1ª Sessão Extraordinária Administrativa do egrégio Tribunal Pleno.
- 28 Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, eleitos para o biênio 2011/2012: Desembargadores Mário Sérgio Botazzo - Presidente e Júlio César Cardoso de Brito - Vice-Presidente. Goiânia-GO.
- 28 Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, Desembargadores Josué de Oliveira – Presidente, e Joenildo de Sousa Chaves - Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, eleitos para o biênio de 2011/2012. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 31 Solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, eleitos para o biênio 2011/2012. Buffet Yotedy, Parque das Nações Indígenas. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.

FEVEREIRO

- 1º Solenidade de Posse dos Senhores Deputados Estaduais da 9ª Legislatura 2011/2015, Plenário “Deputado Júlio Maia”, Assembleia Legislativa – Palácio Guaicurus.
- 1º Solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul: Desembargadores Luiz Carlos Santini - Presidente, Hildebrando Coelho Neto - Vice-Presidente e Atapoã da Costa Feliz - Corregedor-Geral de Justiça. Palácio da Justiça Desembargador Leão Neto do Carmo. Tribunal de Justiça, Parque dos Poderes.
- 2 Solenidade de Abertura da 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Câmara Municipal de Campo Grande.
- 3 Reunião com a Sra. Margareth Yoshihara - Gerente da Caixa Econômica Federal - Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet.
- 4 Reunião com os diretores da Construtora OAS. Gabinete do Presidente.
- 7 Visita à nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

- Reunião com a Comissão de Acompanhamento dos Servidores Portadores de Necessidades Especiais. Gabinete da Presidência.
- 8 Reunião com os Diretores da Construtora OAS. Gabinete do Presidente.
- 10 Visita oficial aos Ministros Carlos Alberto Marques Soares, Presidente do Superior Tribunal Militar e Olympio Pereira da Silva Júnior e ao Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto, na Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar. Campo Grande-MS.
- Reunião com o Excelentíssimo Senhor Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Gabinete da Presidência.
- 14 Reunião com o Senhor Gilson da Silva Sá, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviço e de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado do Mato Grosso do Sul - SINPOSPETRO-MS, e a Sr.ª Vanessa Figueiró. Gabinete da Presidência.
- Reunião com o Deputado Federal Reinaldo Azambuja, os Desembargadores Francisco das C. Lima Filho - Vice-Presidente, André Luís Moraes de Oliveira, Amaury Rodrigues Pinto Junior - Diretor da Escola Judicial deste Regional e os Juízes convocados Ademar de Souza Freitas e Izabella de Castro Ramos. Gabinete do Presidente.
- Reunião com o Excelentíssimo Senhor Desembargador Josué de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul. Gabinete da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho.
- 15 Visita de cortesia à Corregedora-Geral do Ministério Público do Trabalho, Dr.ª Heloísa Maria Moraes Rego Pires. Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região.
- 16 Reunião com o Excelentíssimo Senhor André Luís de Carvalho, Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União. Brasília-DF.
- 16/17 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecot. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 17 Reunião do Comitê Gestor das Contas Especiais em Precatórios, com o Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 22/23 Correição Ordinária Periódica nas 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Dourados e no Foro Trabalhista Dr. Lauro Machado de Souza.
- 23 Solenidade de posse do Prefeito, Vice-Prefeita e da mesa diretora da Câmara Municipal de Dourados-MS, biênio 2011/2012.
- 24 Reunião com o Excelentíssimo Senhor Doutor Leonardo Avelino Duarte, Presidente da OAB-MS. Gabinete da Presidência.
- Reunião com o Diretor de Operações - Gestores de Leilão Eletrônico do Canal Judicial, Senhor Marcos Ferraz Ganga. Gabinete da Presidência.
- 25 1ª Reunião Ordinária no Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 28 Reunião com o Presidente da Associação Nacional dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul, Sr. Paulo Pedra. Gabinete da Presidência.

MARÇO

- 2 Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho, eleitos para o biênio 2011-2013: Ministro João Oreste Dalazen - Presidente, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi - Vice-Presidente e Ministro Antônio José de Barros Levenhagen - Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.
- 4 Reunião com o Gerente Executivo da Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul – BIOSUL, Senhor Paulo Aurélio Vasconcelos. Gabinete da Presidência.
- 4 Reunião com o Delegado da Receita Federal de Mato Grosso do Sul, Senhor Edson Yshikawa. Gabinete da Presidência.
- 16 Abertura das atividades da Escola Judicial deste Tribunal, com a palestra Construindo uma Tropa de Elite, ministrada pelo Ex-Capitão do Batalhão de Operações Especiais – BOPE Sr. Paulo Roberto Storani Botelho. Auditório da OAB-MS.
- 16 Visita de cortesia do Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, Juiz Renato Sant'Anna, acompanhado do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região - AMATRA XXIV, Juiz Leonardo Ely. Gabinete da Presidência.
- 16 Visita do Presidente da Federação da Indústria de Mato Grosso do Sul - FIEMS, Senhor Sérgio Longen. Gabinete do Presidente.
- 17/18 Abertura da 1ª Etapa do Curso de Técnicas de Coleta de Prova, ministrada pelo Agente de Polícia Federal Oscar Marcelo Silveira de Silveira. Sala de Treinamento deste Tribunal.
- 18 Reunião com o Procurador-Chefe Ricardo Marcelino Santana e o Procurador-Chefe Substituto Renato Ferreira Morettini, da Advocacia-Geral da União. Gabinete da Presidência.
- 21 Abertura do Curso de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS, ministrada pelo Senhor Franklin Ferreira Rezende Junior. Sala de Treinamento deste Tribunal.
- 22 Reunião com a Comissão Regional de Obras da 9ª Região do Exército. Sala de Reunião dos Desembargadores.
- 29 Solenidade de abertura do Seminário "A Sinergia entre a Defesa e a Sociedade". Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - FIEMS. Representou a Presidência o Desembargador João de Deus Gomes de Souza.
- 29/30 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecur. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 31 1ª Reunião de Trabalho das Metas Nacionais de 2011. Brasília-DF.
- 31 Reunião com o Excelentíssimo Juiz Sidmar Dias Martins, Membro do Comitê Gestor da Conciliação. Recepcionado pelo Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente. Gabinete da Presidência.

ABRIL

- 1º Reunião do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.

- 4 Reunião com a Comissão de Informática. Gabinete da Presidência.
- 5 Visita dos advogados Dr. Nery Sá e Silva de Azambuja, Dra. Noely Gonçalves Vieira Woitschach, Dr. Marco Antônio Ferreira Castello e Dr. Celso Pereira da Silva, candidatos da lista Sêxtupla da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul ao Cargo de Desembargador Federal do Trabalho deste Regional. Gabinete da Presidência.
- 5 Reunião com Dr. Leandro Silveira Plinta, referente ao Processo n. 0035900-34.2006.5.24.0101. Gabinete da Presidência.
- 6 Visita do advogado Dr. Hassan Hajj, candidato da lista Sêxtupla da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul ao Cargo de Desembargador Federal do Trabalho deste Regional.
- 6 Visita do Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial, Senhor Roberto Oshiro, e do representante da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Senhor Aldovrando Teles Torres. Gabinete da Presidência.
- 14 Solenidade de Abertura do I Congresso Regional de Direito Notarial e de Registro do Centro-Oeste. Sede da ANOREG. Campo Grande-MS.
- 15 Solenidade de encerramento da Campanha "Páscoa mais Feliz". Sala de Treinamento deste Tribunal.
- 20 Solenidade de homenagem ao Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente deste Regional, pelo Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas. Câmara Municipal de Campo Grande-MS.
- 29 3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.

MAIO

- 2 Participação na Abertura do 3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho. Brasília-DF.
- 2 Café da manhã na Superintendência da Receita Federal. Representou a Presidência o Desembargador João de Deus Gomes de Souza.
- 3 Participação no 3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho. Brasília-DF.
- 3 Participações na Sessão Solene em Comemoração aos 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 4 a 6 Participação no 3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho. Brasília-DF.
- 9 3ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 10 Reunião com o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região - AMATRA XXIV, Juiz Leonardo Ely, e membros do Grupo de Trabalho para a realização de estudos para eventual movimentação e criação de novas Varas do Trabalho na Jurisdição do Estado de Mato Grosso do Sul: Juiz Márcio Alexandre da Silva e os

Servidores Renato da Fonseca Lima, Gilberto Esposito Tuller e Gilson do Espírito Santo. Gabinete da Presidência.

- 11/12 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprecot. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 23 Reunião com o Dr. José Antônio Silva, advogado da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Mato Grosso do Sul, e o Senhor José Roberto Silva.
- 24 Reunião com o Presidente da OAB-MS, Dr. Leonardo Avelino Duarte, o Vice-Presidente, Dr. Júlio César Souza Rodrigues, e a Secretária-Geral Adjunta, Dra. Luciana Cássia Azambuja.
- 26 Audiência Pública sobre o tema: "Dourados e Região nos Trilhos do Progresso: Ferrovias Norte-Sul e Ferroeste", na Câmara Municipal de Dourados. Representou a Presidência o Desembargador João de Deus Gomes de Souza. Dourados-MS.
- 27 4ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.
- 30 Reunião com o Vereador Paulo Pedra, Presidente da Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul. Gabinete da Presidência.
- 30 Recepção aos Desembargadores Eduardo Zanella e Tereza Gemignani, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Aeroporto Internacional de Campo Grande.
- 30 Reunião com o Senhor Josué Kazuo Nishimura. Gabinete da Presidência.
- 30 Recepção ao Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Aeroporto Internacional de Campo Grande.
- 30 Abertura do I Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho da 24ª Região. Auditório da OAB-MS.
- 31 Reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho. Sala de Treinamentos deste Tribunal.
- 31 Palestra no I Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho da 24ª Região. Auditório da OAB-MS.

JUNHO

- 1º Visita de cortesia ao Tenente Coronel Aviador John Kennedy Greiffo da Justa Menescal. Base Aérea de Campo Grande.
- 1º Reunião da Comissão de Acompanhamento de Portadores de Necessidades Especiais. Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa deste Tribunal.
- 1º Confraria do Livro: "Poesia e Diálogo" com o Poeta Rubênio Marcelo. Biblioteca Juiz Valentin Carrion.
- 2 Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para tradução do Caderno de Direitos Trabalhistas para a linguagem braille e libras do Projeto "Educação, Trabalho e Justiça". Governadoria do Estado de Mato Grosso do Sul.

- 2 Reunião com o Líder da Construtora OAS Ltda., Sr. José Lunguinho Filho. Gabinete da Presidência.
- 2 Solenidade de posse do Delegado da Receita Federal do Brasil em Campo Grande, Auditor-Fiscal Flávio de Barros Cunha e da Delegada-Adjunta, Auditora-Fiscal Adalgisa Paes da Costa Fugita. Auditório da Receita Federal, no Parque dos Poderes. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 2 Visita de cortesia ao General João Francisco Ferreira, Comandante do Comando Militar do Oeste. Parque dos Poderes.
- 3 Café da manhã com os Desembargadores Francisco das C. Lima Filho, Abdalla Jallad e Amaury Rodrigues Pinto Junior, com os Juízes Titulares Júlio César Bebbber, Ademar de Souza Freitas, Orlandi Guedes de Oliveira, João Marcelo Balsanelli e Leonardo Ely e Juízes do Trabalho Substitutos Denilson Lima de Souza, Mário Luiz Bezerra Salgueiro, Keethlen Fontes Maranhão e Ana Paola Emanuelli. Sala de Reunião dos Desembargadores.
- 4 Festa Junina do Tribunal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Loja Maçônica Nova Era. Campo Grande-MS.
- 6 Reunião da Comissão de Informática. Gabinete da Presidência.
- 7 Congresso Internacional da Carne – *International Meat Secretariat* – IMS, realizado pela Federação da Agricultura e Pecuária – FAMASUL. Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo.
- 14 4ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 17 5ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.
- 20/21 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecor. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 22 Evento de disponibilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) aos tribunais brasileiros, promovido pela Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura. Plenário do Conselho Nacional da Justiça, em Brasília-DF.
- 29 Compromissos Institucionais relativos ao PLN9, pedido de orçamento para finalização da obra da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e para construção das Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste e Amambai. Brasília-DF.
- 30 Solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e a Procuradoria-Geral Federal de Mato Grosso do Sul, referente aos Acidentes de Trabalho decorrentes do descumprimento de normas de Segurança e de Proteção ao Trabalhador. Gabinete da Presidência.
- 30 Reunião com a Leiloeira Oficial Conceição Maria Fixer acerca dos Leilões do Foro Trabalhista. Gabinete da Presidência.
- 30 Visita da advogada Dra. Noely Gonçalves Vieira Woitschach. Gabinete da Presidência.

JULHO

- 1º Visita do advogado Dr. Marco Antônio Ferreira Castello. Gabinete da Presidência.

- 1º Visita do advogado Dr. João José de Souza Leite. Gabinete da Presidência.
- 4 5ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 4 Sessão Solene Extraordinária de posse do Juiz Renato de Moraes Anderson no cargo de Juiz do Trabalho Substituto deste Tribunal. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 5 3ª Sessão Judiciária Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 5 Reunião com os representantes da Construtora OAS Ltda. e os Desembargadores Federais do Trabalho. Sala de Treinamento deste Tribunal.
- 6 Visita institucional do Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Anizio Pereira Tiago. Gabinete da Presidência.
- 6 Gravação de vídeo pela Associação de Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul – ANOREG-MS, sobre o Mutirão da Cidadania. Gabinete da Presidência.
- 7 Assinatura do termo de cessão do espaço físico do Foro Eleitoral de Costa Rica, celebrado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, para realização de audiências itinerantes. Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

AGOSTO

- 1º Sessão Solene Extraordinária de posse da Juíza Erika Silva Boquimpani, no cargo de Juíza do Trabalho Substituta deste Tribunal. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 1º Cerimônia de posse dos servidores aprovados no concurso público deste Regional. Sala de Treinamento.
- 4 Reunião sobre o “Papel da Alta Administração na Governança de TI” realizado pelo Tribunal de Contas da União. Brasília-DF.
- 6 Primeira etapa do Mutirão da Cidadania em parceria com a Associação de Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul - ANOREG-MS. Escola Estadual Waldemir Barros da Silva. Campo Grande-MS.
- 8 4ª Sessão Judiciária Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 8 6ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 9/10 5ª Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecot. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 10 Solenidade de passagem do Comando da 9ª Região Militar – Região Mello e Cáceres, do General-de-Divisão Marcelo Flávio Oliveira Aguiar, para o General-de-Brigada Antonio Maxwell de Oliveira Eufrásio. 9ª Região Militar. Campo Grande-MS.
- 10 Solenidade de abertura da Conferência Estadual dos Advogados. Centro de Convenções arquiteto Rubens Gil de Camillo. Campo Grande-MS.
- 11 Agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.

- 11 Solenidade de posse do Delegado Edgar Paulo Marcon no cargo de Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Representou a Presidência o Desembargador André Luís Moraes de Oliveira.
- 19 6ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF.
- 19 Cerimônia Militar alusiva ao 176º Aniversário da Base Aérea de Campo Grande-MS. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 25 Solenidade Militar alusiva ao Dia do Soldado. Comando Militar do Oeste. Campo Grande-MS.
- 29 IV Seminário "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça. Auditório da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região. Brasília-DF.

SETEMBRO

- 1º/2 Participação no Curso "Expressão Verbal", promovido pela Escola Judicial deste Tribunal. Sala de Treinamento.
- 2 Solenidade militar alusiva aos 176 anos de criação da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul e recebimento, como agraciado, da Medalha do Mérito e Medalha da Insígnia do Mérito Policial Militar. Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 3 Segunda Etapa do Mutirão da Cidadania em parceria com a Associação de Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul - ANOREG-MS. Escola Estadual Professora Maria Lúcia Passarelli. Campo Grande-MS.
- 12 Lançamento da Expo-MS Industrial 2012, realizada pela Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. Auditório da Casa da Indústria. Campo Grande-MS. Representou a Presidência o Des. Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 16 Agraciado com a insígnia da Ordem do Mérito *Jus et Labor*, no grau oficial, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Auditório Aloysio da Costa Chaves. Belém-PA.
- 16 Solenidade de instalação da 2ª Vara Federal da 5ª Subseção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã-MS. Representou a Presidência a Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho, Titular da Vara do Trabalho de Ponta Porã-MS.
- 23 Cerimônia de posse e transmissão do cargo de Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul ao Professor Doutor Fábio Edir dos Santos Costa e de Vice-Reitora à Professora Mestra Eleuza Ferreira Lima. Representou a Presidência o Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Dourados-MS.
- 17/20 6ª Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprec. Belo Horizonte-MG.
- 28 7ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.
- 29 Abertura do Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Auditório da AMAMSUL. Campo Grande-MS. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.

OUTUBRO

- 3 Solenidade de outorga da comenda da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho deste Tribunal. Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo. Campo Grande-MS.
- 6 Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região. Brasília-DF. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente.
- 13/14 7ª Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprec. Gramado-RS.
- 17 Reunião com o Superintendente da Caixa Econômica Federal em Campo Grande, Senhor Paulo Antunes de Siqueira. Gabinete da Presidência.
- 18 Audiências com os Parlamentares Federais. Câmara dos Deputados. Brasília-DF.
- 19 8ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.
- 21 Seminário Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado dos Conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 26/28 Oficinas de Elaboração do Planejamento Estratégico 2011-2014. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Brasília-DF.

NOVEMBRO

- 7 7ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
5ª Sessão Judiciária Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 21/25 Correição Ordinária Periódica no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, realizada pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Antônio José de Barros Levenhagen.
- 25 Sessão de Leitura da Ata da Correição Ordinária Periódica do Tribunal Regional Trabalho da 24ª Região. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 25 Solenidade de outorga da Comenda da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho, ao agraciado, o Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
- 25 9ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Representou a Presidência o Desembargador Francisco das C. Lima Filho, Vice-Presidente. Brasília-DF.
- 28 6ª Sessão Judiciária Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
8ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 29/30 8ª e 9ª Reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprec. Brasília-DF.

DEZEMBRO

- 2 Solenidade de encerramento das atividades da Escola Judicial e Lançamento da Revista do TRT n. 16 e Ideias Legais - Edição Histórica. Hotel Grand Park. Campo Grande-MS
- 2 Solenidade de entrega da comenda da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho deste Tribunal ao Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, do Tribunal Superior do Trabalho. Hotel Grand Park. Campo Grande-MS.
- 3 Quinta Etapa do Mutirão da Cidadania em parceria com a Associação de Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul - ANOREG-MS. Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos. Campo Grande-MS.
- 7 Solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados-MS e o Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Dourados-MS.
- 8 Solenidade de Abertura do I Simpósio do Sistema Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul. Auditório da OAB-MS. Representou a Presidência o Desembargador Federal do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial deste Tribunal.
- 13 9ª Sessão Administrativa Extraordinária do egrégio Tribunal Pleno.
- 14 Audiência com o Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen. Brasília-DF.
- 16 Solenidade de Encerramento do Natal Solidário. Hall de entrada deste Tribunal.

SEÇÃO DE CERIMONIAL

No decorrer do exercício de 2011, em cumprimento às suas atribuições, coube à Seção de Cerimonial da Presidência planejar, organizar e coordenar os eventos oficiais em que esteve programada a participação deste Tribunal, tendo sido realizadas as seguintes solenidades:

ABRIL

- 15 Campanha Páscoa Mais Feliz, realizada no período de 18.3.2011 a 15.4.2011. A Seção de Cerimonial esteve incumbida da organização, execução da arrecadação, divulgação, inclusive pessoal, para todos os setores do Tribunal, das Varas do Trabalho da Capital e do Foro Trabalhista Ramez Tebet. Com a doação de valores pelos Magistrados e Servidores, foram adquiridos 515 (quinhentos e quinze) ovos de chocolate compartilhados entre a Creche Santa Fé de Campo Grande, o Centro Educacional Infantil e Adolescente – CEIA, o Posto de Assistência “Leopoldo Cirne”, o Posto de Assistência “Batuíra”, o Centro Espírita Amizade e as mães e filhos que aqui prestam serviço por meio das empresas terceirizadas de copeiragem e limpeza.

MAIO

- 14 Campanha Ação Global/SESI/2011, o Tribunal participou da 18ª Ação Global Nacional, disponibilizando à população esclarecimentos e orientação sobre direitos trabalhistas. A iniciativa foi desenvolvida pelo Serviço Social e Industrial – SESI - Departamento Regional de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Rede Globo e sua afiliada RMT - Rede Mato-Grossense de Televisão, das 8h às 17h, em Campo Grande, no Parque Tarsila do Amaral, no Bairro Nova Lima. À Seção de Cerimonial coube tomar as providências necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos do Tribunal, organizando a

infraestrutura para o atendimento, solicitando o deslocamento do ônibus e a disponibilização de servidor da área de Tecnologia da Informação e dos Serviços-Gerais, bem como organizando a escala dos servidores que atuaram no evento.

- 30 Abertura do I Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho da 24ª Região. O evento foi realizado no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul. A Seção de Cerimonial colaborou na produção do roteiro, na recepção das autoridades e na condução dos trabalhos protocolares.

JUNHO

- 3 Café da manhã para os Magistrados da Capital deste Regional. Cumprindo determinação do Presidente, a Seção de Cerimonial organizou um café da manhã para todos os Magistrados da Capital, com o objetivo de confraternizar e aproximar a Presidência, os Desembargadores e os Juízes de 1º Grau.
- 4 Festa Junina. Dando continuidade às campanhas de solidariedade desenvolvidas por esta Corte, foi realizada mais uma vez a tradicional Festa Junina, com a parceria da Loja Maçônica Nova Era. À Secretaria-Geral da Presidência coube a organização e a execução da Festa, com a definição das barracas típicas e as equipes voluntárias integradas pelos servidores dos Gabinetes, das Varas do Trabalho da Capital e dos setores administrativos do Tribunal, os quais doaram os materiais necessários para confecção dos produtos oferecidos nas barracas. Arrecadou-se a importância total de R\$ 4.401,35 (quatro mil quatrocentos e um reais e trinta e cinco centavos) que foi compartilhada com as seguintes instituições: Creche Santa Fé, Centro Educacional Infantil e Adolescente – CEIA, Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, Mantenedora do “Educandário Getúlio Vargas” e a Associação Franciscanas Angelinas Lar das Crianças com HIV – AFRANGEL.

JULHO

- 4 Sessão Solene de Posse do Excelentíssimo Senhor Renato de Moraes Anderson, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto deste Tribunal, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno. A Seção de Cerimonial incumbiu-se da criação da arte dos convites, atualização das listas de autoridades oficiais e registro dos convidados particulares do empossando, confecção de 600 (seiscentas) etiquetas de endereçamento, encaminhamento dos convites, contratação de buffet para o coquetel e execução de todos os preparativos necessários para a realização da solenidade e do coquetel, com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência.

AGOSTO

- 1º Sessão Solene de Posse da Excelentíssima Senhora Erika Silva Boquimpani, no cargo de Juíza do Trabalho Substituta deste Tribunal, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno. A Seção de Cerimonial incumbiu-se da criação da arte dos convites, atualização das listas de autoridades oficiais e registro dos convidados particulares da empossanda, confecção de 600 (seiscentas) etiquetas de endereçamento, encaminhamento dos convites, contratação de buffet para o coquetel e execução de todos os preparativos necessários para a realização da solenidade e do coquetel, com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência.
- 6 I Mutirão da Cidadania – 1ª etapa. O Tribunal participou do evento realizado pela Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul - ANOREG/MS, em parceria com a TV Guanandi, afiliada da Rede Bandeirantes, na Escola Estadual Waldemir Barros da Silva, na Região do Bandeira, no Bairro Moreninha I, das 8h às 13h, disponibilizando os serviços de atarização, ouvidoria, assessoria jurídica e orientações sobre direitos e deveres trabalhistas. À Seção de Cerimonial coube tomar as providências

necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos, organizando a infraestrutura para o atendimento, solicitando a disponibilização de servidor da área de Tecnologia da Informação e dos Serviços-Gerais, bem como organizando a escala dos servidores que atuaram no evento.

SETEMBRO

- 3 I Mutirão da Cidadania – 2ª etapa, foi realizada na Escola Estadual Professora Maria Lúcia Passarelli, localizada na Região do Anhanduizinho, Conjunto Aero Rancho, das 8h às 13h.
- 24 Ação Transporte e Cidadania SEST/SENAT. O Tribunal participou da Ação, realizada no dia 24 de setembro de 2011, na Escola Municipal Ana Lúcia de Oliveira Batista, no Bairro Paulo Coelho Machado, em Campo Grande, oferecendo esclarecimentos e orientações sobre direitos trabalhistas. À Seção de Cerimonial coube tomar as providências necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos do Tribunal, organizando a infraestrutura para o atendimento, solicitando a disponibilização de servidor da área de Tecnologia da Informação e dos Serviços-Gerais, bem como organizando a escala dos servidores que atuaram no evento.

OUTUBRO

- 1º I Mutirão da Cidadania – 3ª etapa, realizada na Escola Estadual Padre José Scampini, na Região da Lagoa, no Bairro Coophavilla II, das 8h às 13h.
- 3 Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho. A solenidade de condecoração das comendas foi realizada no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo, Auditório Manoel de Barros, Parque dos Poderes. Coube à Seção de Cerimonial:
- agendar e inspecionar o local do evento;
 - acompanhar as contratações: dos serviços gráficos; da confecção das comendas; de foto e filmagem; da vocalista para interpretar os Hinos Nacional e do Estado; da calígrafa; da apresentação cultural; do fornecimento de coquetel e de sonorização; da decoração do auditório e do salão para o coquetel;
 - verificar a publicação dos atos dos admitidos;
 - apoiar a Secretária do Conselho da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho no encaminhamento dos ofícios aos agraciados;
 - atualizar a lista de endereçamento dos convidados oficiais do Tribunal para a expedição de 3.000 (três mil) convites;
 - encaminhar os convites aos convidados oficiais e convites extras aos agraciados;
 - acompanhar a execução dos serviços gráficos para a confecção dos impressos: convites, diplomas, almanaques, rótulos do DVD; de confecção das Comendas; da escrita pela calígrafa dos nomes dos agraciados nos diplomas; de fotos e filmagens; de coquetel; de sonorização; da vocalista; de decoração;
 - encaminhar ofício ao Comandante da Base Aérea de Campo Grande solicitando a Banda de Música e cadetes para conduzirem as comendas e as bandeiras Nacional, do Estado e Municipal;
 - encaminhar ofício à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul requisitando o policiamento ostensivo e de trânsito;

- providenciar a expedição dos alvarás para a realização do evento na Prefeitura Municipal e na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social – DEOPS,
- providenciar o recolhimento do valor relativo aos direitos autorais – ECAD;
- providenciar o atestado da vigilância sanitária do Buffet; e
- providenciar a contratação de gerador de energia elétrica.

No dia do evento efetuou os preparativos necessários alusivos às vestes talares, às comendas e pastas dos agraciados, o livro para a assinatura dos agraciados, a orientação da equipe de Cerimonial, à permanência da equipe médica e de enfermagem durante o evento, e a organização dos lugares dos agraciados, cumprindo e fazendo cumprir as Normas do Cerimonial Público e Ordem Geral de Precedência (Decreto nº 70.274 de 9 de março de 1972 e suas alterações).

NOVEMBRO

- 3 I Mutirão da Cidadania – 4ª etapa, realizada na Escola Municipal Nerone Maiolino, na Região do Segredo, no Bairro Vida Nova, das 8h às 13h.

21 a 25

Apoio aos preparativos na recepção do Excelentíssimo Senhor Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e sua equipe.

- 25 Solenidade de Imposição de insígnia da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho ao Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, no Grau de Grã-Cruz. A Seção de Cerimonial providenciou a confecção dos convites e do diploma, encarregando-se da elaboração do roteiro e organização do evento.
- 28 Abertura Solene da Semana Nacional da Conciliação e a Primeira Semana Nacional de Execução, no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet. Encarregou-se da organização, montagem e execução dos trabalhos protocolares.

DEZEMBRO

- 2 Solenidade de imposição de insígnia da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho ao Excelentíssimo Senhor Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus, do colendo Tribunal Superior do Trabalho, no Grau de Grã-Cruz, e ao Doutor Estevão Mallet, Catedrático da Universidade de São Paulo, no Grau de Grande Oficial. A Seção de Cerimonial providenciou a confecção dos convites e do diploma, encarregando-se da elaboração do roteiro e organização do evento.
- 3 I Mutirão da Cidadania – 5ª etapa, realizada na Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Basto, no Bairro Vila Nasser, das 8h às 13h.
- 16 Campanha do Natal Solidário – realizada no período de 24.10.2011 a 9.12.2011. Promoveu a divulgação da campanha por telefone e cartazes em todos os setores do Tribunal e das Varas do Trabalho da Capital. A arrecadação de brinquedos e cestas de natal foi compartilhada com as famílias dos funcionários das empresas terceirizadas de serviços de copeiragem, limpeza, reprografia e vigilância deste Regional.

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO – SECOM

De acordo com as diretrizes traçadas pela Administração do Tribunal, competiu à Seção de Comunicação planejar e coordenar a política de comunicação interna e externa da Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul.

Atuou na divulgação de eventos promovidos por este Tribunal, produzindo os materiais informativos correspondentes e auxiliando na confecção de convites, cartazes e *banners*.

Manteve contato permanente com a imprensa local credenciada e tomou providências necessárias à viabilização das entrevistas institucionais.

Acompanhou os membros do Tribunal em entrevistas de rádio e televisão.

Reproduziu e veiculou as notícias publicadas em jornais, revistas e outros meios de comunicação sobre as atividades e assuntos de interesse do Tribunal.

A seguir, um resumo das principais atividades desenvolvidas:

1. Envio para os órgãos da imprensa de acórdãos selecionados do Tribunal Pleno e das Turmas de Julgamento;
2. Confecção de cartazes, *banners* e panfletos para divulgação de campanhas, palestras, cursos e seminários;
3. Envio do informativo eletrônico diário com notícias do Tribunal e Varas do Trabalho, clipping jurídico e anúncios de interesse de magistrados e servidores;
4. Cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos oficiais realizados pelo Tribunal;
5. Elaboração e acompanhamento da proposta para nova identidade visual do Tribunal;
6. Divulgação da Semana Nacional da Conciliação e Semana Nacional de Execução Trabalhista;
7. Divulgação da campanha do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para instituição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
8. Cobertura fotográfica das Correições Ordinárias em Mundo Novo, Naviraí, Amambai, Ponta Porã e São Gabriel do Oeste e Coxim;
9. Cobertura jornalística do Seminário sobre Questões Fundiárias, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, realizado em Dourados/MS; e
10. Cobertura de todas as edições do I Multirão da Cidadania da ANOREG/MS, Ação Global do Sesi e Ação Transporte e Cidadania do SEST/SENAT.

SEÇÃO DE CONTROLE DE ATOS DA PRESIDÊNCIA

No cumprimento de suas competências, no ano de 2011, coube à Seção de Controle de Atos da Presidência elaborar atos, editais e portarias, registrando-os em sistema informatizado e realizando as publicações no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e no Boletim Interno.

Foram expedidos 820 atos, 7 editais e 11 portarias.

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA

No ano de 2011, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica direcionou suas atividades para a continuidade da execução da estratégia definida em 2009.

No primeiro ano de implantação do Planejamento Estratégico, a priorização foi para os projetos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da instituição e daqueles necessários ao estabelecimento de uma base para o desenvolvimento dos projetos dos anos seguintes. Dessa forma, foram priorizados o investimento na qualificação de magistrados e servidores e no melhoramento dos fluxos dos processos e, consequentemente, das rotinas de trabalho, através do mapeamento, análise e redesenho de processos de trabalho nas áreas judiciária e administrativa, os quais abrangeram a grande maioria das unidades das áreas fim e meio do Tribunal. Neste projeto foram então realizados o mapeamento, a análise e o redesenho de dois grandes processos de trabalho: 1º) Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços, o qual envolve os procedimentos de compras, licitações e contratações, e 2º) Processo Ação Trabalhista – 1º Grau, da distribuição à execução.

Como resultados desse projeto, foram elaborados:

- 1) Fluxograma do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
- 2) Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
- 3) Fluxograma do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução; e
- 4) Manual do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução.

No segundo ano da execução do Plano, 2011, no âmbito da gestão de projetos, as atividades do Núcleo de Gestão Estratégica se concentraram em estudos para o elaboração de metodologia para dar suporte ao desenvolvimento dos projetos estratégicos. Foram intensificadas as pesquisas em outros Tribunais, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Tribunal de Contas da União (TCU) e estudos.

Além disso, no ano de 2011, o Núcleo de Gestão Estratégica se dedicou, também, ao desenvolvimento dos projetos estratégicos e capacitação dos gestores dos projetos. O trabalho realizado foi dividido em três etapas. A primeira consistiu em um treinamento prático de gerenciamento de projetos. Na segunda, foi realizado um curso teórico.

Por fim, na terceira etapa, o Núcleo reuniu magistrados coordenadores, servidores gerentes de projetos, membros de equipes, em diversas reuniões, nas quais foram desenvolvidos os planos completos de 12 projetos do Plano Estratégico do Tribunal, apresentados a seguir:

1. Informações Sociais de Executadas.
2. Qualidade, Agilidade e Eficiência na Tramitação dos Processos Judiciais - 1º Grau e Central de Boas Práticas em Processo de Execução.
3. Central de Atendimento ao Cidadão.
4. A Justiça Cidadã.
5. Gestão Orçamentária Eficiente.
6. Comunicação Estratégica.

7. Qualidade, Agilidade e Eficiência na Tramitação dos Processos Judiciais - 2º Grau.
8. Otimização dos Serviços Disponibilizados e Prestados.
9. Formação Inicial e Continuada de Magistrados e Servidores.
10. Modernização das Instalações Físicas das Unidades do TRT da 24ª Região.
11. TRT MS Carbono Neutro.
12. Qualidade de Vida.

Foi desenvolvido o detalhamento de cada um desses projetos, para sua efetiva implementação, nos seguintes aspectos: justificativa do projeto, clientes, escopo (o que será feito), não escopo, meta e indicadores de desempenho do projeto, detalhamento das entregas, EAP - estrutura analítica do projeto (decomposição do trabalho que será realizado), análise de riscos, identificação das partes interessadas no projeto, relação com outros projetos, custos, cronograma detalhado do projeto e o mapa de comunicação.

A apresentação do plano de desenvolvimento desses projetos estratégicos, chamada reunião de partida, foi no dia 26 de setembro de 2011, na Sala do Tribunal Pleno. A partir de então, foram iniciadas as execuções pelas equipes dos projetos e realizado o monitoramento pelo Núcleo, ao longo do segundo semestre de 2011.

Outro ponto a destacar foi a adoção do GP-Web como software de gestão de projetos estratégicos do Tribunal. Trata-se de um software livre de fácil utilização que atendeu às demandas do Tribunal. O Núcleo de Gestão Estratégica auxiliou individualmente cada gerente a inserir os dados dos respectivos projetos na ferramenta de gestão e ensinou como fazer o acompanhamento da execução dos trabalhos.

Em 13/12/11, por meio da Resolução nº 138/2011, foi aprovada a criação da Seção de Escritório de Projetos Estratégicos com a respectiva metodologia e constituição do Manual de Gerenciamento de Projetos Estratégicos TRT da 24ª Região.

Esse Escritório é uma importante estrutura organizacional que centraliza informações, apoia o planejamento e a estruturação dos projetos estratégicos, acompanha e controla o desenvolvimento de um conjunto de projetos, assessora os gerentes e equipes, mantendo informada a alta administração do andamento e das criticidades dos projetos estratégicos.

O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica foi responsável também, juntamente com o Gabinete de Estatística do Tribunal, pela alimentação dos dados do Sistema Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça.

Este Núcleo também teve a responsabilidade de auxiliar os gestores das 5 Metas Prioritárias de 2011 no levantamento, compilação e envio dos dados ao Conselho Nacional de Justiça e suporte aos gestores das metas.

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT DA 24ª REGIÃO - 2010/2014

Visão	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais
Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência na prestação dos serviços judiciais, valorização das pessoas e gestão dos recursos públicos, até 2014.	Satisfação dos usuários com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos. Fórmula: % de aprovação em pesquisa de satisfação com os públicos interno e externo.	Resultado da pesquisa anual, realizada em janeiro e fevereiro de 2012: 93,12% dos usuários estão satisfeitos com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos realizados pelo Tribunal. A meta de 74% foi superada.	Plano Estratégico

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Melhorar os serviços disponibilizados.	Satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços oferecidos. Fórmula: % de aprovação em pesquisa de satisfação	Resultado da pesquisa anual, realizada em janeiro e fevereiro de 2012: 93,27% dos usuários estão satisfeitos com a qualidade dos serviços oferecidos pelo Tribunal. A meta, de 74% foi superada.	Otimização dos serviços disponibilizados e prestados no TRT da 24ª Região	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
					Central de Atendimento ao Cidadão	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
		Agilizar o trâmite Processual.	Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços Fórmula: % de processos de instrução tramitados no prazo padrão, em relação ao total: - 60 dias para concurso e concorrências do tipo empreitada global; - 60 dias para demais concorrências e tomadas de preços dos tipos técnica e técnica e preço; - 45 dias para demais tomadas de preços; - 30 dias para convites e pregão, - 30 dias para dispensa e inexigibilidade	Resultados: 47,55% dos processos atingiram os prazos estabelecidos nos parâmetros adotados no indicador. A meta para 2011, de 70%, não foi atingida.	Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho	Projeto compartilhado com o objetivo estratégico "Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços", no qual consta o detalhamento da execução deste projeto.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
		Agilizar o trâmite Processual.	Índice de agilidade na aquisição de bens e contratação de serviços Fórmula: % de processos de aquisição de bens e contratação de serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total. - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada global, técnica ou técnica e preço; - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; - 60 dias, para demais tomadas de preços; - 50 dias, para convites e pregão, - 8 dias para dispensa e inexigibilidade.	Resultado: 90,17% dos processos atingiram os prazos estabelecidos nos parâmetros do indicador. A meta para 2011, de 70%, foi atingida.	Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho Qualidade, eficiência e agilidade na tramitação dos processos judiciais	Projeto compartilhado com o objetivo estratégico "Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços", no qual consta o detalhamento da execução deste projeto.
			Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 1º e 2º graus Fórmula: $1 - (\text{total de processo baixados} / \text{casos novos} + \text{casos pendentes})$ FÓRMULA DO SIESPJ (JUSTIÇA EM NÚMEROS) - Res. Nº 76/2009 do CNJ	Indicador anual. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º grau): 26,2%. Dessa forma, a meta para 2011 (40%) foi superada. Indicador anual. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento (2º grau): 11,2%. Dessa forma, a meta para 2011 (14%) foi superada.		Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Agilizar o trâmite Processual.	Índice de agilidade no julgamento no 1º e 2º graus Fórmula: Na fase de conhecimento: do protocolo à baixa do conhecimento; Na fase de execução: do trânsito em julgado à baixa	Tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (1º grau): 184 dias. Meta para 2011: 275 dias. Informamos que para aferição do resultado, levou-se em conta apenas o prazo do rito ordinário.* Meta Atingida. Tempo médio de julgamento dos processos na fase de execução (1º grau): 583 dias. Meta para 2011: 510 dias. Informamos que para aferição do resultado, levou-se em conta apenas o prazo do rito ordinário – empresas privadas.* Meta não atingida. Tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (2º grau): 53 dias. Meta para 2011: 165 dias. Meta atingida. Memória de Cálculo: *Dados extraídos pelo sistema Judice.	Processo Judicial Eletrônico	Os indicadores deste objetivo apresentam atualmente estes resultados. Contudo, o projeto principal, "Processo Judicial Eletrônico", que alavancará o objetivo estratégico, é compartilhado e está descrito no objetivo "Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC".
	Acesso à Justiça e Efetividade	Facilitar o acesso à justiça.	Acesso à Justiça por meio eletrônico Fórmula: Percentual do total de petiçãoamento eletrônico / total de peticionamentos.	O índice apurado foi de 23,59%. Dessa forma, a meta para 2011 (15%) foi superada. Memória de Cálculo: Dados obtidos pelos sistemas Judice e E-Doc.	Processo judicial eletrônico	O projeto principal, "Processo Judicial Eletrônico", tem seu desenvolvimento conforme descrito no objetivo "Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC".

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Acesso à Justiça e Efetividade	Melhorar a efetividade na execução.	Taxa de congestionamento na fase de execução (CNJ) Fórmula: 1- (processos de execução baixados/(casos novos+pendentes de execução+execuções judiciais+execuções pendentes)), no primeiro grau de jurisdição.	Indicador anual. Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau): 64,8%. Dessa forma, a meta para 2011 (59%) não foi atingida. Porém, o Projeto que alavancará este objetivo (Informações sociais de executados) teve início somente no segundo semestre de 2011.	Informações sociais de executados	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
			Taxa de congestionamento na fase de execução, com inclusão dos dados referentes aos processos em arquivo provisório e em execução fiscal e previdenciária Fórmula: 1-(execuções baixadas)/(execuções pendentes), no primeiro grau de jurisdição. Na fórmula serão consideradas para os processos baixados e pendentes as execuções trabalhistas, fiscais, previdenciárias e em arquivo provisório.	Indicador anual. Índice apurado em 2011: 70,4%. Dessa forma, a meta (65%) não foi atingida. Porém, também neste caso, o projeto que alavancará este objetivo teve início somente no segundo semestre de 2011. Não é possível calcular a fórmula da taxa de congestionamento considerando os processos com execução exclusivamente previdenciária, pois, no Quadro XII do Boletim Estatístico, são informados tanto os processos cuja execução iniciou exclusivamente previdenciária como os processos cuja execução iniciou trabalhista e, posteriormente, passou a execução exclusivamente previdenciária. Como, na minoria dos processos, a execução inicia exclusivamente previdenciária, o impacto de sua não consideração no cálculo da taxa de congestionamento é mínimo.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Responsabilidade Social	Desenvolver programas de responsabilidade social.	Número de ações desenvolvidas na área ambiental	Foram desenvolvidas 4 novas ações na área ambiental, superando a meta para 2011, que era de acréscimo de 1 ação.	Gestão Ambiental	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
			Número de pessoas beneficiadas na área social	Em 2011, foram beneficiadas pelas ações desenvolvidas nas áreas de educação, cidadania e prevenção de litígios 3200 pessoas. Dessa forma, a meta de 2011, de 2970 pessoas beneficiadas, foi superada.	Justiça Cidadã	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
					Educação, Trabalho e Justiça	Ações realizadas no ano de 2011: • 10 palestras em escolas públicas/instituições; • 2 debates sobre direitos trabalhistas em aldeias indígenas; • 4 audiências simuladas; • Lançamento do Caderno de Direitos Trabalhistas em língua indígena Terena e Guarani-Kaiowá (II Semana do Índio – Os Guaranis de MS) no Auditório da OAB/MS; • Visita monitorada – Anhanguera/UNAES – Sessão do Pleno e Palestra; • Encontro de Lideranças Indígenas – FUNAI/MS; • Seminário CNJ – Dourados. • Campanha Ação Global/SESI/2011 • Ação Transporte e Cidadania SEST/SENAT • I Mutirão da Cidadania (5 Etapas).

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Garantir a atualização da infraestrutura tecnológica.	Índice de aderência às metas de infraestrutura do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI Fórmula: número de metas atingidas/nº de metas propostas	Memória de Cálculo: - indicador 13 do PETI (1ª RAE) - meta para 2011: 60% de estações de trabalho das Varas do Trabalho com no máximo 3 anos de uso. Situação em 2011: total 341 computadores, sendo 307 com no máximo 3 anos => valor final atingido 90%. - indicador 14 do PETI (1ª RAE) - meta para 2011: 72,5% de servidores com no máximo 5 anos de uso. Situação em 2011: total de 39 servidores, sendo 22 com no máximo 5 anos => valor final atingido 56% - indicador 15 do PETI (1ª RAE) - meta para 2011: 60% das Varas do Trabalho equipadas de acordo com a resolução CNJ 90/2009. Situação em 2011: total de 26 Varas, sendo 19 alinhadas => valor final atingido 73% - indicador 21 do PETI - meta para 2011: 40% dos sistemas atualizados. Situação em 2011: total de 17 sistemas, sendo 11 atualizados => valor final atingido 64,7% Resultado: Índice de aderência às metas de infraestrutura do PETI : 75%, pois 3 metas foram atingidas, das 4 propostas, o que significa que a meta do indicador para 2011, de 70%, foi superada.	Atualização da infraestrutura tecnológica	Projeto compartilhado com o objetivo estratégico: Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.	Índice de satisfação com as condições de trabalho Fórmula: % entre avaliações positivas quanto às condições de trabalho / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa	Resultado da pesquisa anual de satisfação, realizada em fevereiro de 2012: 87,11% dos servidores e magistrados estão satisfeitos com as condições de trabalho. A meta, de 88%, não foi alcançada.	Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região	Plano de ação para adequação das instalações prediais e mobiliário de forma a atender às normas que regulam o assunto. Foi solicitada a aquisição de equipamentos específicos de medição, necessários para o levantamento das instalações físicas das unidades. O Processo de compra encontra-se em curso. Aguarda-se, assim, a disponibilização dos aparelhos necessários para início dos trabalhos de levantamento das necessidades. Construção da sede própria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Aproximadamente 88% dos serviços já foram realizados. Reforma e adequação do atual prédio-sede para receber as varas do fórum trabalhista. Em fase de levantamento das necessidades de adaptações e ajustes. Contratação de empresa para realizar manutenção permanente dos prédios das Varas do Trabalho e TRT Em face da grande demanda de serviços na área de engenharia, o desenvolvimento do Projeto Básico para contratação de manutenção predial ficou temporariamente sobrestado. Construção da sede própria da Vara de Amambai Efetuada a contratação (Contrato TRT n. 2/2012) em 2.1.2012. Previsão de conclusão da obra em outubro de 2012. Construção da sede própria da Vara de São Gabriel do Oeste Efetuada a contratação (Contrato TRT n. 1/2012) em 2.1.2012. Previsão de conclusão da obra em outubro de 2012. Construção da sede própria da Vara de Rio Brilhante Houve previsão orçamentária no Orçamento 2012. Está em fase de estudo a forma de consecução dos projetos executivos necessários para a licitação da obra. Construção da sede própria da Vara de Jardim A ação "Construção da Vara do Trabalho do município de Jardim - MS" foi cadastrada no Plano Plurianual - PPA/2012, porém a obra não foi contemplada no Orçamento 2012. Construção da sede própria da Vara de Bataguassu A ação "Construção da Vara do Trabalho do município de Jardim - MS" foi cadastrada no Plano Plurianual - PPA/2012, porém a obra não foi contemplada no Orçamento 2012.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.	Índice de satisfação com as instalações físicas Fórmula: grau de satisfação (%), detectado através de pesquisa de satisfação.	Resultado da pesquisa anual de satisfação, realizada em fevereiro de 2012: 67,47% dos servidores e magistrados estão satisfeitos com as instalações físicas. A meta, de 85%, não foi atingida.	Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região	Projeto compartilhado com o indicador estratégico: Índice de satisfação com as condições de trabalho, retro citado, no qual consta o detalhamento deste projeto.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Atuação Institucional	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.	Número de canais de comunicação institucional efetivos Fórmula: Σ de canais de comunicação que o Tribunal utiliza	O Tribunal utiliza-se dos seguintes canais de comunicação: Ouvidoria, TV, rádio, blog, intranet, internet, e, recentemente, o Twitter, por meio dos quais divulga seus produtos, tais como, informativo eletrônico, vídeos institucionais, releases, entre outros. Sua meta para 2011, que era de utilizar sete canais de comunicação, está cumprida.	Central de Atendimento ao Cidadão	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
					Comunicação Estratégica	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
		Ampliar parcerias com outras instituições.	Parcerias estratégicas Fórmula: Σ das parcerias externas que contribuem diretamente para o alcance de uma meta estratégica	No ano de 2011, o Tribunal firmou 6 (seis) Acordos de Cooperação Técnica, superando a meta prevista para 2011 (2 parcerias).	Informações sociais de executados	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
		Fortalecer a imagem institucional.	Índice de inserções institucionais na mídia Fórmula: Σ de inserções nas diversas mídias no período	O número de inserções institucionais na mídia em 2011 foi de 326, incluindo Rádio, TV, internet. A meta para 2011, de 242 inserções, foi cumprida.	Comunicação Estratégica	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011. No campo das ações estratégicas, o Tribunal tem aderido a ações sociais, tais como Ação Global, promovida pela Rede Globo e SESI; Evento em homenagem ao Dia do Motorista, promovido pelo SEST/SENAT, possibilitando o fortalecimento da imagem institucional bem como a aproximação da Justiça do Trabalho à população através de esclarecimentos de dúvidas de direito trabalhista.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Eficiência Operacional	Buscar uniformização na realização dos procedimentos de execução.	Procedimentos de execução analisados e/ou uniformizados Fórmula: Número de procedimentos analisados e/ou uniformizados	Com a execução, em 2010, do Projeto de Identificação, Mapeamento e Redesenho do Processo Trabalhista de 1º grau, desde o protocolo da ação até o final da fase de execução, todo o fluxo de 1º grau foi analisado e uniformizado, superando em muito a meta para 2011, embora esse não seja o projeto principal dessa meta.	Central de boas práticas em processos de execução	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
		Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços.	Procedimentos aprimorados e/ou uniformizados Fórmula: Somatória do número de procedimentos analisados e/ou reestruturados	Meta superada desde 2010, haja vista que estavam previstos o mapeamento de 2 processos e foram mapeados e analisados 2 macroprocessos: Processo de Contratação de Bens e Serviços e Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução, os quais contém vários processos em todo o seu fluxo.	Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho	No desenvolvimento dos trabalhos, foram estudados e analisados os métodos e processos de trabalho atuais das áreas judiciária (Processo Ação Trabalhista – 1º Grau) e administrativa (Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços), os quais foram analisadas e redesenhados, desburocratizados, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível, tendo sido disponibilizados os respectivos fluxogramas e manuais de procedimentos.
		Buscar prover as unidades com número de servidores compatível com sua demanda.	Percentual de adequação das unidades à Resolução n. 63 do CSJT Fórmula: Soma do percentual de adequação das unidades dividido pelo número de unidades	O percentual de adequação das unidades foi de 88,37%, superando a meta para 2011 (86%).	Cumprimento da resolução do CSJT que regulamenta a adequação de servidores e de funções comissionadas	

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Orçamento	Promover a sustentabilidade orçamentária.	Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado Fórmula: % entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado	O percentual executado foi 97,96%. Meta para 2011: 97%. Superada. Memória de Cálculo: Total do orçamento disponibilizado = R\$ 26.570.463,78 .Valor executado = R\$ 26.029.435,36 .Resultado: $(26.029.435,36)/(26.570.463,78) = 97,96\%$	Gestão orçamentária eficiente	A primeira etapa do projeto foi concluída em 2010. A segunda etapa do projeto foi iniciada no segundo semestre de 2011.
			Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e capital disponibilizado Fórmula: Percentual entre o valor do orçamento executado dentro do próprio exercício e o valor do orçamento total disponibilizado. Obs. Do orçamento executado deve ser excluído o valor inscrito em restos a pagar.	O percentual executado foi de 61,81%. Meta para 2011: 92%. Não atingida. Memória de Cálculo: Total do orçamento disponibilizado = R\$ 26.570.463,78 .Valor executado = R\$ 16.422.557,54 .Resultado: $(16.422.557,54)/(26.570.463,78) = 61,81\%$		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Orçamento	Promover a sustentabilidade orçamentária.	Índice de execução do orçamento estratégico Fórmula: % entre os valores executados nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal fim	O percentual executado foi de 98,32%. Meta para 2011: 100%. Não cumprida. Total do orçamento estratégico disponibilizado = R\$ 8.119.981,40 Valor executado = R\$ 7.983.847,40 Resultado: $(7.983.847,40) / (8.119.981,40) = 98,32\%$	Gestão orçamentária eficiente	A primeira etapa do projeto foi concluída em 2010. A segunda etapa do projeto foi iniciada no segundo semestre de 2011.
			Índice de orçamento estratégico Fórmula: % entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o valor total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado	O percentual foi de 30,56%. Meta para 2011: 24%. Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas = R\$8.119.981,40 Total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado = R\$26.570.463,78 Resultado: $(8.119.981,40) / (26.570.463,78) = 30,56\%$.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Gestão de Pessoas	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com foco nas necessidades da instituição.	Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor (COMPARTILHADO) Fórmula: Total de servidores capacitados sobre o total de servidores	Foram capacitados 86% dos servidores, isto é, a meta prevista para 2011 (55%) foi superada.	Formação inicial e continuada de magistrados e servidores	Foi elaborado o Plano Pedagógico para o ano de 2011, o qual se desenvolveu conforme planejado e as metas de capacitação do Plano Estratégico para 2011, de magistrados e servidores, foram superadas.
		Desenvolver programas de formação inicial e continuada de magistrados e servidores, via Escola Judicial.	Índice de atendimento do programa regional de capacitação inicial e continuada de magistrados Fórmula: Total de magistrados capacitados sobre total de magistrados do quadro	Foram capacitados 97% dos magistrados, isto é, a meta prevista para 2011 (45%) foi superada.		
			Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor (COMPARTILHADO) Fórmula: Total de servidores capacitados sobre o total de servidores	Foram capacitados 86% dos servidores, isto é, a meta prevista para 2011 (55%) foi superada.		
		Promover meios para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição.	Indicador de atingimento de metas estratégicas. Fórmula: Percentual de metas estratégicas alcançadas sobre o total de metas estratégicas definidas	Indicador anual. Resultado de 2011: 87,87% das metas estratégicas foram atingidas. A meta, de 45% foi superada.		
			Número de ações voltadas para motivação e comprometimento	Foram realizadas duas ações voltadas para motivação e comprometimento: as palestras "Construindo uma Tropa de Elite" e "Superando Limites." A meta de duas ações em 2011 foi atingida.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
		Buscar a melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida e da satisfação pessoal.	Índice de qualidade de vida Fórmula: Percentual de atendimento dos itens estabelecidos para aferição da qualidade de vida. (Atendimento positivo de 40% dos itens estabelecidos para aferir a qualidade de vida: a) alimentação saudável; b) prática de exercícios físicos; c) proximidade aceitável do peso ideal, conforme idade e altura; d) hábitos saudáveis; e) higiene mental; f) prática de lazer ou hobby; f) leitura; g) atividade religiosa ou espiritual, através de instituição ou independente.). A mensuração ocorrerá através de pesquisas anualmente realizadas com servidores e magistrados.	Resultado da pesquisa anual, realizada em fevereiro de 2012: 84,05% dos servidores e magistrados atendem a, pelo menos, 40% dos itens estabelecidos para aferição da qualidade de vida. A meta para 2011 (25%) foi superada .	Qualidade de vida	Projeto iniciado no segundo semestre de 2011.
			Índice de satisfação pessoal Fórmula: mensuração através de pesquisa anualmente realizada com servidores e magistrados, contendo duas perguntas fundamentais: 1. você está satisfeito com a vida que tem? 2. Você está satisfeito com o trabalho que tem? As respostas deverão indicar percentual de 0 a 100%). Cálculo: resposta positiva em pelo menos 50% nas duas perguntas programadas, sendo considerada a resposta do indicador através da seguinte fórmula: resposta 1 + resposta 2 em percentuais, dividido por dois.	Resultado da pesquisa anual, realizada em fevereiro de 2012: 93% dos servidores e magistrados possuem grau de satisfação pessoal, conforme os parâmetros adotados pelo indicador. A meta para 2011 (40%) foi superada.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Tecnologia da Informação e Comunicação	Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC.	Renovação/atualização dos sistemas de TIC Fórmula: N° de sistemas que receberam novas funcionalidades ou foram criados/n° total de sistemas	Total de sistemas: 17, sendo que 11 foram criados ou receberam novas funcionalidades. Índice atingido: 64,7%. Meta estabelecida para 2011 (70%), não atingida.	Processo Judicial Eletrônico	-Foi desenvolvido o módulo do Magistrado do sistema Judice2 -o módulo foi implantado nas Varas piloto da capital.
					Processo Administrativo Eletrônico	Em desenvolvimento os módulos desktop e web do novo sistema Gestore.
		Satisfação do usuário interno e externo com os sistemas de informação e comunicação. Fórmula: % avaliações positivas / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa de satisfação	Satisfação do usuário interno e externo com os sistemas de informação e comunicação. Fórmula: % avaliações positivas / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa de satisfação	Resultado da pesquisa anual, realizada em fevereiro de 2012: 78,17% dos usuários estão satisfeitos com os sistemas de informação e comunicação. A meta para 2011 (74%) foi superada.	Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos	O projeto só foi iniciado no segundo semestre DE 2011.
					Gestão de Patrimônio	Projeto concluído em 2010.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Tecnologia da Informação e Comunicação	Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação.	Índice de disponibilidade de sistemas on-line Fórmula: Tempo de indisponibilidade / tempo total do período	Foi apurado o índice médio de 99,86% no ano de 2011. Meta para 2011 (97%), superada.	Atualização da infraestrutura tecnológica	1. Atualização do banco de dados: - Os equipamentos foram instalados e a versão do banco de dados atualizada. Ação concluída. 3. Ampliação de links: - Ampliação em andamento. Aguardando providências do TST. 4. Estruturas de segurança: • Instalar cofres modulares no prédio da nova sede: Concluído. 5. Migração para a suíte BROffice: • Ação suspensa. Aguardando deliberação do Comitê Gestor de TI. 5. Renovação do parque de estações de trabalho: • Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente.: ação em andamento. 6. Renovação do parque de impressoras: • Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente: ação em andamento. 8. Implantação do serviço de Service Desk: • Ação concluída em 2011.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

A Secretaria da Corregedoria, em cumprimento às disposições regulamentares, coordenou e orientou os trabalhos da Corregedoria Regional, recebendo, atuando e dando andamento aos processos relacionados com a atividade correicional da 1ª Instância da Justiça do Trabalho da 24ª Região, cumprindo e fazendo cumprir os atos e as determinações do Desembargador Corregedor.

Dados estatísticos elaborados por esta Secretaria:

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL - RC	
VINDOS DO ANO ANTERIOR	00
RECEBIDOS NO ANO	07
SOLUCIONADOS NO ANO	07
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA - PP	
VINDOS DO ANO ANTERIOR	01
RECEBIDOS NO ANO	07
SOLUCIONADOS NO ANO	07
PENDENTES DE SOLUÇÃO	01

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR – RclDisc	
VINDOS DO ANO ANTERIOR	00
RECEBIDOS NO ANO	02
SOLUCIONADOS NO ANO	02
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PADM	
VINDOS DO ANO ANTERIOR	01
RECEBIDOS NO ANO	00
SOLUCIONADOS NO ANO	01
PENDENTES DE SOLUÇÃO	00

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS

A Secretaria da Corregedoria, elaborou a programação das Correições Ordinárias dos Órgãos de Primeiro Grau, bem como as respectivas Atas e suas publicações no DEJT, disponibilizando-as no sítio do TRT/24ª Região.

VARAS	DATA
1º VARA DO TRABALHO DE DOURADOS	22.02.11
2º VARA DO TRABALHO DE DOURADOS	23.02.11
FORO TRABALHISTA DE DOURADOS	23.02.11
VARA DO TRABALHO DE JARDIM	26.04.11
VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA	27.04.11
VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE	08.06.11
VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL	09.06.11
VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ	15.06.11
1º VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS	27.06.11
FORO TRABALHISTA DE TRÊS LAGOAS	27.06.11
2º VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS	28.06.11
1º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	12.07.11
2º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	13.07.11
3º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	14.07.11
4º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	15.07.11
5º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	19.07.11
6º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	20.07.11
FORO TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE	20.07.11
7º VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE	21.07.11
VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA	02.08.11
VARA DO TRABALHO DE PARANÁIBA	03.08.11
VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU	20.09.11
VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA	21.09.11
VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO	09.11.11
VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ	10.11.11
VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ	16.11.11
VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI	17.11.11
VARA DO TRABALHO DE COXIM	05.12.11
VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	06.12.11

No ano de 2011 foram expedidos 05 (cinco) provimentos, 01 (uma) recomendação e 03 (três) orientações, a seguir relacionados:

PROVIMENTOS EXPEDIDOS	
Nº/ANO	ASSUNTO
01/2011	Altera a redação de dispositivos do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região relativamente ao pagamento de custas processuais e emolumentos.
02/2011	Altera a redação de dispositivos do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região, na parte que trata do Sistema Integrado relativamente ao Sistema integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos - e-DOC.
03/2011	Altera a redação de dispositivos do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região, na parte que trata do recebimento e remessa de processos, e das informações à Corregedoria Regional.
04/2011	Altera dispositivos do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª Região, na parte que trata do acesso e uso das informações sigilosas.
05/2011	Acrescenta dispositivos ao Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 24ª região, na parte que trata das audiências e julgamento para dispor sobre sistema de gravação de audiências no âmbito do TRT da 24ª Região.

RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS	
Nº/ANO	ASSUNTO
01/2011	RECOMENDAR aos Excelentíssimos Juízes do Trabalho que observem, quando do processamento de recurso ordinário interposto em processo que litigam duas ou mais pessoas nos pólos ativo e/ou passivo, que a intimação para que as partes, querendo, apresentem contrarrazões ao recurso ordinário seja dirigida a todos aqueles envolvidos no processo.

ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS	
Nº/ANO	ASSUNTO
01/2011	ORIENTAR as Varas do Trabalho da 24ª Região da desnecessidade de expedirem segunda certidão de disponibilização referente às matérias encaminhadas ao Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, tendo em vista a necessária conferência diária das matérias divulgadas, conforme determina a Portaria GP/DGCJ n. 04/2010.
02/2011	ORIENTAR as Varas do trabalho da 24ª Região da necessidade de que os documentos relativos a depósito recursal e demais despesas processuais sejam juntados de forma que possa ser facilmente visualizada a chancela mecânica emitida pelas instituições financeiras, a fim de evitar equívocos quando da apreciação do juízo de admissibilidade.
03/2011	ORIENTAR as Varas do Trabalho da 24ª Região da necessidade de que não obstante a cláusula 3.3 do Termo Aditivo do Acordo de Cooperação Técnica n. 07/2010, certifique nos autos a data de ciência pela União dos processos em que for parte, de forma a retratar, com exatidão, o efetivo andamento do feito a fim de evitar equívocos quando da verificação do decurso de prazo ou análise da tempestividade dos recursos.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO DE 2011:

- Acompanhar os convênios firmados com o DETRAN/MS, Sistema BACEN-JUD 2.0 e Protocolo Postal;
- Secretariar a Comissão Permanente de Vitaliciamento de Juízes;
- Efetuar controle de processos com prazos vencidos para prolação de sentença de magistrados de primeiro grau;
- Decidir dúvidas quanto à vinculação de magistrados para julgamento de processos;
- Elaborar minutas de despachos e decisões do Corregedor Regional;
- Expedir certidões para fins de Instrução de Processos de Promoção, Remoção, Permuta de Juízes de primeiro grau;
- Receber e encaminhar os processos em trâmite das Varas do Trabalho para os juízes substitutos que estão em outras Unidades Jurisdicionais da 24ª Região, para fins de prolação de sentença ou de devolução do processo com a sentença já prolatada.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Compete à Secretaria do Tribunal Pleno coordenar, orientar, supervisionar e executar os trabalhos relacionados com o preparo, registro e divulgação de todas as sessões deste Eg. Tribunal, elaborando as pautas, certidões, atas, resoluções e outros expedientes relacionados com essa atividade, assim como providenciar o cumprimento dos despachos exarados pelos Ex.^{mos} Desembargadores nos autos dos processos encaminhados a esta Secretaria, exercendo ainda os trabalhos de secretaria das sessões do Eg. Tribunal Pleno, respondendo perante o Ex.^{mo} Desembargador Presidente pela regularidade dos trabalhos. Compete, ainda, à Secretaria do Tribunal Pleno coletar, tabular e fazer o lançamento dos dados estatísticos, preenchendo as respectivas tabelas e disponibilizando-as para remessa ao TST, bem como orientar e auxiliar os subsecretários da Primeira e Segunda Turma nas atribuições acima descritas, referentes às atividades relacionadas ao julgamento dos processos distribuídos às Turmas. Abaixo seguem as tabelas com os principais dados estatísticos que resumem o movimento desta Secretaria durante o exercício de 2011, em comparação com o exercício anterior.

DADOS INERENTES ÀS ATIVIDADES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2010	2011
SESSÕES REALIZADAS – PLENO	09	08
SESSÕES REALIZADAS – 1ª TURMA	37	31
SESSÕES REALIZADAS – 2ª TURMA	33	35
TOTAL DE SESSÕES REALIZADAS	79	74
PAUTAS JUDICIÁRIAS – PLENO	09	08
PAUTAS JUDICIÁRIAS – 1ª TURMA	37	31
PAUTAS JUDICIÁRIAS – 2ª TURMA	33	35
TOTAL DE PAUTAS ELABORADAS	79	74
PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA – PLENO	330	330
PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA – 1ª TURMA	3670	4418
PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA – 2ª TURMA	3566	4419
TOTAL DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E EXTRAPAUTA	7566	9167
PROCESSOS JULGADOS – PLENO	382	438
PROCESSOS JULGADOS – 1ª TURMA	3600	4369
PROCESSOS JULGADOS – 2ª TURMA	3502	4290
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	7484	9097
CERTIDÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS – PLENO	330	330
CERTIDÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS – 1ª TURMA	3670	4418
CERTIDÕES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS JUDICIÁRIOS – 2ª TURMA	3566	4419
TOTAL DE CERTIDÕES EXPEDIDAS	7566	9167

DADOS INERENTES ÀS ATIVIDADES DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

ESPECIFICAÇÕES	2010	2011
PAUTAS ADMINISTRATIVAS	16	10
MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS E RECURSOS ADM. INCLUÍDOS EM PAUTA	142	184
MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS	130	164
RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	118	146
EMENDAS REGIMENTAIS	03	1
CERTIDÕES EXPEDIDAS (REFERENTES A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS)	24	43

DADOS ESTATÍSTICOS

ESPECIFICAÇÕES	2010	2011
CARTAS DE ORDEM CITATÓRIAS EXPEDIDAS	10	19
CARTAS DE ORDEM EXECUTÓRIAS EXPEDIDAS	-	08
CARTAS DE ORDEM NOTIFICATÓRIAS EXPEDIDAS	31	47
CARTAS DE ORDEM INQUIRITÓRIAS EXPEDIDAS	1	0
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS	3	06
INTIMAÇÕES/NOTIFICAÇÕES/CITAÇÕES EXPEDIDAS	1164	1062
MANDADOS EXPEDIDOS	234	135
DESPACHOS PUBLICADOS (RELATOR/REVISOR)	1053	1305
EDITAIS	148	292
ACÓRDÃOS PUBLICADOS	7873	8704

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS	2011
COMUNICAÇÕES INTERNAS	223
OFÍCIOS	352

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS	2011
COMUNICAÇÕES INTERNAS	161
OFÍCIOS	28

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

ESTATÍSTICA DE PROCESSOS
ENCAMINHAMENTOS POR TIPO DE PROCESSOS

CLASSE	AUTUADOS	CERTIFICADO	ANTERIOR PRT	REMETIDOS PRT	RECEBIDOS PRT	SALDO PRT	REMETIDOS ELETRO NICA MENTE TST	RECEBIDOS TST	REMETIDOS VARAS	DISTRIBUÍDOS
AA			01		01					
AC	105	105	01	70	71				10	
ACCS										
ACP										
ADIV										
AIND										
AINDAT										
AG				03	03					
AGRAVO										
AR	49	49	01	28	29		16			
AI										
AI _n										
AI-AP	38	38		06	06				23	
AI-RO	145	145		07	05	02	01		50	
AI-RR							1293		1929	
AP	625	625	21	217	230	08	04		628	
ASUP										
CC	02	02	01	02	03				02	
CP	01	01								
DC	14	14	01	10	11					
DCG	04	04		01		01	01			
ED										
EXSUSP	02	02							01	
EXIMP										
HC	01	01								
IF	01	01								
IUJ	02	02								
IVC				01	01					

MC										
MS	158	158								
PJ	09	09		09	09					
RO	5220	5220	18	411	409	20	704		3900	
ROPS	1009	1009							871	
RXOF	07	07	01	03	04				03	
RXOFA										
RXOFRO	125	125	03	112	110	05			59	
RR									01	
RT										
PRVC										
SLAT										
TOTAL	7517	7517	48	914	925	37	2020		7477	

ESTATÍSTICA DE PROCESSOS – ANO 2011

Anexo 01

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA	
PENDENTES DE AUTUAÇÃO NO ANO ANTERIOR	23
PROTOCOLIZADOS NO ANO	1798
SUB-TOTAL	1821
AUTUADOS NO ANO	1833
AUTUADOS EM CONJUNTO NO ANO	108
NÃO ADMITIDOS	
PREJUDICADO (RECONSIDERAÇÃO DO DESPACHO AGRAVADO)	

PENDENTES DE AUTUAÇÃO PARA O ANO DE 2012	
AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA	12
TOTAL	12

Anexo 02

PROCESSOS AUTUADOS COM ORIGEM NO PROTOCOLO GERAL		N.
AA	AÇÃO ANULATÓRIA	
AC	AÇÃO CAUTELAR	105
ACP	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	
ADIV	AÇÃO DIVERSA	
AG	AGRAVO REGIMENTAL	
AR	AÇÃO RESCISÓRIA	49
CP	CARTA PRECATÓRIA	01
DC	DISSÍDIO COLETIVO	14
DCG	DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE	04
EXIMP	EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO	
EXSUSP	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	02
CC	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	
HC	HAVEAS CORPUS	01
IF	INCIDENTE DE FALSIDADE	01
IVC	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	
IUJ	INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	02
MS	MANDADO DE SEGURANÇA	158
PJ	PROTESTO JUDICIAL	09
PRVC	PEDIDO DE REVISÃO DO VALOR DA CAUSA	
SLAT	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	
TOTAL		346

ESTATÍSTICA DE PROCESSOS – ANO 2011

Anexo 03

SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA	QUANTIDADE
MALOTES RECEBIDOS INTERIOR	2199
MALOTES EXPEDIDOS INTERIOR	2257
MALOTES RECEBIDOS CAPITAL	1703
MALOTES EXPEDIDOS CAPITAL	1859
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS VIA MALOTE INTERIOR	13172
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS VIA MALOTE INTERIOR	12792
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS VIA MALOTE CAPITAL	8818
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS VIA MALOTE CAPITAL	8120
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS SIMPLES	4816
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS REGISTRADAS	2557
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS VIA SEDEX	579
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS SIMPLES	2672
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS REGISTRADAS	1865
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS VIA SEDEX	130
EMBARGOS DECLARATÓRIOS	834
OUTRAS PETIÇÕES JUDICIÁRIAS	6389
RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÕES ORIGINÁRIAS DO TRIBUNAL	41

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Em 2011, o Serviço de Documentação, responsável pela coordenação das Seções de Arquivo-Geral, de Memória e Cultura, de Biblioteca e de Jurisprudência, dirigiu e coordenou as atribuições dessas Seções, assim como presidiu a Comissão de Avaliação Permanente de Documentos Administrativos e Judiciais do TRT da 24ª Região.

Propôs:

- a) Proposição TRT/DGCJ/SEDOC N. 001/2011 - a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, para fins de traduzir o Caderno de Direitos Trabalhistas, do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” para a Língua Brasileira de Sinais – Libras e para o Sistema de Braille.
- b) Proposição TRT/SEDOC N. 003/2011 – lançamento do selo do Acervo Histórico da Justiça do Trabalho da 24ª Região, bem como a realização da reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – MEMOJUTRA.
- c) Proposição TRT/SEDOC N. 005/2011- a realização do **I Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho da 24ª Região**, tendo como tema "A Política de Gestão de Documentos como ferramenta de Preservação da Memória Institucional".
- d) Proposição TRT/SEDOC N. 009/2011 – a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e a Prefeitura de Dourados, por meio da Secretaria Municipal de Educação, para fins de participação dos estudantes, no módulo “Palestra e Visitas Monitoradas”, do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”.
- e) Proposição TRT/SEDOC N. 010/2011- a realização de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT da 24ª Região e o Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, para fins de participação dos acadêmicos de Direito no módulo “Audiências Simuladas”, do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”.

Promoveu a digitalização e a catalogação no sistema ACTU 2009 das Portarias GP, referentes ao período de 1993 a 2000, num total de 4.514, e das Portarias DG, relativas ao ano de 1995, totalizando 298.

Recebeu, revisou e remeteu 449 processos à Seção de Arquivo-Geral para guarda intermediária.

Dando cumprimento à Portaria GP/DGCJ N. 006/2011, que dispõe sobre a expedição de certidão negativa pela Justiça do Trabalho, promoveu a análise de 64 processos, elaborou despachos e lançou no Sistema de Registro de Débitos Trabalhistas.

Organizou e realizou, nos dias 30 e 31.05.011, o “I Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho da 24ª Região”, que teve como tema “A Política de Gestão de Documentos como Ferramenta de Preservação da Memória Institucional”. O evento teve aproximadamente 200 participantes, entre acadêmicos, profissionais da área, magistrados, servidores deste Tribunal, do TRE, TRF e Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Promoveu o Lançamento do selo do “Acervo Histórico” da Justiça do Trabalho da 24ª Região, no dia 30.05.2012.

Representou o TRT da 24ª Região:

- a) I Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho, organizado pelo TRT da 2ª Região em parceria com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, nos dias 17 e 18.02.2011, na cidade de São Paulo.
- b) I Seminário de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ, em Brasília, nos dias 10 e 11.11.2011.
- c) Nas reuniões do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, em João Pessoa - PB, ocorridas nos meses de maio e novembro de 2011.
- d) A convite da Coordenadora do Arquivo Público Estadual, Sra. Lira Dequech, representou o TRT da 24ª Região na 1ª Conferência Regional de Arquivos, organizada pelo Conarq – Conselho Nacional de Arquivos, em Brasília, nos dias 22 e 23.10.2011.

Na presidência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, a Diretoria do Serviço de Documentação propôs, por meio da Proposição TRT/SEDOC N. 007/2011, a atualização do Programa de Gestão Documental do TRT da 24ª Região, cuja aprovação consolidou-se na Resolução Administrativa n. 144/2011.

Ainda no decorrer desse ano, a Diretoria do Serviço de Documentação procedeu à divulgação das súmulas aprovadas pelo Tribunal Pleno, às alterações do Regimento Interno e Regulamento Geral, bem como ao arquivamento dos processos referentes ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência, às Emendas Regimentais e Matéria Administrativa, no que tange à edição, revisão e cancelamento de súmulas.

SEÇÃO DE ARQUIVO-GERAL

A Seção de Arquivo-Geral, dando continuidade ao Programa de Gestão Documental do TRT da 24ª Região, realizou as seguintes tarefas:

Promoveu a análise, classificação e arquivamento de 866 processos administrativos, de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos.

Realizou a digitalização de processos, considerados de guarda permanente, num total de 184 processos judiciais, Dissídios Coletivos, referentes ao período de 1993 a 2008.

Em cumprimento à determinação do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, procedeu às inspeções do acervo de processos findos transferidos para aquela instituição para análise histórica, com o fito de verificar o seu estado de conservação.

Desarquivou um total de 1.475 processos judiciais e encaminhou-os para as Varas do Trabalho da Capital e do Interior e para o Tribunal.

Dando cumprimento à Portaria GP/DGCJ N. 006/2011, que dispõe sobre a expedição de certidão negativa pela Justiça do Trabalho, promoveu o desarquivamento de 7.261 processos e os encaminhou às Varas do Trabalho da capital e ao Tribunal.

Realizou 1.822 atendimentos aos jurisdicionados, em especial às partes, advogados e procuradores, no que tange à vista, carga e solicitação de cópias de processos judiciais.

Recebeu, lançou no sistema informatizado e arquivou um total de 11.629 processos judiciais, oriundos das Varas do Trabalho da capital e do Tribunal.

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

Atualmente, o acervo da Biblioteca é composto de 6.925 exemplares de livros (5.914 Acervo Geral; 715 Obras de Referência; 65 Monografias; 198 Confraria do Livro; 24 Folhetos, 9 Coleção Histórica); 118 títulos de periódicos (7.955 fascículos, 22.765 artigos); e 51 documentos on-line, o que totaliza 15.269 unidades documentárias.

Em 2011, a Seção de Biblioteca executou as seguintes atividades:

Realizou 12.156 atendimentos de doutrina na Biblioteca, sendo 10.401 para os usuários internos (445 para magistrados, 7.626 para servidores e 2.330 para estagiários) e 1.755 para os usuários externos. A página da Biblioteca na internet registrou os seguintes atendimentos on-line: 3.674 pesquisas de doutrina; 3.696 renovações; 6 matrículas; 26 reservas e 60 empréstimos via malote.

Realizou 204 pesquisas de legislação (federal, estadual e municipal), sendo 192 para os usuários internos (168 para magistrados, 22 para servidores e 2 para estagiários) e 12 para os usuários externos.

Procedeu à carimbagem, classificação, catalogação, indexação e tripla etiquetagem (dorso, código de barras e etiqueta filamentar eletromagnética) de 829 livros; e ao cadastramento de 578 fascículos e 3.665 artigos de periódicos.

Deu continuidade à tarefa de adequar a base de dados da Biblioteca aos padrões definidos pela Rede de Documentação e Informação da Justiça do Trabalho – REDIJT, procedendo ao cadastramento dos campos ISBN, descrição física e número de patrimônio nas planilhas de livros e do campo 773 em artigos de periódicos publicados em mais de uma fonte.

Realizou o download e publicou na intranet todos os números de 2011 do Diário Eletrônico da Justiça da União - DJU (Seção Única), do Diário Oficial Eletrônico da União - DOU (Seções I, II e III) e do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

Procedeu à leitura diária do DJU e DOU, bem como do Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso do Sul e do Diário Oficial Eletrônico de Campo Grande, incorporando esses dois últimos às fontes de informação utilizadas pelo Serviço de Alerta.

Elaborou e disponibilizou, via e-mail, 136 números da publicação **Serviço de Alerta** e 12 números da publicação **Sumários Correntes**.

Propôs a redação de um novo regulamento interno para a Biblioteca, a fim de adequá-lo à realidade atual, o que resultou na publicação da Portaria TRT/DGCJ/SEDOC n. 002/2011 e na revogação do Ato GP n. 63/94. O texto do novo regulamento foi enviado para todos os magistrados, servidores e estagiários por meio eletrônico, foi disponibilizado na página do Tribunal na internet e teve uma cópia encadernada exposta no balcão de atendimento da Biblioteca.

Prosseguiu com a divulgação do projeto **Confraria do Livro**, que contou com a adesão de mais 1 associado, totalizando, atualmente, 49 confrades, e recebeu a doação de 8 obras literárias, elevando o total de seu acervo para 198 livros.

Organizou, em 1º de junho de 2011, por meio do referido projeto, o encontro literário “Diálogo e Poesia”, apresentado pelos poetas, músicos e membros da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras Rubenio Marcelo e Geraldo Ramon Pereira (Gê da Viola), acompanhados do músico Adir Guimarães (Seresteiro). Durante o evento, que contou com a presença de 48 pessoas, os convidados conversaram com a plateia sobre a importância da literatura no cotidiano, fizeram leitura de poesias, apresentações musicais e doaram livros e revistas da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras para serem sorteados. O evento foi divulgado no Suplemento Cultural do Jornal Correio do Estado do dia 28 de maio de 2011 e constou da página principal do sítio da referida Academia durante a semana da apresentação.

Realizou, ainda, por meio do projeto Confraria do Livro, a 4ª Tertúlia Literária, em 4 de novembro, que contemplou a palestra "G.H. segundo Lispector: Clarice e a paixão ensimesmada", ministrada pelo Dr. Marcelo Marinho, a leitura de poemas de autoria de Cora Coralina pela servidora Selma Tondin Rosa e a leitura de poemas autorais pelo servidor Osvaldo Benites Alves.

Em 16 de fevereiro, a bibliotecária Gilza Núria Brandão Marroni proferiu a palestra "A gestão do conhecimento na Biblioteca do TRT da 24ª Região" para os acadêmicos do curso de Biblioteconomia do Instituto de Ensino Superior da FUNLEC - IESF. Na oportunidade, discorreu sobre as atividades desenvolvidas pela Biblioteca, que visam atender a demanda emergente das atividades de competência da Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul.

Em 1º de outubro de 2011, a convite da Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul, a bibliotecária Gilza Núria Brandão Marroni ministrou o mini-curso "Biblioteconomia jurídica", com 4 horas de duração, destinado a profissionais e estudantes associados.

Em 13 de novembro de 2011, a bibliotecária Gilza Núria Brandão Marroni proferiu a palestra "Projeto Confraria do Livro: a Literatura visita o Tribunal", durante o XII Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - EREBD (Região Sudeste e Centro-Oeste). A palestra apresentou uma síntese dos eventos realizados pelo Projeto em suas oito edições, evidenciando a Biblioteca Juiz Valentin Carrion como um espaço cultural criativo e diversificado.

SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Durante o ano de 2011, a Seção de Jurisprudência realizou as seguintes atividades:

Promoveu a indexação, no sistema JURIS, de 7.191 ementas lavradas pelos Desembargadores deste Regional.

Promoveu a catalogação das decisões monocráticas lavradas pelos Desembargadores, no sistema JURIS.

Disponibilizou na internet, na página do TRT da 24ª Região, os acórdãos, ementas e as decisões monocráticas dos Desembargadores do Tribunal, publicadas durante o ano;

Realizou consultas de jurisprudência para servidores, magistrados e para o público externo, como advogados, estudantes e partes, e respondeu, por e-mail, a todas as consultas feitas pelos jurisdicionados no Portal de Jurisprudência, na página do Tribunal, na internet.

Selecionou os acórdãos, em seu inteiro teor, e remeteu-os às editoras de Repertório de Jurisprudência Trabalhista: Decisório Trabalhista, Bonijuris, LTr, HS, Revista do Direito do Trabalho da editora Revista dos Tribunais (RT), Consulex e Jus Navigandi, com o objetivo de publicá-los.

Deu cumprimento aos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o TRT da 24ª Região e as seguintes editoras: Síntese Editora (Programa Juris Síntese), Prolink Software (Informa), Saraiva Jur, Editora Magister/Lex e Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, elaborando relatórios mensais em mídia eletrônica, contendo o inteiro teor dos acórdãos publicados.

Elaborou o periódico mensal **Boletim de Jurisprudência**, cujo conteúdo é formado por acórdãos, decisões monocráticas, ementas, atos normativos e Resoluções Administrativas, e disponibilizou-o no Portal de Jurisprudência, na página do TRT da 24ª Região, na internet.

Atualizou e disponibilizou, mensalmente, o **Ementário Eletrônico**, no Portal de Jurisprudência, na página do TRT da 24ª Região, na internet.

Realizou o envio, por e-mail, pelo sistema “push”, de cópias do inteiro teor dos acórdãos aos juízes de primeira instância, possibilitando-lhes acompanhar o posicionamento do Tribunal acerca da uniformização da Jurisprudência.

Auxiliou a Secretaria da Corregedoria, acerca da existência de decisões de magistrados anuladas por falta de fundamentação.

Deu continuidade ao Projeto “Súmula em Questão”, que tem por objetivo divulgar ao público em geral as súmulas editadas pelo Tribunal, por meio de entrevista com o relator da respectiva matéria, gravada em vídeo e disponibilizada no site do Tribunal.

Deu prosseguimento à segunda etapa do Projeto “Digitalização e disponibilização, na internet, do acervo de acórdãos publicados pelo Tribunal”, ou seja, promoveu, em 2011, a inclusão, no sistema JURIS, de aproximadamente 35.854 acórdãos, referente ao período de 2000 a 2007.

SEÇÃO DE MEMÓRIA E CULTURA

Em 2011, a Seção de Memória e Cultura desenvolveu os seguintes trabalhos:

Procedeu à atualização das informações na página do Centro de Memória e Cultura, hospedada no site do TRT da 24ª Região, na internet e intranet.

Preservou a memória institucional por meio do registro diário, em arquivos digitais, dos fatos que envolveram a atuação da Justiça do Trabalho da 24ª Região, a história e a cultura regional do Estado de Mato Grosso do Sul.

Procedeu à atualização do Sistema SIABI – Módulo Memorial, criando novas planilhas para catalogação dos Projetos do Centro de Memória, dos Acordos de Cooperação Técnica e dos Processos de Guarda Permanente.

Catalogou e cadastrou no SIABI – Módulo Memorial os documentos incorporados ao acervo do Centro de Memória e Cultura em 2011, disponibilizando-os para consulta na página do TRT da 24ª Região, na internet.

Deu continuidade ao Projeto “Educação, Trabalho e Justiça – Módulos Palestras (ensino médio) e Audiências Simuladas (Cursos de Direito), atendendo, no período de março a novembro de 2011, **3.082 estudantes**, conforme os quadros que se seguem:

MÓDULO “PALESTRAS”

Data	Evento	Alunos atendidos	Juiz/Desembargador
31.03.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas FUNSAT - Projovem Adolescente / SEBRAE-MS	190	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
06.04.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas – E.E. José Maria Hugo Rodrigues	80	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
14.04.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - E. E. João Carlos Flores	83	Des. André Luís Moraes de Oliveira
02.05.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - FUNSAT – Alunos dos Cursos de Qualificação Social e Profissional do Programa PlanTeQ.	390	Juiz João Marcelo Balsanelli
03.05.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - E. E. Teotônio Vilela	103	Juiz Renato Sabino Carvalho Filho
10.05.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - E.E. Amando de Oliveira	90	Des. Amaury Rodrigues Pinto Junior
18.05.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas -	30	Prof. Ruth Helena Leme

	Anhanguera–UNIDERP (Projeto Vale Renda)		
25.05.2011	Visita Monitorada - Acadêmicos do Curso de Direito da Anhanguera/UNAES – Sessão do Tribunal Pleno e Palestra	97	Des. Marcio Vasques Thibau de Almeida
05.09.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - E.E. Elvira Mathias de Oliveira	217	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
13.10.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - OMEP	42	Profª. Daniele Projeti Paschoal
30.11.2011	Palestra sobre direitos trabalhistas - E.E. “Pe. José Scampini” – Bairro Coopphavilla II	400	Des. André Luís Moraes de Oliveira
25 a 26.05.2011	Seminário CNJ – Dourados (MS) - - Divulgação do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” e Palestra sobre direitos trabalhistas	300	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
SUBTOTAL		2.022	

MÓDULO “AUDIÊNCIAS SIMULADAS”

Data	Evento / Escola / Universidade	Média de Alunos	Juiz/Desembargador
27.05.2011	2ª Audiência Simulada–Acadêmicos do Curso de Direito do Centro Educacional Anhanguera/UNAES	90	Juíza Mara Cleusa Jeronymo
01.06.2011	2ª Audiência Simulada–Acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá	70	Juiz Mauricio Sabadini
14.10.2011	4ª Audiência Simulada - Acadêmicos do Curso de Direito da UFMS	30	Juiz João Marcelo Balsanelli
04.11.2011	3ª Audiência Simulada–Acadêmicos do Curso de Direito do Centro Educacional Anhanguera/UNAES	70	Juiz Mauricio Sabadini
SUBTOTAL		260	

Pelo Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”, também promoveu debates sobre direitos trabalhistas na Aldeia Indígena Jaguapiru, localizada no município de Dourados-MS, e lançou, durante a “II Semana do Índio – Os Guaranis de MS”, no Auditório da OAB-MS, o “Caderno de Direitos Trabalhistas em Língua Indígena Terena e Guaraní – Kaiowá”, que contou com a presença de 410 convidados, entre autoridades, coordenador do Projeto, servidores, magistrados, alunos indígenas e Caciques das Aldeias Urbanas Marçal de Souza, Darcy Ribeiro, Tarsila do Amaral, Água Bonita, de Campo Grande, e Jaguapiru e Bororó, de Dourados, conforme quadro abaixo:

26.04.2011	Lançamento do Caderno de Direitos Trabalhistas em Língua Indígena Terena e Guaraní-Kaiowá / (II Semana do Índio – Os Guaranis de MS – OAB-MS)	410	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
12.02.2011	Debate sobre direitos trabalhistas – Aldeia Indígena Jaguapiru (Dourados – MS)	120	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
26.02.2011	Debate sobre direitos trabalhistas – Aldeia Indígena Urbana Marçal de Souza (Campo Grande-MS)	70	Des. Francisco das Chagas Lima Filho
26.05.2011	Encontro de Lideranças Indígenas -		Des. Francisco das Chagas

	FUNAI – MS – Palestra sobre direitos trabalhistas	200	Lima Filho
SUBTOTAL		800	

Promoveu a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica, em 7 de dezembro de 2011, com a Universidade da Grande Dourados – UNIGRAN para incluir os acadêmicos do Curso de Direito no módulo “Audiências Simuladas”, do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”.

Em 7 de dezembro de 2011, firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Município de Dourados, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, para incluir os alunos da rede municipal de ensino no módulo “Palestras e Visitas Monitoradas”, do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça”.

Sob a orientação do Des. Francisco das Chagas Lima Filho, inscreveu o Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” no Prêmio Inovare do Conselho Nacional de Justiça-CNJ.

ESCOLA JUDICIAL DO TRT

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

CAPACITAÇÕES INTERNAS

Data		Modalidade de evento	Carga Horária	Local	Nº de participantes
1.	21 de fevereiro	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Coxim)	5h	Vara do Trabalho de Coxim	Magistrados: 1 Servidores: 5
2.	14 de março	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (1ª VT Três Lagoas)	3h	1ª Vara do Trabalho de Três Lagoas	Magistrados: 2 Servidores: 10
3.	15 de março	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (2ª VT Três Lagoas)	3h	2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas	Magistrados: 1 Servidores: 9 Acadêmicos: 1 (estag.)
4.	16 de março	Palestra: Construindo uma tropa de elite	2h	Auditório da OAB	Magistrados: 35 Servidores: 90 Convidados/ Acadêmicos: 62
5.	17 e 18 de março	Curso: Técnicas de coleta de prova oral	14h	Sala de Treinamento	Magistrados: 38
6.	21 a 24 de março - 1ª etapa	Curso de Libras	25h	Sala de Treinamento	Servidores: 13
7.	28 de março	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Aquidauana)	3h30	Vara do Trabalho de Aquidauana	Magistrados: 1 Servidores: 6
8.	29 de março	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Jardim)	3h30	Vara do Trabalho de Jardim	Magistrados: 1 Servidores: 7
9.	30 de março	Curso "Desenvolvimento da Liderança"	7h	Instituto São José	Servidores: 47
10.	31 de março e 1º de abril	Treinamento: Lançamento de movimentos das tabelas processuais unificadas para fins de informações estatísticas para o E-Gestão	14h	Sala de Treinamento	Servidores: 33
11.	4 de abril	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Fátima do Sul)	3h	Vara do Trabalho de Fátima do Sul	Magistrados: 1 Servidores: 5 Acadêmicos: 1 (estag.)
12.	8 de abril	Construindo um dia de 30 horas – Administrando o tempo, administrando a vida	6h	Sala de Treinamento	Servidores: 76
13.	25 a 28 de abril 2ª etapa	Curso de Libras	25h	Sala de Treinamento	Servidores: 13

14.	2 e 3 de maio	Gerência de projetos	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 25
15.	3 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Bataguassu)	4h	Vara do Trabalho de Bataguassu	Magistrados: 1 Servidores: 6
16.	4 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Nova Andradina)	4h	Vara do Trabalho de Nova Andradina	Magistrados: 1 Servidores: 8
17.	9 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Rio Brilhante)	3h30	Vara do Trabalho de Rio Brilhante	Magistrados: 1 Servidores: 10
18.	10 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (1ª VT Dourados)	3h30	Vara do Trabalho 1ª de Dourados	Servidores: 16 Acadêmicos: 1 (estag.)
19.	11 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (2ª VT Dourados)	3h30	Vara do Trabalho de 2ª de Dourados	Magistrados: 1 Servidores: 14
20.	19 e 20 de maio	9º Ciclo de palestras	8h	Centro de Convenções – Rubens Gil de Camillo	Magistrados: 43 Servidores: 109 Convidados/acadêmicos: 90
21.	24 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Naviraí)	4h	Vara do Trabalho de Nova Andradina	Servidores: 6
22.	25 de maio	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Mundo Novo)	3h30	Vara do Trabalho de Nova Andradina	Magistrados: 1 Servidores: 7 Acadêmicos: 1 (estag.)
23.	2 e 3 de junho - 2º e 3º módulos	Desenvolvimento Gerencial: "desenvolvimento da liderança"	14h	Instituto Missionário São José	Servidores: 40
24.	7 de junho	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Ponta Porã)	4h	Vara do Trabalho de Ponta Porã	Magistrados: 1 Servidores: 6
25.	8 de junho	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT Amambai)	4h	Vara do Trabalho de Amambai	Magistrados: 1 Servidores: 6
26.	10 de junho	Seminário: Projeto de reforma do Código de Processo Civil	6h	Auditório da Associação Comercial e Empresarial de Dourados	Magistrados: 25 Servidores: 57 Acadêmicos/Convidados: 151
27.	20 de junho	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24ª Região (VT São Gabriel do Oeste)	4h	Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste	Magistrados: 1 Servidores: 6
28.	21 e 22 de junho	I Congresso Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário	16h	Palácio popular da cultura	Servidores: 103

29.	28 de junho	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24º Região (VT Cassilândia)	4h	Vara do Trabalho de Cassilândia	Magistrados: 1 Servidores: 6
30.	29 de junho	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24º Região (VT Paranaíba)	4h	Vara do Trabalho de Paranaíba	Magistrados: 1 Servidores: 6
31.	29 de junho	Palestra: Fiscalização e atualização de contratos	2h	Sala de Treinamento	Servidores: 42
32.	29 de junho	Capacitação "Tabelas processuais unificadas" e "Sistema e-Gestão"	4h	Sala de Treinamento	Servidores: 28
33.	5 de julho	Treinamento para utilização de ferramentas disponíveis no sistema do TRT 24º Região (VT Corumbá)	4h	Vara do Trabalho de Corumbá	Magistrados: 1 Servidores: 6
34.	25 e 26 de julho	Curso: reciclagem anual dos agentes de segurança (1ª turma)	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 11
35.	27 e 28 de julho	Curso: reciclagem anual dos agentes de segurança (2ª turma)	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 9
36.	1º e 2 de agosto	Curso: Formação novos servidores (1ª turma)	11h30	Sala de Treinamento	Servidores: 21
37.	2 e 3 de agosto	Curso: Gerência de Projetos (2ª turma)	16h	Instituto São José	Servidores: 21
38.	9 e 10 de agosto	Curso: Gerência de Projetos (3ª turma)	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 28
39.	16 de agosto a 3 de novembro	Curso: Português Avançado EAD	40h	Curso a distancia	Magistrados: 9 Servidores: 148
40.	18 e 19 de agosto	Curso para Oficiais de Justiça (antigos)	11h	Sala de Treinamento	Servidores: 41
41.	19 de agosto	Palestra: Superando Limites	2h	Auditório da OAB	Magistrados: 4 Servidores: 108
42.	22 e 23 de agosto	Curso de Formação Inicial para Servidores (2ª turma)	11h30	Sala de Treinamento	Servidores: 24
43.	24 e 25 de agosto	Curso de Formação Inicial para Oficiais de Justiça (Teoria)	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 9
44.	29, 30 e 31 de agosto e 1º e 2 de setembro	Curso p/ Oficiais de Justiça (formação novos oficiais (Prática))	35h	Foro Ramez Tebet	Servidores: 9
45.	30 de agosto	Treinamento: USER STORIES - STI	8h	Sala de Treinamento	Servidores: 8
46.	29 e 31 de agosto e 1º de setembro	Treinamento: SCRUM DEVELOPER SKILLS - STI	24h	Sala de Treinamento	Servidores: 7
47.	1º e 2 de setembro (1ª turma)	Curso: Expressão Verbal	12h	Sala de Treinamento	Magistrados: 14

48.	15 e 16 de setembro (2ª turma)	Curso: Expressão Verbal	12h	Sala de Treinamento	Magistrados: 18
49.	22 de setembro	Repasse de treinamento: "Seminário: compras sustentáveis"	1h30	Sala de Treinamento	Servidores: 29
50.	23 de setembro	Repasse de treinamento: "Contratos Administrativos – Rescisão e Penalidades"	1h30	Sala de Treinamento	Servidores: 23
51.	29 de setembro	GP WEB para gerentes de projetos	7h	Sala de Treinamento	Servidores: 18
52.	30 de setembro	Reunião Técnica: Implantação dos procedimentos necessários à expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	4h	Sala de Treinamento	Servidores: 70
53.	7 de outubro	Curso: Coleta de Prova Oral: Análise de Vídeo	7h	Sala de Treinamento	Magistrados: 20
54.	21 de outubro	Seminário: Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário.	7h	Sala do Tribunal Pleno	Magistrados: 19 Servidores: 27 Acadêmicos/ Convidados: 10
55.	24 e 25 de outubro	Gerência do Portfólio	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 24
56.	8 e 9 de novembro	Reciclagem de agentes de segurança	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 9
57.	10 e 11 de novembro	Reciclagem de agentes de segurança	16h	Sala de Treinamento	Servidores: 14
58.	18 de outubro	Oficina: Trabalho decente e a coletivização do processo	7h	Sala de Treinamento	Magistrados: 10 Servidores: 13 Acadêmicos/ Convidados: 15
59.	2 de dezembro	Encerramento das atividades de capacitação	3h30	Auditório Hotel Grand Park	Magistrados: 34 Servidores: 47 Acadêmicos/ Convidados: 27
60.	12,14 e 16 de dezembro	Treinamento: Judice II	4h	Sala de Treinamento	Servidores: 31
61.	19 a 21 de dezembro	Treinamento ITIL V3 Foundation	24h	Sala de Treinamento	Servidores: 16

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES INTERNAS

PERÍODO	QUANTIDADE DE EVENTOS	CARGA HORÁRIA
1º Semestre	32	226 horas
2º Semestre	29	365 horas e 30 minutos
TOTAL	61	591 horas e 30 minutos

CAPACITAÇÕES EXTERNAS

Data		Modalidade de evento	Carga Horária	Local	Nº de participantes	Setor solicitante
1.	23 a 25 de fevereiro	Treinamento: "Avaliação dos Controles Internos"	21h	Brasília-DF	Servidores: 2	SCI/DGCA
2.	21 a 25 de março	VIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira & de Contratações Públicas	40h	Brasília-DF	Servidores: 1	SOF
3.	28 de março a 16 de maio	Curso: Formação de tutores em desenvolvimento de competências gerenciais - EAD	30h	Curso a distancia	Servidores: 2	CNJ
4.	28 de março a 16 de maio	Curso: Formação de coordenadores de EAD - docência on-line - EAD	30h	Curso a distancia	Servidores: 2	CNJ
5.	5 e 6 de abril	6ª Conferência Promoção da Saúde	12h	São Paulo/SP	Servidores: 1	SRH/ GAB SAÚDE
6.	14 de abril	Workshop PM DOME	8h	São Paulo-SP	Servidores: 2	NEGE
7.	25 de abril a 13 de junho	Curso de Formação Continuada em Administração de Varas do Trabalho	40h	Curso a distancia	Magistrado: 7	ENAMAT
8.	26 a 28 de abril	Sistema de Registro de Preços	24h	Brasília-DF	Servidores: 1	DGCA
9.	2 a 6 de maio	3º Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunal Regional do Trabalho	26h	Brasília-DF	Magistrado: 2	ENAMAT
10.	9 a 11 de maio	Curso Auditoria de T.I.	20h	Brasília-DF	Servidores: 2	SCI
11.	16 a 20 de maio	OpenLDAP – implementando Servidor de autenticação Centralizada	40h	São Paulo-SP	Servidores: 2	STI
12.	24 e 25 de maio	Curso Executando a estratégia com o <i>Balanced Scorecard</i>	16h	São Paulo-SP	Servidores: 1	NEGE
13.	15 a 17 de junho	Curso Implementação de Escritório de Projetos	24h	Brasília-DF	Servidores: 1	NEGE
14.	27 a 29 de junho	2º Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais	20h	Brasília-DF	Magistrado: 2	ENAMAT
15.	29 e 30 de junho	Seminário Contratos Administrativos	16h	São Paulo-SP	Servidores: 3	DGCA

16.	26 de julho	Fórum T&D educação corporativa	8h	São Paulo-SP	Servidores: 2	EJ
17.	29 e 30 de julho	Curso Patologias da construção - TSPE20-1101MG	16h	Belo Horizonte -MG	Servidores: 1	SENG
18.	10 a 11 de agosto	Congresso Internacional Atualidades do Direito do Trabalho	14h	São Paulo/SP	Magistrado: 1	GAB. DES. ABDALLA JALLAD
19.	15 de agosto a 8 de outubro	Curso Formação Continuada em Execução Trabalhista – Turma Piloto	40h	Curso a distancia	Magistrado: 2	ENAMAT
20.	22 a 24 de agosto	Treinamento Moodle para gestores de curso	21h	Brasília-DF	Servidores: 2	ENAMAT
21.	24 e 25 de agosto	I Simpósio de Saúde Mental no Trabalho	15h	São Paulo-SP	Servidores: 1	SRH/GAB. SAÚDE
22.	25 e 26 de agosto	Treinamento Moodle para gestores de curso	21h	Brasília-DF	Servidores: 1	ENAMAT
23.	29 de agosto	A Arte de tomar decisões eficazes	8h	São Paulo-SP	Servidores: 2	EJ
24.	19 e 20 de setembro	Curso: Teoria Geral do Processo Eletrônico	12h	Brasília-DF	Magistrado: 3	ENAMAT
25.	19 a 23 de setembro	Curso Modernização (retrofit) de sistemas de ar condicionado	36h	Rio de Janeiro-RJ	Servidores: 1	SENG
26.	19 a 23 de setembro	OpenLDAP – implementando Servidor de autenticação Centralizada	40h	São Paulo-SP	Servidores: 2	STI
27.	29 e 30 de setembro	Curso Gestão de Contratos Administrativos	16h	Campo Grande-MS	Servidores: 3	SG-SENG
28.	29 a 30 de setembro	V Fórum Brasileiro de Controle Interno	16	Brasília-DF	Servidores: 2	SCI
29.	5 e 6 outubro	Curso Alinhamento e desdobramento da estratégia	16h	São Paulo-SP	Servidores: 2	NEGE
30.	17 de outubro a 12 de dezembro	Curso Formação Continuada em Execução Trabalhista - EAD	40h	Curso a distancia	Magistrado:7	ENAMAT
31.	20 e 21 de outubro	Seminário: Prevenção de Acidentes do Trabalho	16h	Brasília/D F	Magistrado: 1	TST
32.	25 a 27 de outubro	II Encontro de software público	24h	Brasília/D F	Servidores: 2	STI
33.	7 e 8 de novembro	Curso Planilha de custos e preços da IN 02-08 -MPOG	16h	Campo Grande-MS	Servidores: 1	SG

34.	9 a 11 de novembro	III Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Judiciário	24h	São Paulo-SP	Servidores: 3	SRH e GAB. SAÚDE
35.	23 e 24 de novembro	Curso Executando a estratégia com o Balanced Scorecard	16h	São Paulo-SP	Servidores: 1	NEGE
36.	30 novembro a 2 de dezembro	Curso Prevenção de Danos nas Construções Públicas -	18h	Rio de Janeiro-RJ	Servidores: 1	SENG
37.	6 a 9 de dezembro	Congresso CBTD 2011	31h	Santos/SP	Servidor: 4	EJ
38.	3 de novembro a 15 dezembro	Treinamento Desenvolvimento WEB com java Server Faces 2.0	40h	Campo Grande/MS	Servidores: 6	STI

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES EXTERNAS

UNIDADES	NÚMERO DE EVENTO POR UNIDADE / MAGISTRADO
DGCA	3
SENG	4
SCI	3
SG	2
SRH/Gab. Saúde	3
STI	4
NEGE	5
SOF	1
EJTRT	5
MAGISTRADOS	8

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária – DG CJ, por determinação da Presidência e em cumprimento às suas atribuições regulamentares, desempenhou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

I – PROJETOS:

Entre os projetos desenvolvidos pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DG CJ no ano de 2011, em cumprimento a determinações decorrentes de atos do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, destacam-se:

1. Implantação, no âmbito da 24ª Região, dos procedimentos necessários à expedição da Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas – CNDT pela Justiça do Trabalho (Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho):

a) Assessoramento à Presidência na definição de ações para a implantação dos procedimentos necessários à expedição da Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas – CNDT:

Noticiada a publicação da Lei n. 12.440, de 07.07.2011, a DG CJ redigiu a minuta do ofício OF. CIRCULAR GP/DG CJ N. 003/2011, expedido pela Presidência em 15.07.2011, dirigido a todos os Juizes Titulares de Varas do Trabalho da 24ª Região, informando a necessidade futura de lançamento no sistema informatizado do Tribunal de dados de processos em trâmite na execução e arquivados para possibilitar a expedição da CNDT pela Justiça do Trabalho.

A DG CJ assessorou diretamente o Juiz Orlandi Guedes de Oliveira, Coordenador do grupo de trabalho para desenvolvimento e implantação dos mecanismos de alimentação do banco de dados da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – gtCNDT, instituído, em 23.08.2011, pela Presidência do Tribunal, por meio da Portaria TRT/GP/DGCA Nº 497/2011.

Em resposta ao ofício OF.CIRC.TST.GP Nº 617/2011, de 25.08.2011, do Tribunal Superior do Trabalho, a DG CJ redigiu o “Plano de Ação e Cronograma” do projeto de implantação, no âmbito da 24ª Região, dos procedimentos necessários à expedição das certidões negativa e positiva de débitos trabalhistas pela Justiça do Trabalho, encaminhado pela Presidência por meio do ofício OF.TRT/GP/DG CJ N. 033/2011, de 13.09.2011.

b) Capacitação e orientação na implantação dos procedimentos necessários à expedição da CNDT:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DG CJ, com o objetivo de esclarecer os procedimentos a serem observados pelas unidades judiciárias do 1º e 2º Graus, para cumprimento da Resolução Administrativa Nº 1470/2011 do TST e da Portaria GP/DG CJ N. 006/2011, expediu a Orientação DG CJ N. 005/2011 de 27.09.2011.

A capacitação presencial dos usuários das unidades judiciárias do 1º e 2º Graus foi realizada pela DG CJ, com o apoio da Escola Judicial, no dia 30.09.2011, em evento denominado “Reunião técnica para implantação, no âmbito da 24ª Região, dos procedimentos necessários à expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pela Justiça do Trabalho”.

Além disso, a DG CJ realizou o levantamento dos processos a serem verificados fisicamente para fins de registro de débitos no BNDT, encaminhando relatórios às unidades judiciárias; redigiu 04 (quatro) documentos “passo-a-passo” e 19 (dezenove) comunicações

eletrônicas para auxiliar os servidores nos trabalhos; respondeu a diversas dúvidas encaminhadas por servidores e magistrados referentes à CNDT, compilando as relevantes em 03 (três) documentos enviados às Varas do Trabalho; e acompanhou, semanal e mensalmente, o percentual de processos com débitos registrados no sistema de registro de débitos trabalhistas da 24ª Região (SRDT/24ª Região) em relação à quantidade de processos a serem verificados fisicamente, divulgando às unidades judiciárias e apresentando à presidência do Tribunal.

c) Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Registro de Débitos Trabalhistas da 24ª Região:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DGCJ assessorou a coordenadoria do grupo de trabalho na definição das regras de negócio da Sistema de Registro de Débitos Trabalhistas da 24ª Região – SRDT/24ª Região, desenvolvido e implementado pela Secretaria de Tecnologia da Informação -STI.

A partir das questões práticas apresentadas pelas unidades usuárias, a DGCJ definiu novas regras de negócio, posteriormente implementadas pela STI, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema SRDT/24ª Região.

d) Auxílio na conclusão dos procedimentos necessários à expedição da CNDT:

Para acompanhamento da conclusão dos procedimentos necessários à expedição da CNDT, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DGCJ, com auxílio da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, disponibilizou, para consulta na “intranet”, quadro com o percentual, discriminado por unidade, de processos com débitos registrados no Sistema SRDT/24ª Região em relação à quantidade de processos a serem verificados fisicamente. Para a referida disponibilização, a DGCJ elaborou estatísticas semanais e até mesmo diárias.

Ademais, para levantamento dos processos pendentes de registro no SRDT/24ª Região, a DGCJ gerou relatórios específicos, encaminhados às Varas do Trabalho, a fim de que estas informassem o motivo do não registro no SRDT/24ª Região, possibilitando a análise e correção de pendências.

A DGCJ trabalhou, ainda, efetivamente no registro de débitos no SRDT/24ª Região referentes às ações originárias do Tribunal, tanto dos processos em trâmite quanto dos arquivados.

Destaca-se, por fim, que todo o trabalho realizado pela DGCJ exigiu a permanência de servidores durante o recesso forense.

2. Implantação, no âmbito da 24ª Região, do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (Provimento nº 02/2008 e ATO GCGJT nº 14/2011):

a) Sistema e-Gestão - 2º Grau:

Com a expedição dos ATOS GCGJT Nº 013 e 14/2011, ambos de 08.06.2011, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DGCJ, como integrante do Grupo Gestor Regional da 24ª Região, passou a concentrar seus esforços para implantação, dentro dos prazos estabelecidos pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Sistema e-Gestão do 2º Grau.

Em 29.06.2011, conforme noticiado à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho por meio do ofício OF.TRT/GP/DGCJ N. 027/2011, de 17.06.2011, a DGCJ deu início à capacitação de servidores do 2º Grau sobre Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos e Sistema e-Gestão.

Após a referida capacitação inicial, a DGCJ realizou 04 (quatro) reuniões técnicas, nos dias 22.08, 02, 08 e 29.09.2011, com servidores do 2º Grau, além de outras 06

(seis) reuniões específicas realizadas, no período de 07 a 10/2011, nos setores envolvidos em cada etapa de implantação do Sistema e-Gestão.

Como resultado desse esforço, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região cumpriu, rigorosamente, os prazos estabelecidos para as 3 (três) primeiras etapas de implantação, que, nos termos do art. 3º do ATO GCGJT nº 14/2011, formam o “Módulo e-Correição”, a ser utilizado nas atividades correicionais.

A partir da implantação da 3ª etapa, a DG CJ, como integrante do Grupo Gestor Regional, preocupado com a qualidade dos dados estatísticos que passaram a constar nos relatórios gerados e disponibilizados pelo Sistema e-Gestão, iniciou o trabalho de aperfeiçoamento desses dados, confrontando-os com os dados estatísticos levantados pela atual sistemática, que ainda são encaminhados, mensalmente, à Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho.

Esse trabalho possibilitou ao Grupo Gestor Regional identificar as distorções entre as informações e corrigir suas causas, muitas vezes relacionadas com a ausência ou incorreção no lançamento, por parte dos usuários do sistema informatizado do Tribunal, dos movimentos e complementos previstos nas Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça com os acréscimos da Justiça do Trabalho.

b) Sistema e-Gestão - 1º Grau:

Desde o ano de 2009, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DG CJ, como integrante do Grupo Gestor Regional, tem trabalhado na implantação do Sistema e-Gestão do 1º Grau.

A perspectiva, à época, era a de que os 100% dos dados estatísticos do 1º Grau passariam a ser gerados a partir de 1º.07.2010, prazo anteriormente estabelecido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

No entanto, em razão da expedição dos ATOS GCGJT Nº 13 e 14/2011, houve, como já esclarecido, a necessidade de concentração de esforços do Grupo Gestor Regional para cumprimento das etapas estabelecidas para o Sistema e-Gestão do 2º Grau.

3. Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça e ATO GCGJT Nº 12/2011):

a) Implantação das novas versões das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos com Acréscimos da Justiça do Trabalho:

Com a divulgação das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos (versão 06.06.2011) por meio do ATO GCGJT Nº 12/2011, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DG CJ, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, promoveu o aperfeiçoamento dos sistemas informatizados do Tribunal para possibilitar aos usuários o lançamento dos novos movimentos, complementos e valores contemplados nas referidas tabelas.

O referido trabalho se repetiu, ainda no ano de 2011, com a divulgação das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos (versão 15.09.2011) por meio do ATO GCGJT Nº 18/2011.

A DG CJ, atenta às necessidades de aperfeiçoamento dos sistemas informatizados do Tribunal decorrente das demandas (envolvendo movimentos, complementos e valores das tabelas) identificadas pelo Grupo Gestor Regional do e-Gestão da 24ª Região, tem definido e implementado, com apoio da STI, novas regras de negócio nos sistemas informatizados locais.

b) Capacitação dos usuários dos sistemas informatizados do Tribunal para utilização das Tabelas Processuais Unificadas:

Desde a implantação das Tabelas Processuais Unificadas, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DGCJ, como integrante do Grupo Gestor Regional, tem trabalhado para seu constante aperfeiçoamento, com o objetivo de que somente os Assuntos, as Classes e os Movimentos das referidas tabelas sejam utilizados no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

Registra-se, ainda, que a DGCJ tem buscado a conscientização e promovido a capacitação dos usuários de seus sistemas informatizados. Para tanto, criou o "Manual de Orientação de Lançamentos" das Tabelas Processuais Unificadas, atualizado constantemente e disponibilizado no próprio sistema local, com glossários específicos e explicativos e com passo-a-passo para o correto lançamento dos movimentos.

Esse manual foi substituído no ano de 2011 pelas novas versões das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos com Acréscimos da Justiça do Trabalho (06.06.2011), disponibilizadas por meio do ATO GCGJT Nº 12/2011, cujos glossários passaram, diferentemente das versões anteriores, a conter todas as orientações necessárias aos servidores para o correto lançamento de movimentos e complementos.

Também visando à capacitação dos usuários, a DGCJ tem realizado cursos, ministrados por seus servidores, como ocorrido em 03 (três) oportunidades.

1º Grau: no dia 19.03.2010 e no período de 31.03 a 1º.04.2011, com a participação de servidores das Secretarias de Varas do Trabalho, cujos temas foram, respectivamente, "Tabelas Processuais Unificadas e seus reflexos nos sistemas estatísticos do Conselho Nacional de Justiça ('Justiça em Números') e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (e-Gestão)" e "Lançamento de Movimentos das Tabelas Processuais Unificadas para fins de informações estatísticas para o Sistema e-Gestão".

Para o 2º Grau: no dia 29.06.2011, com a participação de servidores de diversos setores envolvidos nas etapas de implantação do Sistema e-Gestão (2º Grau), sobre "Tabelas Processuais Unificadas e Sistema e-Gestão", conforme noticiado pelo ofício OF.TRT/GP/DGCJ N. 027/2011, de 17.06.2011.

Além disso, o Grupo Gestor Regional tem expedido diversas comunicações eletrônicas e orientações adicionais (também disponibilizadas no sistema informatizado local), informando as mudanças nos procedimentos a serem observados pelos usuários e os reflexos do lançamento dos movimentos nos sistemas estatísticos atuais (boletins) e em implantação ("Justiça em Números" e Sistema e-Gestão).

c) Participação do Diretor-Geral de Coordenação Judiciária como colaborador e integrante do Grupo Gestor Nacional das Tabelas Processuais Unificadas:

A convite do Exmo. Juiz Alexandre de Azevedo Silva, Coordenador do Grupo Gestor Nacional das Tabelas Processuais Unificadas no âmbito da Justiça do Trabalho até início do ano de 2011, o titular da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária do Tribunal, servidor Gilberto Tuller Esposito, participou, desde o 2º semestre do ano de 2009, como colaborador do referido grupo gestor, mais especificamente no trabalho de revisão das Tabelas Processuais de Movimentos e de Complementos do Conselho Nacional de Justiça e de Acréscimos de Movimentos da Justiça do Trabalho.

A partir de 2011, o referido servidor passou a integrar oficialmente o Grupo Gestor Nacional das Tabelas Processuais Unificadas da Corregedoria-Geral de Justiça do Trabalho, conforme ATO GCGJT Nº 10/2011, de 26.04.2011.

II – ACORDOS E CONVÊNIOS:

Dentre os acordos e convênios celebrados ou iniciados pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária no ano de 2011, em atividade de assessoria à Presidência do Tribunal

ou em cumprimento a determinações decorrentes de atos do próprio Regional, destacam-se:

1. ACIDENTE DE TRABALHO – Acordo de Cooperação entre o TRT/MS e a Procuradoria-Geral Federal em Mato Grosso do Sul – PF/MS:

Por meio de Proposição TRT/DGCJ N.º 02/2011 da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, da qual originou o Processo Administrativo 1546/2011-000, foi celebrado, em 30 de junho de 2011, Acordo de Cooperação entre o TRT da 24ª Região e a Procuradoria-Geral Federal no Estado de Mato Grosso do Sul para fins de implementação de medidas tendentes a subsidiar a PF/MS de informações sobre acidentes de trabalho.

O acidente de trabalho, para os fins do convênio, fica caracterizado quando houver condenação do empregador como responsável civilmente pela indenização por dano estético, material e moral, bem como pela indenização por dano moral coletivo, e se tais danos forem decorrentes do descumprimento de normas de proteção e segurança do trabalhador.

Para cumprimento do acordado, os juízes de primeira instância consignarão nas sentenças condenatórias o encaminhamento de cópia dessas à PF/MS, via correio eletrônico.

O fundamento legal para a formalização da cooperação é o art. 120 da Lei n. 8.213/91 que dispõe: “Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis”.

A finalidade do acordo é buscar, por meio da ação regressiva, reduzir o número de acidentes do trabalho provocados pela negligência do empregador quanto à observação das normas de segurança e higiene indicados para a proteção do trabalhador.

Ressalta-se que a implementação da medida também trará resultado positivo no sentido de diminuir os gastos da União no custeio dos auxílios e das pensões previdenciárias pagas aos trabalhadores ou às suas famílias, em razão de responsabilidade do empregador.

O ajuste firmado encontra-se alinhado à proposta do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, lançado pelo Tribunal Superior do Trabalho, por meio do qual busca conjugar esforços entre o Poder Executivo e o Judiciário para a adoção de uma política nacional permanente preventiva ao acidente de trabalho.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária ficou responsável, no âmbito do Tribunal, pelo acompanhamento e fiscalização do acordo, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93.

2. REDE INFOSEG - Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização:

A REDE INFOSEG integra os bancos de dados das secretarias de segurança pública de todos os estados e distrito federal, incluindo termos circunstanciados e mandados de prisão; o sistema de controle de processos do Superior Tribunal de Justiça; o sistema de CPF e CNPJ da Receita Federal; o RENACH - Registro Nacional de Carteira de Habilitação e RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); o SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, do Exército; o SINARM - Sistema Nacional de Armas, da Polícia Federal e o SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais, ambos da Polícia Federal. Estão em estudos e negociações outros sistemas para comporem a grande REDE INFOSEG.

A Presidência do Tribunal, assessorada pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, deu início, em 15 de julho de 2011, por meio do OF.TRT/GP/DGCJ N. 031/2011, as tratativas para celebração do Convênio entre o Tribunal e a REDE INFOSEG com a Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

A necessidade do Tribunal em acessar o banco de dados da REDE INFOSEG foi justificado diante das seguintes situações:

1º - efetuar pesquisa, por meio de busca fonética, para obtenção do CPF/CNPJ das partes: devido ao grande número de ações em que as partes não informam o CPF/CNPJ ou o informam incorretamente, o acesso ao banco de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da REDE INFOSEG, possibilitará a obtenção desses dados essenciais à tramitação das ações. Ressalta-se que a ausência do CPF/CNPJ impossibilita ao magistrado a adoção de medidas constritivas em que se faz uso desses dados, a exemplo do BACEN JUD, CCS, RENAJUD e INFOJUD, entre outros, e dificultará a expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, recém-instituída pela Lei n. 12.440/2011;

2º - proceder ao correto cadastramento dos endereços fornecidos pelas partes: o acesso à REDE INFOSEG possibilitará o correto cadastro dos endereços fornecidos pelas partes ou a averiguação de sua fidedignidade, informação essa de suma importância para que as intimações relativas às audiências da fase de conhecimento sejam efetivadas, e para que, na fase de execução, o oficial de justiça consiga efetuar a diligência de forma célere;

3º - possibilitar o acesso ao banco de dados de veículos, facultando a consulta ao Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM: o acesso ao banco de dados de veículos, por meio do RENAVAM na REDE INFOSEG, diminui uma das etapas para que magistrados e servidores habilitados possam obter informações sobre bens automotores das pessoas físicas ou jurídicas executadas. A extensão das consultas aos demais dados possibilitará ao magistrado proceder de forma efetiva às restrições necessárias à satisfação do débito trabalhista em execução, utilizando-se do Sistema RENAJUD.

Com a finalidade de formalizar a adesão, foi designado o servidor Gilmar Rodrigues, Assessor da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária como Coordenador da REDE INFOSEG no Tribunal, o qual ficou responsável pelo cadastramento de magistrados e servidores no sistema.

O acesso à REDE INFOSEG faz parte do Projeto “Informações Sociais de Executados”, do Plano Estratégico do Tribunal, que visa dar efetividade à execução

Antes da efetiva operacionalização do sistema foi expedida norma interna disciplinando o acesso às informações sigilosas e a forma de seu uso, materializada no Provimento n. 04, de 14 de outubro de 2011, da Corregedoria Regional, elaborado mediante iniciativa da DGCJ.

Em 28 de outubro de 2011, por meio dos ofícios OF.TRT/DGCJ N. 096/2011 e 97/2011 da Coordenação Judiciária, foram informadas às Varas do Trabalho parceiras (6ª de Campo Grande e Ponta Porã) a disponibilização do sistema, para fins de teste operacional, visando a liberação às demais Varas do Estado e cadastramento de servidores e juízes.

Com o retorno positivo do acesso à REDE, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária procedeu ao cadastramento de todas as Varas do Trabalho, de vários juízes e diretores de secretaria, para acesso ao sistema, principalmente aos bancos de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins de pesquisa, por meio de busca fonética, do CPF/CNPJ de pessoas físicas ou jurídicas, cuja importância foi vital no sucesso deste Tribunal na alimentação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3. Convênio para acesso ao CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional:

O CCS, Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, é um sistema de informações de natureza cadastral.

Sua função é permitir a identificação das instituições financeiras nas quais os clientes do sistema financeiro mantêm relacionamentos representados por bens, direitos e valores, como depósitos à vista, em poupança ou a prazo, entre outros produtos.

O cadastro contempla informações sobre relacionamentos bancários com as instituições participantes do sistema, mantidos diretamente pelos clientes ou por intermédio de

seus representantes legais ou procuradores.

O CCS não mantém informações sobre valores ou movimentações financeiras nem saldos de quaisquer contas ou aplicações.

O CCS entrou em funcionamento em 25 de julho de 2005, dando cumprimento ao art. 3º da Lei nº 10.701, de 9/7/2003, que incluiu dispositivo na Lei de Lavagem de Dinheiro (Art. 10-A da Lei nº 9.613/1998) determinando que o Banco Central mantenha "registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores".

O principal objetivo do CCS é auxiliar nas investigações financeiras conduzidas pelas autoridades competentes, mediante requisição de informações pelo Poder Judiciário, por meio de ofícios eletrônicos, ou por outras autoridades, quando devidamente habilitadas.

O CCS pode ser útil também ao cidadão ou empresa interessados em verificar a ocorrência de uso indevido de seu CPF ou CNPJ ou, ainda, na busca de relacionamentos bancários de pessoa falecida para fins de inventário.

Essa importante ferramenta de investigação de movimentação financeira por parte do correntista ou de terceiros (laranjas), apesar de estar assinado e disponível ao Tribunal, ainda não estava operante e devidamente divulgado.

Com a autorização da Presidência do Tribunal, a assessoria da Coordenação Judiciária contatou o CNJ e o Banco Central do Brasil que disponibilizaram os termos da adesão e informaram a forma de uso do sistema, os quais foram repassados à Corregedoria Regional, a quem incumbe a operacionalização, tendo em vista que o acesso se vale do mesmo usuário e senha utilizados para o sistema BACENJUD, cujo Máster é o Secretário da Corregedoria.

4. Convênio entre o Tribunal e a CEF para acesso às contas do FGTS:

A Presidência do Tribunal, assessorada pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, deu início, em 17 de outubro de 2011, por meio do OF.TRT/GP/DGCIJ N. 035/2011, as tratativas para celebração do Convênio entre o Tribunal e a Caixa Econômica Federal para consulta à base de dados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Com o intento de obter subsídios para embasar a celebração de futuro convênio, a Coordenação Judiciária procedeu à pesquisa com as Unidades interessadas para que informassem: a) a média mensal de ofícios expedidos com finalidade de obtenção de dados relativos à conta vinculada; e b) o tempo médio despendido para atendimento de tais solicitações pelo respectivo destinatário - CEF.

De posse desses dados, a necessidade do Tribunal em acessar as contas do FGTS foi justificada diante das seguintes situações:

a) necessidade de obtenção de extratos para aferição do valor depositado e da regularidade dos depósitos ocorridos, dentre outras hipóteses;

b) demora no retorno das informações prestadas pelo Órgão Gestor (Caixa Econômica Federal), quando solicitadas por meio de ofício, cujo tempo médio de resposta ficam entre 15 a 20 dias, dependendo da Vara do Trabalho de origem, o que tem demandado atraso na entrega prestação jurisdicional.

c) necessidade de dar efetividade à execução, um dos valores institucionais da Gestão Estratégica do Tribunal.

O acesso às contas do FGTS faz parte do Projeto Estratégico "Informações Sociais de Executados".

Com a autorização da Presidência do Tribunal, a Coordenação Judiciária expediu ofício OF.TRT/DGCIJ N. 095/2011, de 19 de outubro de 2011, solicitando ao Superintendente da CEF a viabilização, até a implementação do acordo de cooperação proposto, consultas pelas Unidades Judiciárias do TRT da 24ª à base de dados do FGTS via e-mail, relacionando os e-mails por intermédio dos quais seriam feitas as solicitações e, bem como recepcionadas as respectivas respostas.

A celebração do referido convênio deverá ser concluída no ano de 2012 pela Presidência do Tribunal, com a assessoria da Coordenação Judiciária.

5. Termo de Cessão de Uso de Espaço Físico celebrado entre o TRE/MS e o TRT/MS – Cessão de Uso de Espaço Físico do Fórum Eleitoral de Costa Rica para uso pela Vara Itinerante do Trabalho de Cassilândia:

A Constituição Federal em seu art. 115, § 1º, prevê a instalação da Justiça do Trabalho itinerante, a qual possui a finalidade de viabilizar o acesso da população aos serviços do Poder Judiciário, dificultado pelas distâncias entre as varas do trabalho e os municípios que compõem a jurisdição, em obediência ao princípio constitucional do acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CF).

Nos moldes do Planejamento Estratégico do TRT da 24ª Região, as atividades da Justiça Itinerante propiciam a consecução dos valores institucionais do Órgão, consubstanciados no atendimento das necessidades e expectativas dos clientes externos de forma eficiente e eficaz, bem como na possibilidade de ampliação de parcerias com outras instituições públicas e privadas.

A Presidência do Tribunal, assessorada pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, e mediante pedido da OAB/MS, Subseção de Costa Rica, deu início, em 14 de fevereiro de 2011, por meio reunião agendada no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, às tratativas para celebração do Convênio entre este Tribunal o TRE/MS para Cessão de Uso de Espaço Físico do Fórum Eleitoral de Costa Rica para uso pela Vara Itinerante do Trabalho de Cassilândia.

Ante o início das tratativas com o TRE para fins de cessão de sala no Fórum Eleitoral do Município de Costa Rica, e com o objetivo de planejar a instalação da unidade itinerante trabalhista naquela municipalidade, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária realizou consulta ao Juízo da Vara de Cassilândia em relação aos seguintes aspectos: a) quantidade de processos passíveis de audiência no Município de Costa Rica (usar média de 2010); b) quantidades de deslocamento por mês; c) quantidade de dias de audiência por deslocamento; d) dia(s) da semana em que se fará(ão) a(s) audiência(s); e) quantidade de audiências por dia; f) qual o período realização das audiências (manhã ou tarde, ou ambos os períodos); g) quantidade média de pessoas a serem atendidas por dia de audiência; h) mínimo de móveis ou outras funcionalidades que deverá ter a sala para audiência e o ambiente receptivo para propiciar ao magistrado, advogados e partes envolvidas o conforto necessário para o desenvolvimento dos trabalhos.

De posse dessas informações, foi apresentado pela Diretoria-Geral do TRE/MS minuta de Termo de Cessão de Uso Gratuito de Espaço Físico no Foro Eleitoral do Município de Costa Rica entre o TRE/MS e TRT/24. Após revisão, alteração e correção do Termos pela assessoria da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, o texto foi aprovado pela Presidência do Tribunal e pelo TRE/MS, e transformou-se no Projeto de Vara Itinerante no Município de Costa Rica, autuado como Processo Administrativo n. 1427/2011 neste Tribunal, com acompanhamento da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa.

O Termo de Cessão foi assinado no dia 07 de julho de 2011, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

De acordo com o Termo, a Justiça do Trabalho da 24ª Região terá a seu dispor sala apropriada para a realização das audiências da Vara Itinerante no prédio que abriga a 38ª Zona Eleitoral situada no Município de Costa Rica, cujas atividades serão desenvolvidas pela Vara do Trabalho de Cassilândia, que possui jurisdição sobre aquele Município.

III – ATOS:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária - DG CJ elaborou, durante o ano de 2011, minuta de 14 (quatorze) Portarias GP/DG CJ e expediu 01 (uma) Orientação, a seguir

nominadas:

1. Portarias:

Portaria GP/DGCJ n. 001/2011, de 02.02.2011: Instituição do Grupo de Trabalho para desenvolvimento e implantação de processo eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região;

Portaria GP/DGCJ n. 002/2011, de 10.03.2011: Atualização do Regulamento que disciplina o funcionamento da Seção de Biblioteca;

Portaria GP/DGCJ n. 003/2011, de 25.03.2011: Delegação, aos juízos de primeiro grau, da execução de decisões proferidas em ações de competência do Tribunal;

Portaria GP/DGCJ n. 004/2011, de 25.03.2011: Cobrança de custas processuais, em ações de competência do Tribunal, quando a condenação se restringir à determinação de seu pagamento;

Portaria GP/DGCJ n. 005/2011, de 15.04.2011: Instituição do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da Justiça do Trabalho da 24ª Região;

Portaria GP/DGCJ n. 006/2011, de 22.09.2011: Procedimentos a serem observados, no âmbito da 24ª Região, para a expedição de certidões negativas e positivas de débitos trabalhistas pela Justiça do Trabalho;

Portaria GP/DGCJ n. 007/2011, de 28.09.2011: Prorrogação dos prazos para o recolhimento dos depósitos recursais, depósitos judiciais e custas processuais e de outros atos cuja prática necessite de serviço bancário, no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, em virtude de movimento paredista dos bancários;

Portaria GP/DGCJ n. 008/2011, de 18.10.2011: Estabelece a data para a contagem dos prazos, estabelecidos em virtude do movimento grevista dos bancários, no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região;

Portaria GP/DGCJ n. 009/2011, de 28.10.2011: Suspensão dos prazos processuais, no período de 07 a 18 de novembro de 2011, no âmbito do primeiro grau de jurisdição da Justiça do Trabalho da 24ª Região, para fins de registro de dados no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas;

Portaria GP/DGCJ n. 010/2011, de 11.11.2011: Suspensão no atendimento ao público na Seção de Arquivo Geral do TRT da 24ª Região no período de 11 a 18 de novembro de 2011;

Portaria GP/DGCJ n. 011/2011, de 21.11.2011: Alteração do parágrafo único do art. 3º da Portaria GP/DGCJ N. 009/2011, que trata da compensação do recesso forense no mês de janeiro/2012;

Portaria GP/DGCJ n. 012/2011, de 21.11.2011: Suspensão dos prazos processuais, nos períodos de 12 a 19 de dezembro de 2011 e 09 a 13 de janeiro de 2012, no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região;

Portaria GP/DGCJ n. 013/2011, de 15.12.2011: Instituição do Núcleo Permanente de Apoio às Execuções Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região; e

Portaria GP/DGCJ n. 014/2011, de 19.12.2011: Atividades judiciárias dos órgãos da Justiça do Trabalho da 24ª Região no período específico do recesso forense 2011-2012.

2. Orientação:

Orientação DGCJ n. 005/2011, de 27.09.2011: Procedimentos que devem observados pelas unidades judiciárias do 1º e 2º Graus, para cumprimento da Resolução Administrativa Nº 1470/2011 do TST e da Portaria GP/DGCJ N. 006/2011.

IV – OUTRAS ATIVIDADES:

Em cumprimento a determinações decorrentes de atos do próprio Tribunal, bem como do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, destacam-se:

1. Implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT (Acordo de Cooperação Técnica nº 51/2010 do CNJ/TST/CSJT e Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010 do TST/CSJT/TRT'S):

Em 29 de março de 2010, por ocasião da celebração do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 51/2010 entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Justiça do Trabalho aderiu, oficialmente, ao Processo Judicial Eletrônico – PJe. O projeto tem como meta elaborar um sistema único de tramitação eletrônica de processos judiciais.

Na mesma data, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010, assinado entre o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, todos os órgãos da Justiça do Trabalho passaram a integrar o projeto.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária é a responsável em assessorar a Presidência do Tribunal na implantação do PJe-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, bem como pelo planejamento, coordenação, direção e acompanhamento da implementação e apresentação de soluções e eventuais correções para o realinhamento com vista a alcançar o objetivo.

1.1- Ofício Circular CSJT.GP.SG Nº 15/2011, do Conselho Superior da Justiça (Sugestões para o planejamento relativo à implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT)

Em atenção ao Ofício Circular CSJT.GP.SG Nº 15/2011, da lavra do Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, assessorou a Presidência do Tribunal na apresentação de sugestões para o planejamento relativo à implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT, as quais foram encaminhadas ao CSJT por meio do OF.TRT/GP/DGCJ N. 029/2011, de 12 de julho de 2011, que podem assim ser resumidas:

a) Implantação paulatina, com estabelecimento de unidades-piloto: que a implantação, no âmbito de cada Região Judiciária, seja realizada de forma paulatina, com o estabelecimento de unidades-piloto;

b) Conversão do meio físico para o eletrônico dos processos em trâmite: que seja facultativa – e não obrigatória – a conversão do meio físico para o eletrônico dos processos em trâmite;

c) Momento para conversão do meio físico para o eletrônico: que, sendo obrigatória a conversão do meio físico para o eletrônico dos processos em trâmite (item “b”), esta seja realizada somente por ocasião de mudança da fase processual ou da instância; e

d) Instituição de grupo responsável pela implantação do PJe/JT no âmbito da Região Judiciária: que os Regionais instituam comitês ou grupos gestores responsáveis pela implantação do PJe/JT no âmbito das respectivas jurisdições.

1.2- Ofício Circular CSJT.GP.SG Nº 16/2011, do Conselho Superior da Justiça (Informação da lotação individualizada dos setores a serem afetados com a implantação do PJe/JT, bem como relaciona eventuais impactos nas estruturas da Justiça do Trabalho da 24ª Região decorrente dessa implantação)

Em atenção ao Ofício Circular CSJT.GP.SG Nº 16/2011, da lavra do Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, assessorou a Presidência do Tribunal na apresentação de informações quanto à lotação individualizada de servidores e setores a serem afetados pela implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT, bem como procedeu à ampla pesquisa com os Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal, aos Juízes Titulares de Vara do Trabalho, às Diretorias de Foro, às Seções de Distribuições de Primeiro Grau e aos Diretores da Área Judiciária do Tribunal (SECOR, STP, SEJUD, SEDOC) e da Tecnologia da Informação, para informarem quanto a eventuais impactos na implantação do PJe-JT nos trabalhos desenvolvidos pelas respectivas Unidades.

De posse das informações prestadas, a Diretoria-Geral apresentou à Presidência do Tribunal um resumo das áreas e servidores a serem impactados pela implantação do sistema, bem como relatou, de forma ordenada, os aspectos positivos e negativos nas estruturas de pessoal e de trabalho, bem como relacionou as sugestões ou soluções apresentadas pelas Unidades que se manifestaram.

O ofício OF.TRT/GP/DGCJ N. 032/2011, de 25 de agosto de 2011, encaminhou ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho as seguintes informações:

- a) quantidade de setores a serem afetados pela implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe/JT, com as respectivas lotações de servidores; e
- b) relatório das manifestações prestadas pelas Unidades pesquisadas relativamente aos impactos nas estruturas de pessoal e de trabalho com a implantação do PJe/JT.

1.3- Ofício Circular CSJT.GP.SG Nº 17/2011, do Conselho Superior da Justiça (Sugestões para elaboração de projeto de capacitação e treinamento dos futuros usuários do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT)

Em atenção ao Ofício Circular CSJT.GP.SG Nº 17/2011, da lavra do Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN, Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, assessorou a Presidência do Tribunal na apresentação de sugestões para a elaboração de projeto de capacitação e treinamento dos futuros usuários do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT, as quais foram encaminhadas ao CSJT por meio do OF.TRT/GP/DGCJ N. 030/2011, de 12 de julho de 2011, que podem assim ser resumidas:

a) Capacitação de magistrados e servidores da área judiciária: que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho promova a capacitação de magistrados e servidores da área judiciária de cada Regional, indicados pelas respectivas Presidências, em formato que garanta aos capacitados efetivo treinamento no sistema a ser implantado, para que estes se tornem multiplicadores no âmbito das respectivas jurisdições;

b) Participação, nos eventos de capacitação, de integrantes dos grupos responsáveis pela implantação na Região Judiciária: que seja oportunizada a participação, nos eventos de capacitação a ser promovida pelo CSJT (item “a”), de integrantes do grupo (comitê ou grupo gestor regional) responsável pela implantação do sistema no âmbito da respectiva jurisdição, para que estes, na função de interlocutores entre a área judiciária e a de tecnologia da informação, auxiliem no planejamento da capacitação e treinamento dos demais usuários internos, cujo conteúdo será ministrado por aqueles magistrados e servidores multiplicadores (item “a”); e

c) Envolvimento das Escolas Judiciais no processo de capacitação e treinamento dos futuros usuários: que as Escolas Judiciais dos Regionais estejam integradas no processo de capacitação e treinamento dos usuários do PJE/JT, em razão do imprescindível apoio administrativo, mormente em razão do grande número de magistrados e servidores a serem capacitados e treinados.

2. Instituição do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Resolução n.º 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça):

A Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, dispôs sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e deu outras providências.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal nos estudos necessários à implantação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos previsto na Resolução n. 125/2010 do CNJ. Efetuou pesquisas e elaborou respostas aos questionários enviados pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça sobre o referido tema nos meses de março e junho de 2011.

Em 31 de março de 2011, a Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal na recepção ao Exmo Juiz Federal Sidmar Dias Martins, membro do Comitê Gestor da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, que veio conhecer os trabalhos relacionados à conciliação e à implantação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

No dia 15 de abril de 2011, foi expedida pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária a Portaria GP/DGCJ N. 005/2011 que instituiu, no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Referida Portaria foi referendada pela Resolução Administrativa n. 50/2011.

Entre as motivações que convergiram para a implementação do Núcleo, destacamos duas:

a) a Justiça do Trabalho tem por finalidade precípua a busca pela harmonização das relações de trabalho, preferencialmente por meio da conciliação, nos termos do art. 764 da CLT, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento da cidadania e da paz social; e

b) a proatividade e a efetividade que são valores institucionais previstos no Planejamento Estratégico do TRT da 24ª Região, consubstanciados na antecipação aos fatos com ações preventivas e na garantia de que as decisões alcancem resultados concretos para os jurisdicionados, nos menores prazos e custos possíveis.

3. Instituição do Núcleo Permanente de Apoio às Execuções Trabalhistas (Meta n. 5/2011 do Poder Judiciário, específica da Justiça do Trabalho):

As diretrizes consignadas na Meta 5 de 2011 do Poder Judiciário, elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça previu, especificamente para Justiça do Trabalho, a criação de um núcleo de apoio de execução, como unidade de apoio ao processamento de execuções trabalhistas.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal nos estudos necessários à implantação do Núcleo Permanente de Apoio às Execuções Trabalhistas prevista na referida Meta 5 de 2011. Participou de reuniões com o Presidente do Tribunal, com o Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Campo Grande e com o Núcleo de Gestão Estratégica. Efetuou pesquisas e elaborou minuta de portaria sob a coordenação do Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Campo Grande.

No dia 15 de dezembro de 2011, foi expedida pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária a Portaria GP/DGCJ N. 013/2011 que instituiu, no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, o Núcleo Permanente de Apoio às Execuções Trabalhistas. Referida Portaria foi referendada pela Resolução Administrativa n. 05/2012.

Entre as motivações que convergiram para a implementação do Núcleo, destacamos duas:

a) a necessidade de prover os juízos que processam execuções trabalhistas de mecanismos para maior eficiência na localização de bens penhoráveis e de pessoas; e

b) a necessidade de ampliar os meios para que, nas execuções trabalhistas, a satisfação dos créditos possa ocorrer com efetividade e celeridade;

O Núcleo possui como objetivos principais:

a) prover mecanismos para maior eficiência na localização de bens penhoráveis e de pessoas, de modo a proceder à efetiva satisfação dos créditos em menor tempo; e

b) promover a centralização das execuções frustradas e de difícil solução, em conjunto com as varas do trabalho, buscando a efetividade na entrega da prestação jurisdicional;

4. Implantação da Assistência Jurídica Voluntária no âmbito dos Tribunais (Resolução nº 62/2009 do CNJ):

O Conselho Nacional de Justiça instituiu por meio da Resolução nº 62/2009, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária no âmbito dos Tribunais.

Por meio do expediente o Acompanhamento de Resolução nº 0200115-52-2009.2.00.0000, Protocolado sob n. 1363/2011-60, o CNJ requereu, aos Tribunais, informações atualizadas acerca do cumprimento da Resolução nº 62/2009.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária ficou responsável em assessorar a Presidência do Tribunal na implantação da assistência jurídica voluntária âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região, bem como pelo planejamento, coordenação, direção e acompanhamento dessa implantação, com apresentação de soluções e eventuais correções para o realinhamento com vista a alcançar o objetivo.

Em análise à referida Resolução, verificou-se que os artigos 1º, 5º e 6º, determinam que os tribunais, diretamente ou mediante convênio de cooperação a ser celebrado com a Defensoria Pública da União e do Estado, com a Ordem dos Advogados do Brasil e com as instituições de ensino, entre outras entidades, implementem meio de cadastramento, preferencialmente informatizado, de advogados voluntários interessados na prestação de assistência jurídica sem contraprestação pecuniária do assistido ou do Estado, a qualquer título.

Assim, a Presidência do Tribunal, com a assessoria da DG CJ, oficiou à Defensoria Pública da União/MS, à Defensoria Pública do Estado, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Mato Grosso do Sul e às Instituições de Ensino Superior que oferecem formação em Ciências Jurídicas, com cópia da Resolução, para que informassem a existência de interesse em estabelecer parceria com este Tribunal para fins de prestação de serviços de assistência jurídica voluntária na seara trabalhista.

Com as informações consolidadas pela Coordenação Judiciária, as respostas foram divididas nas seguintes situações:

a) Instituições que manifestaram interesse em firmar acordo de cooperação com este Tribunal para fins de prestar assistência jurídica voluntária, nos termos da Resolução n. 62/2009 do CNJ;

b) Instituições que deixaram transcorrer o prazo sem manifestação quanto ao proposto por este Tribunal:

c) Instituições que manifestaram não ter interesse em celebrar o acordo com este Tribunal para fins da Resolução acima nominada.

Ante o interesse manifestado de algumas instituições, a Presidência do Tribunal, por meio da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária oficiou as Varas do Trabalho, cujas jurisdições englobam as Instituições de Ensino que possuem interesse em firmar acordo de cooperação com este Tribunal, com cópia dos ofícios encaminhados, bem como da Resolução n. 62/2009 do CNJ, para conhecimento e manifestação.

Oficiou-se também a Ordem dos Advogados do Brasil - MS para informar se a assistência jurídica voluntária a ser prestada abrangerá todas as Subseções do Estado ou se restringirá aos processos das Varas do Trabalho de Campo Grande.

A implantação da referida assistência jurídica voluntária deverá ser concluída no ano de 2012 pela Presidência do Tribunal, com a assessoria da Coordenação Judiciária.

5. Metas Nacionais do Judiciário para 2011 do Conselho Nacional de Justiça:

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ e os tribunais brasileiros traçaram quatro metas gerais a serem cumpridas pelo Judiciário e uma meta específica da Justiça do Trabalho para o ano de 2011, com o objetivo de proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária – DGCJ, expediu a Portaria GP/DGCJ n.º 013/2011 que instituiu o Núcleo Permanente de Apoio às Execuções Trabalhistas em cumprimento da Meta 5 (“Criar um núcleo de apoio de execução”).

As informações quanto à atuação e demais providências adotadas para a instituição do Núcleo encontram-se descritas no relatório acima (item 6, dos Projetos Desenvolvidos pela DGCJ).

Além disso, assessorou a Presidência do Tribunal no acompanhamento da Meta 3: (Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal). Nesse trabalho, com o apoio do Gabinete de Estatística, realizou-se o controle quantitativo de processos envolvidos, bem como o procedimento de registro, mensal, em sistema próprio, das informações requeridas pelo CNJ.

Foram essas as Metas do Poder Judiciário Trabalhista para o ano de 2011:

Metas Gerais do Poder Judiciário:

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta Específica da Justiça do Trabalho:

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

6. Pesquisa 100 maiores litigantes do Poder Judiciário (Ofício-Circular n. 790/GP-DPJ/2011 do CNJ):

A pesquisa “100 maiores litigantes” do Poder Judiciário, visa debater alternativas para reduzir o grande número de processos envolvendo esses órgãos, além de prevenir a entrada de novas ações. Essa pesquisa é coordenada nacionalmente pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ em todos os tribunais do país.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal, juntamente com a Secretaria da Tecnologia da Informação, nos estudos necessários à pesquisa nos bancos de dados para identificar os “100 maiores litigantes” de Primeiro Grau de Jurisdição da Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul, no período compreendido de 1º de janeiro de 2011 a 31 de outubro de 2011, a fim de subsidiar na implementação de políticas e ações do Poder Judiciário na melhoria da prestação jurisdicional.

Por meio do ofício OF.TRT/GP/DGCJ N. 038/2011, de 09 de dezembro de 2011, foi encaminhado ao CNJ planilha contendo a identificação dos “100 maiores litigantes” da Justiça do Trabalho da 24ª Região, conforme solicitado no Ofício-Circular CNJ n. 790/GP-DPJ/2011.

Destacam-se abaixo, do rol encaminhado, os 20 maiores litigantes de Primeiro Grau:

N. Ordem	EMPRESA	Qt. Proc
1	Seara Alimentos S.A.	767
2	JBS S.A.	748
3	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA	725
4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	564
5	Agrisul Agrícola Ltda.	531
6	Marfrig Alimentos S.A.	482
7	Homex Brasil Construções Ltda	343
8	União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional)	334
9	Caixa Econômica Federal	278
10	All - América Latina Logística S.A.	278
11	BRF - Brasil Foods S.A.	249
12	São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.	225
13	Frigorífico Mataboi S.A.	222
14	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	204
15	Independência S.A.	187
16	Fibria - MS Celulose Sul-Matogrossense Ltda.	177
17	Solução Prestadora de Serviços Gerais Ltda	161
18	RP Vias Ltda	157
19	Ldc Bioenergia S/A	153
20	Modolar Serviços e Instalações Ltda	137

7. Utilização do Selo, Logomarca e do Carimbo Comemorativos dos 70 anos da Justiça do Trabalho (ATO CONJUNTO N.º 10/2011 - TST.CSJT.GP):

O Ato Conjunto n.º 10/2011 - TST.CSJT.GP, de 3 de maio de 2011, instituiu o Selo, a Logomarca e o Carimbo Comemorativos do 70º Aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho no Brasil e recomendou a sua utilização pelos órgãos da Justiça do Trabalho nas respectivas comunicações oficiais.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal na divulgação da logomarca a todos os órgãos de primeiro grau e área judiciária do Tribunal, recomendando o uso nas comunicações oficiais.

Juntamente com o Cadastramento Processual e a Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa foi realizada pesquisa para aquisição do selo e do carimbo comemorativos para utilização nas comunicações oficiais do Tribunal.

8. Cadastro Nacional de Entes Públicos – CNEP (Resolução CNJ n. 76/2009 - Ofício Circular n. 456/SG - DPJ/2011):

O Cadastro Nacional de Entes Públicos – CNEP é um sistema que disponibiliza lista de entes da Administração das três esferas do poder público que são demandados ou demandantes em algum órgão do Poder Judiciário.

Com o CNEP, o processo de cadastro dos entes durante a autuação de qualquer processo judicial passa a ser padronizado.

O Cadastro visa facilitar a identificação desses entes públicos e auxiliar o preenchimento dos indicadores, previstos na Resolução-CNJ n. 76/2009, para constar no relatório Justiça em Números.

O CNEP será operado por um grupo de servidores e membros do Poder Judiciário autorizados a utilizar o sistema de controle de acesso. A coordenação, as alterações e os novos cadastramentos estão sob a responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

Fazem parte do CNEP atualmente 12.801 entes públicos que pertencem à Administração Pública – direta e indireta – das três esferas do poder público: Federal, Estadual e Municipal.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal na coleta dos dados dos servidores e magistrados para ter acesso ao Cadastro Nacional de Entes Públicos decorrente da implantação da Resolução n. 76/2009 do CNJ. Para tanto, encaminhou formulário para preenchimento por parte das unidades interessadas, consolidou as informações, e acompanhou as respostas, encaminhando o arquivo à Secretaria-Geral da Presidência para envio, por meio de e-mail, ao CNJ, nos termos do Ofício Circular n. 456/SG - DPJ/2011.

Para consecução do objetivo, foi feita interlocução com as unidades de Primeiro e Segundo Grau de Jurisdição que trabalham na autuação de processos judiciais ou na alteração dos dados cadastrais no Sistema Judice, solicitando o preenchimento do formulário aos seguintes setores: Varas do Trabalho, Diretorias de Foro, Distribuição de Feitos, Cadastro Processual, Secretaria da Corregedoria e Gabinete Especializado de Precatórios.

9. Sistema Malote Digital (Resolução nº 100/2009 do CNJ; Ato nº 62/TST.GP do TST; Ato Conjunto CSJT/TST Nº 05/2010 do CSJT e TST; e Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0007425-96.2009.2.00.0000 do CNJ):

O Malote Digital é um sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente. O sistema (originalmente chamado Hermes) foi desenvolvido pelo TJ-RN para uso interno. Posteriormente, foi cedido por meio de convênio ao CNJ, onde sofreu adaptações para permitir a troca eletrônica de correspondências entre diversos órgãos do Poder Judiciário, passando a ser conhecido como Malote Digital.

Atualmente, o sistema é utilizado por todo o Poder Judiciário em substituição à remessa física de comunicações nos termos da Resolução nº 100/2009/CNJ, acelerando o trâmite de documentos, representando uma significativa economia ao erário.

No âmbito da Justiça do Trabalho, a administração procedeu a regulamentação do uso do malote digital, com a publicação do Ato nº 62/TST.GP, da presidência do tribunal, e do Ato Conjunto CSJT/TST Nº 05, de 10 de fevereiro de 2010. O assunto foi amplamente divulgado a todos os tribunais regionais do Trabalho, por meio de ofício circular.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária recebeu da Presidência do Tribunal a atribuição de gerenciamento do Sistema Malote Digital no âmbito da 24ª Região, com a finalidade de administrar o uso e realizar a fiscalização do Sistema. Dessa forma, as Unidades Organizacionais passaram a ter uma referência na Administração do Tribunal para solicitar inclusões de usuários e setores no Sistema, bem como proceder às alterações e exclusões de pessoas e setores já cadastrados.

Com fundamento nessa competência, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária procedeu à revisão das disposições das Unidades Organizacionais, com o acréscimo e a exclusão de setores do Sistema Malote Digital, conforme contato estabelecido com as diversas Unidades e autorização para tal fim. Procedeu também à revisão dos usuários vinculados às respectivas Unidades, com exclusão e inclusão de servidores e magistrados, considerando as respectivas mudanças de lotação.

As alterações propostas foram encaminhadas à Secretaria de Informática para implementação no sistema.

Ainda em relação à coordenação dos trabalhos relativos ao Malote Digital, esta Diretoria-Geral procedeu, em resposta ao expediente Protocolo n. 2312/2009-60 (Resolução n. 100/2009 – CNJ), cumprimento à recomendação do CNJ constante do despacho proferido no Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0007425-96.2009.2.00.0000, ao cadastramento de unidades receptoras de Carta de Ordem e Carta Precatória do TRT da 24ª Região no Sistema de Malote Digital, de forma a preencher lacuna existente até então no referido Sistema.

10. Semana Nacional de Conciliação (Resolução n. 125/2010 do CNJ e Semana Nacional da Execução Trabalhista (Ato CSJT.GP.SG. Nº 195, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011):

A Semana Nacional de Conciliação trata-se de campanha, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionar o conflito. A medida faz parte da meta de reduzir o grande estoque de processos na justiça brasileira.

A Semana Nacional da Execução Trabalhista foi instituída no âmbito da Justiça do Trabalho pelo ATO CSJT.GP.SG. Nº 195/2011. No seu art. 1º diz que a “Semana Nacional da Execução Trabalhista” realizar-se-á anualmente no âmbito dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, na primeira semana completa do mês de junho, e tem com objetivo a implementação de medidas concretas e coordenadas com vistas a conferir maior efetividade à execução trabalhista.

Nesse ano de 2011 a Semana Nacional de Conciliação e a Semana Nacional da Execução Trabalhista ficaram a cargo do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, com o apoio da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária no acompanhamento dos resultados e na divulgação das informações ao público interno e ao público externo.

A DGCI trabalhou também na interlocução com a Secretaria de Tecnologia da Informação, com as Varas do Trabalho, com o CNJ e com o CSJT, com vistas às regras de negócios para fins de coleta de dados estatísticos, orientações às unidades jurisdicionais de Primeiro e Segundo Grau no registro das informações no sistema informatizado, na compilação de informações relativas aos resultados e à sua divulgação.

Com o apoio do Gabinete de Estatística, realizou-se o controle quantitativo de processos envolvidos, bem como o procedimento de registro, em sistema próprio, das informações requeridas pelo CNJ/CSJT e pelo Núcleo.

11. Divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores (Resolução nº 121/2010 do CNJ):

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 121/2010, disciplinou a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais, além de outras providências.

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, em análise à referida Resolução, verificou que o artigo 4º, § 1º, inciso II, determina que as consultas públicas na rede mundial de computadores nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho devem ser restritas ao número do processo. Todavia, o Tribunal disponibilizava a consulta pública de processos por número de inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

Assim, a Presidência do Tribunal, com a assessoria da DGCI, determinou à Secretaria de Informática o redirecionamento da consulta por número de inscrição na OAB ao campo específico do advogado, permitida somente mediante utilização de “login” e senha para acesso; bem como oficiou à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul e à Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso do Sul, para conhecimento e divulgação da decisão.

Por fim, em atenção ao Ofício Circular GCGJT nº 003/2011, da lavra do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, assessorou a Presidência do Tribunal nos esclarecimentos sobre o critério único de consulta pela numeração do processo e a impossibilidade de pesquisa pelas ferramentas de busca a dados processuais pelo nome das partes, os quais foram encaminhadas à CGJT por meio do OF.TRT/GP/DGCJ N. 036/2011, de 17 de novembro de 2011.

12. Atividades de apoio às Varas do Trabalho

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária é responsável pela interlocução institucional, quando determinada, entre a Presidência e as unidades do 1º e 2º graus de jurisdição, da área administrativa e pela apresentação de proposições à Presidência para melhoria dos trabalhos desenvolvidos pela área judiciária do Tribunal.

Com essas atribuições foram desenvolvidas as seguintes atividades em apoio às Varas do Trabalho:

12.1 Proposta de Leilão Judicial Eletrônico – Canal Judicial:

Por intermédio da assessoria da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, a Presidência do Tribunal deu início à abertura de diálogo com os Juízes e Varas do Trabalho para conhecimento de nova ferramenta de leilão eletrônico, desenvolvido pela empresa S4B DIGITAL DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA MULTIMÍDIA LTDA. (Canal Judicial).

Por meio do ofício OF. CIRCULAR/DGCJ N. 008/2011, de 16 de maio de 2011, foi encaminhada aos Juízes e Varas cópia do material fornecido pela empresa Canal Judicial, para conhecimento e manifestação sobre o interesse das Unidades nos serviços prestados pela empresa em referência.

A DGCJ organizou, com a autorização da Presidência do Tribunal, a apresentação do Sistema de Leilão Eletrônico do Canal Judicial na Egrégia 1ª Vara do Trabalho de Três Lagoas para magistrados e servidores, tendo em vista o interesse dessa unidade em conhecer a ferramenta tecnológica. Sugeriu que a apresentação também incluísse a participação de magistrados da 2ª Vara de Três Lagoas, além dos servidores dessa Vara e do Foro Trabalhista.

A apresentação em Três Lagoas ocorreu no dia 19 de outubro de 2011, às 9h., conforme agendamento comum entre as unidades de Três Lagoas e a disponibilidade da empresa interessada.

O Canal Judicial agradeceu a oportunidade e a credibilidade fornecidas, e ressaltou a atuação modernizadora, transparente, eficiente e amplamente comprometida com a agilidade da prestação jurisdicional com a qual norteia o TRT da 24ª Região.

12.2 Orientações sobre lançamento das contribuições previdenciárias e fiscais nos boletins estatísticos:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, com o apoio do Gabinete de Estatística, orientou as Varas do Trabalho quanto à forma lançamento das contribuições previdenciárias e fiscais nos boletins estatísticos, tendo em vista as omissões relacionadas em planilhas encaminhadas pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do C. Tribunal Superior do Trabalho.

12.3 Orientações sobre cadastramento de ações por município de origem; recontagem dos processos da Vara do Trabalho de Rio Brilhante relativo ao Município de Maracaju:

Nos autos do expediente Protocolo n. 0070/2011-60, a Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, com o apoio do Gabinete de Estatística, orientou as Varas do Trabalho

quanto aos critérios para registro do “município de origem” no momento do cadastramento das ações no sistema informatizado do Tribunal.

A oportunidade ocorreu em razão da solicitação da OAB/MS, Seccional de Maracaju, para criação de Vara do Trabalho naquela municipalidade com base em dados obtidos na Vara do Trabalho de Rio Brilhante, dados esses que não conferiam com os constantes da Estatística do C. Tribunal Superior do Trabalho.

Em face do ocorrido, a Presidência do Tribunal, assessorado pela Coordenação Judiciária, observou às Varas do Trabalho, principalmente aos servidores que trabalham no cadastramento das ações, a importância do correto lançamento do município de origem da causa, em especial para a criação de novas Varas do Trabalho.

Foram esses os esclarecimentos:

a) O Tribunal Superior do Trabalho orienta às Varas para que a informação sobre a “Origem das Ações por Município” deve ser considerada “o município onde se deu a prestação de serviço ou o município da celebração do contrato de trabalho”, e que essa informação “é utilizada para orientar projetos de criação de novas Varas” (Orientações para preenchimento do boletim estatístico de Varas do Trabalho);

b) A Vara deve ficar atenta para não haver confusão entre os critérios para a informação do “município de origem” da ação e o critério para definição do município para realização de atividade itinerante, que, neste caso, é aquele onde reside o reclamante (hipossuficiente);

c) A não-observância, no momento do cadastramento da ação no sistema informatizado do Tribunal dos critérios para informação do “município de origem”, provocará distorções nos dados estatísticos objeto de análise pelos Conselhos Superiores quando da proposição de criação de novas Varas do Trabalho;

Em face das orientações acima, foi solicitado às Varas do Trabalho, por meio do ofício OF. CIRCULAR/DGCJ N. 003/2011, de 04 de março de 2011, a observação dos referidos critérios, e a devida correção quanto a forma de cadastramento, caso os critérios não estejam sendo observados.

12.4 Aquisição de livros de cálculos trabalhistas para as Varas do Trabalho:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, nos autos do expediente Protocolo n. 6079/2010-100, em 21 de fevereiro de 2011, propôs à Presidência do Tribunal a aquisição da obra “Cálculos Judiciais Trabalhistas”, de autoria de Juarez Varallo Pont, tendo em vista que a Resolução 63, de 2 de junho de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho prever a lotação de um calculista em cada Vara do Trabalho deste Tribunal.

A proposição foi prontamente atendida, com a compra de uma unidade para cada Vara do Trabalho, e o destaque para a sua finalidade: a obra poderá vir a contribuir com a formação e aperfeiçoamento de calculistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

12.5 Apoio à 2ª Vara do Trabalho de Dourados na seleção de peritos contadores, médicos e engenheiros:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, em auxílio à 2ª Vara do Trabalho de Dourados, realizou a interlocução com as demais unidades da Capital para identificar os peritos mais atuantes de cada área profissional dessas unidades.

Justificou-se a mediação, tendo em vista a necessidade/dificuldade de a Vara de Dourados nomear perito nas áreas de contabilidade, engenharia e medicina, devido à escassez desses profissionais naquela cidade.

Com as informações consolidadas, foi encaminhada relação de peritos indicados pelas Varas do Trabalho e relação geral de peritos cadastrados no Tribunal, por área de atuação (contadoria, engenharia e medicina), cujos telefones e endereços completos foram discriminados.

12.6 Apoio e Coordenação dos Trabalhos das Varas do Trabalho Itinerantes:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária assessorou a Presidência do Tribunal na análise e no deferimento de pedidos de realização de atividades itinerantes das seguintes Varas do Trabalho: a) Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste nos Municípios de Camapuã e Bandeirantes; b) Vara do Trabalho de Coxim nos Municípios de Alcinópolis, Sonora e Pedro Gomes; e c) Vara do Trabalho de Cassilândia no Município de Sonora.

Além disso, coube à Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária a realização de estimativa de gastos com diária e despesas acessórias para as atividades itinerantes de 2012, bem como da previsão de realização de novas atividades itinerantes em Municípios não servidos de Varas do Trabalho.

13. Solução e acompanhamento dos problemas enfrentados pelas unidades judiciárias:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, no desempenho da interlocução com as unidades do 1º e 2º grau de jurisdição, recebeu, durante o ano de 2011, o relato de vários problemas enfrentados, sobretudo pelo 1º grau, tendo, em conjunto com as demais unidades envolvidas, não só promovido ações para a solução dos problemas, mas também acompanhado os resultados das medidas adotadas.

É importante ressaltar que a maioria dos problemas enfrentados – que geram uma grande quantidade de contatos, via telefone e comunicação eletrônica, com a DGCJ - refere-se a serviços disponibilizados aos usuários externos (como, por exemplo, a emissão de guias de depósito eletrônicas), a sistemas informatizados do Tribunal, sobretudo o sistema Judice e o sistema SRDT, (utilizados pelos usuários internos) e aos objetos dos acordos de cooperação firmados entre o Tribunal e órgãos externos, como a Junta Comercial de Mato Grosso do Sul – Jucems, a Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul – Anoreg/MS e a REDE INFOSEG.

14. Acompanhamento após implantação e aperfeiçoamento de sistemas informatizados em decorrência de projetos internos e externos:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária realizou, durante todo o ano de 2011, em conjunto com a Secretaria da Tecnologia da Informação, o acompanhamento e a manutenção dos sistemas informatizados implantados ou aperfeiçoados em razão de projetos internos e externos, decorrentes de atos do próprio Regional, do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, cujo planejamento e coordenação tenha sido de responsabilidade da DGCJ.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária, unidade vinculada diretamente à Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, é responsável pelo(a): a) elaboração de minutas de despachos referentes a agravos de instrumento em recurso de revista e a petições em geral cujos processos se encontrem sob sua responsabilidade; b) supervisão do recebimento, processamento, formação e tramitação de agravos de instrumentos em recurso de revista; c) publicação, em diário eletrônico e boletim interno, conforme o caso, de decisões e despachos exarados e de atos expedidos pela Presidência do Tribunal; d) centralização do encaminhamento, para o Diário

Eletrônico da Justiça do Trabalho, das matérias administrativas e judiciárias da Justiça do Trabalho da 24ª Região; e) disponibilização de autos para vistas às partes e advogados; f) expedição de alvarás para levantamento de depósitos judiciais e recursais; g) autenticação de cópias de petições e documentos constantes dos autos dos processos sob sua responsabilidade; h) exame prévio dos processos, documentos e demais expedientes encaminhados à Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária; i) centralização da liberação, na *internet* e para o sistema *push*, do teor de atos judiciais divulgados no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; j) organização de eventos, relacionados à área-judiciária, promovidos pelo Tribunal e por outros órgãos, tais como os voltados à conciliação, bem como a consolidação e divulgação dos respectivos dados estatísticos; k) redação de minutas de editais relativos ao plantão judiciário, bem como o controle e divulgação das escalas definidas pela Presidência; l) suporte à realização de perícias na sede do Tribunal, com o controle sobre a movimentação física dos processos e prestação de informações aos setores envolvidos; m) supervisão da execução das atividades relativas aos setores que lhe são subordinados; n) apoio à Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária no tocante à sua competência; o) prática de outros atos que lhe forem determinados pela Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria Judiciária no ano de 2011, destacam-se:

1. Atividades de apoio ao agendamento de perícias:

A Secretaria Judiciária da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, entre suas atribuições, é responsável pelo controle do agendamento dos peritos para a utilização da sala do prédio do Tribunal destinado à perícia.

No ano de 2011, houve agendamento em 54 (cinquenta e quatro) dias úteis para atendimento na referida sala. Os peritos que fizeram o agendamento e atendimento foram: Dr. José Antonio de Barros Piantá, Dra. Maria de Lourdes Quevedo, Dra. Fernanda Triglia Ferraz, Dr. Fábio Fernando Helmer e Dra. Marisa Felícia Fontão,.

A disponibilização de uma sala exclusiva para realização de perícias e as atividades de apoio desenvolvidas por esta Secretaria têm proporcionado agilidade na tramitação de processos e, conseqüentemente, uma melhor prestação jurisdicional.

2. Elaboração de minutas e cumprimento de despachos:

A Secretaria Judiciária, recebeu e processou 1.783 (um mil, setecentos e oitenta e três) agravos de instrumentos em recurso de revista, tendo elaborado, inclusive, as minutas de despachos e cumprido as respectivas determinações.

Foi, ainda, procedida a elaboração de minuta de outros despachos em razão de petições diversas recebidas em processos que encontravam-se tramitando nesta Secretaria.

3. Controle de processamento, da publicação e do prazo de recursos de revista:

Esta Secretaria recebeu da Assessoria da Presidência, durante o ano de 2011, o total de 3.575 (três mil, quinhentos e setenta e cinco) processos com recursos de revistas. Em muitos processos, o número de recursos de revista podem ser dobrados ou triplicados, dependendo do número de partes que se utilizam desse instrumento. Esses processos, após recebidos e importados o seus despachos do sistema e-revista são encaminhados para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Após, os autos permanecem à disposição dos advogados e das partes para vista ou carga. Se apresentadas petições, os autos são conclusos para despacho, caso contrário certifica-se o decurso de prazo.

4. Geração e assinatura digital do Diário Oficial Eletrônico e Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho:

A Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, por intermédio de sua Secretaria Judiciária, gera e assina digitalmente as edições do Diário Oficial Eletrônico da 24ª Região, sendo responsável também pela publicação dos despachos proferidos pela Presidência.

A Secretaria Judiciária é responsável, ainda, pela centralização da liberação, na *internet* e para o sistema *push*, do teor de todos os atos judiciais divulgados no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Essa liberação é realizada após a atualização de todos os atos judiciais e administrativos disponibilizados no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

5. Publicação de despachos exarados pela Presidência e controle de prazos:

A Secretaria Judiciária, por intermédio de sua Seção de Publicação, que entre suas atribuições cuida da publicação, em diário eletrônico, dos atos normativos da Presidência e da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária e dos despachos judiciais exarados pela Presidência, relativamente aos processos que estejam sob sua responsabilidade, encaminhou para publicação, durante o ano de 2011, um total de 9.841 (nove mil, oitocentos e quarenta e um) despachos, assim distribuídos: 7.203 (sete mil, duzentos e três) despachos de recurso de revista em recurso ordinário, 14 (quatorze) de recurso ordinário, 1 (um) agravo de instrumento em recurso ordinário, 2 (dois) de agravo regimental, 2.326 (dois mil trezentos e vinte e seis) de agravo de instrumento em recurso de revista, 262 (duzentos e sessenta e dois) despachos diversos em processos diversificados e 35 (trinta e cinco) de precatórios.

Após a publicação dos despachos, esta Secretaria verifica e controla os prazos dos processos, juntando e despachando as petições a eles inerentes ou certificando o trânsito em julgado, quando for o caso.

São realizados atendimentos no balcão para fornecimento de informações relativas aos processos, bem como para o procedimento de vistas dos autos em carga ou no próprio balcão da secretaria.

6. Plantão Judiciário – editais, escalas e registros de folgas compensatórias:

Esta Secretaria é responsável por redigir editais relativos ao plantão judiciário, bem como controlar e divulgar as escalas definidas pela Presidência; receber e registrar os relatórios com as comprovações de trabalho em plantão judiciário, bem como despachar com a Presidência e encaminhá-los ao Serviço de Recursos Humanos para controle das folgas.

Cumprindo esta atribuição, foram redigidos doze editais mensais e, em razão das retificações, quarenta e uma escalas de plantão judiciário durante o ano. Foram despachados e encaminhados para o Serviço de Recursos Humanos a anotação de 12 (doze) dias trabalhados em regime de plantão judiciário.

7. Pagamento Requisições de Pagamento de Honorários Periciais (Resolução Administrativa n. 77/2009):

A Secretaria Judiciária verifica a regularidade das requisições de pagamentos e antecipações de honorários periciais nos casos de concessão à parte do benefício de justiça gratuita, submetendo-as à apreciação do Presidente do Tribunal. Após despachadas, as requisições são encaminhadas ao Serviço de Orçamento e Finanças para pagamento. Cabe à Secretaria Judiciária acompanhar esse pagamento e/ou adiantamento e encaminhar cópia dos comprovantes de crédito às respectivas Varas do Trabalho.

Ainda, mantém o controle do cadastro único de peritos, tradutores e intérpretes da Justiça do Trabalho da 24ª Região, bem como sua atualização.

No ano de 2011, foram despachadas 684 (seiscentos e oitenta e quatro) requisições de pagamento de honorários periciais, tendo sido devidamente pagas 640 (seiscentos e quarenta) num total de R\$ 481.348,93 (quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos).

Importante ressaltar que, além das seiscentos e oitenta e quatro requisições despachadas, foram recebidas durante o ano de 2011, mais 155 (cento e cinquenta e cinco) requisições, que não foram pagas em razão de insuficiência orçamentária e que ficaram aguardando em Secretaria para pagamento com o orçamento do ano de 2012.

8. Participação em eventos externos:

Em razão da parceria deste Tribunal com outros órgãos da sociedade, esta Secretaria, juntamente com a Secretaria-Geral da Presidência, participou dos seguintes eventos externos:

a) “18ª Edição da Ação Global”:

Projeto do SESI em parceria com a Rede Globo, a 18ª Edição da Ação Global aconteceu no dia 14 de maio (sábado), das 8 horas às 17 horas, no Parque Tarsila do Amaral, no Bairro Nova Lima, em Campo Grande, para promover a cidadania e diminuir as desigualdades sociais, com o objetivo de prestar serviços e orientar a população. Foram realizados atendimentos nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, cidadania e área jurídica.

A atividade contou com a participação de várias entidades, para oferecer serviços gratuitamente para a população. Durante todo o dia, aconteceram atividades culturais e recreativas e foram oferecidos atendimentos e serviços de saúde, educação e cidadania.

O Tribunal Regional do Trabalho participa desses eventos com informações e orientações jurídicas, esclarecimentos sobre direitos trabalhistas, informações sobre o andamento de processos, distribuição de materiais informativos, cartilhas sobre direitos e deveres do empregado, entre outras. São, ainda, exibidos vídeos com o intuito de esclarecer a população sobre a atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Neste evento foram prestados setenta e cinco atendimentos pelos servidores do Tribunal participantes da referida ação global.

b) “Transporte & Cidadania”:

O evento “Transporte & Cidadania”, promovido pelo SEST/SENAT - Serviço Nacional do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, em comemoração ao dia do motorista, teve o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional dos trabalhadores do setor de transporte e da comunidade em geral, para a construção coletiva da cidadania.

Este evento ocorreu no dia 24 de setembro (sábado) durante todo o dia, na Escola Municipal Ana Lucia de Oliveira, no bairro Paulo Coelho Machado, um dos mais populosos e distantes de Campo Grande, em comemoração aos profissionais do setor de transporte. Foi aberto a toda a população e contou com diversas atividades sociais, esportivas e culturais. Mais de quarenta parceiros ofereceram gratuitamente para a população serviços como emissão de documentos, justiça itinerante, atividades esportivas, oficinas de artes, atendimento médico e odontológico, dentre outros. Este Tribunal participou prestando informações jurídicas na área trabalhista.

c) “I Mutirão da Cidadania”:

Promovido pela Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS), em parceria com a TV Guanandi, afiliada da Rede Bandeirantes. O evento “I Mutirão da Cidadania” aconteceu sempre no primeiro sábado do mês, entre os meses de agosto e dezembro de 2011, com o seguinte cronograma:

6 de agosto – Região do Bandeira- bairro Moreninha I

3 de setembro – Região do Anhanduizinho – Conjunto Aero Rancho

1º de outubro – Região do Lagoa – Bairro Coopavilla II

5 de novembro – Região do segredo – Bairro Vida Nova

3 de dezembro – Região do Prosa – Bairro Jardim Noroeste

Essa iniciativa da Anoreg foi realizada com o objetivo de aproximar o poder Público da população, agilizando problemas burocráticos e orientando-os sobre seus direitos. Contou com o apoio de diversos parceiros dentre os quais, Funtrab, TRE, OAB, PROCOM, dentre outros.

Nossa parceira foi solicitada para orientações jurídicas, esclarecimentos sobre reclamações trabalhistas e plantão de dúvidas.

O Tribunal Regional do Trabalho, por meio da Secretaria Geral da Presidência e desta Secretaria participa desses eventos com informações e orientações jurídicas, esclarecimentos sobre direitos trabalhistas, informações sobre o andamento de processos, distribuição de materiais informativos, cartilhas sobre direitos e deveres do empregado, entre outras. São, ainda, exibidos vídeos com o intuito de esclarecer a população sobre a atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

GABINETE ESPECIALIZADO EM PRECATÓRIOS

O Gabinete Especializado de Precatórios expediu 116 ofícios requisitórios referentes a precatórios recebidos no ano de 2011. Foi efetuado o pagamento de 17 precatórios, totalizando R\$ 880.560,57 (oitocentos e oitenta mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos) e o cancelamento de 09 precatórios, no total de R\$ 155.371,53 (cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), em razão de provimento a Ação Rescisória.

No mesmo período, o Gabinete recebeu 46 processos para Requisições de Pequeno Valor da Administração Direta e Indireta da União, totalizando R\$ 141.658,99 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos) dos quais R\$ 4.180,86 (quatro mil, cento e oitenta reais e oitenta e seis centavos) destinaram-se a contribuição previdenciária de 4 processos; R\$ 43.341,89 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos) à quitação de 44 honorários periciais; R\$ 92.527,57 (noventa e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) ao pagamento de 10 reclamantes; e R\$ 1.608,67 (um mil, seiscentos e oito reais e sessenta e sete centavos) a honorários advocatícios de 1 processo.

No ano de 2011, a Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – FUNSAU deu continuidade ao pagamento do aditivo firmado em 25 de agosto de 2010, com o objetivo de quitar as Requisições de Pequeno Valor expedidas pela Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul, sendo quitadas 24 requisições no total de R\$ 117.892,53 (cento e dezessete mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos), e assinado o segundo termo aditivo em 31 de março de 2011, com quitação de mais 13 requisições, totalizando R\$ 140.758,10 (cento e quarenta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).

Em cumprimento à Resolução nº 115, publicada em 02 de julho de 2010, pelo Conselho Nacional da Justiça, que visa regulamentar aspectos procedimentais referentes à Emenda Constitucional nº 62/09, e em complementação às relações dos precatórios pendentes

de pagamento do Estado de Mato Grosso do Sul e dos municípios de Brasilândia, Campo Grande, Dourados, Itaquiraí, Mundo Novo, Novo Horizonte do Sul, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho e Tacuru, encaminhadas anteriormente, foram enviadas relações dos precatórios dos Municípios de Coronel Sapucaia, Juti, Nioaque, Sidrolândia e Terenos.

Na data de 17 de fevereiro de 2011 foi realizada, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, reunião para constituição do Comitê Gestor das Contas Especiais de que trata o art. 97, § 1º, I, do ADCT. Do encontro, que contou com a presença de representantes do TJ/MS, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do TRT da 24ª Região, resultou a homologação e a publicação, no Diário da Justiça de 23 de fevereiro de 2011, da lista única de pagamento de precatórios.

Em atenção ao disposto na Resolução n. 92 do Conselho Nacional de Justiça, de 13 de outubro de 2009, desde novembro de 2009 já eram disponibilizadas as informações no portal do tribunal na rede mundial de computadores (internet) da ordem de expedição e pagamento dos precatórios e, a partir da publicação da lista única pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, passou a constar das informações disponibilizadas a posição dos precatórios trabalhistas na ordem cronológica.

Durante o ano de 2011, atendendo requerimentos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foram encaminhadas cópias de peças de precatórios e prestadas informações sobre índices de atualização a serem aplicados, base de cálculo para incidência de contribuições previdenciárias e fiscais, sendo expedidos 49 (quarenta e nove) ofícios.

Desde março de 2011, as solicitações de recursos financeiros para pagamento de Requisições de Pequeno Valor passaram a ser feitas diretamente pelo Gabinete, através de encaminhamento de planilha à ASPO/CSJT por mensagem eletrônica e por fax.

Nos meses de novembro e dezembro de 2011, a fim de possibilitar o registro de inclusão de devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, os precatórios sob guarda do gabinete, foram encaminhados à origem, via malote, movimentando 256 (duzentos e cinquenta e seis) processos.

GABINETE DE LIQUIDAÇÃO JUDICIAL

No ano de 2011 foram recebidos pelo Gabinete Especializado de Liquidação Judicial 2.508 (dois mil quinhentos e oito) processos, tendo sido devolvidos, com cálculo, 2.239 (dois mil duzentos e trinta e nove) processos.

Foi efetuado, ainda, por este gabinete, o treinamento das servidoras Rafaela Maria Martins Freitas e Alessandra Bueno de Castro, do gabinete da vice-presidência, visando a elaboração de cálculos de liquidação para tentativas de acordo em processos com recurso de revista interposto. O referido treinamento realizou-se no período de 12/09/2011 a 23/09/2011.

GABINETE DE ESTATÍSTICA

O Gabinete de Estatística, subordinado à Diretoria de Coordenação Judiciária, tem como principal atribuição centralizar o controle e o fechamento das estatísticas do 1º e 2º graus da Justiça do Trabalho da 24ª Região, bem como seu devido envio ao TST. Também competem a esse Gabinete diversas atividades de apoio à DGCI que estão listadas mais adiante.

Os boletins estatísticos do 1º grau são gerados, validados e encaminhados eletronicamente (com a identificação do responsável e registro de data e hora de envio), por cada Vara ou Foro, a partir do sistema informatizado Judice, ao Gabinete de Estatística, que efetua a conferência de cada boletim e coordena os devidos ajustes com cada unidade.

Essa sistemática, elimina a possibilidade de correções manuais nos boletins estatísticos gerados. Qualquer inconsistência detectada nos boletins só pode ser corrigida através

de um lançamento no próprio sistema Judice. Há lançamentos que devem ser efetuados na própria Vara ou Foro e outros que, por questões de segurança, só podem ser efetuados pelo Gabinete de Estatística.

Para controle das estatísticas de 2º grau, o Gabinete de Estatística desenvolveu e continua em pleno funcionamento um sistema informatizado de planilhas eletrônicas (em Excel), onde cada unidade que seja responsável por alguma informação estatística, preenche mensalmente planilha padronizada e envia, via e-mail, ao Gabinete de Estatística, que consolida todas as planilhas em uma única e envia, também via e-mail, ao TST. Isto também possibilitou uma redução drástica na impressão e envio dos boletins, tanto internamente quanto para o TST. São partícipes desse sistema as seguintes unidades: Secretaria do Tribunal Pleno, Gabinete de Precatórios, Serviço de Cadastramento Processual, Assessoria da Presidência, Secretaria da Corregedoria e Gabinetes dos Desembargadores.

Após os fechamentos mensais dos boletins estatísticos do 1º e 2º graus, o Gabinete de Estatística é o responsável pelas suas publicações, quais sejam: o boletim de produção dos juízes do 1º grau é publicado na página da internet do TRT-24º e o boletim de produção dos juízes do 2º grau é publicado nos Diários eletrônicos: DEJT e DOE.

Com relação ao Projeto Conciliar, mais especificamente na Semana Nacional de Conciliação, coube ao Gabinete de Estatística elaborar a sistemática de planilhas eletrônicas (em Excel) para serem preenchidas por cada Vara Trabalhista, bem como sua posterior apuração e geração de planilhas consolidadas.

Para atendimento ao Justiça em Números, do CNJ, o Gabinete de Estatística elaborou diversas planilhas para apuração dos dados pertinentes.

Em cumprimento aos objetivos da Meta 3, coube ao Gabinete de Estatística a apuração e consolidação de diversas informações estatísticas.

Também houve a participação colaborativa do Gabinete de Estatística nos estudos de definição do e-Gestão e das Tabelas Processuais Unificadas.

1. Dados Estatísticos do 1º e 2º graus:

Os dados estatísticos do 1º e 2º graus do ano de 2011 encontram-se consolidados nas tabelas que se seguem:

QUADROS DE PRODUÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO

FASE DE CONHECIMENTO

VARAS	REMANESCENTES DE 2010	RECEBIDOS EM 2011	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	SENTENÇAS ANULADAS	TOTAL A JULGAR EM 2010	SOLUCIONADOS EM 2011	SENTENÇAS PROFERIDAS	CONCILIADOS	PENDENTES PARA O ANO SEGUINTE
AMAMBAI	59	668	1.093	0	727	672	217	328	55
AQUIDAUANA	114	497	1.085	5	616	550	213	268	66
BATAGUASSU	164	838	1.978	2	1.004	774	342	359	230
1º CAMPO GRANDE	513	1.500	3.626	12	2.025	1.495	752	566	530
2º CAMPO GRANDE	542	1.455	3.735	22	2.019	1.507	867	508	512
3º CAMPO GRANDE	648	1.457	3.909	14	2.119	1.556	773	619	563
4º CAMPO GRANDE	645	1.454	3.156	14	2.113	1.324	669	518	789
5º CAMPO GRANDE	847	1.482	3.295	11	2.340	1.377	682	512	963
6º CAMPO GRANDE	477	1.457	3.929	7	1.941	1.416	809	473	525
7º CAMPO GRANDE	480	1.472	4.041	15	1.967	1.495	838	482	472
CASSILÂNDIA	109	595	958	5	709	521	155	300	188
CORUMBÁ	319	782	1.697	0	1.101	831	217	414	270
COXIM	196	678	1.325	17	891	687	223	388	204
1º DOURADOS	480	1.672	3.755	11	2.163	1.760	889	662	403
2º DOURADOS	434	1.668	3.620	8	2.110	1.609	782	697	501
FÁTIMA DO SUL	35	202	332	0	237	180	36	119	57
JARDIM	72	494	883	5	571	464	165	205	107
MUNDO NOVO	29	576	803	3	608	425	153	244	183
NAVIRAÍ	232	1.003	1.841	5	1.240	809	437	284	431
NOVA ANDRADINA	710	913	2.880	17	1.640	1.434	938	408	206
PARANAÍBA	114	606	1.232	5	725	616	217	328	109
PONTA PORÃ	139	487	1.136	4	630	524	191	286	106
RIO BRILHANTE	354	910	2.157	5	1.269	860	355	390	409
SÃO GABRIEL OESTE	33	265	481	1	299	265	102	133	34
1º TRÊS LAGOAS	747	1.678	3.942	9	2.434	1.491	645	612	943
2º TRÊS LAGOAS	601	1.675	3.688	6	2.282	1.538	653	668	744
TOTAL	9.093	26.484	60.577	203	35.780	26.180	12.320	10.771	9.600

FASE DE EXECUÇÃO

VARAS	REMANESCENTES DE 2010	EXECUÇÃO INICIADA EM 2011	DESARQUIVADOS PARA CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO EM 2011	RECEBIDOS DE OUTROS ÓRGÃOS PARA EXECUÇÃO EM 2011	TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS COM EXECUÇÃO INICIADA EM 2011	REMETIDOS A OUTRAS VARAS PARA EXECUÇÃO EM 2011	TOTAL DE PROCESSOS EM EXECUÇÃO	EXECUÇÕES ENCERRADAS EM 2011	REMETIDOS AO ARQUIVO PROVISÓRIO	PENDENTES DE EXECUÇÃO
AMAMBAI	520	336	8	0	5	0	869	518	13	338
AQUIDAUANA	226	132	403	0	5	0	766	498	121	147
BATAGUASSU	345	275	3	0	9	0	632	297	0	335
1º CAMPO GRANDE	1.421	447	9	0	41	0	1.918	558	1	1.359
2º CAMPO GRANDE	715	796	64	0	70	0	1.645	433	127	1.085
3º CAMPO GRANDE	1.077	560	29	0	58	0	1.724	385	2	1.337
4º CAMPO GRANDE	886	417	52	0	14	0	1.369	254	123	992
5º CAMPO GRANDE	1.181	325	773	0	19	0	2.298	351	31	1.916
6º CAMPO GRANDE	566	392	184	0	27	0	1.169	450	0	719
7º CAMPO GRANDE	1.029	527	0	0	25	0	1.581	497	2	1.082
CASSILÂNDIA	208	156	2	0	6	0	372	124	4	244
CORUMBÁ	338	230	290	0	13	0	871	360	51	460
COXIM	421	198	78	0	24	0	721	154	34	533
1º DOURADOS	599	901	10	0	27	0	1.537	426	57	1.054
2º DOURADOS	695	867	133	0	32	0	1.727	522	441	764
FÁTIMA DO SUL	140	51	6	0	1	0	198	28	16	154
JARDIM	359	316	46	0	8	0	729	133	55	541
MUNDO NOVO	136	181	15	0	10	0	342	141	23	178
NAVIRAÍ	430	152	19	0	7	0	608	278	54	276
NOVA ANDRADINA	295	495	3	0	23	0	816	248	3	565
PARANAÍBA	143	250	6	0	19	0	418	87	25	306
PONTA PORÃ	163	125	76	0	11	0	375	163	81	131
RIO BRILHANTE	368	469	6	0	9	0	852	238	19	595
SÃO GABRIEL DO OESTE	121	61	29	0	5	0	216	100	22	94
1º TRÊS LAGOAS	438	781	20	0	49	0	1.288	185	504	599
2º TRÊS LAGOAS	326	509	149	0	33	0	1.017	252	276	489
TOTAL	13.146	9.949	2.413	0	550	0	26.058	7.680	2.085	16.293

INCIDENTES PROCESSUAIS/EMBARGOS DE TERCEIROS

VARAS	ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS	IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS	EMBARGOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	EMBARGOS DE TERCEIROS	OUTROS
AMAMBAI	0	0	86	0	26	0	5	0
AQUIDAUANA	8	3	14	1	11	2	6	0
BATAGUASSU	7	9	51	2	25	0	1	0
1º CAMPO GRANDE	47	3	136	22	146	16	29	0
2º CAMPO GRANDE	8	1	251	42	128	4	20	0
3º CAMPO GRANDE	19	9	152	7	84	4	16	0
4º CAMPO GRANDE	24	1	139	6	58	13	3	1
5º CAMPO GRANDE	50	1	156	6	57	7	9	0
6º CAMPO GRANDE	34	3	158	21	85	5	10	1
7º CAMPO GRANDE	40	4	222	29	98	11	19	0
CASSILÂNDIA	1	3	22	3	23	1	4	0
CORUMBÁ	12	0	28	2	11	0	1	0
COXIM	29	12	62	4	16	5	5	0
1º DOURADOS	28	7	202	10	37	2	11	0
2º DOURADOS	30	9	179	9	35	2	9	0
FÁTIMA DO SUL	0	0	1	0	3	0	3	0
JARDIM	10	0	73	1	12	0	14	0
MUNDO NOVO	0	12	27	3	3	0	1	0
NAVIRAÍ	6	1	37	2	17	3	3	0
NOVA ANDRADINA	54	15	73	8	11	4	5	1
PARANAÍBA	9	3	27	0	5	1	4	0
PONTA PORÃ	0	7	43	0	8	2	4	1
RIO BRILHANTE	9	20	49	2	22	0	2	0
SÃO GABRIEL DO OESTE	6	4	9	1	4	0	3	0
1º TRÊS LAGOAS	0	3	141	12	52	7	9	0
2º TRÊS LAGOAS	3	11	162	30	80	4	8	1
TOTAL	434	141	2500	223	1057	93	204	5

IMPOSTO DE RENDA RECOLHIDO

VARAS	VALOR EM R\$
AMAMBAI	158,52
AQUIDAUANA	54.596,45
BATAGUASSU	85.755,32
1º CAMPO GRANDE	282.769,85
2º CAMPO GRANDE	168.404,99
3º CAMPO GRANDE	174.368,08
4º CAMPO GRANDE	213.355,16
5º CAMPO GRANDE	435.745,03
6º CAMPO GRANDE	219.387,81
7º CAMPO GRANDE	87.885,59
CASSILÂNDIA	90.790,88
CORUMBÁ	25.885,78
COXIM	64.723,62
1º DOURADOS	569.214,58
2º DOURADOS	218.148,83
FÁTIMA DO SUL	10.946,36
JARDIM	420.042,03
MUNDO NOVO	126.565,30
NAVIRAÍ	8.973,64
NOVA ANDRADINA	109.382,48
PARANÁIBA	35.721,75
PONTA PORÃ	97.522,92
RIO BRILHANTE	240.122,97
SÃO GABRIEL DO OESTE	1.772,09
1º TRÊS LAGOAS	328.422,51
2º TRÊS LAGOAS	84.146,64
TOTAL	4.154.809,18

CUSTAS PROCESSUAIS ARRECADADAS

VARAS	VALOR EM R\$
AMAMBAI	52.053,54
AQUIDAUANA	23.092,38
BATAGUASSU	133.106,63
1º CAMPO GRANDE	189.724,94
2º CAMPO GRANDE	354.369,48
3º CAMPO GRANDE	161.022,48
4º CAMPO GRANDE	169.680,62

5º CAMPO GRANDE	136.704,60
6º CAMPO GRANDE	143.071,85
7º CAMPO GRANDE	126.650,62
CASSILÂNDIA	147.893,77
CORUMBÁ	8.429,03
COXIM	90.168,72
1º DOURADOS	246.085,78
2º DOURADOS	315.059,41
FÁTIMA DO SUL	9.943,55
JARDIM	23.582,10
MUNDO NOVO	35.485,55
NAVIRAÍ	15.024,64
NOVA ANDRADINA	138.799,53
PARANAÍBA	42.877,25
PONTA PORÃ	26.904,11
RIO BRILHANTE	98.205,82
SÃO GABRIEL DO OESTE	26.555,78
1º TRÊS LAGOAS	77.645,45
2º TRÊS LAGOAS	60.678,77
TOTAL	2.852.816,40

EMOLUMENTOS

VARAS	VALOR EM R\$
AMAMBAI	161,85
AQUIDAUANA	1.135,96
BATAGUASSU	18,90
1º CAMPO GRANDE	47,44
2º CAMPO GRANDE	466,22
3º CAMPO GRANDE	0,00
4º CAMPO GRANDE	1.260,12
5º CAMPO GRANDE	154,00
6º CAMPO GRANDE	146,77
7º CAMPO GRANDE	647,30
CASSILÂNDIA	987,23
CORUMBÁ	933,93
COXIM	2.117,99
1º DOURADOS	5,53
2º DOURADOS	5,53
FÁTIMA DO SUL	2.168,27
JARDIM	894,73
MUNDO NOVO	1.731,11
NAVIRAÍ	1.150,24
NOVA ANDRADINA	2.568,29
PARANAÍBA	2.732,80

PONTA PORÃ	3.745,23
RIO BRILHANTE	2.812,41
SÃO GABRIEL DO OESTE	4.897,39
1º TRÊS LAGOAS	970,59
2º TRÊS LAGOAS	0,00
FORO TRABALHISTA CAMPO GRANDE	50.101,68
FORO TRABALHISTA DOURADOS	8.481,14
FORO TRABALHISTA TRÊS LAGOAS	7.345,72
TOTAL	97.688,37

ARRECAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

VARAS	VALOR EM R\$
AMAMBAI	88.020,15
AQUIDAUANA	156.925,79
BATAGUASSU	556.733,39
1º CAMPO GRANDE	2.576.556,02
2º CAMPO GRANDE	1.353.679,41
3º CAMPO GRANDE	1.138.264,06
4º CAMPO GRANDE	2.370.425,22
5º CAMPO GRANDE	1.630.553,36
6º CAMPO GRANDE	1.264.634,00
7º CAMPO GRANDE	1.202.756,41
CASSILÂNDIA	898.920,66
CORUMBÁ	193.469,38
COXIM	279.193,31
1º DOURADOS	1.488.416,93
2º DOURADOS	1.239.498,57
FÁTIMA DO SUL	87.282,95
JARDIM	614.776,32
MUNDO NOVO	254.267,62
NAVIRAÍ	152.603,05
NOVA ANDRADINA	275.001,56
PARANÁIBA	201.516,89
PONTA PORÃ	514.624,99
RIO BRILHANTE	536.514,86
SÃO GABRIEL DO OESTE	213.314,48
1º TRÊS LAGOAS	2.462.882,77
2º TRÊS LAGOAS	776.403,50
TOTAL	22.527.235,65

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

VARAS	VALOR TOTAL DECORRENTE DE EXECUÇÃO	VALOR TOTAL DECORRENTE DE ACORDO	TOTAL (R\$)
AMAMBAI	39.444,51	886.975,51	926.420,02
AQUIDAUANA	502.400,06	1.255.830,88	1.758.230,94
BATAGUASSU	200.455,49	1.659.859,18	1.860.314,67
1º CAMPO GRANDE	4.358.100,39	4.056.491,94	8.414.592,33
2º CAMPO GRANDE	2.120.142,73	5.398.878,11	7.519.020,84
3º CAMPO GRANDE	1.048.242,67	4.574.668,49	5.622.911,16
4º CAMPO GRANDE	4.712.137,58	4.585.065,66	9.297.203,24
5º CAMPO GRANDE	5.134.808,30	3.435.872,00	8.570.680,30
6º CAMPO GRANDE	2.561.003,65	2.645.348,50	5.206.352,15
7º CAMPO GRANDE	5.808.177,99	2.276.048,26	8.084.226,25
CASSILÂNDIA	1.135.628,27	2.107.926,92	3.243.555,19
CORUMBÁ	1.241.587,42	2.040.890,83	3.282.478,25
COXIM	16.705,38	1.506.771,09	1.523.476,47
1º DOURADOS	2.502.011,47	3.541.055,56	6.043.067,03
2º DOURADOS	441.754,68	3.649.946,40	4.091.701,08
FÁTIMA DO SUL	0,00	513.426,52	513.426,52
JARDIM	794.766,79	390.647,07	1.185.413,86
MUNDO NOVO	688.869,25	722.836,07	1.411.705,32
NAVIRAÍ	1.251.792,29	143.492,85	1.395.285,14
NOVA ANDRADINA	700.563,94	2.107.212,87	2.807.776,81
PARANAÍBA	108.740,98	1.586.619,78	1.695.360,76
PONTA PORÃ	1.128.200,31	187.310,28	1.315.510,59
RIO BRILHANTE	1.214.187,55	1.637.628,76	2.851.816,31
SÃO GABRIEL DO OESTE	62.275,41	952.634,51	1.014.909,92
1º TRÊS LAGOAS	305.974,78	1.588.797,71	1.894.772,49
2º 1º TRÊS LAGOAS	1.806.295,50	506.775,52	2.313.071,02
TOTAL	39.884.267,39	53.959.011,27	93.843.278,66

QUADRO DE PRODUÇÃO DOS JUÍZES TITULARES/SUBSTITUTOS
FASE DE CONHECIMENTO 513.426,52

JUÍZES	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SOLUCIONADOS	SENTENÇAS PROFERIDAS	CONCILIADOS	OUTRAS DECISÕES
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	72	44	42	0	2
ALCIR KENUPP CUNHA	1225	530	238	228	64
ANA CAROLINE BENTO M. DE FREITAS	1365	579	329	211	39
ANA PAOLA EMANUELLI	1109	485	229	195	61
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	1213	592	149	334	109
ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO	1605	740	382	297	61

APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	812	422	149	192	81
BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO	1300	455	244	165	46
BORIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA	1510	593	310	240	43
CARLOS ROBERTO CUNHA	1036	452	190	215	47
CHRISTIAN GONÇALVES M.	756	386	163	197	26
DALMA DIAMANTE GOUVEIA	1101	378	197	134	47
DEA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	902	315	133	130	52
DENILSON LIMA DE SOUZA	1522	634	260	240	134
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	357	137	47	77	13
FÁTIMA REGINA DE SABOYA SALGADO	962	608	185	311	112
FLÁVIO DA COSTA HIGA	853	468	130	288	50
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	1412	608	181	326	101
HERBERT GOMES OLIVA	1148	531	199	280	52
ISABELLA BRAGA ALVES	971	404	229	132	43
IVETE BUENO FERRAZ	1538	565	208	263	94
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	541	232	134	64	34
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	1635	702	350	261	91
JOÃO CÂNDIDO	1121	525	214	222	89
JOÃO MARCELO BALSANELLI	1391	479	277	153	49
JÚLIO CÉSAR BEBBER	1499	567	363	146	58
KARINA SUEMI KASHIMA	1719	694	377	272	45
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	984	384	218	116	50
KELLY CRISTINA M. DIAS ESTADULHO	976	451	153	255	43
LEONARDO ELY	215	90	43	34	13
LILIAN CARLA ISSA	1476	580	301	209	70
LUIZ DIVINO FERREIRA	839	497	130	311	56
MARA CLEUZA FERREIRA JERONYMO	1138	457	275	150	32
MARCELINO GONÇALVES	167	47	23	15	9
MARCELO BARUFFI	943	384	236	130	18
MARCIO ALEXANDRE DA SILVA	1068	450	286	124	40
MARCIO KURIHARA INADA	1215	556	256	252	48
MARCO ANTONIO DE FREITAS	1695	706	363	254	89
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	1646	841	345	403	93
MARINA BRUN BUCKER	114	42	16	19	7
MARIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	1338	514	197	274	43
MAURÍCIO SABADINI	1646	606	352	176	78
NÁDIA PELISSARI	1433	542	282	184	76
NEIVA MÁRCIA CHAGAS	1945	1008	658	291	59
NOEDI FRANCISCO AROSI	294	162	32	108	22
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	872	394	164	189	41
OSCAR ZANDAVALLI JÚNIOR	1152	481	232	183	66
RENATO DE MORAES ANDERSON	644	238	59	138	41
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	1812	876	445	333	98
RENATO SABINO CARVALHO FILHO	1230	654	350	250	54
RIVAN DUARTE	430	211	116	65	30
RODNEI DORETO RODRIGUES	936	386	179	142	65
TOMÁS BAWDEN DE CASTRO SILVA	1750	659	295	267	97

VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	1235	495	262	170	65
VIVIANE SILVA BORGES	298	125	57	57	11
WELLINGTON SEBASTIÃO GONÇALVES	411	219	86	109	22
TOTAL	60577	26180	12320	10781	3079

**QUADRO DE PRODUÇÃO DOS JUÍZES TITULARES/SUBSTITUTOS
PROCESSOS DE EXECUÇÃO/INCIDENTES PROCESSUAIS**

JUÍZES	ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS	EMBARGOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	EMBARGOS DE TERCEIROS	LIMINAR
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	0	1	28	0	0	0	0	0
ALCIR KENUPP CUNHA	11	10	63	3	18	5	1	4
ANA CAROLINE BENTO M. DE	3	3	57	1	2	0	0	0
ANA PAOLA EMANUELLI	24	1	61	4	15	3	2	2
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	8	0	21	2	6	0	1	2
ANTONIO ARRAES BRANCO	2	3	87	2	14	3	1	1
APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	10	0	71	1	9	0	14	0
BEATRIZ MAKI SHINZATO	13	1	31	7	24	1	2	1
BORIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA	15	2	66	2	32	1	6	5
CARLOS ROBERTO CUNHA	6	2	45	1	19	3	1	20
CHRISTIAN GONÇALVES M. ESTADILHO	0	12	31	3	3	0	1	1
DALMA DIAMANTE GOUVEIA	19	0	65	18	67	8	12	9
DEA MARISA BRANDÃO CUBEL	1	0	16	3	8	1	1	0
DENILSON LIMA DE SOUZA	13	1	58	1	7	0	2	2
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	1	0	4	0	1	0	1	1
FÁTIMA REGINA DE SABOYA	0	0	58	0	26	0	5	0
FLÁVIO DA COSTA HIGA	26	7	17	2	10	1	4	10
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	1	6	27	14	24	0	3	0
HERBERT GOMES OLIVA	4	0	58	5	31	2	1	1
ISABELLA BRAGA ALVES	15	3	48	6	12	2	3	1
IVETE BUENO FERRAZ	9	18	28	2	20	0	2	10
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	4	1	6	0	3	0	1	0
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	15	1	47	4	21	3	8	9
JOÃO CÂNDIDO	3	1	41	2	3	0	2	4
JOÃO MARCELO BALSANELLI	17	0	65	8	41	3	6	3
JÚLIO CÉSAR BEBBER	5	1	131	19	38	1	12	6
KARINA SUEMI KASHIMA	10	8	42	0	14	1	1	3
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	10	0	47	2	20	2	4	0

KELLY CRISTINA M. DIAS	0	5	35	0	8	2	4	0
LEONARDO ELY	1	1	0	0	3	0	0	0
LILIAN CARLA ISSA	4	3	54	5	19	1	4	3
LUIZ DIVINO FERREIRA	2	3	18	3	17	0	2	0
MARA CLEUZA FERREIRA	7	0	51	0	8	5	1	3
MARCELINO GONÇALVES	0	0	0	2	1	0	0	0
MARCELO BARUFFI	5	0	60	2	4	2	2	3
MARCIO ALEXANDRE DA SILVA	2	0	69	16	60	1	7	10
MARCIO KURIHARA INADA	7	2	50	0	6	1	3	2
MARCO ANTONIO DE FREITAS	2	2	109	12	44	3	4	2
MARCO ANTONIO MIRANDA	24	5	89	8	28	2	7	7
MARINA BRUN BUCKER	0	0	10	4	22	4	0	0
MARIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	11	1	39	7	83	4	12	1
MAURÍCIO SABADINI	12	4	96	4	22	2	5	3
NÁDIA PELISSARI	0	2	44	9	15	1	2	0
NEIVA MÁRCIA CHAGAS	36	8	41	7	7	2	4	11
NOEDI FRANCISCO AROSI	0	0	1	0	3	0	3	0
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	7	1	33	2	11	1	1	1
OSCAR ZANDELLI JÚNIOR	17	0	45	0	23	2	3	42
RENATO DE MORAES ANDERSON	0	3	13	2	12	0	2	1
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	22	6	98	5	32	1	9	10
RENATO SABINO CARVALHO	1	0	50	1	0	0	0	0
RIVAN DUARTE	2	2	2	1	6	1	6	0
RODNEI DORETO RODRIGUES	17	0	29	17	101	12	15	7
TOMÁS BAWDEN DE CASTRO	0	0	89	2	26	5	5	2
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	5	6	32	0	0	0	2	3
VIVIANE SILVA BORGES	0	1	16	1	5	1	1	0
WELLINGTON SEBASTIÃO	5	4	8	1	3	0	3	2
TOTAL	434	141	2500	223	1057	93	204	208

Notas de Rodapé

1 -Juiz Leonardo Ely, afastado da judicatura, em face de representação classista – AMATRA XXIV (MA nº 11/09).

2 -A Juíza Izabella de Castro Ramos titular da Vara do Trabalho de Naviraí foi convocada para a 2ª turma de Tribunal a contar de 07.01.2011 até 29.06.2011.

3 -O Juiz Ademar de Souza Freitas titular da 3ª Vara do Trabalho de Campo Grande foi convocado para a 1ª turma de Tribunal a contar de 07.01.2011 até ulterior deliberação.

4 -A Juíza Érika Boquimpani tomou posse no cargo de juíza do trabalho substituta em 01.08.2011

5 -Juíza Viviane Silva Borges, removida para TRT 18ª Região a contar de 31.03.2011.

6 -Juíza Isabela Braga Alves, removida para TRT 9ª Região a contar de 31.07.2011.

7 -Concedida a aposentadoria ao Juiz Rivan Duarte a contar do dia 20.06.2011.

8 -O Juiz Renato de Moraes Anderson tomou posse no cargo de juiz do trabalho substituto em 04.07.2011

2º (SEGUNDA) INSTÂNCIA
RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL NO ANO DE 2011 - TABELA I

CLASSE	AUTUAÇÃO		MINISTÉRIO PÚBLICO					DISTRIBUIÇÃO			DESEMBARGADORES/JUIZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	AUTUADOS NO ANO	SALDO ANTERIOR AUTUADO AG. REMESSA AO M. P.	SALDO ANTERIOR NO MINISTÉRIO PÚBLICO	REMETIDOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ANO	DEVOLVIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ANO	SALDO NO M.P.	SALDO PENDENTE DE REMESSA AO M.P. TRANSFERIDO PARA O ANO	SALDO ANTERIOR AUTUADO AGUARDANDO	DISTRIBUÍDOS NO ANO	SALDO NO ANO PENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUARDANDO PAUTA	SALDO DO ANO ANTERIOR PENDENTE DE	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AG	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	70	1	0	0	0	1	0	7	74	2	0	74	0
AI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIAP	38	0	0	6	6	0	0	1	39	0	40	0	0	0	1	39	3	0	37	0	0	38	0
AIND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIRO	145	0	0	7	5	2	0	7	147	3	150	0	0	0	2	145	7	0	143	0	0	140	2
AP	625	0	21	217	230	8	0	45	649	35	668	1	67	2	33	683	27	1	677	0	0	653	15
CC	2	0	1	2	3	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	2	0
ED	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1346	0	0	0	0	1	0	35	1316	57	0	1209	38
EXINC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0
RO	5220	0	18	411	409	20	0	288	5312	228	5479	11	55	22	211	5434	310	3	5354	0	0	5311	66
ROPS	1009	0	0	0	0	0	0	0	1010	0	1022	3	6	0	53	1028	49	1	1022	0	0	954	25
RP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF	7	0	1	3	4	0	0	0	4	0	4	0	4	0	0	5	0	0	5	0	0	5	0
RXOF e AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF e RO	125	0	3	112	110	5	0	1	139	1	137	0	14	1	4	155	3	0	157	0	0	151	1
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7171	0	44	761	770	35	0	342	7302	267	8920	16	63	25	304	7493	399	47	8788	59	0	8543	147

REL ATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA NO ANO DE 2011 - TABELA I-A

CLASSE	AUTUAÇÃO		DISTRIBUIÇÃO		MINISTÉRIO PÚBLICO				JUIZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	AUTUADOS NO ANO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUÍDOS NO ANO	SALDO NO ANO PENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO					SALDO ANTERIOR NO MINISTÉRIO PÚBLICO	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS									
AA	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	2	0	0	2	0
AC	105	0	105	0	1	70	71	0	109	1	0	0	1	80	2	0	98	0	0	78	1
ACP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR	49	1	49	0	1	28	29	0	66	3	36	1	5	38	8	1	48	1	0	36	0
CP	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DC	14	0	10	0	1	10	11	0	3	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	2	0
DCG	4	0	2	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	2	0
EXIMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXSUSP	2	0	2	0	0	1	1	0	2	0	0	0	1	3	0	0	3	0	0	3	0
HC	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IF	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	2	0	2	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	2	0
MS	158	0	157	0	0	33	32	1	157	3	0	0	6	37	3	1	152	0	0	36	0
PJ	9	0	0	0	0	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SLAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	346	1	329	0	4	153	155	2	343	7	38	1	15	162	14	2	309	1	0	161	1

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ORGÃO JULGADOR: PLENO - NO ANO DE 2011 - TABELA II

CLASSE	RECEBIDOS		JUIZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	POR DISTRIBUIÇÃO	SPOR VINCULAÇÃO	RELATOR		REVISOR		SALDO ANTERIOR AGUARDANDO O PAUTA	INCLUIDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUARDANDO O PAUTA	SALDO DO ANO ANTERIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO O PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO O PUBLICAÇÃO
			RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE									
A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AG	0	68	0	0	0	0	66	1	0	0	0	0	0	7	70
AI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	10	0	0	0	0	0	11	0	12	0	0	22	0	0	21
CC	2	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0	3
ED	0	43	0	0	0	0	41	0	0	0	0	0	0	2	33
EXINC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	59	0	0	0	0	0	60	0	59	0	15	78	3	3	78
ROPS	17	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0	1	18
RP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF e AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF e RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	88	111	0	0	0	0	198	1	71	0	15	119	3	13	223

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA DO ÓRGÃO JULGADOR: PLENO NO ANO DE 2011 - TABELA II-A

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	POR DISTRIBUIÇÃO	POR VINCULAÇÃO	RELATOR		REVISOR		SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUARDANDO PAUTA	SALDO DO ANO ANTE-RIO PLENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PLENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
			RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE									
AA	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	2
AC	3	0	0	0	0	0	6	1	0	0	0	2	0	0	4
ACP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR	49	0	0	0	0	0	66	3	36	1	5	38	8	1	48
CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DC	10	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	0	2
DCG	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	2
EXIMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXSUSP	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	3	0	0	3
HC	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
IF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2
MS	157	0	0	0	0	0	157	3	0	0	6	37	3	1	152
PJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SLAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	226	0	0	0	0	0	239	7	38	1	14	84	12	2	215

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ORGÃO JULGADOR: 1ª turma -NO ANO DE 2011 - TABELA II

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
			RELATOR		REVISOR										
	POR DISTRIBUIÇÃO	SPOR VINCULAÇ.P.	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	SALDO ANTERIOR AGUARDAND O PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUARDAND O PAUTA	SALDO DO ANO AN-TERIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDAND O PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDAND O PUBLICAÇÃO
A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AG	0	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	3
AI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIAP	19	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	20	0	0	19
AIND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIRO	103	0	0	0	0	0	104	0	0	0	2	104	2	0	104
AP	340	0	0	0	0	0	346	0	345	0	14	349	12	0	348
CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED	0	637	0	0	0	0	637	0	0	0	0	1	0	14	627
EXINC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	2663	0	0	0	0	0	2722	0	2724	0	70	2682	128	0	2650
ROPS	501	0	0	0	0	0	507	0	0	0	21	500	28	0	496
RP	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF	2	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	3	0	0	3
RXOF e AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF e RO	60	0	0	0	0	0	60	0	64	0	1	66	1	0	67
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3688	640	0	0	0	0	4401	0	3135	0	108	3726	171	14	4317

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA DO ÓRGÃO JULGADOR: 1ª turma NO ANO DE 2011 - TABELA II-A

CLASSE	RECEBIDOS		JUIZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
			RELATOR		REVISOR										
	POR DISTRIBUIÇÃO	POR VINCULAÇÃO	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUAR-DANDO PAUTA	SALDO DO ANO ANTE-RIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
AA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	56	0	0	0	0	0	54	0	0	0	0	39	1	0	52
ACP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXIMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXSUSP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SLAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	56	0	0	0	0	0	54	0	0	0	0	39	1	0	52

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ORGÃO JULGADOR: 2ª turma- NO ANO DE 2011 - TABELA II

CLASSE	RECEBIDOS		JUÍZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	POR DISTRIBUIÇÃO	SPOR VINCULAÇÃO	RELATOR		REVISOR		SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUARDANDO PAUTA	SALDO DO ANO ANTERIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO
A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AG	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
AI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIAP	20	0	0	0	0	0	21	0	0	0	1	19	3	0	18
AIND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIRO	44	0	0	0	0	0	46	0	0	0	0	41	5	0	39
AP	299	0	0	0	0	0	311	1	320	2	19	312	15	1	308
CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED	0	659	0	0	0	0	668	0	0	0	0	0	0	19	656
EXINC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	2590	0	0	0	0	0	2697	11	2724	22	126	2674	179	0	2626
ROPS	492	0	0	0	0	0	498	3	6	0	32	511	21	0	508
RP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF	2	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	0	2
RXOF e AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF e RO	79	0	0	0	0	0	77	0	83	1	3	89	2	0	90
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3526	660	0	0	0	0	4321	15	3135	25	181	3648	225	20	4248

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA ORIGINÁRIA DO ÓRGÃO JULGADOR: 2ª turma NO ANO DE 2011 - TABELA II-A

CLASSE	RECEBIDOS		JUIZES				PAUTA			JULGAMENTO			ACÓRDÃO		
	POR DISTRIBUIÇÃO	POR VINCULAÇÃO	RELATOR		REVISOR		SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PAUTA	INCLUÍDOS EM PAUTA NO ANO	SALDO NO ANO AGUAR-DANDO PAUTA	SALDO DO ANO ANTE-RIOR PENDENTE DE JULGAMENTO	JULGADOS NO ANO	SALDO DO ANO PENDENTE DE JULGAMENTO	SALDO ANTERIOR AGUARDANDO PUBLICAÇÃO	PUBLICADOS NO ANO	SALDO DO ANO AGUAR-DANDO PUBLICAÇÃO
			RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE	RESTITUÍDOS NOS AUTOS	SALDO NO GABINETE									
AA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	46	0	0	0	0	0	49	0	0	0	1	39	1	0	42
ACP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXIMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXSUSP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IF	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SLAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	47	0	0	0	0	0	50	0	0	0	1	39	1	0	42

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE GLOBAL DOS JUÍZES NO ANO DE 2011 - TABELA III

JUÍZES	COMO RELATOR										COMO REVISOR								AGUARD PAUTA COMO RELATOR	JULGADOS COMO RELATOR		LAVRATURA DE ACÓRDÃO					
	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO		SALDO NO MP	EM DILIGÊNCIA	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO			SALDO ANTERIOR	REMETIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS NO ANO	AGUARDANDO LAVRATURA DO ACÓRDÃO			
		DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	POR IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO	BAIXA DEC. DE ACORDO OU DESISTÊNCIA	RESTITUÍDOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO				Para revisão	Redistribuição	POR IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO	DETERMINAÇÃO DE DILIGENCIA	RESTITUÍDOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO			EM SESSÃO	DEC. MONOCRÁTICA		RELATOR ORIGINÁRIO	RELATOR DESIGNADO	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO
AJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
ALMO	8	1435	11	0	3	1444	0	0	0	7	0	1049	5	3	1	1050	0	0	46	1464	26	0	1286	68	1354	0	0
JDGS	0	1129	4	0	1	1132	0	0	0	0	0	832	3	6	0	829	0	0	67	1086	8	0	885	11	896	0	0
NAL	44	1504	6	0	1	1534	19	0	0	0	3	1157	6	0	1	1139	26	0	94	1526	25	0	1432	144	1576	0	0
ARPJ	58	1381	5	6	3	1431	0	0	0	4	19	919	5	1	0	942	0	0	74	1376	14	0	1345	119	1464	0	0
RGMZ	22	657	1	3	1	666	0	0	3	7	8	458	3	5	0	464	0	0	65	555	2	0	572	62	634	0	0
MVTA	8	3	1	8	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	1	0	8	0	8	0	0
FCLF	99	256	6	1	12	326	4	0	0	18	23	58	0	1	0	80	0	0	9	337	57	0	314	9	323	0	0
OZJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7	0	0
TBCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASF	0	1745	19	8	2	1742	0	0	0	12	0	1191	0	1	0	1190	0	0	56	1662	20	0	1512	101	1613	0	0
JCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DDG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JMB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGME	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICR	0	932	4	1	1	933	0	0	0	1	0	665	1	0	0	666	0	0	2	917	9	0	928	72	1000	0	0
TOTAL	239	9042	57	27	24	9212	23	0	3	49	53	6329	23	17	2	6360	26	0	413	8935	162	0	8289	586	8875	0	0

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES REFERENTE AO ÓRGÃO JULGADOR : PLENO NO ANO DE 2011 - TABELA III-A

JUÍZES	COMO RELATOR										COMO REVISOR								AGUARD PAUTA COMO RELATOR	JULGADOS COMO RELATOR		LAVRATURA DE ACÓRDÃO					
	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO		SALDO NO MP	EM DILIGÊNCIA	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO					SALDO ANTERIOR	REMETIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS NO ANO	AGUARDANDO LAVRATURA DO ACÓRDÃO	
		DISTRIB/VINCULAGA	REDISTRIBUIÇÃO	POR IMPEDI OU SUSPEIÇÃO	BAIXA DEC. DE ACORDO OU DESISTÊNCIA	RESTITUIÇÕES COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO				Para revisão	Redistribuição	POR IMPEDI OU SUSPEIÇÃO	DETERMI DE DILIGENCIA	RESTITUIÇOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO		RELATOR ORIGINÁRIO	RELATOR DESIGNADO		NO PRAZO	PRAZO VENCIDO			
AJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
ALMO	4	42	4	0	1	46	0	0	0	3	0	19	0	0	0	19	0	0	1	40	20	0	38	5	43	0	0
JDGS	0	26	0	0	0	26	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9	0	0	0	26	7	0	12	0	12	0	0
NAL	2	44	2	0	0	44	4	0	0	0	0	22	1	0	0	22	1	0	0	28	19	0	27	8	35	0	0
ARPJ	3	36	1	0	0	38	0	0	0	2	0	5	0	0	0	5	0	0	2	23	13	0	24	1	25	0	0
RGMZ	3	38	0	1	0	33	0	0	2	5	0	8	0	0	0	8	0	0	3	20	2	0	16	1	17	0	0
MVTA	8	2	1	8	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	8	0	8	0	0
FCLF	13	103	6	1	1	98	4	0	0	18	0	3	0	0	0	3	0	0	7	35	56	0	25	0	25	0	0
OZJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7	0	0
TBCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASF	0	99	4	1	2	97	0	0	0	3	0	29	0	0	0	29	0	0	1	90	8	0	83	2	85	0	0
JCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DDG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JMB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGME	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICR	0	35	2	1	0	36	0	0	0	0	0	14	0	0	0	14	0	0	1	32	7	0	31	0	31	0	0
TOTAL	33	425	20	12	4	421	8	0	2	31	0	109	1	0	0	109	1	0	15	305	133	0	271	17	288	0	0

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES REFERENTE AO ÓRGÃO JULGADOR : 1ª TURMA NO ANO DE 2011 - TABELA III-A

JUÍZES	COMO RELATOR										COMO REVISOR								AGUARD PAUTA COMO RELATOR	JULGADOS COMO RELATOR		LAVRATURA DE ACÓRDÃO						
	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO		SALDO NO MP	EM DILIGÊNCIA	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO					SALDO ANTERIOR	REMETIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS NO ANO	AGUARDANDO LAVRATURA DO ACÓRDÃO		
		DISTRIB/VINCULAÇÃO A	REDISTRIBUIÇÃO	POR IMPEDI OU SUSPEIÇÃO	BAIXA DEC. DE ACORDO OU DESISTÊNCIA	RESTITUÍDOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO				Para revisão	Redistribuição	POR IMPEDI OU SUSPEIÇÃO	DETERMI DE DILIGENCIA	RESTITUÍDOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO					RELATOR ORIGINÁRIO	RELATOR DESIGNADO		NO PRAZO	PRAZO VENCIDO	
AJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALMO	4	1393	7	0	2	1398	0	0	0	4	0	1030	5	3	1	1031	0	0	45	1424	6	0	1248	63	1311	0	0	
JDGS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
NAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ARPJ	55	1345	4	6	3	1393	0	0	0	2	19	914	5	1	0	937	0	0	72	1353	1	0	1321	118	1439	0	0	
RGMZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	31	0	0	
MVTA	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
FCLF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OZJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TBCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ASF	0	1646	15	7	0	1645	0	0	0	9	0	1162	0	1	0	1161	0	0	55	1572	12	0	1429	99	1528	0	0	
JCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DDG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
JMB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CGME	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ICR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	1	35	0	0	
TOTAL	59	4385	26	13	5	4437	0	0	0	15	19	3106	10	5	1	3129	0	0	172	4350	19	0	4063	281	4344	0	0	

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES REFERENTE AO ÓRGÃO JULGADOR :- 2ª TURMA NO ANO DE 2011 - TABELA III-A

JUÍZES	COMO RELATOR										COMO REVISOR								AGUARD PAUTA COMO RELATOR	JULGADOS COMO RELATOR		LAVRATURA DE ACÓRDÃO					
	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO		SALDO NO MP	EM DILIGÊNCIA	SALDO ANTERIOR	RECEBIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS			EM ESTUDO					SALDO ANTERIOR	REMETIDOS NO ANO		DEVOLVIDOS NO ANO	AGUARDANDO LAVRATURA DO ACÓRDÃO	
		DISTRIB/INCU LAÇA	REDISTRIBUIÇÃO	POR IMPEDI OU SUSPEIÇÃO	BAIXA DEC. DE ACORDO OU DESISTÊNCIA	RESTITUÍDOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO				Para revisão	Redistribuição	POR IMPEDI OU SUSPEIÇÃO	DETERM. DE DILIGENCIA	RESTITUÍDOS COM VISTOS	NO PRAZO	PRAZO VENCIDO		RELATOR ORIGINÁRIO	RELATOR DESIGNADO		NO PRAZO	PRAZO VENCIDO			
AJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALMO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JDGS	0	1103	4	0	1	1106	0	0	0	0	0	823	3	6	0	820	0	0	67	1060	1	0	873	11	884	0	0
NAL	42	1460	4	0	1	1490	15	0	0	0	3	1135	5	0	1	1117	25	0	94	1498	6	0	1405	136	1541	0	0
ARPJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RGMZ	19	619	1	2	1	633	0	0	1	2	8	450	3	5	0	456	0	0	62	535	0	0	525	61	586	0	0
MVTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FCLF	86	153	0	0	11	228	0	0	0	0	23	55	0	1	0	77	0	0	2	302	1	0	289	9	298	0	0
OZJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TBCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DDG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JMB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGME	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICR	0	897	2	0	1	897	0	0	0	1	0	651	1	0	0	652	0	0	1	885	2	0	863	71	934	0	0
TOTAL	147	4232	11	2	15	4354	15	0	1	3	34	3114	12	12	1	3122	25	0	226	4280	10	0	3955	288	4243	0	0

LEGENDA DAS TABELAS III E III-A

PARA IDENTIFICAÇÃO NOMINAL DOS JUÍZES EM EXERCÍCIO OU AFASTADOS			
INICIAIS	JUIZ	SITUAÇÃO	
ALMO	Juiz ANDRÉ LUIS MORAES DE OLIVEIRA	1	EE
JDGS	Juiz JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA	1	EE
NAL	Juiz NICANOR DE ARAÚJO LIMA	1	EE
ARPJ	Juiz AMAURY RODRIGUES PINTO JÚNIOR	1	EE
RGMZ	Juiz RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA	1	EE
MVTA	Juiz MÁRCIO VASQUEZ THIBAU DE ALMEIDA	1	EE
FCLF	Juiz FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO	1	EE
TBCS	Juiz TOMÁS BAWDEN DE CASTRO SILVA	4	C
OZJ	Juiz OSCAR ZANDEVALLI JUNIOR	4	C
OGO	Juiz ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	4	C
ASF	Juiz ADEMAR DE SOUZA FREITAS	4	C
JCB	Juiz JULIO CESAR BEBBER	4	C
DDG	Juíza DALMA DIAMANTE GOUVEIA	4	C
JMB	Juiz JOÃO MARCELO BALSANELLI	4	C
CGME	Juiz CHRISTIAN GONÇALVES M. ESTADULHO	4	C
RD	Juiz RIVAN DUARTE	4	C
ICR	Juíza IZABELLA CASTRO RAMOS	4	C

F – Férias EE – Em exercício L – Licença C - Convocado

RELATÓRIO GERAL REFERENTE AO MOVIMENTO DE PROCESSOS DE NATUREZA RECURSAL DO ANO: 2011

TABELA III-B

JUÍZES	Quantidade de processos enviados aos gabinetes e que não foram devolvidos no prazo de:				Quantidade de processos com pedido de vista regimental que não foram devolvidos no prazo regimental
	6 a 12 meses	12 a 24 meses	24 a 36 meses	Mais que 36 meses	
AJ	0	0	0	0	0
ALMO	0	0	0	0	0
JDGS	0	0	0	0	0
NAL	0	0	0	0	0
ARPJ	0	0	0	0	0
RGMZ	0	0	0	0	0
MVTA	0	0	0	0	0
FCLF	0	0	0	0	0
OZJ	0	0	0	0	0
TBCS	0	0	0	0	0
OGO	0	0	0	0	0
ASF	0	0	0	0	0
JCB	0	0	0	0	0
DDG	0	0	0	0	0
JMB	0	0	0	0	0
CGME	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0

TABELA IV

BOLETIM ESTATÍSTICO GLOBAL DAS ATIVIDADES JUDICIAIS DO TRIBUNAL NO ANO 2011

QUADRO I
MOVIMENTO PROCESSUAL

PROCESSOS PENDENTES DE AUTUAÇÃO DO ANO ANTERIOR	0
PROCESSOS RECEBIDOS NO ANO	8928
PROCESSOS AUTUADOS NO ANO	7517
SALDO DE PROCESSOS PENDENTES DE AUTUAÇÃO, TRANSFERIDO PARA O ANO SUBSEQUENTE	0
SALDO DE PROCESSOS DOS ANOS ANTERIORES, PENDENTES DE PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO	48
PROCESSOS REMETIDOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ANO	914
PROCESSOS DEVOLVIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ANO	925
SALDO DE PROCESSOS PENDENTES DE PARECER NO MINISTÉRIO PÚBLICO, TRANSFERIDO PARA O ANO SUBSEQUENTE	37
PROCESSOS PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO DO ANO ANTERIOR	343
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO ANO	7631
SALDO DE PROCESSOS PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO, TRANSFERIDOS PARA O ANO SUBSEQUENTE	267
RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS AUTUADOS NO ANO	16

QUADRO II

ATIVIDADES JUDICIAIS

AUDIÊNCIAS REALIZADAS NO ANO	0	TOTAL DE PROCESSOS INSTRUÍDOS	0
		TOTAL DE PROCESSOS HOMOLOGADOS	0
DISTRIBUIÇÕES REALIZADAS NO ANO	549	TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	7631
DILIGÊNCIAS DETERMINADAS NO ANO	0	TOTAL DE PROCESSOS BAIXADOS EM DILIGÊNCIA	0
PAUTAS PUBLICADAS NO ANO	73	TOTAL DE PROCESSOS INCLUÍDOS	7655
SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS NO ANO	73	TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS DEPENDENTES DE INCLUSÃO EM PAUTA	7479
		TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS INDEPENDENTES DE INCLUSÃO EM PAUTA	1456
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS MONOCRATICAMENTE			117
ACÓRDÃOS LAVRADOS NO ANO	8875	TOTAL DE ACÓRDÃOS PUBLICADOS	8704
PRAZO MÉDIO DE JULGAMENTO (DIAS)			53,02
DECISÕES CORREICIONAIS PROFERIDAS NO ANO			18

QUADRO III

RECURSOS DE COMPETÊNCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR – TST

RECURSOS DE REVISTA INTERPOSTOS NO ANO ANTERIOR PENDENTES DE DESPACHO	40	PRAZO DE ESTUDO VENCIDO			0
		NO PRAZO DE ESTUDO			40
RECURSOS DE REVISTA INTERPOSTOS NO ANO	3575	DESPACHADOS	3597	ADMITIDOS	1199
				NÃO ADMITIDOS	2398
SALDO DE RECURSOS DE REVISTA NÃO DESPACHADOS E TRANSFERIDOS PARA O ANO SUBSEQUENTE					18
RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS NO ANO ANTERIOR PENDENTE DE DESPACHO	0 0	PRAZO DE ESTUDO VENCIDO			0
		NO PRAZO DE ESTUDO			0
RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS NO ANO	34	DESPACHADO	34	ADMITIDOS	25
				NÃO ADMITIDOS	9
RECURSOS ORDINÁRIOS NÃO DESPACHADOS E TRANSFERIDOS PARA O ANO SUBSEQUENTE					0
REMESSA DE OFÍCIO					0
AGRAVOS DE INSTRUMENTO INTERPOSTOS NO ANO ANTERIOR PENDENTES NO TRIBUNAL	145	ENCAMINHADOS AO TST			144
		EM TRAMITAÇÃO NO TRT			1
AGRAVOS DE INSTRUMENTO INTERPOSTOS NO ANO	1783	EM RECURSO DE REVISTA			1782
		EM RECURSO ORDINÁRIO			1
AGRAVOS DE INSTRUMENTO ENCAMINHADOS AO TST	1427	EM RECURSO DE REVISTA			1426
		EM RECURSO ORDINÁRIO			1
SALDO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM TRAMITAÇÃO NO TRT, TRANSFERIDO PARA O ANO SUBSEQUENTE	501	EM RECURSO DE REVISTA			500
		EM RECURSO ORDINÁRIO			1

QUADRO IV

RECURSOS DE COMPETÊNCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR – STF/STJ

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS INTERPOSTOS NO ANO	0	DESPACHADOS	0	ADMITIDOS	0
				NÃO ADMITIDOS	0
AGRAVOS DE INSTRUMENTO INTERPOSTOS NO ANO	0	ENCAMINHADOS PARA O STF			0
		EM TRAMITAÇÃO NO TRT			0
CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENCAMINHADOS AO STJ					0

QUADRO V

MOVIMENTO DE CUSTAS

CLASSE	VALOR (R\$)
EMOLUMENTOS ARRECADADOS	1.330,56
CUSTAS RECEBIDAS	10.895,33

QUADRO VI
PRECATÓRIOS

PRECATÓRIOS PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO DO ANO ANTERIOR			6
PRECATÓRIOS RECEBIDOS NO ANO			55
PRECATÓRIOS ENCAMINHADOS NO ANO			58
PRECATÓRIOS PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO NO ANO	3	NO M.P. AGUARDANDO PARECER	0
		AGUARD. MANIFEST. DO REPRES. LEGAL DA UNIÃO	0
		EM DILIGÊNCIA	3
		EM PROCESSAMENTO NO TRT	0
PRECATÓRIOS PENDENTES DE PAGTO	371	NO PRAZO	174
		PRAZO VENCIDO	197
VALOR DOS PRECATÓRIOS PENDENTES DE PAGAMENTO			10.112.806,66
PRECATÓRIOS ATENDIDOS NO ANO			26

ESTATÍSTICA GLOBAL DE PROCESSOS REFERENTES AO ANO DE 2011- TABELA V

(Art. 37 da Lei Complementar n. 35 - LOMAN)

JUÍZES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO														
	RECEBIDOS		EM ESTUDO				DEVOLVIDOS		AGUAR-DANDO PAUTA	VISTA REG. REQUERIDA	JULGADOS		ACÓRDÃO		
	RELATOR	REVISOR	NO PRAZO		PRAZO VENCIDO		RELATOR	REVISOR			EM SESSÃO	DECISOES MONOCRATICAS	LAVRADOS	AG. LAVRATURA	
			RELATOR	REVISOR	RELAT	REVIS								N PZ	PZ VCDO
AJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
ALMO	1446	1054	0	0	0	0	1447	1054	46	0	1464	26	1354	0	0
JDGS	1133	835	0	0	0	0	1133	835	67	0	1086	8	896	0	0
NAL	1510	1163	19	26	0	0	1535	1140	94	0	1526	25	1576	0	0
ARPJ	1386	924	0	0	0	0	1440	943	74	0	1376	14	1464	0	0
RGMZ	658	461	0	0	0	0	670	469	65	0	555	2	634	0	0
MVTA	4	0	0	0	0	0	12	0	0	0	9	1	8	0	0
FCLF	262	58	4	0	0	0	339	81	9	0	337	57	323	0	0
OZJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
TBCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASF	1764	1191	0	0	0	0	1752	1191	56	0	1662	20	1613	0	0
JCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DDG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JMB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGME	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICR	936	666	0	0	0	0	935	666	2	1	917	9	1000	0	0
TOTAL	9099	6352	23	26	0	0	9263	6379	413	1	8935	162	8875	0	0

RELATÓRIO DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ANO DE 2011 - TABELA VI

CLASSES	PROCEDENTE	PROCEDENTE EM PARTE	IMPROCEDENTE	HOMOLOGADO	HOMOLOGADO EM PARTE	PROVIDO	PROVIDO EM PARTE	NÃO PROVIDO	NÃO CONHECIDO	ACOLHIDO	ACOLHIDO EM PARTE	REJEITADO	ANULADO	INCOMPETENTE	DESISTÊNCIA	ARQUIVADO	EXTINTO	PREJUDICADO	INDEFERIDO	OUTRAS DECISÕES	TOTAL DAS DECISÕES
AA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
AC	38	20	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	0	1	0	98
AD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AG	0	0	0	0	0	5	2	14	50	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	74
AI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIAP	0	0	0	0	0	5	4	18	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37
AIRO	0	0	0	0	0	23	0	37	83	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	143
AP	0	0	0	0	0	132	112	342	88	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	677
AR	10	1	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	13	0	3	1	48
CC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
DC	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
DCG	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
ED	0	0	0	1	0	0	0	0	20	188	162	940	1	0	1	0	0	0	0	3	1316
EXIMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXINC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EXSUSP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	3
HC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
IVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	101	0	17	30	152
RAUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	1	0	352	2464	2303	206	0	0	0	18	1	3	0	4	0	0	2	5354
ROPS	0	0	0	0	0	115	397	423	83	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	1	1022
RXOF	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
RXOF e AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RXOF e RO	0	0	0	0	0	1	47	108	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	157
PRVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SLAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	51	21	28	5	0	633	3028	3247	542	190	162	943	22	2	6	0	155	2	21	39	9097

SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO

O Serviço de Controle Interno desempenhou suas atribuições no ano de 2011 analisando os atos pertinentes à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial deste E. Tribunal, com a finalidade de verificar e avaliar os resultados obtidos pelos administradores na guarda e utilização dos bens e valores públicos.

A atuação deste Serviço está planejada através do Plano Anual de Auditoria-PAA que demonstra as atividades a serem executadas no decorrer do exercício.

No decorrer do exercício de 2011, como nos anos anteriores, este Serviço de Controle Interno foi consultado sobre diversos assuntos ligados à execução da despesa. Para tanto, realizamos pesquisas na legislação, na doutrina e na jurisprudência, buscando subsidiar a solução das questões apresentadas.

Releva destacar os principais produtos do trabalho desenvolvido no decorrer do exercício de 2011, através de suas seções, consubstanciados nas notas, recomendações e relatórios de auditoria a seguir enumerados:

- Nota de Auditoria nº 01/2011: Processo TRT nº 311/2008 – Contratação de Serviços de Manutenção, de Suporte Técnico e de Atualizações do Software SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas.
- Nota de Auditoria nº 02/2011: Registros Contábeis - Baixa de saldo da conta Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores.
- Nota de Auditoria nº 03/2011: Provisão - Solicitação de ajustes nos cálculos das provisões sobre a folha de pagamento.
- Nota de Auditoria nº 04/2011: Registros Contábeis Baixa de saldo da conta Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores e reclassificação da conta contábil referente aos registros dos encargos sociais sobre provisões.
- Nota de Auditoria nº 05/2011: Registro das informações relativas a contratos no sistema SIASG.
- Nota de Auditoria nº 06/2011: Transparência - Divulgação de dados e informações relativas às contas públicas por meio da rede mundial de computadores
- Nota de Auditoria nº 07/2011: Processo TRT nº 1833/2011 - Registro de Preços de avaliações médicas por especialistas para compor Junta Médica Oficial.
- Nota de Auditoria nº 08/2011: Substituição FC - Efeitos financeiros das designações, dispensas e substituições em função comissionada e registros efetuados nos sistemas informatizados.
- Nota de Auditoria nº 09/2011: Transparência. Divulgação de dados e informações relativas às contas públicas por meio da rede mundial de computadores.
- Nota de Auditoria nº 10/2011: Transparência. Divulgação de dados e informações determinadas pela Resolução CNJ nº 102/2009.
- Nota de Auditoria nº 11/2011: Registros Contábeis - Desconto de adiantamento de férias.
- Nota de Auditoria nº 12/2011: Registros Contábeis - Reclassificação contábil.
- Nota de Auditoria nº 13/2011: Registro de dados cadastrais dos novos servidores no sistema SRH.
- Recomendação nº 02/2011: Inventário anual dos bens imóveis sob a

responsabilidade deste Tribunal.

- Relatório de Auditoria nº 01/2011: Suprimento de Fundos.
- Relatório de Auditoria nº 02/2011: Processo TRT nº 156/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e de copeiragem.
- Relatório de Auditoria nº 03/2011: Processo TRT nº 864/2011- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada.
- Relatório de Auditoria nº 04/2011: Processo TRT nº 2970/2010 - Reavaliação dos bens móveis.
- Relatório de Auditoria nº 05/2011: Depreciação de bens móveis.
- Relatório de Auditoria nº 06/2011: Processo TRT nº 489/2009 - Ratificação e publicação de dispensa de licitação.
- Relatório de Auditoria nº 07/2011: Prorrogação dos contratos continuados, quanto à ratificação e publicação da despesa.
- Relatório de Auditoria nº 08/2011: Auditoria nos processos de locação de imóveis.
- Relatório de Auditoria nº 09/2011: Processo TRT nº 3345/2008 – Contratação de serviços de reprodução de cópias e de digitalização.
- Relatório de Auditoria nº 10/2011: Contratação direta de cursos de capacitação por inexigibilidade de licitação.
- Relatório de Auditoria nº 11/2011: Processo TRT nº 1370/2010 - Programa de estágio - Contratação de agente de integração.
- Relatório de Auditoria nº 12/2011: Processamento das substituições em funções comissionadas

Dos recursos colocados a disposição deste Tribunal em 2011 foi executado o montante de R\$ 154.118.032,44 assim distribuídos:

- Pessoal e Encargos Sociais..... R\$ 128.088.597,08
- Outras Despesas Correntes..... R\$ 17.580.106,60
- Investimentos..... R\$ 8.449.328,76

A aplicação dos recursos referente “Pessoal e Encargos Sociais” foram auditados pela Seção de Controle e Análise de Pessoal e pela Seção de Análises Contábeis e, a aplicação dos recursos referentes “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” foram auditados pela Seção de Controle e Acompanhamento de Despesas e pela Seção de Análises Contábeis. As auditorias foram realizadas em consonância com o Plano Anual de Auditoria e na amostragem estabelecida.

As atividades desenvolvidas por este Serviço estão subdivididas pelas seções que compõem a sua estrutura, a saber:

SEÇÃO DE CONTROLE E ANÁLISE DE PESSOAL – SCAP

A Seção de Controle e Análise de Pessoal realizou auditorias nos processos administrativos de admissão, vacância, exoneração, aposentadoria, pensão civil e vantagens pessoais concedidas aos servidores e magistrados, e nas pastas funcionais de servidores cedidos admitidos no exercício, bem como nos processos administrativos de acertos financeiros daqueles que retornaram ao órgão de origem.

Procedeu, ainda, à análise e ao envio ao Tribunal de Contas da União, através do Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões via Internet – SISACNet, das

informações concernentes aos atos de admissão/desligamento de servidores, além da concessão de aposentadorias e pensões.

Igualmente, analisou as matérias que envolveram efeitos financeiros, notadamente em relação à designação, dispensa e substituição em funções comissionadas, verificando a adequação dos cálculos de valores a serem ressarcidos ao erário ou indenizados aos servidores e/ou magistrados. Efetuou, ainda, monitoramento das determinações e recomendações exaradas no Processo nº 4143/2010, que trata das substituições em funções comissionadas e no Processo Protocolo nº 1892/2010-60, a respeito das consignações em folha de pagamento.

Verificou as concessões relativas a ajuda de custo, auxílio-moradia, adicional de qualificação (pós-graduação), abono de permanência e opção pela função comissionada nos proventos de aposentadoria (art. 193 da Lei 8.112/1990) e auditou o recálculo das progressões funcionais em virtude do advento da Lei nº 12269/2010 (M.A. nº 47/2008).

A emissão e entrega dos comprovantes de rendimentos para fins de imposto de renda também foi objeto de análise desta Seção.

Por fim, respondeu às diversas diligências efetuadas pelo Tribunal de Contas da União e acompanhou a auditoria realizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, prestando apoio e esclarecimentos sobre os itens averiguados.

SEÇÃO DE ANÁLISES CONTÁBEIS – SAC

A Seção de Análises Contábeis (SAC), além de participar de auditorias realizadas pela Seção de Controle e Acompanhamento de Despesa, procedeu à verificação, por amostragem, da classificação contábil dos processos administrativos que envolveram a utilização de créditos orçamentários, observando os reflexos dos registros no balancete da Unidade Gestora, emitido pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Acompanhou, examinando a legalidade e a legitimidade:

- Da escrituração contábil, solicitando os ajustes quando necessário.
- Das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo SIAFI.
- Dos demonstrativos dos bens patrimoniais e do almoxarifado.
- Da execução da programação financeira e orçamentária.

Manteve atualizado no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI, de acordo com as normas vigentes, o rol dos responsáveis deste Tribunal.

Procedeu, ainda, à análise do Relatório Quadrimestral de Gestão Fiscal elaborado pelo Serviço de Orçamento e Finanças.

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE DESPESA – SCAD

No decorrer do exercício de 2011 a Seção de Controle e Acompanhamento de Despesa analisou diversos processos administrativos empenhados no exercício. As inconsistências verificadas foram encaminhadas aos responsáveis dos diversos setores do Tribunal para regularização, por meio de despacho nos próprios processos ou através de recomendações.

Acompanhou por amostragem, através do sistema GESTORE, a instauração dos processos administrativos, com vista a solucionar impropriedades antes da contratação.

A Seção de Controle e Acompanhamento de Despesa em conjunto com as demais seções procedeu à auditoria nos processos administrativos selecionados.

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

No exercício de 2011 a Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, de acordo com as deliberações e determinações da Presidência, efetuou o planejamento, a coordenação e a orientação de todas as atividades administrativas do Tribunal, tendo definido, em conjunto com as demais unidades, propostas com vistas a diagnosticar e eliminar vícios em busca da eficiência e da celeridade dos trâmites dos processos administrativos.

Dando continuidade à consecução de uma das prioridades da Direção desta Corte, que se trata do processo de modernização das unidades jurisdicionadas, foram realizadas as licitações para as construções da sedes próprias das Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste, empresa GOMES & AZEVEDO LTDA. - EPP. R\$ 730.136,39 (setecentos e trinta mil, cento e trinta e seis reais e trinta e nove centavos); e de Amambai, empresa CONGEO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, R\$ 749.900,00 (setecentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

Também se obteve êxito na contratação de empresa para a substituição dos elevadores do atual prédio-sede deste Tribunal, em cuja licitação sobressaiu-se vencedora a empresa THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A., no valor global de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Foi dada continuidade à construção da nova sede deste Tribunal, cujo contrato foi firmado com a Empresa OAS CONSTRUTORA LTDA. em agosto de 2007, no valor global de R\$ 41.600.000,00 (quarenta e um milhões e seiscentos mil reais), sendo que os serviços executados em 2011 importaram em R\$ 6.173.869,00 (seis milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove reais).

A Diretoria-Geral, buscando a melhoria de processos e com vistas à adequação da estrutura deste Regional às exigências contidas na Resolução Administrativa nº 63/2010, alterada pela Resolução Administrativa nº 83/2011, ambas do CSJT, procedeu à promoção da migração da Seção de Manutenção de Equipamentos da Diretoria de Serviços Gerais para a Seção de Engenharia, com a proposta desta tornar-se um Núcleo.

ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL

A Assessoria da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, com vistas a auxiliar nas tomadas de decisões, emitiu pareceres em processos administrativos, como requerimentos veiculados por servidores, magistrados e entidades diversas, que eventualmente formulam pedidos dirigidos à Administração desta Corte.

Cumpre informar que compete a esta Assessoria Jurídica assessorar o Diretor-Geral da Coordenação Administrativa em matérias administrativas de maior complexidade, nos processos administrativos, emitindo pareceres nos editais e contratos, auxiliando na elaboração das proposições, bem como auxiliar na elaboração de despachos, portarias e ofícios, conforme disposto no Anexo III do Regulamento Geral deste Tribunal.

Em relação aos processos administrativos foram analisados seus aspectos jurídico e formais, emitindo-se pareceres em todos os processos licitatórios, conforme exigência do artigo 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666/93, verificando o enquadramento nas modalidades, analisando os editais das licitações realizadas no exercício, as minutas de contratos, os acordos e os convênios e as defesas nos processos de licitação.

Da mesma forma, foram emitidos pareceres em todos os casos de aplicação de

penalidades às empresas contratadas pelo descumprimento de cláusulas contratuais e de edital ou nas hipóteses em que tais sanções foram dispensadas, quando da apresentação de defesa prévia.

Relativamente a assuntos de Pessoal, a Assessoria emitiu pareceres em diversos requerimentos de magistrados, servidores e estagiários, embasando as decisões do Diretor-Geral e do Desembargador-Presidente.

Auxiliou a Presidência com pareceres e opiniões em Processos administrativos, prestando informações e embasamento jurídico em assuntos relacionados às pautas das sessões administrativas do Tribunal Pleno.

Realizou e acompanhou consultas e pedido de providências, em casos de maior complexidade, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior de Justiça, para observar o posicionamento dos órgãos de controle administrativo, orçamentário e financeiro.

Providenciou informações a serem encaminhadas à Advocacia Geral da União, matéria de defesa em mandados de segurança e ações ordinárias ajuizados por juízes, servidores, peritos indicados nas reclamações trabalhistas; todas as manifestações nos processos oriundos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Preparou as repostas às solicitações da Procuradoria da União com informações e cópias de documentos com vistas a fornecer subsídios para a formulação de defesa em ações ajuizadas em face da União Federal.

Acompanhou os processos judiciais na Justiça Federal, especialmente na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul e Brasília e no Supremo Tribunal Federal.

Quanto aos Processos Judiciais em andamento, esta Assessoria guarda, em arquivo próprio, cópias de informações prestadas ao juízo ou à AGU; fazendo o acompanhamento da tramitação e/ou movimentação dos processos.

Encaminhou à Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Lei n.º 8112/90 e Decreto-Lei N.º 147/67, informações de débitos tributários de contratados com erário para embasar possíveis inscrições na dívida ativa da União; encaminhou os débitos não tributários à Advocacia Geral da União para possível ingresso de ação judicial.

Quanto à construção da nova Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, cabe ressaltar que houve grande demanda de pesquisa, assessoria ao Diretor-Geral e ao Desembargador-Presidente, inclusive em viagens à Brasília para audiências, pareceres, reuniões, prestação de informações tanto em âmbito interno quanto externo com informações à AGU para as demandas judiciais advindas da obra. Além de análises de termos aditivos e análise jurídica e contábil em conjunto com o Serviço de Orçamento e Finanças e, também, de estudos referentes à ação judicial do imposto ISSQN.

Ainda, quanto à obra, esta Assessoria acompanhou e assessorou este Regional perante o Tribunal de Contas da União que analisa a licitação e execução do contrato, por meio do Proc. Tomada de Contas 013.455/2007-5.

Seguem abaixo, de forma mais detalhada, alguns assuntos que demandaram parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, no ano de 2011:

1) Quanto a bens e serviços:

- Análise de todas as licitações e contratações diretas realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, nas modalidades concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão na modalidade presencial e eletrônica, ainda adotados no sistema de registro de preços; analisando minutas de Editais, Contratos, Convênios ou Ajustes, além de Atas de Registro de Preços, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei N.º 8666/93;

- Análise de minutas de Acordos de Cooperação, Cessões de Uso de Bens Imóveis, firmados com outros órgãos;
- Análise de aditamentos, rescisões, revisões, reajustes e repactuações contratuais, bem como de prorrogações de prazos de vigência contratuais;
- Análise de solicitações de prorrogação dos prazos de entrega de materiais ou serviços e de justificativas; análise de recursos apresentados quando do indeferimento dos pedidos;
- Análise quanto à aplicação de penalidades às empresas contratadas pelo Tribunal por inexecução contratual, bem como no atraso de entrega de material e/ou serviços, bem como dos instrumentos de defesa e dos pedidos de reconsideração e recurso;
- Análise, em relação a assuntos de Pessoal, de requerimentos de magistrados, servidores e estagiários, pautando-se na Lei nº 8112/90 e na LOMAN (Lei Complementar N.º 35, de 14 de março de 1979), assim como em toda a legislação pertinente, de diversos assuntos, dentre os quais: Ajuda de Custo, Aposentadoria, Auxílio-Moradia, Cargo em Comissão, Função Comissionada, Contribuição Previdenciária, Férias, Gratificações, Indenizações, Licenças, Processo Administrativo Disciplinar, Pensão, Quintos, Remoção, Redistribuição, Reposição ao Erário, Abonos.

SECRETARIA-EXECUTIVA DA DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEDG

No contexto da estrutura organizacional deste Tribunal, a Secretaria-Executiva está subordinada diretamente à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa.

É de responsabilidade da Secretaria-Executiva o apoio direto à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa quanto ao planejamento, à coordenação e à orientação das atividades administrativas deste Tribunal,

A SEDG desenvolve, entre outras atividades, a gestão dos contratos administrativos, convênios, termos de cessão, acordos e demais instrumentos correlatos celebrados pelo TRT/24ª Região com outros entes administrativos e particulares, a orientação das atividades relacionadas à administração de material, patrimônio, compras, finanças e serviços gerais, opinando nos processos, proposições, promoções e outros expedientes oriundos das Diretorias a ela vinculadas.

Acompanhou todos os processos que implicaram despesas, em todas as suas fases, desde a iniciação até a liquidação e o pagamento, colaborando, ainda, no planejamento da Proposta Orçamentária de 2012.

Orientou, coordenou e acompanhou todas as etapas inerentes à formalização de contratos e convênios, firmando-os em nome do Tribunal, via subdelegação de competência.

Com relação aos expedientes oriundos da SEDG, além de assuntos internos, foram feitos contatos com empresas fornecedoras, concessionárias de serviços públicos e outros, com a finalidade de viabilizar o desenvolvimento das atividades administrativas do Órgão com eficácia e eficiência.

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NLC

Ao Núcleo de Licitações e contratos compete:

- Elaborar editais de licitação e efetuar a publicação dos respectivos avisos de licitação, bem como os resultados de todas as etapas;
- Elaborar, juntamente com a Comissão Permanente de Licitação e os Pregoeiros, respostas às impugnações, recursos e questionamentos apresentados;
- Secretariar e dar apoio à Comissão e aos Pregoeiros nas licitações realizadas sob a forma Presencial e Eletrônica, auxiliando na conferência das documentações e das propostas recebidas das licitantes;
- Realizar os trâmites necessários à formalização do cadastro das empresas;
- Proceder à anotação da atuação irregular da empresa em ficha de conduta de fornecedor e em sistema eletrônico do Governo Federal;
- Proceder, ao chamamento público para a atualização dos registros existentes das empresas cadastradas e para o ingresso de novos interessados;
- Elaborar minutas de instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins a serem formalizados pelo Tribunal;
- Formalizar os instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins autorizados pela autoridade competente;
- Manter controle do prazo de vigência dos instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, atas de registro de preços e demais documentos afins formalizados pelo Tribunal;
- Manter arquivados, em ordem cronológica, bem como em pastas individuais, cópia dos instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins;
- Manter atualizada na página do Tribunal, na internet as informações referente aos instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, ata de registro de preços, termos aditivos, termos de distrato e demais documentos afins formalizados pelo Tribunal;
- Providenciar o apostilamento nos instrumentos contratuais quando permitido por lei e devidamente autorizado pela autoridade competente;
- Lançar dados em sistema eletrônico do Governo Federal dos instrumentos firmados que acarretem efeitos financeiros;
- Auxiliar os fiscais dos contratos, acordos de cooperação técnica, atas de registro de preços e demais documentos afins formalizados pelo Tribunal no que tange à prorrogação do prazo de vigência, rescisão contratual e quando necessária a realização de termo aditivo.

Durante o exercício 2011 o NLC auxiliou na realização de 52 (cinquenta e dois) procedimentos licitatórios, sendo:

- a) **02** (dois) na modalidade CONVITE, conforme Quadro I em anexo;
- b) **45** (quarenta e cinco) na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme **Quadro II** em anexo;;
- c) **02** (dois) na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme Quadro III em anexo
- d) **03** (três) na modalidade TOMADA DE PREÇOS, conforme Quadro IV em anexo;
- e) Não houve procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, conforme Quadro V em anexo.
- f) Não houve procedimento licitatório na modalidade de CONCURSO, conforme Quadro VI em anexo;

- g) Também foram celebrados **40** (quarenta) contratos, **56** (cinquenta e seis) termos aditivos, **17** (dezessete) Acordos de Cooperação Técnica, **01** (um) termo de cessão de uso de área, **78** (setenta e oito) Atas de Registro de Preços, **06** (seis) Termos de Distrato e **27** (vinte e sete) apostilamentos, totalizando **225** (duzentos e vinte e cinco) instrumentos, conforme Quadro VIII anexo.

Desenvolveu ainda, Atividade referente ao Sistema de Cadastro Unificado de fornecedores – SICAF, cadastramento, recadastramento e atualizações mensais das documentações abrangentes de empresa(s), conforme Quadro VII.

QUADRO I - CONVITES

Nº PROC.	Nº CV	OBJETO DA LICITAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)	VALOR TOTAL ADJUDICADO (R\$)
405/2011	01/2011 - REPETIÇÃO	Contratação de empresa especializada para executar os serviços de fornecimento, com instalação, de uma guarita em fibra de vidro, com banheiro, e de 1 (um) mastro para bandeiras, bem como os serviços de infraestrutura de elétrica, esgoto, água fria e calçamento na Vara do Trabalho de Corumbá	28.547,62	28.547,62
2.953/2011	02/2011 - REPETIÇÃO	Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a execução de serviço de instalação de gradil e fornecimento, com instalação, de 1 (um) mastro para bandeira, no prédio-sede da Vara do Trabalho de Naviraí	19.104,80	18.454,78

QUADRO II - PREGÕES ELETRÔNICOS

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
4933/2010	01/2011	Contratação de empresa para a prestação de serviços de foto e filmagem para o exercício 2011	87.454,75	Fracassado
4.539/2010	02/2011	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização	116.244,76	34.922,72
4.848/2010	03/2011	Registro de Preços para o fornecimento de coffee breaks, nos eventos de capacitação e treinamentos.	67.015,70	37.824,20
4.291/2010	04/2011	Aquisição de 1 (um) aparelho de ar condicionado, de 1,5 tr's, tipo split, com instalação na vara do trabalho de paranaíba.	3.693,34	3.685,00
4.384/2010	05/2011	Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (plotagem)	24.871,00	11.699,00
4.190/2010	06/2011	Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente.	378.382,43	242.192,05
3.529/2010	07/2011	Registro de preços para eventuais aquisições de suprimentos e acessórios para informática	659.551,16	355.531,28
4.423/2010	08/2011	Contratação de seguro para os veículos da frota deste Regional, para o período de vigência de	60.252,31	23.000,00

		18/3/2011 até as 24 horas do dia 17/3/2012		
4.463/2010	09/2011	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 4 (quatro) elevadores da marca atlas schindler, com fornecimento de peças e componentes genuínos do fabricante, quando necessária a substituição	38.837,28	38.760,00
4.933/2010	10/2011	Contratação de empresa especializada para a execução de serviços fotográficos, filmagem e disponibilização de equipamentos de som e imagem, necessários à cobertura dos treinamentos de pessoal, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas por este tribunal, no decorrer do exercício de 2011	87.44,75	66.045,45
155/2011	11/2011	Contratação de seguro para os prédios e conteúdos (livros, eletroeletrônicos e mobiliários) deste Regional e das Varas do Trabalho jurisdicionadas, para o período de vigência de 18/04/2011 até as 24 horas do dia 17/04/2012	33.939,18	26.422,55
4.739/2010	12/2011	Registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos e de produtos hospitalares, ambulatoriais, farmacêuticos e de massoterapia	9.318,50	4.499,04 – (cancelados por inexistência de propostas os grupos 1, 3 e 9)
864/2011	13/2011	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada nas sedes do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, do Fórum Trabalhista de Campo Grande, da Vara do Trabalho de Corumbá e da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	535.401,00	446.369,76
494/2011	14/2011	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização destinados a todas as unidades do tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de copeiragem para o prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e para os Fóruns Trabalhistas de Campo Grande-MS, Dourados-MS e Três Lagoas-MS	1.289.910,24	1.021.766,16
527/2011	15/2011	Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nas áreas de Engenharia Civil e Elétrica	217.270,52	Não realizada no exercício de 2011
1.254/2011	16/2011	Contratação de empresa para a confecção de insígnia, crachá, roseta, barreta, estojo e pastas para concessão das comendas da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho	33.900,00	27.561,45
624/2011	17/2011	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva nos equipamentos de telefonia de propriedade deste tribunal, com o fornecimento de peças, quando necessária a substituição	8.437,51	Deserta
4.757/2010	18/2011	Registro de preços para a eventual aquisição de	23.022,68	15.985,13

		produtos odontológicos		
1.118/2011	19/2011	Registro de preços para eventual fornecimento de café, de açúcar, de chá, de adoçante e de mistura para capuccino	19.468,85	14.015,45
1.757/2011	20/2011	Aquisição de 3 (três) aparelhos de ar condicionado, tipo split, com instalação na vara do trabalho de rio brilhante	7.776,67	5.395,00
1.424/2011	21/2011	Registro de preços/desconto para eventual aquisição de livros jurídicos e técnicos, e audiolivros, com a oferta do menor preço / maior desconto	157.063,75	122.863,11
1707/2011	22/2011	Registro de preços para eventual aquisição de papéis e impressos padronizados, utilizando equipamento a laser digital de rede e acessórios, bem como off set, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada	78.487,84	49.840,90
860/2011	23/2011	Registro de preços para futuras aquisições de equipamentos e mobiliários	98.404,78	70.056,62 (cancelados na aceitação os itens 9 e 10)
1.149/2011	24/2011	Registro de preços para eventual prestação de serviços de impressões em preto e branco e em cores e acabamentos afins, utilizando equipamento a laser digital de rede e acessórios, bem como off set, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada	172.645,60	123.666,10
152/2011	25/2011	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de movimentação, remanejamento e organização de cargas, como mobiliários, equipamentos, materiais de consumo e bens permanentes, nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região na cidade de Campo Grande-MS	44.119,32	Não realizada no exercício de 2011
624/2011	26/2011	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva nos equipamentos de telefonia de propriedade deste tribunal, com o fornecimento de peças, quando necessária a substituição	8.437,51	Deserta
2.827/2011	27/2011	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de 2 (dois) elevadores novos, e a retirada dos atuais elevadores existentes no prédio sede do Tribunal Regional da 24ª Região em Campo Grande – MS.	221.592,70	Fracassada
1.530/2011	28/2011	Registro de preços para as eventuais aquisições de materiais elétricos, hidráulicos, de marcenaria, de telefonia, de ferramentas e de acessórios de manutenção	78.171,81	Alteração do Objeto – exclusão do SRP (Nova licitação 33/2011)
2.786/2011	29/2011	Registro de preços para as eventuais aquisições de impressoras laser monocromáticas	90.000,00	Revogada (Nova licitação 41/2011)

2.821/2011	30/2011	Aquisição de 25 (vinte e cinco) Switches gigabit 24 portas	95.64,75	Revogada (Nova licitação 40/2011)
3.189/2011	31/2011	Registro de preços para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	62.642,32	44.251,99 (cancelado o item 16 inexistência de proposta)
1.998/2011	32/2011	Aquisição de medicamentos e de produtos hospitalares, ambulatoriais, farmacêuticos e de massoterapia	1.922,60	1.438,80 (cancelado o grupo 3 inexistência de proposta)
1.530/2011	33/2011	Aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, marcenaria, telefonia, ferramentas, acessórios de manutenção e de segurança.	53.980,25	42.646,13
1.789/2011	34/2011	Aquisição de materiais de consumo diversos	31.551,70	15.988,50 (cancelado os grupos 1 e 3 e o item 17 na aceitação e os itens 18 e 19 por inexistência de proposta)
3.336/2011	35/2011	Aquisição de 37 (trinta e sete) impressoras de etiquetas e de 02 (dois) hds externo	34.463,88	29.524,91
3.568/2011	36/2011	Registro de preços para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	43.585,16	32.604,52 (cancelado na aceitação - fracassado - o grupo 1 e o item 17 e por inexistência de proposta – deserto o grupo 5)
2.827/2011	37/2011	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de 2 (dois) elevadores novos, e a retirada dos atuais elevadores existentes no prédio sede do Tribunal Regional da 24ª Região em Campo Grande – MS.	222.592,70	Fracassada
4.115/2011	38/2011	Aquisição de Terminais de autoatendimento	182.000,00	104.999,00
4.096/2011	39/2011	Aquisição de interfaces para fibra óptica	11.040,00	2.390,00
2821/2011	40/2011	Aquisição de 25 (vinte e cinco) Switches gigabit 24 portas	75.269,75	29.899,00
2.786/2011	41/2011	Registro de preços para as eventuais aquisições de impressoras laser monocromáticas	90.000,00	60.299,10
4.624/2011	42/211	Aquisição de 49 (quarenta e nove) aparelhos de ar condicionado, tipo split, com as respectivas instalações nas Varas do Trabalho do interior do Estado de Mato Grosso do Sul	367.131,87	356.439,97
2.827/2011	43/2011	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de 2 (dois) elevadores novos, e a retirada dos atuais elevadores existentes no prédio sede do Tribunal Regional da 24ª Região em Campo Grande – MS	437.340,89	420.000,00

4.054/2011	44/2011	Fornecimento e instalação de cortinas, tipo painel, para o prédio da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	383.611,53	135.591,30
4.800/2011	45/2011	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral	45.997,24	37.439,60

QUADRO III - PREGÕES PRESENCIAIS

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
1.833/2011	1	Registro de preços de avaliações médicas por especialistas nas áreas de psiquiatria, ortopedia, reumatologia, neurologia, cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, hematologia, alergia, gastroenterologia, oncologia e medicina do trabalho, para compor Junta Médica Oficial (JMO) do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	39.960,00	Revogada
2.464/2011	2	Contratação de serviços especializados na área de engenharia para fiscalização e acompanhamento de obra, por intermédio de 1 (um) Engenheiro Civil/Arquiteto, para a construção prédio-sede da Vara do Trabalho de Amambaí - MS.	17.396,80	Instrução de novo processo

QUADRO IV - TOMADAS DE PREÇOS

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ADJUDICADO (R\$)
3.089/2009	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para a construção do prédio destinado a abrigar a sede da Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste – MS.	806.669,52	730.136,39
4.431/2011	2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para a construção da sede da Vara do Trabalho de Amambaí - MS	799.176,57	740.900,00
3.702/2011	3	Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a elaboração de projeto executivo e execução de serviço de fornecimento e instalação de cabeamento de fibra óptica para interligar o atual prédio sede do TRT 24ª Região, ao novo prédio-sede, com vistas a estabelecer o meio de comunicação de dados necessário para o funcionamento dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) e telefonia do TRT/24ª Região.	211.557,95	131.973,46

QUADRO V - CONCORRÊNCIA

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	VR ESTIMATIVO (R\$)	VR. ARREMATADO (R\$)
		Não houve neste exercício		

QUADRO VI - CONCURSO

Nº PROC.	Nº	OBJETO DA LICITAÇÃO	SITUAÇÃO
		Não houve neste exercício	

QUADRO VII - REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES NO SICAF

EMPRESA	ATIVIDADES
FORTESUL - Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda. CNPJ 02.576.238/0002-76	Renovação cadastral; Atualizações mensais das documentações abrangentes.
TRANSAMERICA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ 07.293.694/0003-03	Cadastramento no SICAF; Atualizações mensais das documentações abrangentes.

QUADRO VIII

CONTRATOS FORMALIZADOS					
Processo nº	Contrato nº	Contratada	Objeto	Valor R\$	Vigência
3581/2010	01/2011	AMERICEL S.A.	A prestação de Serviço Móvel Pessoal pós-pago, na modalidade serviço local, com fornecimento de 14 (quatorze) aparelhos telefônicos celulares em comodato (GSM) com Roaming nacional.	R\$ 9.591,24	04.01.2012
3225/2010	02/2011	CLM TRENTIN	Aplicação de ginástica laboral para os magistrados e servidores lotados nos Fóruns Trabalhista de Dourados e de Três Lagoas, incluindo as Varas Trabalhistas.	R\$ 5.715,84	10.01.2012
4382/2010	03/2011	CHROUPANA PESCA E CAMPING LTDA.-ME	Fornecimento de água mineral, acondicionada em garrações de 20 litros e em garrafas de 510ml, e para a aquisição de garrações de 20 litros (somente o vasilhame) para o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e suas unidades jurisdicionadas, no Estado de Mato Grosso do Sul.	R\$ 28.971,66	31.12.2011
2109/2010	04/2011	EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Prestação do serviço de conexão à internet através de link de ip dedicado, banda larga, com velocidade mínima de 12 (doze) mbps, com os serviços de instalação, configuração e locação do equipamento roteador.	R\$ 81.809,96	17.01.2012
3007/2010	05/2011	EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), para a prestação de serviços na modalidade serviço local, para a intermediação das ligações de telefones fixo para fixo e de fixo para móvel, com a instalação de 3 (três) Links E-1, bi-direcionais, conectados por fibra óptica a 2 Mbps, para promover o entroncamento dos aparelhos PABX do TRT 24ª Região, do Fórum Trabalhista de Dourados/MS e do Fórum Trabalhista de Três Lagoas/MS.	R\$ 132.999,97	03.03.2012
4933/2010	06/2011	CAMARGO & SANCHES EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA-ME.	Execução de serviços fotográficos, filmagem e disponibilização de equipamentos de som e imagem necessários à cobertura dos treinamentos de pessoal, palestras, eventos e outras atividades a serem promovidas pelo TRT 24ª Região.	R\$ 66.045,45	31.12.2011

4291/2010	07/2011	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA.	Aquisição de 1 (um) aparelho de ar condicionado, de 1,5 TR's, tipo split.	R\$ 3.685,00	23.03.2012
1103/2011	08/2011	COPLAN-CONSTRUÇÕES PLANEJAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Locação do imóvel situado na Rua João Pedro de Souza nº 1.025, em Campo Grande-MS, consistente em um prédio de 07 (sete) andares, com mezanino, totalizando 12 (doze) pavimentos, com área total de 3.104,57 m².	R\$ 381.600,00	31.03.2013
4904/2008	09/2011	ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Locação do imóvel urbano situado na Rua Antonio Lino Barbosa nº 1.208, apartamento 02 – fundos, em Rio Brillhante-MS, com área total de 74,21 m².	R\$ 12.000,00	11.04.2012
1289/2011	10/2011	TRON INFORMÁTICA LTDA.	Prestação de serviços de atualização e de suporte técnico do sistema TRON-ORC (Orçamento, Planejamento e Acompanhamento de OBRAS, Multiusuário - 02 licenças), de propriedade da TRON INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 1.518,00	25.04.2012
1438/2010	11/2011	RICARDO LUCIANO CARDOSO	Locação do imóvel urbano situado na Avenida Mato Grosso do Sul nº 1099, Centro, em São Gabriel do Oeste-MS, inscrição imobiliária nº 1.138, com área de 143,92 m².	R\$ 21.600,00	30.04.2012
769/2011	12/2011	BANCO DO BRASIL S/A.	Promoção da agilidade e da eficiência na prestação jurisdicional, destinando-se, preferencialmente, às seguintes finalidades: a) reaparelhamento e estruturação tecnológica da Justiça do Trabalho da 24ª Região; b) reforma ou ampliação das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª Região; c) melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo BANCO e pelo TRIBUNAL à sociedade.	O BANCO repassará ao TRIBUNAL o valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) entre o 2º semestre de 2011 e o 1º semestre de 2012 ou após esse período, caso as circunstâncias assim o exijam.	15.05.2016
1743/2011	13/2011	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL - ENERSUL	Prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade de potência necessária, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em Campo Grande/MS.	Não formalizado	****

1602/2011	14/2011	ELIAS PANAGIOTIS KONTOS	Locação dos imóveis abaixo relacionados: IMÓVEL I - situado na Rua Rui Barbosa nº 1.525, Vila Ornelas, em Campo Grande-MS, inscrição imobiliária nº 0565011029-5, consistente em um galpão comercial, com dois conjuntos de banheiros, ambos com cabines adaptadas para portadores de necessidades especiais e uma copa, totalizando uma área de 585,00 m²; IMÓVEL II - situado na Rua Rui Barbosa nº 1.555, Vila Ornelas, em Campo Grande-MS, inscrições imobiliárias nºs 0565011052-0, 0565011053-8, 0565011027-9 e 0565011028-7, consistente em um prédio com três banheiros, uma copa, duas salas de escritório, poço artesiano e reservatório para cinco mil litros, totalizando uma área de 624,04 m².	R\$ 165.956,88	07.06.2013
1743/2011	15/2011	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL	Prestação do serviço de fornecimento de Energia Elétrica.	R\$ 273.025,00	31.07.2013
1743/2011	16/2011	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL	Execução de obra para atendimento de unidade consumidora.	R\$ 0,00	21.07.2011
4463/2010	17/2011	EMPRESA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 4 (quatro) elevadores da marca Atlas Schindler, sendo 2 (dois) instalados no edifício-sede do TRT-24ª Região, situado na Rua Jornalista Belizário Lima nº 418, Vila Glória, e 2 (dois) no prédio que abriga o Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, situado na Rua João Pedro de Souza nº 1.025.	R\$ 38.760,00	16.06.2012
1.757/2011	18/2011	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA – EPP.	Aquisição de 3 (três) aparelhos de ar condicionado, sendo 1 (um) de 1,5 TR's e 2 (dois) de 1 TR, tipo split, com instalação na Vara do Trabalho de Rio Brilhante / MS.	R\$ 5.395,00	04.07.2012
864/2011	19/2011	SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.	Prestação de serviços de vigilância patrimonial armada na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e do Fórum Trabalhista de Campo Grande.	R\$ 177.265,92	13.07.2012
494/2011	20/2011	MEGA SERV SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização destinados a todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.	R\$ 800.628,00	13.07.2012

494/2011	21/2011	PLANALTO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTE LTDA.	Prestação de serviços de copeiragem para o prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e para os Fóruns Trabalhistas de Campo Grande - MS, Dourados - MS e Três Lagoas - MS.	R\$ 221.138,16	13.07.2012
406/2011	22/2011	ENGENHEIRO CIVIL IRAPUÃ DOS SANTOS	Elaboração de projeto de combate a incêndio e pânico (PPCIP), para o prédio do Fórum Trabalhista de Dourados, bem como o acompanhamento dos serviços de execução da obra conforme o projeto, nas condições e especificações constantes do Projeto Básico e seus anexos I a IX, nos autos do Processo TRT nº 406/2011.	R\$ 9.130,00	Até o adimplemento total de todas as obrigações da CONTRATADA
2121/2011	23/2011	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.	Aquisição de microcomputadores portáteis – Notebook para os Órgãos da Justiça do Trabalho, com suporte de serviços associado, incluindo prestação de assistência técnica em garantia.	R\$ 198.982,00	Noventa dias após o recebimento definitivo do objeto
2.953/2011	24/2011	CONSTRUTORA ILHA GRANDE LTDA.	Prestação de serviços de instalação de gradil e fornecimento, com instalação, de 1 (um) mastro para bandeira, no prédio-sede da Vara do Trabalho de Naviraí	R\$ 18.454,78	Até o adimplemento total das obrigações da CONTRTADA.
2359/2011	25/2011	UZTECH SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de software e contratação de serviços de plataforma Tivoli Storage Manager – TSM	R\$ 149.611,70	6.10.2012
405/2011	26/2011	BRILHANTE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA.	Prestação de serviços de fornecimento, com instalação, de 1 (uma) guarita em fibra de vidro, com banheiro, e de 1 (um) mastro para bandeiras, bem como os serviços de infraestrutura de elétrica, esgoto, água fria e calçamento na Vara do Trabalho de Corumbá	R\$ 28.547,62	Até o adimplemento total das obrigações da CONTRTADA
4.513/2011	27/2011	EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL	Prestação e utilização do serviço público de energia elétrica e iluminação pública para unidades consumidoras atendidas em baixa tensão (Grupo B). Almoxarifado; Arquivo-Geral; Varas do Trabalho das cidades de: Amambaí; Aquidauana; Bataguassu; Corumbá; Cassilândia; Coxim; Fátima do Sul; Jardim; Mundo Novo; Naviraí; Nova Andradina; Paranaíba; Ponta Porã; Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste	R\$ 23.176,82 (mensal)	28.12.2016
4.725/2011	28/2011	IMPRENSA NACIONAL	Prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União	R\$ 30,37 (centímetro por	31.12.2016

				coluna)	
4.506/2011	29/2011	VOYAGER BUSINESS TECHNOLOGY LTDA.	Prestação de serviços de capacitação nos conceitos de gerência de serviços de tecnologia da informação preconizados pelo modelo de referência ITIL, por meio da aplicação do treinamento "ITIL Foundations V3".	R\$ 6.535,08	28.11.2012
4.831/2011	30/2011	IMOBILIÁRIA HUMBERTO CANALE JUNIOR S/S LTDA.	Locação do imóvel situado na Rua João Pedro de Souza nº 991, loja 05, Vila Santa Dorotéia, em Campo Grande-MS, com área total de 329m².	R\$ 30.000,00	2.12.2012
3.702/2011	31/2011	MW TELEINFORMÁTICA LTDA.	Elaboração de projeto executivo e execução de serviço de fornecimento e instalação de cabeamento de fibra óptica;	R\$ 131.973,46	Até o adimplemento total das obrigações da CONTRATADA perante o TRT 24º Região
4.115/2011	32/2011	DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A	Aquisição de 10 (dez) terminais de autoatendimento	R\$ 104.999,00	Até o término do prazo de garantia dos equipamentos (36 mese)
2.821/2011	33/2011	LIGGO INFORMÁTICA E CONECTIVIDADE LTDA	Aquisição de equipamentos de informática – switches 24 portas	R\$ 29.899,00	Até o término do prazo de garantia dos equipamentos (36 meses)
2.188/2011	34/2011	LACERDA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	Aquisição de 20 (vinte) unidades de No-break	R\$ 39.792,00	Até o final do prazo de garantia (36 meses)
4.096/2011	35/2011	CONECTA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE REDES DE COMPUTADORES LTDA.	Aquisição de 4 (quatro) interfaces para fibra óptica 1000 BaseLX SFP	R\$ 2.390,00	Até o final do prazo de garantia (12 meses)
3.336/2011	36/2011	COMPLEX TECNOLOGIA LTDA.	Aquisição de equipamentos de informática – impressoras de etiquetas	R\$ 28.949,91	Até o final do prazo de garantia (12 meses)

5.018/2011	37/2011	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	Fornecimento de 298 poltronas para auditório, marca Giroflex.	R\$ 242.572,00	Até o final do prazo de garantia (62 meses)
2.827/2011	38/2011	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	Fornecimento, com instalação, de 2 (dois) elevadores novos, bem como a retirada dos atuais elevadores existentes no prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em Campo Grande-MS	R\$ 420.000,00	Até o adimplemento total de todas as obrigações da CONTRATADA (execução 420 dias consecutivos)
4.624/2011	39/2011	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA-EPP	Aquisição de 48 (quarenta e oito) aparelhos de ar condicionado, tipo split, com as respectivas instalações.	R\$ 350.539,97	Até o final do prazo de garantia (24 meses)
4.624/2011	40/2011	TMAC COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA.-EPP	aquisição de 01 (um) aparelho de ar condicionado, tipo split, com a respectiva instalação.	R\$ 5.900,00	Até o final do prazo de garantia (24 meses)
TERMOS ADITIVOS					
Processo n.º	T.A. n.º	Contratada	Objeto	Valor R\$	Vigência
2858/2009	01/2011	FFG COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP	Aumento de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo registrado para o item 35 do Pregão Eletrônico – SRP nº 43/2009.	***	***
1275/2008	02/2011	CLAREAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.-ME	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 875.757,6	06.01.2012
2042/2007	03/2011	BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.	Alteração subjetiva de uma das partes do preâmbulo do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 15.5.2007, em razão do processo jurídico de incorporação pelo qual o Banco União de Bancos Brasileiros S.A. foi incorporado pelo Banco Itaú S.A., que lhe sucede em todos os direitos e obrigações.	***	***
4363/2008	04/2011	LE SOLEIL TURISMO LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 267.364,21	12.01.2012

311/2008	05/2011	W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 6.972,48	28.02.2012
489/2009	06/2011	ECT – Empresa Pública	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 536.749,75	01.03.2012
3107/2008	07/2011	FÁCIL INFORMÁTICA & TECNOLOGIA LTDA. - ME	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 16.652,69	05.03.2012
1.598/2007	08/2011	CONSTRUTORA OAS LTDA.	Alteração do cronograma físico-financeiro.	R\$ 442.249,20	20.4.2011
295/2010	09/2011	BRILHANTE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA.	Inclusão de serviços extracontratuais e o acréscimo e a supressão de itens previstos do contrato prestação de realização de reforma do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Nova Andradina/MS.	R\$ 11.858,82	***
1598/2007	10/2011	CONSTRUTORA OAS LTDA.	Acréscimo e o decréscimo de quantitativos de materiais e de serviços, em razão da alteração de projetos e / ou especificações e a alteração do cronograma físico-financeiro.	R\$ 861.681,77	20.4.2011
873/2008	11/2011	O BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Prorrogação do prazo de vigência.	***	17.04.2012
1147/2009	12/2011	SOPHO BUSINEES COMMUNICATIONS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.	Alteração da denominação social da empresa PHILIPS BUSINEES COMMUNICATIONS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA. para SOPHO BUSINEES COMMUNICATIONS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA; e a prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 21.959,50	16.04.2012
295/2010	13/2011	BRILHANTE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA.	Acréscimo de itens previstos do contrato de prestação de serviços de reparos em forro de gesso, substituição de cobertura de policarbonato e impermeabilização de cobertura.	R\$ 6.482,10	***
1958/2007	14/2011	O BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Prorrogação do prazo de vigência.	***	10.02.2012
83/2010	15/2011	MARCOS VALDEVINO – ME.	O aumento de 14,85% no quantitativo registrado para o Grupo 3 da Ata de Registro de Preços nº 49/2010 - Pregão Eletrônico – SRP nº 07/2010.	***	***
1.486/2007	16/2011	EDWALDO FABRÍCIO DOS SANTOS	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 18.107,28	30.04.2012
4048/2009	17/2011	LIVRARIA INOVAÇÃO CULTURAL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA.	Aumento de 25% (vinte e cinco por cento) no valor total estimado para o item 1 do Pregão Eletrônico – SRP nº 03/2010.	***	***

295/2010	18/2011	BRILHANTE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA.	Acréscimo e a supressão de itens previstos do contrato de prestação de realização de reforma do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Nova Andradina/MS.	R\$ 1.476,06	***
326/2009	19/2011	FORTESUL SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 98.972,04	18.05.2012
1598/2007	20/2011	CONSTRUTORA OAS LTDA.	Alteração do cronograma físico-financeiro e o conseqüente aumento quantitativo de itens do contrato de prestação de serviços de engenharia e de construção civil.	R\$ 443.570,07	20.07.2011
3958/2009	21/2011	BANCO DO BRASIL S.A.	Alteração da cláusula quinta do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2010.	***	***
1388/2010	22/2011	FINANCEIRA ALFA S.A. – C.F.I.	Alteração da cláusula quinta do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2010.	***	***
294/2010	23/2011	BRILHANTE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA	Objeto o acréscimo e a supressão de itens previstos do contrato de prestação de serviços de reparos em forro de gesso, substituição de cobertura de policarbonato e impermeabilização de cobertura, no prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.	R\$ 277,61	***
1.740/2008	24/2011	A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Alteração das cláusulas terceira e quarta do convênio firmado em 03.07.2008, Processo TRT nº 1.740/2008.	***	***
1388/2010	25/2011	FINANCEIRA ALFA S.A. – C.F.I.	Alteração da cláusula quinta do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2010.	***	***
22027/2008	26/2011	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	Alteração da cláusula quinta do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2008.	***	***
2954/2007	27/2011	HSBC BANK BRASIL S.A.	Alteração da cláusula quinta do Acordo de Cooperação Técnica para a concessão de empréstimo aos magistrados e servidores mediante consignação em folha de pagamento.	***	***
2116/2010	28/2011	ACECO TI LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva programada e corretiva para os cofres modulares climatizados	R\$ 5.468,89	26.07.2012

			instalados na sala técnica do CONTRATANTE, com reajuste do valor.		
3.345/2008	29/2011	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de reprodução de cópias e de digitalização, a serem realizados com máquinas fotocopadoras, suprimentos e operadores da CONTRATADA.	R\$ 50.100,00	28.10.2012
1.598/2007	30/2011	CONSTRUTORA OAS LTDA.	Alteração do contrato quanto ao percentual do ISSQN na composição do BDI, aos quantitativos de vale-transporte e refeição, à incidência do abono salarial devido aos integrantes da categoria a que estão vinculados os empregados da construtora contratada, à correção da metodologia de preços adotada na formalização do 5º e do 11º Termo Aditivo, à alteração do cronograma físico-financeiro da obra com a conseqüente prorrogação do prazo de conclusão para 20 de outubro de 2011.	R\$ 2.789.629,88	20.10.2011
854/2008	31/2011	CLM TRENTIN	O aumento de R\$ 363,71 (trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos) do valor total do Contrato nº 13/2009 para atender a despesa até o dia 17 de agosto de 2011; e A prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, a contar de 18 de agosto de 2011, com acréscimo de 11 (onze) horas aulas por mês.	R\$ 25.401,47	17.08.2012
1.419/2008	32/2011	EMBRATEL	Prorrogação do prazo de vigência, por 12 meses, a contar de 23 de agosto de 2011. Retificação da Cláusula Primeira do Termo Aditivo nº 27/2010.	R\$ 12.701,64	22.8.2012
1.455/2010	33/2011	CAMPMAQ	Aumento quantitativo de 8 chamadas técnicas, sem deslocamento, para manutenção corretiva do item 2 da Rota 1 (Campo Grande).	R\$ 1.728,56	28.11.2011
2645/2008	34/2011	S. H. INFORMÁTICA LTDA	Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços especializados para a implantação e a operação de gerenciamento da frota de veículos.	R\$ 195.617,03	24.09.2012
2.281/2010	35/2011	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A	Prorrogação do prazo de vigência, com supressão de 23,15%, do contrato de prestação de serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade Longa Distância Nacional (LDN), Intra-Regional e Inter-Regional, para intermediação das ligações interurbanas de telefones fixo para fixo e de fixo para móvel.	R\$ 33.781,28	07.10.2012
1.370/2010	36/2011	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE	Prorrogação do prazo de vigência e redução do valor da taxa de administração.	R\$ 26.220,00	5.10.2012

4.340/2008	37/2011	DIGITHOBRASIL SOLUÇÕES EM SOFTWARE LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 7.820,40	10.12.2012
3.571/2009	38/2011	BRASIL TELECOM S.A.	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste dos preços	R\$ 129.333,72	22.10.2012
2.566/2010	39/2011	PRÓ ALERTA MONITORAMENTO E SERVIÇOS LTDA.-ME	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste dos preços	R\$ 149.996,83	08.11.2012
3958/2009	40/2011	BANCO DO BRASIL S.A	Alteração da cláusula quinta do Acordo	***	***
4.389/2010	41/2011	BRASIL TELECOM S.A.	Prorrogação do prazo de vigência	R\$ 5.040,00	16.11.2012
4.270/2009	42/2011	ECT (N.º 9912247437)	Alteração do ciclo de faturamento do Contrato original.	***	***
1.455/2010	43/2011	CAMPMAQ COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-EPP	Prorrogação do prazo de vigência	R\$ 41.171,42	28.11.2012
1.455/2010	44/2011	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA. – ME	Prorrogação do prazo de vigência	R\$ 24.489,96	28.11.2012
1.455/2010	45/2011	ELETROTÉCNICA PANTANAL LTDA. - ME	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste de preços com efeitos a contar de 8 de outubro de 2011	R\$ 10.457,30	28.11.2012
2.953/2011	46/2011	CONSTRUTORA ILHA GRANDE LTDA.	Aumento no quantitativo de itens previstos.	R\$ 21.277,87	***
4.270/2009	47/2011	ECT (N.º 9912247437)	Prorrogação da vigência do contrato	R\$ 77.000,00	01.01.2013
797/2009	48/2011	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	Alteração do Anexo I do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2009.	***	***
3.427/2011	49/2011	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRT 24º REGIÃO – ASTRT	Inclusão do parágrafo segundo no acordo originário	***	***
4.524/2009	50/2011	VIVO S/A	Prorrogação da vigência do contrato	R\$ 35.061,00	19.12.2012
769/2011	51/2011	BANCO DO BRASIL S/A	Inclusão da alínea “f” na Cláusula Quarta do Contrato nº 12/2011 (isentar o BANCO da reposição dos custos administrativos mensais com processamento das consignações em	***	***

			folha de pagamento)		
4.904/20008	52/2011	ROSEMARIE NIMER TERRABUIO	Prorrogação da vigência do contrato	R\$ 26.400,00	31.12.2012
4.642/2010	53/2011	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Prorrogação da vigência do contrato, com reajuste de preços	R\$ 29.001,36	22.12.2012
1.418/2008	54/2011	UNIMED CAMPO GRANDE/MS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste do valor mensal dos serviços	R\$ 8.615.880,00	31.12.2012
1.418/2008	55/2011	AMAPIL TÁXI AÉREO LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência, com redução de 11,30% do valor total estimado	R\$ 45.288,02	31.12.2012
1.418/2008	56/2011	FENIX SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	Prorrogação do prazo de vigência, com reajuste de preços e e remoção (transporte para residência após alta hospitalar de pacientes que necessitem de locomoção por ambulância; e transporte de pacientes internados que necessitem realizar exames fora da unidade hospitalar, com o respectivo retorno, ou a transferência hospitalar).	R\$ 116.202,00	31.12.2012

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA				
Processo	Nº	COOPERADOR	OBJETO	VIGÊNCIA
4409/2010	01/2011	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Prestação pela ECT ao TRT/24º REGIÃO, do Serviço de Protocolo Postal – SPP, o qual consiste no recebimento, protocolo, transporte e entrega de petições, recursos e documentos, exclusivamente em território no Estado de Mato Grosso do Sul, endereçados aos órgãos jurisdicionados ao TRT/24º REGIÃO.	31.03.2012
442/2011	02/2011	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	Instituir parceria entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, com vista à conjunção de esforços para tradução do Caderno de Direitos Trabalhistas, do Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” para Língua Brasileira de Sinais (Libras), em formato de vídeo e para o Sistema em Braille.	01.06.2013
1546/2011	03/2011	PROCURADORIA GERAL FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	Estabelecimento de condições destinadas a aprimorar a prestação jurisdicional, bem como proporcionar maior controle para a efetividade das disposições contidas no art. 120 da Lei nº 8.213/1991.	29.06.2016
2055/2011	04/2011	EDITORA IOB – INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA.	Permuta de interesses para acesso recíproco e informações, sem contrapartida pecuniária, mediante: O fornecimento pela IOB, para o TRT, de produtos seus (softwares), destinados à consulta e manuseio das bases jurídicas, por meios eletrônicos e impressos. A cessão para a IOB, de modo não exclusivo, das bases de dados jurídicas do TRT e	25.07.2016

			suas atualizações periódicas para utilização mediante incorporação a produtos (softwares), a serem comercializados sob a denominação JURIS SÍNTESE DVD – JSDVD ou outra qualquer, ainda que apresentados sob nova forma ou sistema de acesso, cabendo exclusivamente à IOB estabelecer o momento ideal para essa incorporação.	
3.153/2011	05/2011	AMATRA XXIV	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos magistrados ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA. Parágrafo único. O desconto será concedido de acordo com a forma de contribuição estipulada em Assembléia Geral da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região – AMATRA XXIV.	23.08.2016
3.123/2011	06/2011	ANAJUSTRA	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA. Parágrafo único. O desconto será concedido de acordo com a forma de contribuição estipulada em Assembléia Geral da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho – ANAJUSTRA.	31.08.2016
3.425/2011	07/2011	ASSOJAFMS	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos oficiais de justiça ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA. Parágrafo único. O desconto será concedido de acordo com a forma de contribuição estipulada em Assembléia Geral da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais em Mato Grosso do Sul – ASSOJAFMS.	04.09.2016
33.426/2011	08/2011	AMB	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos magistrados ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA. Parágrafo único. O desconto será concedido de acordo com a forma de contribuição estipulada em Assembléia Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.	04.09.2016
3.509/2011	09/2011	AMATRA X	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos magistrados ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA. Parágrafo único. O desconto será concedido de acordo com a forma de contribuição estipulada em Assembléia Geral da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região – AMATRA X.	04.09.2016

485/2011	10/2011	TSE	Prestação, pelo TSE ao TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, de informações relativas ao cumprimento das obrigações eleitorais pelas autoridades e pelos servidores, ativos e inativos, do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, § 1º, II, do Código Eleitoral.	20.9.2016
2544/2010	11/2011	BANCO OFICIAL CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.	Regulamentar a prestação, pelo BANCO, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, bem como viabilizar o acesso do Tribunal aos saldos e extratos das contas abertas.	04.09.2012
33427/2011	12/2011	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRT 24ª REGIÃO – ASTRT	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos servidores ativos e inativos	14.09.2016
3.865/2011	13/2011	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	Estabelecer as condições relativas à concessão de créditos, mediante empréstimos pessoais e/ou financiamentos, aos magistrados e aos servidores ativos, inativos e pensionistas do CONSIGNANTE	02.10.2016
2544/2010	14/2011	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	Regulamentar a prestação, pela CAIXA, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº. 02, de 30 de abril de 2008, bem como viabilizar o acesso do Tribunal aos saldos e extratos das contas abertas e ordenar movimentações.	06.11.2012
4.432/2011	15/2011	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS – SEMED	Participação conjunta no Projeto Educação, Trabalho e Justiça.	6.11.2013
4.878/2011	16/2011	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS – UNIGRAN	Participação conjunta no Projeto Educação, Trabalho e Justiça	6.11.2013
3.677/2011	17/2011	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO – AGEPOLJUS	Estabelecer condições relativas à consignação em folha de pagamento referente ao desconto da remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região concernente à mensalidade para custeio da CONSIGNATÁRIA.	12.12.2016

TERMO DE CESSÃO DE USO DE ÁREA

Processo	Nº	CESSIONÁRIO	OBJETO	VIGÊNCIA
1427/2011	01/2011	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO	Formalizar a cessão do uso, ao CESSIONÁRIO, de uma sala com área aproximada de 17 m², no prédio que abriga a 38ª Zona Eleitoral, localizado na Rua José Pereira da Silva, s/nº - Bairro Santos Dumont, na cidade de Costa Rica/MS, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com o CEDENTE.	31.12.2011

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS				
Processo n.º	ARP Nº	Contratada	Objeto	VIGÊNCIA
4384/2010	01/2011	FUTURA IMPRESSÕES LTDA – ME.	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (plotagem) de plantas dos projetos arquitetônicos e executivos, em formatos diversos.	21.02.2012
4848/2010	02/2011	KAREN FESTA LTDA – ME.	Registro de Preços para fornecimento de <i>coffee break</i> .	13.02.2012
4190/2010	03/2011	VISÃO COMÉRCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	04/2011	HOUSETECH INFORMÁTICA LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	05/2011	SL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	06/2011	MARCELO KOPTI TRAJAN - ME.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	07/2011	UBERPAP COMÉRCIO LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	08/2011	GOPAL ARTE EM PAPEL LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	09/2011	SUPREMAVEDA COMERCIAL LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	10/2011	POLY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	11/2011	VELUART COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA. - EPP	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	12/2011	PORTAL AUREO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	13/2011	EMBRAMAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4190/2010	14/2011	DF DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA.	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	27.02.2012
4539/2010	15/2011	J 4 EMBALAGENS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS LTDA. ME	Aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	31.03.2012
4539/2010	16/2011	QUIMISUL PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA. EPP	Aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	31.03.2012

4539/2010	17/2011	BRASIL UP COMPRA E VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	Aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	31.03.2012
4539/2010	18/2011	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA. ME.	Aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização.	31.03.2012
3529/2010	19/2011	F F G COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA. - EPP	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	20/2011	NEW DALBRA MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	21/2011	SL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	22/2011	DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA. - EPP	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	23/2011	SUPRIPEC SUPRIMENTOS PARA EMPRESAS LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	24/2011	FABIO COSTA CONSTANTINO E CIA LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	25/2011	RN COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	26/2011	SANDRA ÂNGELA CAMPOS	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	27/2011	TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA. - EPP	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	28/2011	S. FRANCO DE SOUZA – INFORMÁTICA – ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	29/2011	STONE DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA LTDA.	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	30/2011	DISK SUPRIMENTOS LTDA.	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	31/2011	CLICK DATA BRASIL INFORMÁTICA - LTDA.	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	32/2011	L. ACÁCIO INFORMÁTICA LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	33/2011	INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA.	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
3529/2010	34/2011	MICROSENS LTDA.	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012

4739/2010	35/2011	MEDPLUS COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS LTDA. – ME.	Registro de Preços para aquisições de medicamentos e de produtos hospitalares, ambulatoriais, farmacêuticos e de massoterapia.	08.04.2012
4739/2010	36/2011	MEDLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA.	Registro de Preços para aquisições de medicamentos e de produtos hospitalares, ambulatoriais, farmacêuticos e de massoterapia.	08.04.2012
3529/2010	37/2011	SL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME	Registro de Preços para aquisição de suprimentos e acessórios para informática.	03.04.2012
4757/2010	38/2011	MEDIS COMERCIAL ODONTO MEDICAL LTDA. EPP	Registro de Preços para eventuais aquisições de produtos odontológicos.	14.06.2012
4757/2010	39/2011	GYN MÉDICA LTDA. ME	Registra preço para eventuais aquisições de produtos odontológicos.	14.06.2012
4757/2010	40/2011	NOS@LIG PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. - EPP	Registra preço para eventuais aquisições de produtos odontológicos.	14.06.2012
4757/2010	41/2011	A. M. MOLITERNO - EPP	Registra preço para eventuais aquisições de produtos odontológicos.	14.06.2012
1118/2010	42/2011	YOUSSIF AMIM YOUSSIF	Registra preço unitário para eventual fornecimento de café, de açúcar, de chá, de adoçante e de mistura para capuccino.	14.06.2012
1118/2010	43/2011	MOREIRA & ZACHARKO LTDA.	Registra preço unitário para eventual fornecimento de café, de açúcar, de chá, de adoçante e de mistura para capuccino.	14.06.2012
1118/2010	44/2011	MICRON GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.	Registra preço unitário para eventual fornecimento de café, de açúcar, de chá, de adoçante e de mistura para capuccino.	14.06.2012
1.149/2011	45/2011	MARCOS VALDEVINO - ME	Registra preço unitário para a prestação de serviços de impressões, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1.149/2011	46/2011	REZENDE & DINIZ NETO LTDA. - ME	Registra preço unitário para a prestação de serviços de impressões, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1.149/2011	47/2011	SERIEMA INDÚSTRIA RÁFICA E EDITORA LTDA. ME	Registra preço unitário para a prestação de serviços de impressões, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1.149/2011	48/2011	APS WORK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ME	Registra preço unitário para a prestação de serviços de impressões, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1707/2011	49/2011	FREE EDITORA E GRÁFICA LTDA.	Registra preço unitário para eventual aquisição de papéis e impressos padronizados, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1707/2011	50/2011	ZAP GRÁFICA VIAGENS E TURISMO LTDA. - EPP	Registra preço unitário para eventual aquisição de papéis e impressos padronizados, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com	31.07.2012

			impressão da chapa e mão de obra especializada.	
1707/2011	51/2011	PLANET GRAF COMÉRCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA.	Registra preço unitário para eventual aquisição de papéis e impressos padronizados, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1707/2011	52/2011	LIDERMAX RÓTULOS E ETIQUETAS ADESIVAS LTDA. - EPP	Registra preço unitário para eventual aquisição de papéis e impressos padronizados, incluindo o fornecimento de todo o material de suprimento, papel, custos com impressão da chapa e mão de obra especializada.	31.07.2012
1424/2011	53/2011	B.P.COMÉRCIO DE LIVROS LTDA.	Registra descontos mínimo (único) para eventual aquisição de livros jurídicos e técnicos, e audiolivros, sobre o preço normal de tabela das respectivas editoras.	04.08.2012
1424/2011	54/2011	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.	Registra descontos mínimo (único) para eventual aquisição de livros jurídicos e técnicos, e audiolivros, sobre o preço normal de tabela das respectivas editoras.	04.08.2012
860/2011	55/2011	ALEX LUIS ESCAME SEGURA - ME	Registra preço unitário para futuras aquisições de equipamentos e mobiliário	31.08.2012
860/2011	56/2011	MIRANTI MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	Registra preço unitário para futuras aquisições de equipamentos e mobiliário	31.08.2012
860/2011	57/2011	M.L.S.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Registra preço unitário para futuras aquisições de equipamentos e mobiliário	31.08.2012
860/2011	58/2011	BORTOLINI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	Registra preço unitário para futuras aquisições de equipamentos e mobiliário	31.08.2012
860/2011	59/2011	CRR COMÉRCIO DE ROLAMENTOS E RODÍZIOS LTDA.	Registra preço unitário para futuras aquisições de equipamentos e mobiliário	31.08.2012
3.189/2011	60/2011	CNHS INFORMÁTICA LTDA	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	61/2011	OFFICE DO BRASIL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	62/2011	MULTICOMPANY BRASIL TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. - EPP	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	63/2011	POLICARBON BRASIL INDÚSTRIA DE FILTROS E BEBEDOUROS LTDA. - ME	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	64/2011	I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	65/2011	DAMASCENO E COELHO LTDA.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	66/2011	ALPHA COMERCIAL LTDA.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	67/2011	LLIMA ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO LTDA. - EPP	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.189/2011	68/2011	GM ELETRÔNICOS 1000 POR HORA LTDA. -	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012

		ME		
3.189/2011	69/2011	HIPERCOM LTDA. EPP	Registra preço unitário para eventuais aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos	20.10.2012
3.568/2011	70/2011	EXPERT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	71/2011	LDM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	72/2011	JK EMPREENDIMENTOS LTDA-ME	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	73/2011	IRMÃOS ISKANDAR LTDA	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	74/2011	J.M.GRANDI - ME	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	75/2011	MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	76/2011	SANCLAR – SM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
3.568/2011	77/2011	SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA-ME.	Registra preço unitário para eventuais aquisições de materiais permanentes diversos	11.12.2012
2.786/2011	78/2011	MICROSENS LTDA.	Registra preço unitário para futuras aquisições de impressoras laser monocromáticas	21.12.2012

CONVÊNIOS

Processo	Nº	CONVENIENTE	OBJETO	VIGÊNCIA
		NÃO HOUVE CONVENIO PARA O EXERCÍCIO		

TERMOS DE DISTRATO

Processo n.º	Contratada	Objeto
3512/2008	EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Rescisão do Contrato nº 21/2009 de prestação de serviços de telefonia comutada, na modalidade serviço local, para a intermediação das ligações de telefone fixo para fixo e de fixo para móvel, com habilitação de linhas analógicas e instalação de 3 (três) links E-1, bi-direcionais, conectados por fibra óptica a 2 Mbps, para promover o entroncamento dos aparelhos PABX da sede do TRT 24ª Região, do Fórum Trabalhista de Dourados/MS e do Fórum Trabalhista de Três Lagoas/MS, com as respectivas centrais.
2947/2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	Rescisão do Contrato nº 39/2007 de prestação de serviços de acesso dedicado à internet, banda larga, com velocidade de 8 (oito) Mbps.

4362/2008	TIM CELULAR S.A.	Rescisão do Contrato nº 23/2009 de prestação de serviço móvel pessoal pós-pago, na modalidade serviço local, com o fornecimento, em comodato, de 14 (quatorze) aparelhos telefônicos celulares (GSM) para o CONTRATANTE, com <i>roaming</i> nacional.
2787/2007	JOÃO PANAGIOTIS KONTOS E ELIAS PANAGIOTIS KONTOS	Rescisão do contrato de locação dos imóveis situados na Rua Rui Barbosa nº 1.525 e nº 1.555, Vila Ornelas, em Campo Grande-MS, onde estão instalados o Almoxarifado e o Arquivo-Geral do TRT 24º Região, com efeitos a contar desta data.
326/2009	FORTESUL SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA	Rescisão do Contrato nº 07/2009 de prestação de serviços de vigilância armada destinados ao prédio-sede do Fórum Trabalhista de Campo Grande-MS, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2011.
1275/2008	CLAREAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.-ME	Rescisão do Contrato nº 45/2008, que trata da prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem, destinados a todas as unidades do TRT da 24ª Região, com efeitos a contar de 14 de agosto de 2011.
TERMOS DE APOSTILAMENTO		
Processo n.º	Contratada	Objeto
551/2008	Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	Reajuste do valor global do contrato de prestação de serviços de atualização de licenças de <i>software</i> e suporte para programas de computador com efeitos a contar de 21 de fevereiro de 2011.
1275/2008	Clarear Prestadora de Serviços Ltda.	Repactuação em decorrência do reajustamento salarial ocorrido em face da Convenção Coletiva de Trabalho em janeiro de 2010, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2010. Repactuação em decorrência do reajustamento salarial ocorrido em face da Convenção Coletiva de Trabalho em janeiro de 2011, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2011.
489/2009	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Reajuste das tarifas de serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, com vigência a contar de 1º.3.2011.
489/2009	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Relativo ao reajuste das tarifas de serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, com vigência a contar de 1º de março de 2011.
4270/2009	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Relativo ao reajuste dos serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (MALOTE – SERCA), com vigência a contar de 1º de março de 2011.
2482/2010	Empresa Office do Brasil Equipamentos para Escritório Ltda. - EPP	Relativo à substituição da marca/modelo do aparelho telefônico convencional (fixo).
1147/2009	Sopho Business Communications Soluções Empresariais Ltda.	Relativo ao reajuste do valor global dos serviços, com efeitos a contar de 17 de abril de 2011.

489/2009	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Relativo ao reajuste das tarifas de serviços de encomendas, com vigência a contar de 21 de abril de 2011.
1486/2007	Sr. Edwaldo Fabrício dos Santos	Relativo ao reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel situado na Rua da República nº 2815/2823, Centro, município de Amambai-MS, com efeitos a contar de 1º de maio de 2011.
326/2009	Fortesul Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda.	Relativo à repactuação em decorrência do reajustamento salarial ocorrido em face da Convenção Coletiva de Trabalho em março de 2011/2012, com efeitos a contar de 1º de março de 2011.
5098/2007	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul	Relativo ao acréscimo de mais uma unidade consumidora, com matrícula sob o nº 20153567, em face da assinatura do Contrato nº 09/2011 (Locação do apartamento nº 02, localizado nos fundos da parte superior do prédio que abriga a VT de Rio Brilhante), com efeitos a contar de 12 de abril de 2011.
4467/2006	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Relativo ao reajuste tarifário anual de 2011, com vigência a contar de 8.4.2011, conforme Resolução Homologatória nº 1.128.
362/2007	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Relativo ao reajuste tarifário anual de 2011, com vigência a contar de 8.4.2011, conforme Resolução Homologatória nº 1.128.
4467/2006	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Relativo ao acréscimo de mais uma unidade consumidora, com matrícula sob o nº 11726814, em face da assinatura do Contrato nº 09/2011 (Processo nº 4.904/2008), cujo objeto é a locação do apartamento nº 02, localizado nos fundos da parte superior do prédio que abriga a VT de Rio Brilhante), com efeitos a contar de 12 de abril de 2011.
10/2009	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Relativo ao reajuste tarifário anual de 2011, com vigência a contar de 8.4.2011, conforme Resolução Homologatória nº 1.128.
3742/2006	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Relativo ao reajuste tarifário anual de 2011, com vigência a contar de 8.4.2011, conforme Resolução Homologatória nº 1.128.
3742/2006	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Relativo ao reajuste tarifário anual de 2011, com vigência a contar de 8.4.2011, conforme Resolução Homologatória nº 1.128.
3529/2010	Brothers Cartuchos e Informática Ltda. - ME	Ata de Registro de Preços nº 24/2011, relativo à alteração do nome da empresa (Razão social substituída: Fábio da Costa Constantino e Cia Ltda. – ME.)
854/2008	CLM Trentin	Reajuste do valor do contrato de aplicação de ginástica laboral, com efeitos a contar de 18 de agosto de 2011.
1.598/2007	Construtora OAS Ltda.	Promover-lhe o reajuste de acordo com a previsão contida na sua Cláusula Décima Primeira
311/2008	W.J. Serviços de Informática Ltda.	Reajuste do valor global do contrato de prestação de serviços de manutenção, de suporte técnico e de atualizações do software Siabi, com efeitos a contar de 1º de março de 2011.
1.450/2009	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	Reajuste do valor global do contrato de manutenção para solução storage IBM, , com efeitos a contar de 18 de junho de 2011, de acordo com a Cláusula Sétima do contrato

5.098/2007	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – Sanesul	Reajuste dos valores da estrutura tarifária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário, com vigência a contar de 1º.6.2011, conforme Portaria/Sanesul nº 102, de 31 de maio de 2011
5.094/2007	Empresa Águas Guariroba S.A.	Reajuste tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com vigência a contar de 3.1.2011, conforme Decreto nº 11.387, de 2 de dezembro de 2010
3.445/2008	H2L Equipamentos e Sistemas Ltda.	Reajuste do valor global do contrato de prestação de serviços de reprodução de cópias e digitalização, com efeitos a contar de 29 de outubro de 2011.
1.103/2011	COPLAN – Construções Planejamentos Indústria e Comércio Ltda.	Atualização do valor segurado do imóvel localizado na Rua João Pedro de Souza nº 1.025, em Campo Grande-MS, onde está instalado o Fórum Trabalhista de Campo Grande, que passa a ser de R\$ 3.099.406,72
4.340/2008	DighitoBrasil Soluções em Software Ltda.	Reajuste do valor mensal dos serviços, com efeitos a contar de 11 de dezembro de 2011.

SEÇÃO DE COORDENAÇÃO DE PAGAMENTOS DE CONTRATOS - SCPC

O trabalho executado pela Seção de Coordenação de Pagamentos de Contratos no exercício de 2011 consistiu em:

Verificar vários itens ao receber os processos para pagamentos, tais como:

- . Regularidade fiscal das empresas contratadas;
- . Confirmação do valor a ser pago;
- . Verificação da legitimidade da pessoa que liquidou a despesa;
- . Orientação aos fiscais quanto aos erros mais frequentes;

No caso de despesas como energia elétrica e fornecimento de água tratada, acompanhar se houve considerável aumento no consumo, a fim de solicitar aos fiscais a devida justificativa;

Quanto aos processos referentes à locação de imóveis, energia elétrica, telefonia celular, água e esgoto, correspondências e publicação no DOU e DJU, bem como os relativos às Diárias e Indenização de Auxílio-Moradia, esta Seção providenciou também, mensalmente, a juntada da documentação necessária ao pagamento dos referidos processos.

O acompanhamento dos prazos dos ofícios encaminhados às empresas sujeitas à aplicação de penalidades continuou a ocorrer; bem como providenciado o ressarcimento aos cofres públicos, por meio de GRU's, das despesas não previstas em contratos, especialmente nos processos de telefonia móvel.

No segundo semestre a Administração sugeriu algumas mudanças nos trâmites dos processos de pagamento e iniciando este trabalho a Chefe desta Seção elaborou, a pedido do Diretor-Geral, uma palestra que foi ministrada aos fiscais com esclarecimentos sobre o Ato GP/DGCA nº 72/2004 e alterações que regulamenta a execução e a gestão dos contratos e convênios firmados por este Tribunal.

A segunda etapa deste trabalho consistiu em realizar abordagens diretas com os Fiscais e os respectivos Diretores, sobre os principais aspectos relacionados com a fiscalização contratual, sobretudo os pontos críticos. No entanto, este trabalho não pode ser concluído no decorrer do exercício 2011, ficando ainda pendentes algumas visitas aos fiscais para serem concluídas em 2012.

Houve mudanças no encaminhamento das diárias a serem pagas ao SOF, a partir de 1º de dezembro/2011, a fim de agilizarmos os trâmites processuais sem perder é claro a segurança.

Foi auxiliada a Administração nos procedimentos a serem tomados visando responder os relatórios e as notas de auditorias expedidas pela Auditoria Interna.

**SEÇÃO DE ENGENHARIA - SENG
E
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS - SAO**

Enumeramos as principais atividades desenvolvidas pelas Seções de Engenharia e de Acompanhamento de Obras no exercício de **2011**, abrangendo: projetos, quantificações, cálculos, visitas técnicas e outros assuntos de relevância.

RESUMO DOS CONTRATOS DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA FIRMADOS EM 2011

Serviços	Local	Descrição	Empresa	Valor final do Contrato	Período	Modalidade e nº do Processo
Fiscalização e coordenação	TRT nova sede de Campo Grande	Construção da nova sede do TRT da 24ª Região	Construtora OAS LTDA	Total R\$ 51.144.784,63 sendo R\$ 6.049.093,78 em 2011	Em andamento	Concorrência 001/2007 Proc. 1598/2007
Projeto e Construção	Vara do Trabalho de São Gabriel D'Oeste	Projeto arquitetônico VT de S.Gabriel d'Oeste	Gomes & Azevedo Ltda.	R\$ 730.136,39	Em andamento	TP 001/2011 Proc. 3089/2009
Fiscalização	Varas do Trabalho de São Gabriel D'Oeste e Amambaí	Projetos executivos para construção das novas sedes	Nobre Engenharia Ltda.	R\$ 35.188,98	Em andamento	PE 57/2009 Proc. 4055/2009
Projeto e Fiscalização	TRT Sede de Campo Grande	Reparos em gesso e cobertura do gab. Saúde e Presidência	Brilhante Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda.	R\$ 24.504,56 Termos Aditivos R\$ 5.609,71	Concluído	PE 06/2010 Proc. 294/2010
Projeto e Fiscalização	Vara do Trabalho de Nova Andradina	Reforma da Vara do Trabalho	Brilhante Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda.	R\$ 36.223,44 Termos Aditivos	Concluído	PE 05/2010 Proc.

				R\$ 12.426,09		295/2010
Projeto e Fiscalização	TRT Sede de Campo Grande	Substituição dos Elevadores	Arquivado em 2011	Arquivado em 2011	Arquivado em 2011	Proc. 1111/2010
Projeto e Fiscalização	TRT Sede de Campo Grande	Reforma do edifício-sede do TRT para abrigar o Fórum CG	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Proc. 2003/2010
Projeto e Fiscalização	Vara do Trabalho de Rio Brilhante	Reparos no prédio da Vara	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Proc. 3448/2010
Projeto	Vara do Trabalho de Amambaí	Projeto Arquitetônico VT de Amambaí	Congeo Construção e Comércio	R\$ 749.900,00	Em andamento	TP 2/2011 Proc. 4431/2010
Projeto e Fiscalização	Vara do Trabalho de Corumbá	Instalação de Guarita de Fibra e Mastro em Corumbá	Brilhante Serviços de Limpeza e Manutenção Ltda.	R\$ 28.547,62	Em andamento	CV 1/2011 Proc. 405/2011
Projeto e Fiscalização	Fórum Trabalhista de Dourados	Projeto de Combate a Incêndio e Pânico	Engenheiro Irapuã dos Santos	R\$ 9.130,00	Em andamento	CD 30/2011 Proc. 406/2011
Projeto e Fiscalização	Sede e Interior	Manutenção de Instalações Prediais	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Proc. 527/2011
Fiscalização	TRT Nova Sede de Campo Grande	Energia Elétrica para Nova Sede	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Proc. 1743/2011
Fiscalização	TRT sede de Campo Grande	Substituição dos elevadores	Thyssenkrupp Elevadores S.A.	R\$ 420.000,00	Em andamento	PE 43/2011 Proc. 2827/2011
Projeto e	VT de Naviraí-MS	Instalação de Gradil e Mastro na VT de Naviraí-	Construtora Ilha Grande Ltda.	R\$	Em andamento	CV 2/2011 Proc.

Fiscalização		MS		18.454,78		2953/2011
Fiscalização	Sede atual e nova sede do Tribunal	Conexão por Fibra Óptica	MW Teleinformática Ltda.	R\$ 131.973,46	Em andamento	TP 3/2011 Proc. 3702/2011
Fiscalização	Nova sede do Tribunal	Fornecimento e Instalação de Cortina	C Dias EPP	R\$ 135.501,30	Em andamento	PE 44/2011 Proc. 4054/2011
TOTAL				R\$ 8.386.690,11		

Investimentos considerando a construção da sede própria	Valor	Porcentagem
Investimentos na 2ª instância	R\$ 6.766.682,81	80,68 %
Investimentos na 1ª instância	R\$ 1.620.007,30	19,32 %

Investimentos não considerando a construção da sede própria	Valor	Porcentagem
Investimentos na 2ª instância	R\$ 450.114,27	21,75 %
Investimentos na 1ª instância	R\$ 1.620.007,30	78,25 %

GENERALIDADES

Geral

- Elaboração de planilha de levantamento de áreas da estrutura física do TRT para o CNJ e CSJT;
- Elaboração do Termo de Referência de Manutenção Predial, Preventiva e Corretiva nos imóveis ocupados pelo Tribunal (pesquisa em Termos de Referências de outros órgãos públicos, reuniões diversas com funcionários do Tribunal, etc).
- Avaliação dos imóveis com a finalidade de realizar levantamento do seguro patrimonial;
- Avaliação de valor de mercado para ajuste no contrato de locação das edificações que abrigam o almoxarifado e arquivo geral;
- Atualização da padronização das composições unitárias e seus detalhamentos;
- Elaboração de tabela com a previsão de gastos relativos ao recolhimento de taxas referentes às Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's, do CREA, para o exercício de 2011.
- Elaboração do plano de atividades dos novos estagiários.
- Elaboração de estudo relativo à fase preliminar à licitação denominado “*Anteprojeto da sede própria de uma Vara do Trabalho*”, tendo em vista a necessidade de implantação da Resolução CSJT nº 70/2010, que dispõe sobre a realização de obras na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.
- Elaboração de planilhas para o Plano de Obras de acordo com a Resolução nº 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Resolução nº 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça.
- Elaboração de previsão dos certames licitatórios para 2011.
- Elaboração de estudo de eficiência energética das Varas Trabalhistas.
- Elaboração do Plano Anual de Cursos para a Seção de Engenharia.
- Acompanhamento de processos administrativos.

Nova Sede TRT

- Fiscalização diária, pelos engenheiros Amon Micael Fernandes Flores e João Luiz Bitencourt, da construção da nova sede do Tribunal com elaboração de relatórios semanais e mensais das atividades no canteiro de obra; acompanhamento diário da Comissão de Fiscalização do contrato de construção da nova sede do Tribunal, através dos servidores

Adriano Pires de Souza, e Leão Maldonado, contadores, e Gerson Martins de Oliveira, secretário executivo da Diretoria Geral de Coordenação Administrativa.

- Elaboração de relatório técnico do custo unitário básico da obra da sede do TRT da 24ª Região, segundo premissas do sistema CUB-SINAPI.
- Elaboração de pesquisa sobre persianas externas para a nova sede do Tribunal.
- Elaboração do Projeto de Mobiliário para Nova Sede do Tribunal.
- Elaboração de projeto de acessibilidade da entrada da obra da nova sede do Tribunal.
- Montagem de planilha de “check-list” final para o obra da nova sede do Tribunal.

TRT – Sede

- Elaboração do Termo de Referência para aquisição e instalação de dois elevadores, incluindo a retirada dos atuais equipamentos do prédio sede do Tribunal.
- Elaboração de planilha resumo da proposta inicial de ocupação do prédio sede do Tribunal pelo Foro de Campo Grande/MS.
- Elaboração de projeto básico para contratação de projeto executivo e serviço de fornecimento e instalação de cabeamento de fibra óptica em Campo Grande-MS.

Vara do Trabalho de Amambaí

- Elaboração de Projeto Básico e Arquitetônico da construção da Vara Trabalhista de Amambaí/MS.
- Elaboração de projeto básico para terceirização da fiscalização para construção da Vara Trabalhista de Amambaí/MS.

Vara do Trabalho de Bataguassú

- Elaborado o projeto básico para contratação de empresa para prestação de serviços de execução de levantamento planialtimétrico e de sondagem em imóvel no município de Bataguassu, o qual abrigará a futura sede própria da Vara do Trabalho.
- Elaboração de projeto arquitetônico e maquete eletrônica para a Vara do Trabalho de Bataguassu/MS.

Vara do Trabalho de Cassilândia

- Acompanhamento da reforma da cobertura da Vara Trabalhista de Cassilândia/MS.

Vara do Trabalho de Corumbá

- Elaboração de Projeto Básico para o fornecimento e instalação de uma guarita de fibra de vidro, na Vara Trabalhista de Corumbá/MS.
- Elaboração de Termo de referência para aquisição e instalação de guarita na Vara Trabalhista de Corumbá/MS.

Fórum Trabalhista de Dourados

- Elaboração de projeto básico para a contratação de profissional para elaboração do *Projeto de Combate a Incêndio e Pânico (PPCIP)* do Foro de Dourados/MS.

Vara do Trabalho de Naviraí

- Elaboração de Termo de Referência e Caderno de Encargos, relativos à instalação de gradil na Vara Trabalhista de Naviraí/MS.

Vara do Trabalho de Nova Andradina

- Acompanhamento dos serviços de reforma da Vara Trabalhista.

Vara do Trabalho de Rio Brilhante

- Desenvolvimento de projeto, humanização de novos ambientes, ergonomia, adequação do novo piso para a reforma da Vara Trabalhista de Rio Brilhante/MS.

Vara do Trabalho de São Gabriel D'Oeste

- Elaboração de projeto básico para terceirização da fiscalização para construção da Vara Trabalhista de São Gabriel do Oeste/MS.-

Fórum Trabalhista de Três Lagoas

- Correção da inclinação do poste no Fórum Trabalhista de Três Lagoas/MS.

Principais Cursos e Eventos Técnicos

- Participação do engenheiro Robinson Alt no curso "Patologias da Construção", em Belo Horizonte/MG.
- Participação do engenheiro João Luiz Bitencourt e da servidora Laura Inácia de O. Barbosa no curso "Gerenciamento de Obras", em Campo Grande/MS.
- Participação do engenheiro Marcelo Nakao no Curso "Modernização (*retrofit*) de Sistemas de Ar-Condicionado", no Rio de Janeiro-RJ.
- Participação das servidoras Laura Inácia de O. Barbosa e Selma Tondin Rosa no Curso "Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos", em Campo Grande-MS.
- Participação do engenheiro Marcelo Nakao no curso "Prevenção de Danos nas Construções Públicas", no Rio de Janeiro/RJ.

Comissões das quais os servidores da Engenharia participam:

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - Resolução Administrativa nº 46/2006

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - Portaria TRT/GP/DGCA nº 57/2011

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DESTE TRIBUNAL - Portarias TRT/GP/DGCA nº 548/2007 e nº 177/2008

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL - Portaria TRT/GP/DGCA nº 167/2010

COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - Portaria TRT/GP/DGCA nº 60 /2011

COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Ato GP nº 274/2007, Portarias TRT/GP/DGCA nº 446/2007 e nº 452 /2007

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2011, a Secretaria de Informática foi reestruturada para melhor atender as demandas.

Na nova estrutura, a Secretaria de Tecnologia da Informação passou a ser constituída pelas seguintes unidades:

- Divisão de Sistemas e Internet
 - Seção de Desenvolvimento de Sistemas
 - Seção de Internet
 - Setor de Sistemas Administrativos
 - Setor de Sistemas Judiciais
 - Setor de Sistemas Web
- Divisão de Governança de TI
- Divisão de Suporte e Segurança
 - Seção de Gerência de Banco de Dados
 - Seção de Infraestrutura
 - Setor de Apoio Avançado
 - Setor Gráfico.

As unidades citadas desenvolveram os seguintes projetos e atividades:

Diretoria

- Aquisição de equipamentos
 - 62 Notebooks para magistrados
 - 11 Servidores para interior
 - 10 Terminais de auto-atendimento
 - 30 Switches de 8 portas
 - 25 Switches de 24 portas
 - 59 Impressoras laser monocromáticas
 - 37 Impressoras de etiquetas
 - 2 HDs externos
 - 10 Impressoras autenticadoras
 - 20 Nobreaks p/ servidores do interior
 - 4 Modulos gbic
 - 1 Nobreak para novo prédio
 - 4 Servidores para capital
 - 202 estações de trabalho (descentralização TST)
- Aquisição de softwares
 - Licença tipo site do Driver DBExpress for ORACLE
 - 2 licenças do Corel Draw X5
 - 1 licenças de atualização do Corel Draw X5
 - Licença do tipo site do IBM TSM Tivoli - Reinstatement
- Gestão de contratos de Serviços
 - Proc. 551/2008 - Suporte e atualização Software Oracle - Developer Suíte

- Proc. 4642/2010 - Suporte e atualização Software Oracle – Database Enterprise Edition (bancos do interior)
 - Proc. 4340/2008 - Suporte e atualização Software Horus – Digitalização de Pastas funcionais
 - Proc. 3107/2008 - Manutenção de equipamentos de informática
 - Proc. 4389/2010 - Link de dados para o escritório da Seção de Engenharia no canteiro de obras da nova sede (ADSL)
 - Proc. 4260/2009 - Locação dos postes para conexão de fibra óptica entre o prédio sede e o Foro Trabalhista
 - Proc. 1450/2009 - Suporte e manutenção do storage de dados
 - Proc. 1436/2009 - Suporte e atualização do software Antivírus
 - Proc. 2116/2010 - Suporte e manutenção para os cofres climatizados do prédio sede
 - Proc. 4524/2009 - Links de internet 3G para magistrados
 - Proc. 2109/2010 - Link de internet do prédio sede e Foro Trabalhista
- Atividades de Governança
- Revisão do Planejamento Estratégico de TIC
 - MA 58/2011 - Implantação do Modelo de Gestão do Portfólio de TI
 - Portaria 497/2011 - Implantação do Grupo de Trabalho para a implantação da CNDT
 - Portaria 583/2011 – Implantação do Comitê Técnico Temático de Configuração e Ativos de Serviços
 - Portaria 597/2011 – Implantação do Comitê Gestor do sistema SAP de 1º e 2º graus
 - Portaria 598/2011 – Implantação do Comitê Gestor do Sistema de Folha de Pagamentos
 - Portaria 599/2011 – Implantação do Comitê Gestor do Sistema SAP Administrativo
 - Portaria 601/2011 - Implantação do Comitê Gestor do Sistema de Controle de Material e Patrimônio
 - Portaria 602/2011 - Implantação do Comitê Gestor do Sistema de Recursos Humanos
 - Portaria 630/2011 - Implantação da Política de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
 - Portaria 645/2011 – Implantação do Comitê Técnico Temático de Segurança da Informação
 - Portaria 692/2011 – Implantação da Política de Segurança da Informação
 - Portaria 704/2011 – Implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação

Divisão de Sistemas e Internet

- Coordenação da execução dos projetos:
- Projeto eGestão – 2º Grau

- Projeto Sistema Judice2 - módulo do magistrado
- Projeto Sentença Eletrônica
- Projeto Sistema Gestore – PAE
- Projeto Sistema Gestore – WEB
- Projeto Sistema SRH – WEB
- Projeto Sistema SRDT
- Projeto Resolução CNJ 121/2010
- Manutenção de Sistemas
 - Alterações no sistema Judice para lançamentos de dados do sistema eGestão de 2º Grau
 - Alterações no sistema SRH para lançamentos de dados do sistema eGestão
 - Publicações para o DEJT
 - Sistema SCMP – novos cálculos de depreciação
 - Site da internet – visualização de documentos eletrônicos gerados pelo Judice2
 - Dados para o cadastro SIPREV
 - Cadastro de CPF para dependentes de IRPF
 - Reprogramação das regras da distribuição de 2º Grau

Divisão de Suporte e Segurança

- Instalação da nova versão e migração do banco de dados Oracle
- Instalação da nova versão do servidor de arquivos SAMBA para Windows 7 na capital e no interior
- Instalação da nova versão do Gabinete Virtual
- Instalação das novas versões do software de Firewall e IPS
- Instalação da nova versão do software de backup TSM IBM Tivoli
- Implantação do novo storage de dados NetApp fornecido pelo TST
- Instalação de máquinas virtuais VMWare para os serviços DHCP, DNS, App04
- Instalação e configuração do software de monitoramento Nagios
- Migração do link de internet – 12 Mbytes
- Substituição de 10 servidores e migração dos bancos de dados do interior
- Recebimento, configuração e distribuição de 380 estações de trabalho para gabinetes, varas do interior, apoios judiciário e administrativo

- Suporte para emissão de certificados digitais
- Substituição dos antigos monitores de TV do Foro Trabalhista
- Reorganização e identificação do cabeamento interno do rack do 4º andar
- Monitoramento e suporte para o servidor de arquivos do site backup
- Suporte técnico e manutenção dos bancos de dados e servidores de arquivos das varas do interior
- Suporte técnico e manutenção dos bancos de dados de homologação e de DataGuard
- Suporte técnico para as redes VPN do BB e CEF
- Suporte técnico para o software Malote Digital
- Gerenciamento e fiscalização dos contratos de rede internet, rede JT, ORACLE e no-breaks UPS
- Gerenciamento de backup de segurança

Divisão de Governança de TI

- Implantação da Central de Atendimentos – SIATE
- Implantação do processo de Gestão de Configuração e Ativos de Serviço
- Implantação do processo de Gestão de Nível de Serviço
- Implantação do processo de Gestão de Portfólio de Serviços
- Definição da Política de Configuração para o padrão de imagens de estações de trabalho
- Definição da Metodologia de Gerência de Projetos de TI
- Capacitação para Escola Superior da Magistratura
- Implantação do Site de STI como ponto de divulgação

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete gerir as atividades referentes às seguintes rotinas: programação orçamentária, empenho, pagamento, contabilidade e administração financeira por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Brasil – SIOB e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

No decorrer do exercício em referência, houve execução orçamentária e financeira nos seguintes programas finalísticos, em nível de projetos/atividades:

- .Providência de Inativos e Pensionistas da União;
- .Prestação Jurisdicional Trabalhista; e
- .Operações Especiais.

Para executar essas tarefas, o Serviço de Orçamento e Finanças contou com as seguintes seções: Seção de Empenho e Programação Orçamentária, Seção de Pagamento e Seção de Contabilidade.

SEÇÃO DE EMPENHO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta Seção destacamos as seguintes atividades realizadas:

- .Levantamento dos dados para a elaboração da proposta orçamentária do Tribunal;
- .Elaboração, nos prazos regulamentares, da proposta orçamentária do Tribunal, com inclusão dos dados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Brasil – SIOB;
- .Acompanhamento da tramitação da proposta orçamentária anual;
- .Elaboração dos quadros de solicitação de créditos adicionais ao orçamento anual, diligenciando para que a solicitação seja encaminhada com a antecedência indispensável à sua tramitação pelos canais competentes;
- .Emissão de diversas notas de empenho de despesas, anulação, reforço e cancelamento de restos a pagar;
- .Compilação dos dados para o acompanhamento mensal das metas físicas realizadas;
- .Reserva de crédito (pré-empenho) em diversos processos de despesas;
- .Controle de saldos e registros no SIAFI, relativos à sua área de atuação;
- .Controle de empenho de despesas a ser inscritas em restos a pagar; e
- .Outras atribuições determinadas em normas ou pelo superior hierárquico, pertinentes à competência da Seção.

SEÇÃO DE PAGAMENTO

Nesta Seção destacamos as seguintes atividades realizadas:

- .Apropriação de despesas no SIAFI;
- .Elaboração das ordens bancárias para pagamento de pessoal, referentes às diversas folhas de pagamento, mensalmente;
- .Pagamento a diversos fornecedores de bens e serviços;
- .Emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF para recolhimento, ao Tesouro Nacional, das contribuições ao Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS, do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, de indenizações/restituições ao Erário e de tributos relativos à Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004, bem como emissão de Guia da Previdência Social - GPS para o recolhimento das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- .Recolhimento de Guias de Recebimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- .Recolhimento de consignação em folha de pagamento a diversas entidades;
- .Pagamento de diárias aos servidores, aos magistrados e aos colaboradores eventuais;
- .Pagamento de bolsa mensal aos estagiários;
- .Pagamento de precatórios e sentenças de pequeno valor - SPV;
- .Pagamento de honorários periciais;
- .Pagamento de indenização de transporte aos servidores e magistrados;
- .Emissão de comprovantes de rendimentos aos fornecedores e prestadores de serviços;
- .Elaboração da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF/Secretaria da Receita Federal do Brasil, no que compete aos trabalhos da Seção;
- .Encaminhamento diário, ao Banco do Brasil, das relações de ordens bancárias emitidas - RE; e
- .Outras atribuições determinadas em normas ou pelo superior hierárquico, pertinentes à competência da Seção.

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Nesta Seção destacamos as seguintes atividades realizadas:

- .Análise dos balanços contábeis;
- .Baixa e conciliação dos saldos dos materiais de consumo e permanente;
- .Registro de bens imóveis no Sistema Patrimonial de Imóveis da União - SPIU;
- .Apropriação da folha de pagamento de pessoal;
- .Apropriação e controle de suprimento de fundos;
- .Registros diversos dos atos e fatos contábeis atinentes à unidade gestora;
- .Conciliação de saldos de diversas contas contábeis;
- .Elaboração da Declaração Mensal de Serviços – DMS para as prefeituras municipais;
- .Elaboração de Relatórios de Gestão Fiscal;
- .Análise dos processos administrativos de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços;
- .Outras atribuições determinadas em normas ou pelo superior hierárquico, pertinentes à competência da Seção.

QUADRO-SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/2011

15.000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

15.125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL + SUPLEMENTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS/INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		9.768.393,00	9.768.103,15	289,85
Aposentadorias e Reformas	319001	7.858.083,28	7.858.083,28	0,00
Pensões	319003	825.428,44	825.428,44	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	319008	289,85	0,00	289,85
Sentenças Judiciais	319091	134.190,81	134.190,81	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	319092	950.400,62	950.400,62	0,00
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA				
ATIVIDADES				
		2.342.151,00	2.327.130,20	15.020,80

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES				
Outras Despesas Correntes	339000	2.342.151,00	2.327.130,20	15.020,80
Material de Consumo	339030	20.164,11	14.223,99	5.940,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	2.113.838,41	2.104.867,24	8.971,17
Obrigações Tributárias e Contributivas	339147	208.000,00	207.890,49	109,51
Despesas de Exercícios Anteriores	339192	148,48	148,48	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449000	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		692.286,00	686.566,09	5.719,91
Outros Benefícios Assistenciais	339008	692.286,00	686.566,09	5.719,91
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		4.071,00	1.729,37	2.341,63
Auxílio-Transporte	339049	4.071,00	1.729,37	2.341,63
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		5.074.778,00	5.074.778,00	0,00
Auxílio-Alimentação	339046	5.071.407,08	5.071.407,08	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	3.370,92	3.370,92	0,00
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		797.694,00	752.732,98	44.961,02
Outras Despesas Correntes	339000	797.694,00	752.732,98	44.961,02
Diárias - Pessoal Civil	339014	289.620,00	268.430,54	21.189,46
Material de Consumo	339030	124,98	124,98	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	39.369,00	37.814,19	1.554,81
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	429.380,02	415.646,05	13.733,97
Indenizações e Restituições	339093	36.260,00	27.777,22	8.482,78
Obrigações Tributárias e Contributivas	339147	2.940,00	2.940,00	0,00
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES		561.600,00	561.600,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	466.897,31	466.897,31	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	1.102,69	1.102,69	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas – Operações Intra-orçamentárias	339147	93.382,71	93.382,71	0,00
Obrigações Patronais – Despesas de Exercícios Anteriores	339192	217,29	217,29	0,00
MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO		42.000,00	42.000,00	0,00
Diárias - Pessoal Civil	339014	39.346,87	39.346,87	0,00
Indenizações e Restituições	339093	2.653,13	2.653,13	0,00
APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		111.182.298,00	110.729.409,18	452.888,82
Pessoal e Encargos Sociais	319000	100.768.063,00	100.768.062,26	0,74
Outros Benefícios Assistenciais	319008	8.710,00	8.710,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	319011	96.156.664,44	96.156.664,44	0,00
Obrigações Patronais	319013	167.969,30	167.969,30	0,00
Outras Despesas Variáveis	319016	780.253,10	780.253,10	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	319092	3.437.329,88	3.437.329,14	0,74
Obrigações Patronais – Operações Intra-orçamentárias	319113	217.136,28	217.136,28	0,00

Despesas Correntes	339000	8.343.667,00	7.920.098,88	423.568,12
Diárias - Pessoal Civil	339014	310.000,00	283.945,28	26.054,72
Material de Consumo	339030	1.211.739,35	971.497,48	240.241,87
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outros	339031	34.143,90	34.143,90	0,00
Material de Distribuição Gratuita	339032	41.846,00	41.846,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	339033	231.452,03	231.452,03	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	339036	1.110.910,68	1.110.590,68	320,00
Locação de Mão-de-Obra	339037	1.137.091,73	1.096.507,08	40.584,65
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	2.837.433,50	2.751.427,60	86.005,90
Obrigações Tributárias e Contributivas	339047	17.037,27	17.037,27	0,00
Auxílio-Transporte	339049	140.808,00	140.808,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	339092	88.544,64	88.544,64	0,00
Indenizações e Restituições	339093	1.109.535,90	1.094.174,92	15.360,98
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339139	71.044,00	56.044,00	15.000,00
Obrigações Tributárias e Contributivas – Operações Intra-orçamentárias	339147	2.080,00	2.080,00	0,00
Despesas de Capital	449000	2.070.568,00	2.041.248,04	29.319,96
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	449039	3.928,00	3.928,00	0,00
Obras e Instalações	449051	485.476,38	469.825,49	15.650,89
Equipamentos e Material Permanente	449052	1.581.163,62	1.567.494,55	13.669,07
PROJETOS				
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO EM CAMPO GRANDE - MS				
Despesas de Capital	449000	4.626.428,00	4.626.294,63	133,37
Despesas de Capital a detalhar	449000	133,37	0,00	133,37
Obras e Instalações	449051	4.626.294,63	4.626.294,63	0,00
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM AMAMBAI – MS				
Despesas de Capital	449000	750.000,00	749.900,00	100,00
Despesas de Capital a detalhar	449000	100,00	0,00	100,00
Obras e Instalações	449051	749.900,00	749.900,00	0,00
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM SÃO GABRIEL D'OESTE – MS				
Despesas de Capital	449000	750.000,00	730.136,39	19.863,61
Despesas de Capital a detalhar	449000	19.863,61	0,00	19.863,61
Obras e Instalações	449051	730.136,39	730.136,39	0,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS				
Obrigações Patronais	319100	17.552.634,00	17.410.772,68	141.861,32
Obrigações Patronais – Operações Intra-orçamentárias	319113	17.369.655,68	17.227.794,36	141.861,32
Despesas de Exercícios Anteriores	319192	182.978,32	182.978,32	0,00
TOTAL GERAL		154.144.333,00	153.461.152,67	683.180,33

QUADRO-SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESCENTRALIZADA/2011

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL + SUPLEMENTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS/INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR	319000	151.110,00	141.658,99	9.451,01
Sentenças de Pequeno Valor	319091	151.110,00	141.658,99	9.451,01
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS)		205.517,08	205.517,08	0,00
Despesas Correntes	339000	6.535,08	6.535,08	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	6.535,08	6.535,08	0,00
Despesas de Capital	449000	198.982,00	198.982,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	198.982,00	198.982,00	0,00
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS		71.076,00	71.076,00	0,00
Despesas de Capital	449000	71.076,00	71.076,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	449052	71.076,00	71.076,00	0,00
MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS)		238.627,70	238.627,70	0,00
Despesas Correntes	339000	206.936,00	206.936,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	339039	206.936,00	206.936,00	0,00
Despesas de Capital	449000	31.691,70	31.691,70	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	449039	31.691,70	31.691,70	0,00
TOTAL GERAL		666.330,78	656.879,77	9.451,01

FONTE: SIAFI

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

Ao Serviço de Recursos Humanos compete a Gestão de Pessoas, com destaque para a manutenção dos sistemas de cadastro da vida funcional dos Magistrados e Servidores, a preparação da folha de pagamento de pessoal, a apreciação para deferimento de mais de vinte e cinco espécies de requerimentos. Além dessas, compete-lhe a gestão e Fiscalização do Programa de Assistência Médico-Hospitalar, os programas preventivos e curativos mais simples da área de Odontologia e Medicina, bem como a apreciação das licenças médicas e a realização de Junta Médica Oficial.

Para desempenhar essas atividades, a Diretoria conta com as unidades a seguir:

GABINETE DE SAÚDE

Atividades Ambulatoriais:

ÁREA MÉDICA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consulta Simples	87	101	109	91	147	100	96	111	102	88	106	37	1175
Exame Periódico	19	39	29	31	36	28	28	31	36	29	32	19	357
Exame de Retorno Trabalho	00	03	00	02	00	02	02	03	02	03	02	01	20
Visita domiciliar/hospitalar	02	00	02	01	04	04	07	04	03	19	03	01	50
Exame Admissional	00	00	00	00	00	00	23	27	11	10	01	01	73
Pequena Cirurgia	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01	00	02
Atend. de Emergência	00	00	00	00	00	00	01	01	01	00	00	00	03
Avaliação por Junta Médica Oficial*	00	02	04	02	04	01	04	04	04	01	00	05	31
TOTAL	108	145	144	128	191	135	161	181	159	150	145	64	1711

* Avaliações referentes ao TRE/MS e TRF/MS, uma vez que as do TRT-24ª foram realizadas na UFMS.

ÁREA ODONTOLÓGICA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Exame Periódico Inicial	03	03	06	01	05	04	02	07	08	02	02	00	43
Retorno Classe I	01	06	10	04	03	03	05	06	05	05	10	04	62
Retorno Classe II	02	05	06	05	03	03	06	04	04	06	06	06	56
Retorno Classe III	03	01	01	02	00	01	01	06	05	02	05	04	31
Profilaxia	18	30	40	26	24	25	21	39	36	33	50	35	377
Raspagem Alisamento Radicular / Ultra-som	12	14	29	19	16	22	20	33	27	19	36	21	268
Fluoroterapia	08	14	23	11	22	22	12	27	41	25	34	24	263
Restauração	27	09	39	35	36	39	09	54	48	38	53	22	409
Emergência	08	04	09	06	08	18	10	08	14	05	16	08	114
Orientações de Higiene oral	04	11	07	08	12	05	03	12	07	06	13	03	91
Raio X	00	00	00	00	04	03	02	02	03	00	07	03	24
Outros (cimentação, de prótese, polimento, etc.)	13	15	16	16	16	11	17	16	27	16	36	17	216
Laserterapia	02	07	07	12	15	26	15	26	18	19	15	04	166
Solicitação/avaliação de exames radiográficos	04	04	08	05	05	04	02	07	15	06	08	05	73
Tratamentos completados	00	09	18	12	14	21	14	17	16	16	29	16	182
TOTAL - PROCEDIMENTOS	105	132	219	162	183	207	139	264	274	198	320	172	2375
TOTAL - ATENDIMENTOS	30	50	76	57	72	82	47	79	74	65	62	38	732

ÁREA DE ENFERMAGEM	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Controle de PA	27	19	35	25	47	62	44	29	44	32	44	20	428
Controle de Peso/Altura	35	37	43	19	36	38	37	09	14	51	63	44	426
Curativo/Retirada de Pontos	08	09	04	12	11	08	05	07	05	19	05	12	105
Adm. de Medicamentos	06	12	10	14	08	15	18	12	15	11	14	15	150
Massoterapia	23	48	33	54	28	19	00	12	19	04	34	75	349
Teste de glicose/colest/trigl.	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Visita domiciliar/hospitalar	02	04	01	01	02	03	00	02	00	02	01	01	19
Atendimento de emerg./encaminhamento	00	00	00	00	00	00	00	01	01	01	00	00	03
TOTAL	101	129	126	125	132	145	104	72	98	120	161	167	1480

Outras Atividades:

- Acompanhamento especial a pacientes em licença prolongada ou com dificuldade de locomoção;
- Atendimento de emergência aos usuários da Justiça do Trabalho/Fórum Trabalhista Ramez Tebet, com o respectivo acompanhamento;
- Composição de Junta Médica Oficial para avaliação dos servidores do TRE/MS e TRF/Seção Judiciária de MS;
- Controle das aposentadorias por invalidez e suas respectivas revisões por Junta Médica Oficial;
- Exames médicos admissionais, periódicos, de retorno e outros relacionados à Medicina do Trabalho;
- Homologação de atestados;
- Informações em processos de Junta Médica Oficial, matérias administrativas, aquisição de materiais, programas e atividades de saúde e outros processos relacionados à área da saúde;
- Elaboração da lista, controle e recebimento de materiais de consumo e permanentes de uso do Gabinete, bem como controle do respectivo estoque;
- Participação em cursos de especialização, atualização e congressos nas áreas de administração, gerenciamento de projetos, enfermagem, medicina e odontologia, para atualização profissional constante;
- Participação na Comissão Permanente de Gestão do Plano de Saúde, Comissão de Recebimento de Materiais do Gabinete de Saúde e Comissão Permanente de Saúde;
- Plantão médico e de enfermagem em eventos oficiais do Tribunal;
- Prevenção individual, feita com cada paciente que comparece ao Gabinete de Saúde, através de consultas, orientações e encaminhamentos pertinentes a cada caso clínico;
- Realização de exame periódico odontológico e outros procedimentos relacionados à Odontologia do Trabalho;

- Elaboração de relatórios mensais de atividades, de licenças para tratamento de saúde, realização de exames periódicos e outros relacionados aos atendimentos e aos programas do Gabinete de Saúde;
- Divulgação das informações repassadas pela UNIMED (através de seu informativo) em relação ao seu programa de medicina preventiva, palestras e demais atividades oferecidas pelo plano;
- Acompanhamento (fiscalização) de processos: Ginástica Laboral (unidades de trabalho de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas); Serviços de Lavanderia; Manutenção de Equipamentos Médicos e Odontológicos; Aquisição de Medicamentos para uso do Gabinete de Saúde; Aquisição de Produtos Odontológicos para uso do Gabinete de Saúde; Aquisição de Materiais Permanentes para uso do Gabinete de Saúde; Contratação de Médicos Especialistas para participação em perícia; Junta Médica Oficial referente aos Termos firmados entre o TRT-24ª Região e o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul, entre o TRT-24ª Região e o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Justiça Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul) e entre o TRT-24ª Região e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Convocação de todos os magistrados e servidores para realização de exame médico periódico;
- Acompanhamento da realização dos exames periódicos de 2010: ofício aos aniversariantes de cada mês, lembrete através de cartão virtual personalizado e através de contato telefônico individual;
- Lançamento dos dados referentes aos resultados dos exames periódicos realizados em 2011, para controle epidemiológico;
- Sessões de massoterapia e esteira massageadora, realizadas com aparelhos e produtos específicos na sala de massoterapia da Sede do TRT-24ª Região;
- Disponibilização do serviço de Massoterapia aos magistrados e servidores do Fórum Trabalhista Ramez Tebet, através do "Programa de Relaxamento Muscular *in loco*", com realização de sessões de massoterapia no próprio local de trabalho dos servidores;
- Continuação do programa de Ginástica Laboral, como auxílio à prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT): informações em processo; reuniões mensais com a representante da empresa, divulgação constante do programa através de informativo eletrônico e email; solicitação periódica de auxílio de fiscalização a todos os diretores/chefes das unidades de trabalho; divulgação de relatórios de participação; demais providências inerentes à metodologia do programa;
- Implantação do programa de Ginástica Laboral nas unidades de trabalho de Dourados e Três Lagoas: reuniões com a representante da empresa, orientações aos fiscais nas respectivas localidades, controle e gerenciamento do processo nos moldes do programa realizado nas unidades da capital;
- Encaminhamento periódico a todos os magistrados e servidores, via email, dos seguintes informativos: - texto motivacional sobre exercícios laborais, com arquivo de slides de exercícios de alongamento, para incentivar a prática dos exercícios diariamente, individualmente ou em grupo, mesmo sem a presença da equipe de ginástica laboral; - texto motivacional e orientações posturais; - importância e fundamentação legal do exame médico periódico;

- Elaboração e divulgação, através do Informativo Eletrônico, das seguintes Dicas de Saúde: “Novo horário de funcionamento do Gabinete de Saúde da Sede”; “Dengue: Mitos e Erros Mais Comuns”; “Todo medicamento deve ser usado de forma racional!”; “Dia Mundial da Saúde: Combate à Resistência Antimicrobiana”; “Programa de Massoterapia do Gabinete de Saúde e seu novo aparelho de massagem através de raios infravermelhos”; “Novo modelo de convocação para exame médico periódico por email”; “Hiperacusia: você sabe o que é isso?”; - “Palestra sobre Saúde do Homem”;
- Contatos com a Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-MS para viabilização de parceria para campanha de vacinação contra gripe;
- Participação em estudo referente à regulamentação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho de medidas de saúde ocupacional, exames periódicos, ergonomia, riscos ambientais e outros relacionados;
- Projeto Qualidade de Vida do Planejamento Estratégico: pesquisa, participação em treinamento, elaboração do roteiro, apresentação, início das atividades;
- Estudo e elaboração de relatório para apresentação de proposta à Comissão de Saúde acerca do desenvolvimento de um programa na área de saúde mental / Psicologia do Trabalho neste Tribunal;
- Estudo e elaboração de Termo de Referência para contratação de médicos especialistas para composição de JMO quando necessário;
- Organização e realização da palestra “Saúde do Homem”;
- Motivação continuada para a prática de atividades físicas: formação de um grupo de corrida/caminhada; viabilização de parceria com profissionais da área de educação física, para fornecimento de desconto aos magistrados, servidores e seus dependentes e amigos; - divulgação das corridas e caminhadas que acontecem na cidade; apoio de divulgação dos eventos realizados por parceiros, como no caso da equipe de ginástica laboral.

SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO

No ano de 2011, a Seção de Legislação do Serviço de Recursos Humanos - SELE cumpriu com suas atribuições regulamentares e serviu de apoio a outras unidades deste Tribunal no que se refere à aplicação das normas de pessoal. Foram prestadas informações e emitidos pareceres em processos envolvendo magistrados, servidores e estagiários.

A SELE executou, também, as seguintes tarefas:

- Pesquisa diária de legislação, no período de 1º.1.2011 a 31.12.2011.
- Consolidação mensal do Boletim Interno e do Boletim Especial de Férias;
- Realização de cálculos e rotinas no assentamento funcional de magistrados e servidores para a aferição dos requisitos exigidos para a aposentadoria ou percepção de abono de permanência;
- Elaboração de proposições e das correspondentes minutas de atos normativos deste Tribunal;
- Respostas às consultas formuladas por outros Tribunais.

Foram expedidos 1.239 pareceres em processos administrativos, cujo maior percentual se relaciona à *Licença para Tratamento de Saúde*, totalizando 302 (24,37%), e ao *Adicional de Qualificação* decorrente de ações de treinamento (incluídos os de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*), que chegaram ao quantitativo de 414 (33,41%).

SEÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS (SPAS)

Demonstrativo dos Benefícios Concedidos em 2011

BENEFÍCIOS	MÉDIA MENSAL DE BENEFICIÁRIOS
AUXÍLIO-TRANSPORTE	01
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	642
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	142
TRANSPORTE MÉDICO TERRESTRE	1.820
TRANSPORTE MÉDICO AÉREO	2.042
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	2.658

Outras Atividades

- Elaboração da Previsão Orçamentária para o exercício 2012;
- Previsão de gastos com Programas Assistenciais durante o ano 2011 e para o ano 2012;
- Demonstrativo Mensal das Metas Físicas realizadas – AMF – para o Serviço de Orçamento e Finanças (exigência do Tribunal Superior do Trabalho);
- Elaboração mensal dos relatórios financeiros dos benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio pré-escolar, transporte médico aéreo e terrestre e Plano de Saúde), para o CSCR implementar na folha de pagamento;
- Resumos demonstrativos Mensais dos beneficiários pertinentes à Seção de Programas Assistenciais;
- Processamento mensal das inclusões e exclusões de usuários na Assistência Médico-Hospitalar, Serviços de Transporte Médico Aéreo e Terrestre, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Auxílio Pré-Escolar, bem como o envio de guias e documentações à Unimed Campo Grande de todos os usuários, titulares e dependentes, bem como o envio de listagens de usuários às empresas Amapil e Qualisalva.
- Registro no Sistema SRH das alterações relativas aos mencionados benefícios;
- Acompanhamento, conferência e controle das Planilhas de Utilização do plano de saúde (utilizado como base de cálculo do índice de reajuste das mensalidades do contrato de assistência médica e hospitalar);
- Acompanhamento semestral dos filhos universitários que, na faixa etária entre 21 e 24 anos, deverão apresentar comprovante de ensino superior para permanecer na condição de dependentes econômicos;
- Acompanhamento relativo a apresentação da ficha do auxílio-transporte, para fins de comprovação semestral de continuidade de utilização do referido benefício;
- Acompanhamento dos dependentes na faixa etária de 00 a 06 anos, para fins de percepção de Assistência Pré-Escolar;
- Acompanhamento do pagamento do auxílio-alimentação, tendo em vista as situações de suspensão do benefício na ocorrência de faltas e em alguns afastamentos e licenças.

- Solicitações, conferência e entrega de cartões provisórios e cartões magnéticos do plano de saúde Unimed e demais cartões Amapil e Qualisalva, referente as inclusões mensais e solicitações de 2ª via de cartão;
- Conferência e ateste das faturas do plano de saúde e dos transportes médico aéreo e terrestre, bem como, juntada ao processo respectivo com posterior encaminhando para pagamento;
- Elaboração de proposição para exclusões de usuários que perderam a condição de beneficiários na assistência pré-escolar por ingresso no ensino fundamental, bem como a realização de proposição para mudança de categoria no plano de saúde e nos serviços de transportes de usuários que perderam a condição de dependentes econômicos.
- Acompanhamento das situações que ocasionam suspensão no auxílio-alimentação (licenças e faltas).
- Secretariar a Comissão de Saúde – encaminhando os requerimentos de inclusão de dependentes especiais no Plano de Saúde, bem como levar à apreciação dos membros as solicitações de titulares acerca de autorizações, subsidiando os membros da Comissão das informações jurídicas e operacionais para decisões;
- Realização de levantamentos para Comissão de Saúde da utilização do plano no decorrer do ano 2011 para as decisões pertinentes;
- Gerenciamento e elaboração de pauta, marcação de reuniões e convocação dos membros da Comissão Permanente de Saúde;
- Elaboração das Atas de reuniões da Comissão Permanente de Saúde;
- Confecção de ofícios e despachos em processos administrativos relativos à Seção de Programas Assistenciais e à Comissão Permanente de Gestão do Plano de Saúde;
- Fiscalização dos contratos referente ao plano de saúde e dos serviços de remoção médica de usuários por transporte terrestre e aéreo;
- Acompanhar, comunicar e solicitar à operadora do plano de saúde as providências necessárias às autorizações de exames, internações e procedimentos médicos, dando suporte aos usuários do Plano, para garantir a prestação eficiente dos serviços contratados;
- Intervenção às empresas que prestam os serviços de transporte médico aéreo e terrestre para verificação de ocorrências nos atendimento aos usuários inscritos;
- Acompanhamento, conferência, separação por lotação e família, distribuição e encaminhamento de 2.706 cartões magnéticos em Dezembro/2011 com vencimento para 31/12/2012, relativos ao plano de saúde Unimed.
- Além das atividades acima relacionadas a Seção prestou informações em todos os processos de benefícios assistenciais, bem como providenciou a emissão de certidões e ofícios relacionados às atividades da Seção.

SEÇÃO DE CADASTRO E REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS

Foram prestadas cento e quinze informações, instruindo, assim os respectivos processos administrativos. Do mesmo modo, foram expedidos outros cinquenta e dois documentos.

Outras atividades:

- Acompanhamento da publicação de atos administrativos;

- Anotações em fichas financeiras;
- Arquivamento, em pasta funcional, de documentos e processos de interesse dos magistrados;
- Atualização Cadastral dos Magistrados Aposentados e Pensionistas de acordo com Ato nº 179/2009 – CSJT.GP.SE;
- Atualização Cadastral dos Magistrados Ativos, nos termos do Processo TRT nº 2.560/2011;
- Atualização das planilhas relativas a PAE - Parcela Autônoma de Equivalência dos magistrados, relativas ao período de SET/94 a DEZ/1997;
- Atualização das planilhas relativas à URV – 11,98% aos ex-juízes classistas e classistas aposentados;
- Confecção de quadros para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho referente à Estrutura Trabalhista, visando o planejamento orçamentário do presente exercício;
- Conferência da DIRF de magistrados;
- Conferência da RAIS de magistrados;
- Conferência de dados relativos à carteira funcional de magistrados e encaminhamento a Secretaria de Informática para fins de expedição da carteira;
- Conferência do Comprovante, relativo ao ano-calendário de 2011, de Rendimentos Pagos e de Retenção de Imposto de Renda de magistrados;
- Controle das vagas dos Magistrados de 1ª e 2ª Instâncias;
- Controle de débito de caráter indenizatório à Fazenda Nacional;
- Controle e preenchimento de formulários de aposentadoria de magistrados (2) no Sistema SISAC/TCU e encaminhadas ao Serviço de Controle Interno para posterior remessa ao TCU;
- Digitalização de documentos de magistrados para fins de certificação digital, bem como cadastro dos dados no site da empresa CERTISIGN;
- Digitalização dos documentos constantes nos assentamentos dos magistrados;
- Elaboração das listas de antiguidade, com os respectivos históricos, dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho e Substitutos;
- Elaboração de dados estatísticos semestrais – CNJ;
- Elaboração de relatórios e quadros diversos para a Correição Regional anual;
- Elaboração do relatório anual;
- Elaboração, para o CNJ, de dados estatísticos semestrais com a quantidade de magistrados de 1º e 2º grau;
- Encaminhamento à Caixa Econômica Federal de Ofícios com dados de magistrados para emissão de Certificado Digital;
- Encaminhamento de ofícios aos magistrados aposentados e pensionistas para a realização do recadastramento referente ao exercício 2011;
- Encaminhamento de ofícios aos magistrados ativos e inativos com informações sobre rendimentos recebidos acumuladamente em 2010;
- Encaminhamento, à Secretária Geral da Presidência, dos créditos de férias dos Magistrados de 1ª e 2ª Instâncias, para fins de elaboração da Escala/2012;

- Informação em processos, de natureza administrativa, referentes aos magistrados e, após registro no GESTORE, encaminhamento à Diretora deste Serviço para análise e prosseguimento;
- Informação mensal, à Secretaria da Corregedoria, dos afastamentos (férias e licenças) dos magistrados de 1ª e 2ª Instâncias, bem como das convocações dos magistrados de 1ª e 2ª Instâncias;
- Informações de margem consignável dos magistrados para débito em folha de pagamento;
- Lançamentos, no SRH e na FOPAG, correspondentes ao pagamento dos magistrados ativos e inativos bem como conferências mensais nos registros cadastrais dos magistrados;
- Levantamento de dados baseado na resolução 76/2009 de CN, "Justiça em Números", bem como o preenchimento das planilhas e encaminhamento ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com as seguintes informações: Números de cargos de magistrados de 2º Grau Criados; Números de cargos de magistrados de 2º Grau providos; Números de cargos de magistrados de 1º Grau Criados; Números de cargos de magistrados de 1º Grau providos.
- Conferência de planilha relativa à folha de pagamento de magistrados (anexo VIII) para publicação mensal no site do TRT/Transparência de acordo com a Resolução nº 102 do CNJ (anexo VIII);
- Levantamento de dados e preenchimento das tabelas contendo o quantitativo físico bimestral dos magistrados, de acordo com a Portaria 2730/2009-MPOG, bem como o encaminhamento os CSJT/ ASGP;
- Pagamento da gratificação natalina aos magistrados com a conferência dos afastamentos dos Juízes do Trabalho Substitutos, durante o ano de 2011, e dedução de 1/12 (um doze avos) nos meses de afastamentos superiores a 15 dias.
- Pagamento da PAE – parcela autônoma de equivalência aos magistrados ativos e inativos, de 1ª e 2ª instâncias;
- Pagamento de Indenização de férias a magistrados inativos;
- Pagamento de parcela do percentual de 11,98% aos ex-juízes classistas e classistas inativos;
- Preenchimento de planilhas do CNJ, informando os passivos (valores a serem pagos a título de GATS aos magistrados ativos e inativos; PAE – parcela autônoma de equivalência e o percentual de 11,98% aos classistas aposentados e ex-classistas);
- Preenchimento de quadros estatísticos do TST, informando a quantidade dos Juízes ativos e inativos deste Regional, discriminando-os por idade, sexo, faixa etária, e naturalidade espelhando a situação em 31.12.2010;
- Preenchimento de quadros estatísticos do TST, informando, trimestralmente, a quantidade de magistrados ativos e inativos;
- Preenchimento e encaminhamento ao CSJT de tabela indicando o quantitativo de magistrados;
- Preenchimento e encaminhamento de planilha semestral ao TST contendo informações referentes ao quadro de magistrados deste Tribunal;
- Preparação de pagamentos mensal e retroativos aos magistrados;

- Previsão orçamentária, em relação aos magistrados, para fins da Proposta Orçamentária Prévia 2012;
- Quantitativo da Força de Trabalho, dados 2011, para o CNJ;
- Registro no SRH – Sistema de Recursos Humanos, de designações, convocações, licenças e demais afastamentos;
- Registro no SRH das férias marcadas por meio da Escala, bem como das posteriores alterações e interrupções;
- Registro, no SRH- Sistema de Recursos Humanos, de cursos, palestras e outros eventos realizados pelos magistrados.

SEÇÃO DE CADASTRO E REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS E ESTAGIÁRIOS

- Atualização de dados cadastrais;
- Atualização diária do Mapa de Funções Comissionadas;
- Publicação semanal do Mapa de Funções Comissionadas;
- Atualização Cadastral dos Aposentados e Pensionistas de acordo com Ato nº 179/2009 – CSJT.GP.SE;
- Atualização Cadastral dos Servidores vinculados a este Tribunal;
- Elaboração do novo Layout do Mapa de Funções;
- Cadastramento, no SRH, dos 62 (sessenta e dois) servidores que entraram em exercício no ano de 2011 (servidores ativos, cedidos e removidos);
- Controle de frequência dos servidores cedidos e informação ao órgão de origem;
- Controle de frequência dos servidores vinculados a este Tribunal;
- Encaminhamento de ofícios aos servidores aposentados e pensionistas para a realização do recadastramento referente ao exercício 2011;
- Anotações no SRH dos processos de alteração e/ou interrupção de férias sem efeitos financeiros na folha de pagamento;
- Anotações no Curriculum Vitae no SRH dos processos de cursos dos servidores vinculados a este Tribunal;
- Anotações na Pasta Funcional dos servidores que efetivamente trabalharam durante o recesso forense 2010/2011;
- Encaminhamento de fichas de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório de todos servidores passíveis e não passíveis de progressão;
- Controle de chegada das Fichas de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório e lançamento das notas no PROADE;
- Controle de todos os servidores passíveis de progressão e encaminhamento de processo para respectiva progressão/promoção;
- Elaboração da minuta da Portaria de Progressão/Promoção;
- Controle de confecção de crachás;
- Controle de confecção de carteiras funcionais;
- Expedição de 215 (duzentos e quinze) Certidões, conforme solicitação de servidores;

- Controle da data do vencimento da cessão de servidores requisitados;
- Elaboração do relatório anual;
- Levantamento das falhas no sistema SRH para análise com propostas para alterações;
- Digitalização/indexação e arquivamento de documentos nas pastas dos servidores;

- Controle do lançamento da Escala de férias no Gestore para o exercício 2012 e posterior encaminhamento para homologação e registro no SRH;
- Conferência e efetivação dos lançamentos da marcação de férias dos servidores, PA 2011/2012, no Sistema SRH;
- Elaboração e controle da Escala de Férias de servidores, do quadro efetivo, cedidos de outros órgãos e para outros órgãos, removidos bem como os de Cargo Comissionados, relativa ao Período Aquisitivo 2011/2012 - Exercício 2012, para homologação e publicação;
- Controle e preenchimento dos formulários de admissão (60), desligamento (7) e aposentadoria (2) dos servidores no Sistema SISAC/TCU e encaminhadas ao Serviço de Controle Interno para posterior remessa ao TCU;
- Preenchimento e encaminhamento mensal do Quadro de Detalhamento de Despesas com Pessoal-QDDP (quantidade física) ao CSJT;
- Preenchimento e encaminhamento mensal de planilha relativa à publicação dos Atos de nomeação de primeiro provimento de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas;
- Preenchimento e encaminhamento de planilha semestral ao TST contendo informações referentes ao quadro de juízes e servidores incluindo o quantitativo de cargos e funções, por lotação, sexo e área de atuação, do quadro de pessoal deste Tribunal;
- Levantamento de dados e preenchimento das tabelas contendo o quantitativo físico bimestral deste Tribunal, de acordo com a Portaria 2730/2009-MPOG, bem como o encaminhamento os CSJT/ ASGP;
- Levantamento de dados baseado na resolução 76/2009 de CN, "Justiça em Números", bem como o preenchimento das planilhas e encaminhamento ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com as seguintes informações: Números de cargos de magistrados de 2º Grau Criados; Números de cargos de magistrados de 2º Grau providos; Número de cargos Providos de Servidores lotados na Área Judiciária do 2º Grau; Números de cargos de magistrados de 1º Grau Criados; Números de cargos de magistrados de 1º Grau providos; Número de cargos Providos de Servidores lotados na Área Judiciária do 1º Grau;
- Encaminhamento ao SOF de Proposta Orçamentária Prévia 2012;
- Preenchimento e encaminhamento ao CSJT de tabela indicando o quantitativo de cargos efetivos por especialidade, do quadro de pessoal deste Tribunal;
- Levantamento de dados e encaminhamento ao Núcleo de Gestão Estratégica (NEGE) contendo informação sobre o quantitativo de juízes e servidores lotados na área judiciária.
- Elaboração da Planilha acompanhamento de estagiários e servidores (PAES);
- Atualização diária da PAES;

- Levantamento dos dados para Publicação no DOU do Quantitativo de Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas – LDO 2012, conforme determinação do CSJT;
- Encaminhamento à Caixa Econômica Federal de Ofícios com dados de servidores para emissão de Certificado Digital;
- Consulta na pasta de todos os servidores que se desligaram deste Tribunal para verificação e atualização/correção no SRH do motivo de vacância;
- Elaboração de dados estatísticos semestrais - CNJ
- Elaboração de relatórios diversos quando solicitados;
- Levantamento dos dados, bem como o preenchimento das planilhas para publicação no site do TRT/Transparência de acordo com a Resolução nº 102 do CNJ, com as seguintes informações: I – quantitativo de cargos efetivos (anexo IV itens a, b, c e d); II – membros e agentes públicos (anexo V); III – empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos (anexo VI) ; e IV – servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício neste Egrégio TRT sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança (anexo VII);
- Quantitativo da Força de Trabalho, dados 2011, para o CNJ;
- Confecção de pastas para arquivo de toda documentação relativa aos estagiários;
- Recepção dos requerimentos dos estagiários ao solicitarem a fruição dos recessos remunerados e/ou seus desligamentos, pelo Gestore, e a elaboração dos respectivos despachos;
- Elaboração de proposição para solicitar, à DGCA, a expedição de portaria de lotação para os estagiários iniciantes e seu cadastro no SRH;
- Atualização diária de duas planilhas com informações relativas à vida pregressa dos estagiários para envio ao agente de integração, no final do mês, para auxiliá-lo na confecção da folha de pagamento;
- Comunicação via correio eletrônico e/ou telefone, com todos os envolvidos (supervisores, estudantes e órgão de integração), para passar orientações ou tirar dúvidas.

SEÇÃO DE CADASTRO DE CONSIGNAÇÕES, BENEFÍCIOS E INDENIZAÇÕES

No ano 2011 esta Seção executou as seguintes atividades:

- Cálculo de margem consignável num total de 482 informações, solicitado para fins de averbação de empréstimo ou outras consignações facultativas para desconto em folha de pagamento;
- Lançamentos, no SRH, de todos os documentos que acarretaram efeitos financeiros;
- Elaboração e atualização mensal, para controle e verificação dos valores, da relação dos servidores que mantêm contrato com a Caixa Econômica – CEF, ITAÚ-UNIBANCO, BANCO DO BRASIL, BANCO ALFA e BANCO HSBC, BANCO REAL-SANTANDER e BANCO CRUZEIRO DO SUL, com desconto em folha de pagamento;
- Conferência mensal das substituições automáticas;
- Conferência dos lançamentos em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, cedidos, removidos e pensionistas, referentes à remuneração, aos benefícios e às consignações;

- 208 informações sobre os valores retroativos ou a receber dos servidores que tiveram progressão ou promoção;
- Elaboração mensal de quadro detalhado da folha de pagamento, bem como sua publicação, conforme Resolução nº 102 do Conselho Nacional de Justiça;
- Fechamento das folhas mensais com remessa dos devidos relatórios e dos valores das ordens bancárias para o SOF;
- Confecção de 80 Folhas, considerando as folhas de pagamento mensais, além das Folhas Suplementares relativas a pagamento de indenização de transporte aos oficiais de justiça, a ressarcimento de mensalidades de cursos de pós-graduação, acertos, etc.;
- Confecção mensal da folha suplementar referente ao pagamento das diárias, ajuda de custo, indenização de transporte-remoção e auxílio-moradia para controle do total de rendimentos percebidos pelos servidores e juízes no exercício financeiro e reflexos na declaração de rendimentos anual;
- Confecção mensal da folha suplementar referente recolhimento de UNIMED por meio de GRU, pelos servidores removidos de outros tribunais sem remuneração neste Regional, para reflexos na declaração de rendimentos anual;
- Transmissão dos arquivos de crédito bancário para a CEF, Banco do Brasil, Itaú e Santander;
- Confecção dos relatórios de recolhimento das contribuições previdenciárias, de parte do servidor e da patronal, dos servidores requisitados e remessa eletrônica aos respectivos órgãos de origem;
- Confecção e remessa eletrônica dos relatórios de recolhimento das consignações das entidades de classe;
- Remessa eletrônica das fichas financeiras dos servidores cedidos a outros órgãos federais, além dos servidores requisitados de outros órgãos federais, a fim de atender ao disposto no art. 4º da Lei n. 8.852/94;
- Geração e envio de arquivo ao INSS (SEFIP), referente aos servidores cedidos, ou comissionados, vinculados ao Regime Geral de Previdência;
- Conferência dos Comprovantes de Rendimentos anual e remessa aos inativos e pensionistas;
- Elaboração da DIRF anual;
- Elaboração da RAIS;
- Conferência do total das diárias percebidas pelos servidores e juízes no mês de competência, para fins de estatística quando solicitado pelo TST;
- Atualização dos relatórios estatísticos mensais dos beneficiários dos Programas Assistenciais;
- Atualização dos cálculos relativos a passivos pendentes de pagamento;
- Atualização dos benefícios concedidos aos inativos e pensionistas pela previdência;
- Levantamento de valores para fins de elaboração da proposta orçamentária anual e pedido de crédito suplementar;
- Elaboração de planilhas para cálculo da média de aposentadoria;
- Lançamentos, no Sistema de Recursos Humanos, dos processos de inclusão e exclusão de benefícios repassados pela Seção de Programas Assistenciais.

- Lançamentos, no Sistema de Recursos Humanos, dos processos de inclusão e exclusão de consignações bancárias, associativas e previdenciárias.

DIVERSOS

ASSUNTO	QUANTIDADE
LANÇAMENTO DE DIÁRIAS	1.089
FAX EXPEDIDOS	30
OFÍCIOS EXPEDIDOS	270
CERTIDÕES/DECLARAÇÕES	34

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria do Serviço de Material e Patrimônio é composta pelas seguintes Seções: Seção de Compras (SCOM), Seção de Almoxarifado (SALM) e Seção Registro Patrimonial (SERP).

É de responsabilidade desta Diretoria o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relacionadas à aquisição de materiais, visando ao suprimento de todas as unidades deste Tribunal, inclusive às Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado, bem como a contratação de serviços, a gestão dos estoques e a distribuição de materiais de consumo a todos os setores desta Corte, assim como a realização de registros patrimoniais e o controle dos bens móveis de todas as unidades do TRT 24ª Região.

Assim, incumbe a este Serviço instruir processos administrativos de compras e serviços, bem como processos de desfazimento de materiais inservíveis e gestão de vários contratos, além de coleta de dados perante diversos setores deste Órgão visando subsidiar a elaboração da proposta orçamentária.

Importante frisar, também, a participação de servidores desta Diretoria em Comissões e outros encargos conferidos pela Administração no decorrer do ano de 2011, como por exemplo a Comissão de Recebimento de Materiais.

Para maior racionalização operacional, é elaborada anualmente a Programação de Compras e Serviços, com o cronograma de instrução dos certames licitatórios e compras diretas, mês a mês, no decorrer do exercício, com base na previsão de consumo de materiais e necessidade de contratação de serviços.

Outra providência adotada foi a centralização do controle dos saldos dos serviços gráficos por esta Diretoria por meio das respectivas planilhas atualizadas, quando em atendimento às solicitações da Secretaria Geral da Presidência, Núcleo de Documentação e Secretaria da Escola Judicial.

Destacamos, também, o uso em casos especiais de Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos, procedimento que possibilita o atendimento de demandas imprevisíveis, contribui para a eficiência na gestão dos estoques e a economicidade de tempo e de recursos financeiros, principalmente em relação às aquisições de suprimentos e equipamentos de informática. Essa ferramenta foi utilizada após constatado o atendimento aos requisitos legais exigidos, sobretudo os relativos à vantagem dos preços.

Considerando que até o momento este TRT não conseguiu viabilizar a contratação de empresa para transporte de materiais de consumo e permanente, passamos a utilizar de forma habitual o caminhão de propriedade deste Tribunal, no cumprimento de cada etapa da programação de viagens elaborada por esta Diretoria, para entregas e coletas desses materiais destinados às Varas do Trabalho do interior.

Entre as principais atividades desenvolvidas pela Seção de Registro Patrimonial podemos destacar a reavaliação de bens móveis e imóveis, instauração de processos de recebimento de terrenos doados, realização do inventário anual e início do procedimento visando à implementação de código de barras, em substituição às plaquetas de tombamento.

Relativo ao anexo I podemos observar a diminuição do número de instauração de processos de dispensa/inexigibilidade de Licitação em relação ao mesmo período do ano anterior, o que denota o melhor planejamento nas aquisições, otimizando as contratações e economizando recursos humanos e financeiros.

Abaixo, consta o quadro demonstrativo referente à instrução de processos administrativos (Compra Direta, Convite, Pregão e Adesão) realizadas pela **Seção de Compras**, no ano de 2011.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
100	Instrução de Processos Administrativos visando à aquisição de bens e à realização de serviços diversos.

Nos quadros abaixo estão demonstrados os serviços executados pela **Seção de Registro Patrimonial**, no ano de 2011, com relação aos registros dos bens, tombamentos com plaquetas e gravações, confecções de termos de responsabilidade e de baixa de responsabilidade, confecções de termos de doações (recebidos e expedidos), cessão, abandono e de inutilização.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1.723	Registro de bens permanentes incorporados ao patrimônio deste Tribunal, bem como o tombamento, por meio plaquetas, carimbos e gravação.
2.784	Confecção de termos de responsabilidade e termos de baixa de responsabilidade.
4	Confecção de termos de doação (recebidos e doados), cessão, abandono e de inutilização

Abaixo, quadro demonstrativo dos serviços executados pela **Seção de Amoxarifado**, no ano de 2011, com relação à emissão de requisições de material de consumo e permanente.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
2.935	Atendimento de requisições de material de consumo e permanente

ANEXO I

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE LICITAÇÃO INSTAURADOS NOS ANOS DE 2007 A 2011.

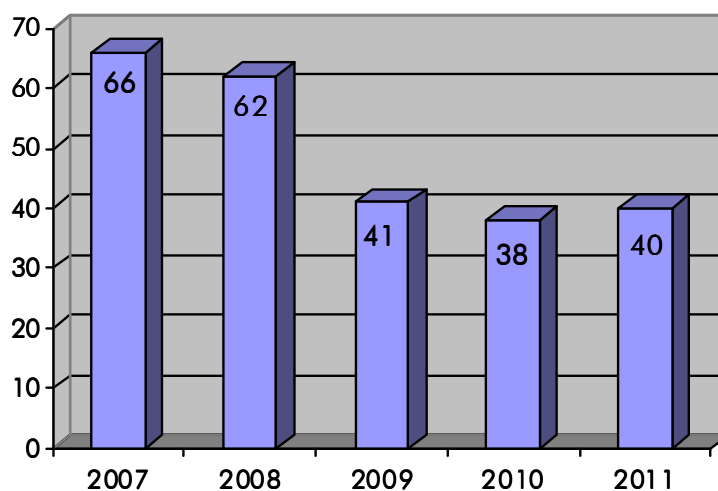


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INSTAURADOS NOS ANOS DE 2007 A 2011.

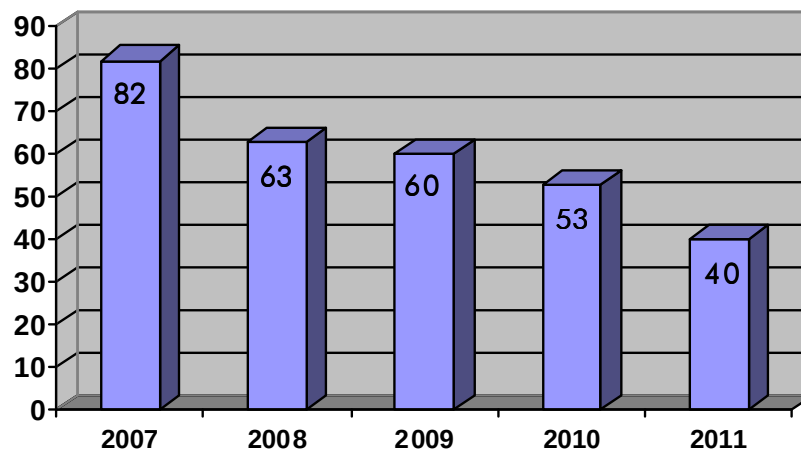
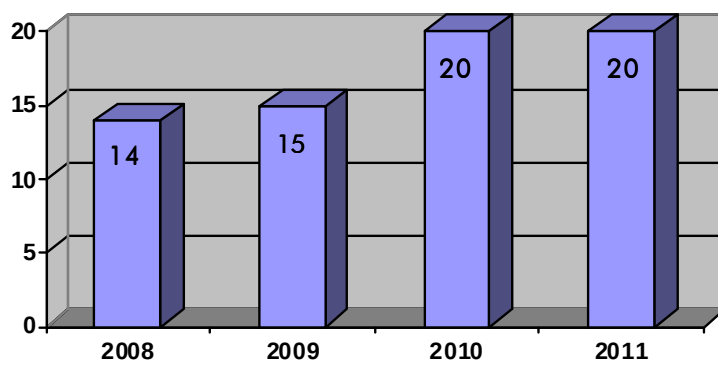


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS INSTAURADOS NOS ANOS DE 2008 E 2011.



DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS

À Diretoria de Serviços Gerais coube planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar a execução das atividades, além de acompanhar e fiscalizar os processos de serviços realizados por empresas contratadas, liquidando notas fiscais e direcionando as atividades organizacionais das seções sob sua responsabilidade para o desenvolvimento e realização das atividades previstas.

É responsável pelas áreas de Manutenção Predial, Manutenção de Equipamento, Segurança, Transporte e Portaria, Marcenaria, Telefonia e Copa, além do acompanhamento de serviços realizados por terceiros no Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região.

Para o bom funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho, bem como proporcionar um ambiente limpo e agradável, a Diretoria de Serviços Gerais busca, por meio da descentralização, sempre sob orientação das respectivas chefias, apresentar resultados rápidos que garantam, além da rotina prevista, o atendimento com apresentação de soluções eficientes.

Com a prestimosa colaboração dos servidores especializados do quadro, a Diretoria de Serviços Gerais tem atuado na busca constante de resultados que atendam às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região.

Cumpriu à Diretoria de Serviços Gerais:

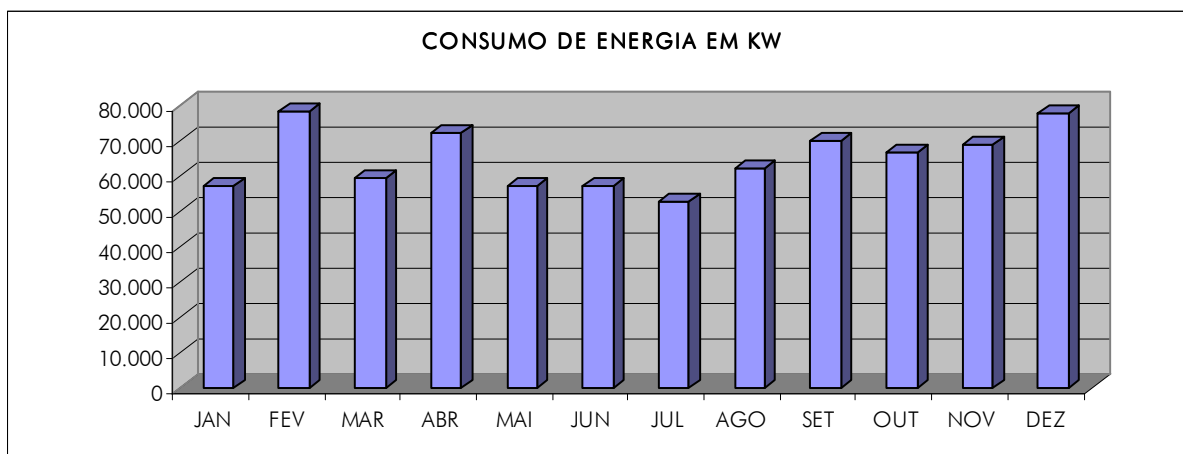
- Acompanhar e fiscalizar processos administrativos, liquidar notas fiscais e receber notas atestadas pelas chefias ligadas à Diretoria;
- Gerir e fiscalizar os contratos dos serviços realizados por terceiros no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, tais como: gestão da frota de veículos, limpeza, conservação e higienização de todas as unidades deste Tribunal, vigilância armada no prédio sede do TRT e do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, monitoramento eletrônico de todos os imóveis sob a jurisdição deste Regional, acompanhamento das despesas e utilização da telefonia local e interurbana, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado de parede e split, manutenção preventiva e corretiva dos elevadores instalados nos prédios do TRT e do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, acompanhamento e orientação quanto ao serviço de reprografia e digitalização, entre outros.
- Aos processos sob responsabilidade da Diretoria de Serviços Gerais são fiscalizados o controle do pactuado, objeto, valores, data de pagamento, obrigações das partes, vencimento do contrato, liquidação de nota, conferência do serviço, devolução de material, controle e correção dos valores.
- Proceder ao recebimento, registro e encaminhamento de processos e expedientes, bem como elaboração e cumprimento de despachos, expedição de ofícios, comunicações internas, proposições, projetos básicos e termos de referência.
- Coordenar, dirigir, controlar e supervisionar a execução dos trabalhos afetos das seções de Transporte, Portaria e Segurança, Manutenção de Equipamentos, Manutenção de Prédios e Telefonia, conforme Provimento Geral, com desenvolvimento e realização das atividades previstas;
- Tomar decisões e providências necessárias ao bom desempenho dos serviços sob sua direção.

**RELAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SOB FISCALIZAÇÃO DA
DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS**

CONTRATADA	DESCRIÇÃO	PROC.	VENCTO
ALLIANS SEGUROS	Seguro Frota TRT	4302/09	17.03.11
BRASIL TELECOM - OI	Serviço de telefonia fixa local - Itens 01 a 18	3571/09	22.10.12
BRUDERS EXTINTORES E EQUIPAMENTOS	Recarga de extintores e testes hidrostáticos	4943/10	31.12.11
CAMPMAQ/LLIMA/ELETROTÉCNICA	Manutenção Corretiva e Preventiva em aparelhos de ar condicionado do tipo split e janela – TRT e VT's	1455/10	29.11.11
CAMPO GRANDE COMERCIO DE PORTÕES AUTOMATIZADORES	Conjunto aumomatizador portão TRT	4540/10	03.02.12
CLAREAR	Serviço de limpeza e copeiragem	1275/08	13.08.11
CORREIO DO ESTADO	Assinatura anual do jornal Correio do Estado	1660/10	23.05.11
CORREIO DO ESTADO	Assinatura anual do jornal Correio do Estado	1195/11	22.05.12
DETRAN	Seguro obrigatório e emplacamento	13/11	31.12.11
DEDETIZAÇÃO	Dedetização prédio TRT 24ª Região	4221/11	31.12.11
ELEVADORES ATLAS	Manutenção preventiva e corretiva de elevadores - TRT e Fórum C. Grande	1156/09	16.06.11
ELEVADORES ATLAS	Manutenção preventiva e corretiva de elevadores - TRT e Fórum C. Grande	4463/10	16.06.12
EMBRATEL	Telefonia LDN – Interurbano	2281/10	07.10.11
EMBRATEL	Telefonia LOCAL – Três Lagoas/Ddos/CG-PABX	3512/08	22.10.11
EMBRATEL	Telefonia LOCAL – Três Lagoas/Ddos/CG-PABX	3007/10	03.03.12
ENERSUL	Energia elétrica - prédio do TRT	3742/06	22.10.11
ENERSUL	Energia elétrica - prédio do TRT	4279/11	22.10.12
FORTESUL	Serviço de vigilância - Foro CG.	326/09	31.07.11
H2L	Cópias e Digitalização	3345/08	28.10.12
ILSON ROSSINI VILANOVA	Vidros, acessórios e e mola hidráulica de piso	4944/10	31.12.11
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA	Seguro da frota do TRT	4423/10	17.03.12
MEGA SERV - LIMPEZA	Serviço de limpeza	494/11	13.07.12
SOPHO BUSINESS - PHILIPS	Manutenção mensal pabx TRT/Fórum CG	1147/09	16.04.12
PLANALTO - COPA	Serviço de copeiragem	494/11	13.07.11
PRO ALERTA	Monitoramento / manut. corretiva dos sistemas eletrônicos de segurança, das centrais e dos GRPS	2566/10	08.11.12
S. H. INFORMÁTICA	Gestão da frota de veículos do TRT	2465/08	24.09.12
SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA	Serviço de vigilância – TRT e Fórum CG	864/2011	31.07.12

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA ELÉTRICA PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011							
PERÍODO	MÊS	VENCTO	KWH	ILUM.PÚBLICA	BASE DE CÁLCULO	TRIBUTOS	LÍQUIDO
23.12 a 23.01	JAN	08.02.11	57.141	R\$ 138,90	R\$ 18.930,97	R\$ 976,68	R\$ 17.954,29
23.01 a 23.02	FEV	15.03.11	78.370	R\$ 138,90	R\$ 22.751,58	R\$ 1.200,19	R\$ 21.551,39
23.02 a 23.03	MAR	11.04.11	59.450	R\$ 138,90	R\$ 19.648,43	R\$ 1.018,65	R\$ 18.629,78
23.03 a 23.04	ABR	11.05.11	72.470	R\$ 152,76	R\$ 24.867,47	R\$ 1.506,52	R\$ 23.360,95
23.04 a 23.05	MAI	09.06.11	57.302	R\$ 165,76	R\$ 24.406,25	R\$ 1.490,43	R\$ 22.915,82
23.05 a 23.06	JUN	13.07.11	57.206	R\$ 165,76	R\$ 25.216,40	R\$ 1.537,83	R\$ 23.678,57
23.06 a 23.07	JUL	10.08.11	53.004	R\$ 165,76	R\$ 23.827,72	R\$ 1.456,59	R\$ 22.371,13
23.07 a 23.08	AGO	13.09.11	62.465	R\$ 165,76	R\$ 25.833,39	R\$ 1.573,92	R\$ 24.259,47
23.08 a 23.09	SET	14.10.11	70.214	R\$ 165,76	R\$ 27.944,11	R\$ 1.697,40	R\$ 26.246,71
23.09 a 23.10	OUT	10.11.11	66.565	R\$ 165,76	R\$ 26.685,72	R\$ 1.623,78	R\$ 25.061,94
23.10 a 23.11	NOV	12.12.11	68.698	R\$ 165,76	R\$ 26.623,54	R\$ 1.620,15	R\$ 25.003,39
23.11 a 23.12	DEZ	11.01.12	77.708	R\$ 165,76	R\$ 27.374,37	R\$ 1.664,07	R\$ 25.710,30
TOTAL			780.593	R\$ 1.895,54	R\$ 294.109,95	R\$ 17.366,21	R\$ 276.743,74
MÉDIA 12 MESES			65.049	R\$ 157,96	R\$ 24.509,16	R\$ 1.447,18	R\$ 23.061,98



SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Os serviços de segurança armada, monitoramento, cópias e digitalização, limpeza e copa são terceirizados.

SEGURANÇA ARMADA

O serviço de vigilância armada é realizado por empresa especializada nos prédios do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet e na sede do TRT. No prédio do Tribunal o serviço teve início no dia 1º de agosto de 2011, após a realização de novo certame.

No prédio do Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet o serviço é prestado 24 horas, envolvendo 4 funcionários. O contrato com a empresa Fortesul expirou em 31.07.2011, cujo valor mensal dos serviços era de R\$7.565,60. O novo contrato foi firmado com a empresa

Security Vigilância e Segurança Ltda, no valor mensal de R\$ \$ 8.975,56, com início no dia 1º de agosto de 2011.

No prédio sede do TRT o serviço de vigilância armada ocorre diariamente no período noturno, nos finais de semana e feriados o serviço é prestado 24 horas, com o valor mensal de R\$5.796,60.

MONITORAMENTO

O regional possui sistema de alarme por sensores de presença integrado com o sistema de cerca elétrica, controlados remotamente pela empresa Pró-Alerta, contratada para essa finalidade.

Os valores mensais em todo Regional estão abaixo relacionados:

Janeiro a Outubro de 2011

Local	Monit.	Loc.chip	Valor	Local	Monitor.	Loc. chip	Valor
Cpo Grande	R\$ 344,25	R\$ 30,00	R\$ 374,25	Fát.do Sul	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Fórum CG	R\$ 344,00	R\$ 30,00	R\$ 374,00	Jardim	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
F. Dourados	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	Mundo Novo	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
F. T. Lagoas	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	Navirai	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Amambaí	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	N.Andradina	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Aquidauana	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	Paranaíba	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Bataguassu	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	Ponta Porá	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Cassilândia	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	R. Brilhante	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Corumbá	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00	S.Gabriel	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00
Coxim	R\$ 475,00	R\$ 30,00	R\$ 505,00				

Novembro a Dezembro de 2011

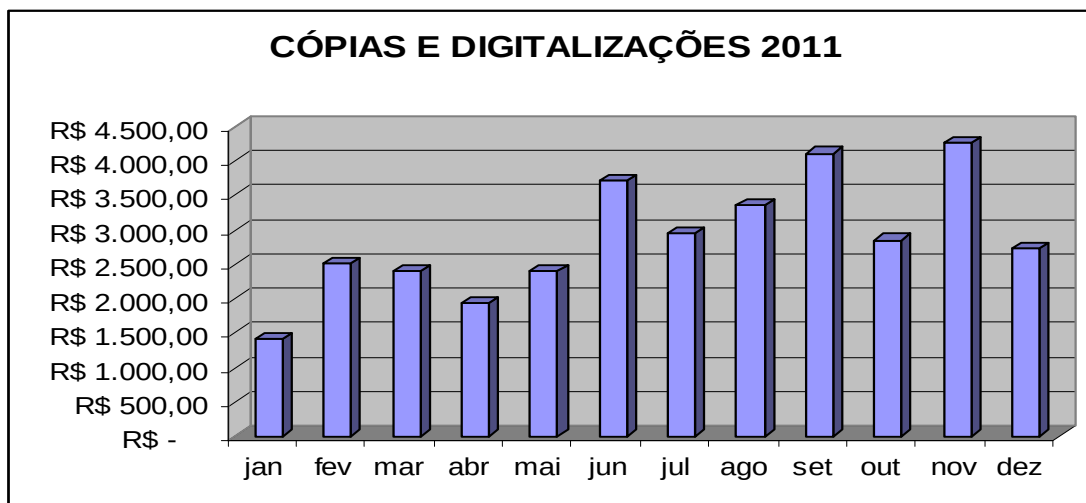
Local	Monit.	Loc.chip	Valor	Local	Monit.	Loc.chip	Valor
Cpo Gde	R\$ 369,41	R\$ 32,19	R\$ 401,60	F. do Sul	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
F. CG	R\$ 369,15	R\$ 32,19	R\$ 401,34	Jardim	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
F. Dourados	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	M. Novo	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
F.T. Lagoas	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	Navirai	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
Amambaí	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	N.Andradina	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
Aquidauana	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	Paranaíba	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
Bataguassu	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	Ponta Porá	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
Cassilândia	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	R. Brilhante	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
Corumbá	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91	S.Gabriel	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91
Coxim	R\$ 509,72	R\$ 32,19	R\$ 541,91				

FORNECIMENTO DE CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO

O serviço de cópias e digitalizações é realizado por empresa terceirizada H2L Equipamentos e Suprimentos, com disponibilização de 3 (três) funcionários para o prédio sede do TRT, sendo que 2 (dois) fazem a extração de cópias e 1 (um) realiza o serviço de digitalização de documentos na Diretoria de Cadastro Processual e na Diretoria de Recursos Humanos. No Foro Trabalhista de Campo Grande são disponibilizados 2 (dois) funcionários para o serviço de cópias. Os valores mensais estão abaixo relacionados:

QUANTITATIVOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
Total cópias com requisição Fórum e TRT	4.421	6.964	10.293	5.622	6.508	17.153
Total cópias de terceiros Fórum e TRT	10.636	15.457	14.544	10.783	15.263	16.488
Total de digitalizações TRT e Fórum com requisição	19.088	36.236	26.265	26.959	34.671	37.912
VALORES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
Valor das cópias c/requisição Fórum/TRT (x R\$ 0,11)	R\$ 486,31	R\$ 766,04	R\$ 1.132,23	R\$ 618,42	R\$ 715,88	R\$ 1.886,83
Valor das cópias de terceiros (x R\$0,18)	R\$ 1.914,48	R\$ 2.782,26	R\$ 2.617,92	R\$ 1.940,94	R\$ 2.747,34	R\$ 2.967,84
Valor de digitalizações c/requis. TRT/Fórum (xR\$0,05)	R\$ 954,40	R\$ 1.811,80	R\$ 1.313,25	R\$ 1.347,95	R\$ 1.733,55	R\$ 1.895,60
VALOR TOTAL - NF - Cópias e digitaliz. TRT/FORO	R\$ 1.440,71	R\$ 2.577,84	R\$ 2.445,48	R\$ 1.966,37	R\$ 2.449,43	R\$ 3.782,43
Desc.de 2% sobre cópia e digitalizações de terceiros	R\$ 38,29	R\$ 55,65	R\$ 52,36	R\$ 38,82	R\$ 54,95	R\$ 59,36
TOTAL PAGO (cópias+digitalizações-desconto)	R\$ 1.402,42	R\$ 2.522,19	R\$ 2.393,12	R\$ 1.927,55	R\$ 2.394,48	R\$ 3.723,07

QUANTITATIVOS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Total cópias com requisição Fórum e TRT	6.228	9.886	12.751	7.408	8.695	3.068
Total cópias de terceiros Fórum e TRT	17.447	16.652	21.935	13.938	12.744	6.284
Total de digitalizações TRT e Fórum com requisição	46.487	46.654	55.847	41.809	61.840	45.183
VALORES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Valor das cópias c/ requisição Fórum/TRT (x R\$ 0,11)	R\$ 685,08	R\$ 1.087,46	R\$ 1.402,61	R\$ 814,88	R\$ 1.026,01	R\$ 362,02
Valor das cópias de terceiros (x R\$0,18)	R\$ 3.140,46	R\$ 2.997,36	R\$ 3.948,30	R\$ 2.508,84	R\$ 2.293,92	R\$ 1.131,12
Valor de digitalizações c/requis. TRT/Fórum (xR\$0,05)	R\$ 2.324,35	R\$ 2.332,70	R\$ 2.792,35	R\$ 2.090,45	R\$ 3.277,52	R\$ 2.394,70
VALOR TOTAL - NF - Cópias e digitaliz. TRT/FORO	R\$ 3.009,43	R\$ 3.420,16	R\$ 4.194,96	R\$ 2.905,33	R\$ 4.303,53	R\$ 2.756,72
Desc.de 2% sobre cópia e digitalizações de terceiros	R\$ 62,81	R\$ 59,95	R\$ 78,97	R\$ 50,18	R\$ 45,88	R\$ 22,62
TOTAL PAGO(cópias+digitalizações-desconto)	R\$ 2.946,62	R\$ 3.360,21	R\$ 4.115,99	R\$ 2.855,15	R\$ 4.257,65	R\$ 2.734,10



SERVIÇO DE COPA

Serviço terceirizado a empresa Clarear, até o dia 13.08.2011 e a empresa Planalto, após o dia 15.08.2011, que envolve a preparação e fornecimento de café e chá, recolhimento e limpeza diária de garrafas, limpeza de frigobares, limpeza de utensílios de cozinha (pratos, talheres e copos), auxílio nas sessões realizadas no Tribunal Pleno, Presidência, Gabinetes de Desembargadores do Tribunal e Sala de Treinamento, Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, Fórum Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza (Dourados) e Fórum Trabalhista Stênio Congro (Três Lagoas).

Os serviços de copa são prestado por 10 (dez) funcionários, sendo 1 (uma) encarregada e mais 5 (cinco) no prédio sede do TRT, 2 (dois) no prédio do Fórum de Campo Grande, 1 (um) no Fórum de Dourados e 1 (um) no Fórum de Três Lagoas.

O consumo mensal de café, chá e açúcar relativo ao exercício 2011, estão abaixo relacionados:

CONSUMO DE CAFÉ, AÇÚCAR E CHÁ MATE – 2010

MÊS	CAFÉ	AÇÚCAR	CHÁ
JAN	110	80	120
FEV	120	94	340
MAR	120	96	320
ABR	80	104	160
MAI	130	130	400
JUN	100	102	250
JUL	150	120	320
AGO	140	120	300
SET	151	90	260
OUI	82	120	196
NOV	110	120	146
DEZ	92,5	90	53
TOTAL	1.385,5 quilos	1.266 quilos	2.865 caixas c/10 saches

SERVIÇO DE LIMPEZA

Serviço terceirizado à empresa Clarear, até o dia 13.08.2011 e a empresa Mega Serv, após o dia 15.08.2011, com fornecimento de mão-de-obra e material, para todo o Regional. Composto por 41 (quarenta e um) funcionários da empresa prestando serviços no Regional, sendo 1 (uma) encarregada e mais 12 (doze) funcionárias no TRT, 1 (uma) no Almoxarifado, 1 (uma) no Arquivo, 6 (seis) no Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet, 3 (três) no Fórum Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza (Dourados), e 2 (duas) no Fórum Trabalhista Stênio Congro (Três Lagoas) e 20 (vinte) nas Varas do Trabalho do Interior.

Os valores mensais estimados dos serviços no exercício de 2011 estão abaixo relacionados:

LOCAL	VALOR MENSAL ESTIMADO
TRT Sede (encarregada / copa) – (1)	R\$ 1.625,93
TRT Sede (copa) – (5)	R\$ 9.415,10
Fórum Trabalhista Campo Grande (copa) – (2)	R\$ 3.812,52
Fórum Trabalhista de Dourados (copa) – (1)	R\$ 1.883,38
Fórum Trabalhista de Três Lagoas (copa) – (1)	R\$ 1.691,25
TRT Sede (encarregada / limpeza) – (1)	R\$ 1.762,88
TRT Sede (limpeza) – (12)	R\$ 19.925,28
Fórum Trabalhista de Campo Grande (limpeza) – (6)	R\$ 10.284,06
Fórum Trabalhista Dourados (limpeza) – (3)	R\$ 4.819,44
Fórum Trabalhista Três Lagoas (limpeza) – (2)	R\$ 3.238,80
Arquivo (1)	R\$ 1.611,46
Almoxarifado (1)	R\$ 1.621,43
Amambaí (1)	R\$ 1.619,35
Aquidauana (1)	R\$ 1.494,44
Bataguassu (1)	R\$ 1.547,27
Cassilândia (1)	R\$ 1.500,88
Corumbá (1)	R\$ 1.721,46
Coxim (1)	R\$ 1.547,97
Fátima do Sul (1)	R\$ 1.536,72
Jardim (1)	R\$ 1.533,32
Mundo Novo (1)	R\$ 1.585,12
Naviraí (1)	R\$ 1.583,69
Nova Andradina (1)	R\$ 1.507,60
Paranaíba (1)	R\$ 1.548,93
Ponta Porã (1)	R\$ 1.631,82
Rio Brilhante (1)	R\$ 1.632,58
São Gabriel do Oeste (1)	R\$ 1.464,50

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Coube à Seção de Manutenção de Equipamentos zelar pelo funcionamento dos sistemas de som, equipamentos e máquinas em geral, bem como realizar reparos e consertos dos bens móveis do TRT e das Varas do Trabalho.

Principais atividades desenvolvidas pela seção

- Limpeza bimestral dos filtros dos aparelhos condicionadores de ar, instalados nos prédios do TRT da 24ª região e Fórum Trabalhista Senador Ramez Tebet;
- Conserto de aparelhos de telefone;
- Troca de aparelhos de ar condicionados;
- Instalação de bebedouros;

- Limpeza e lavagem de aparelho de ar condicionado;
- Acompanhamento da manutenção do PABX;
- Instalação de ramais telefônicos;
- Remoção de entulhos e materiais descartáveis;
- Manutenção da máquina de perfurar papel;
- Acompanhamento da manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar split;
- Auxílio na operação do aparelho de som na sala de cursos no andar térreo;
- Auxílio na operação do sistema de som da sala do Pleno interligado com a sala de treinamento;
- Confecção e reparos em mobiliários em geral;
- Montagem e/ou desmontagem de móveis.

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS

Coube à Seção de Manutenção de Prédio zelar pelo funcionamento dos serviços de luz, água, esgotos, instalações sanitárias, bem como reparos e consertos nos imóveis do TRT e das Varas do Trabalho;

- Realização de serviços de natureza hidráulica, elétrica, cabeamento de lógica, realização de reparos, pinturas;
- Auxílio no acompanhamento e fiscalização dos processos administrativos, receber e atestar as notas fiscais ligadas à Seção;

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO

- Colocação de tampões ou peças de ardósia nos pisos para fechamento de buracos de instalação elétrica;
- Acompanhamento na troca de vidros e colocação de insulfilme;
- Conserto da caixa de descarga de banheiros;
- Troca de lâmpadas fluorescentes e reatores;
- Conserto nos vazamentos de água detectados no sistema;
- Trocas de lâmpadas de emergências;
- Revisão e conserto de bóia da caixa d' água;
- Manutenção do telhado;
- Manutenção das instalações elétricas;
- Colocação e/ou retirada de divisórias em diversos setores e Diretorias do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

SETOR DE TELEFONIA

- Atualização de dados na central telefônica;
- Controle e expedição de ligações;
- Realização de ligações interurbanas;
- Entrega de faturas, conferência de valores; agrupamento de faturas por ramal;
- Acompanhamento do funcionamento do PABX;
- Comunicação para ressarcimento das ligações particulares;
- Orientação e acompanhamento perante a empresa contratada para manutenção da central.

SEÇÃO DE TRANSPORTE, PORTARIA E SEGURANÇA

A Seção de Transporte, Portaria e Segurança composta por agentes especializados coube empreender viagens e/ou saídas diárias, no atendimento das necessidades deste Regional com transporte de materiais, autoridades e servidores, conforme rotina de requisição, visando atender os diversos setores.

- Guardar, conservar e operar os veículos do Tribunal, zelando pela segurança e manutenção, providenciando a atualização de registros, licenças e emplacamentos;
- Fiscalização e acompanhamento na execução dos serviços pertinentes a seção;
- Auxílio no acompanhamento e fiscalização dos processos administrativos, receber e atestar as notas fiscais ligadas à Seção.

TRANSPORTES

- Transporte de Diários Oficiais e correspondências;
- Entrega de processos na Procuradoria Regional do Trabalho;
- Transporte de malotes;
- Envio de malotes à Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Realização de abastecimentos, lavagens, lubrificações, observadas as revisões com sugestões para troca de peças e acessórios;
- Organização da escala de plantão dos motoristas;
- Disponibilizar motoristas para atender às necessidades do transporte de pessoas e materiais, com fiscalização diária dos veículos e anotação das tarefas realizadas, da quilometragem e consumo de combustível;
- Atendimento às chamadas para transporte de autoridades, mediante escala de motoristas;
- Transporte de materiais;
- Guarda e conservação dos veículos;

- Envio de veículos para revisão preventiva e corretiva;
- Condução do ônibus para realização das audiências nas Varas Itinerantes ou perícias médicas;
- Realizou controle de multas impostas por infração das normas de trânsito;
- Auxiliou na gestão do sistema Tauruscard de controle da frota de veículos oficiais.

SEGURANÇA

- Vistoria diária do prédio sede do TRT após o encerramento do expediente, desligando aparelhos elétricos e alertando os chefes do ocorrido;
- Acompanhamento do relatório de controle de disparos do sistema de proteção e vigilância eletrônica neste Tribunal;
- Abertura e fechamento diariamente do prédio do Tribunal do Trabalho;
- Prestação de assistência na manutenção da ordem, disciplina e respeito durante os trabalhos de julgamento;
- Exercer vigilância do prédio durante seu funcionamento.

CONTROLE ANUAL DE QUILOMETRAGEM E CONSUMO DE COMBUSTÍVEL								
CAPITAL 2011								
VEÍCULO	PLACA	TIPO CAP/L	JANEIRO 2011	DEZEMBRO 2011	KM PERCORRIDO	TOTAL LITROS	MÉDIA	LOCAL
			KM INICIAL	KM FINAL			G/A/D	
Astra	JFP - 3744	G 60 L	58.848	60.125	1.277	175,6	7,3	TRT
Astra	JFP - 3754	G 60 L	54.521	56.136	1.615	248,8	6,5	TRT
Caminhão	HSH - 0341	D 150 L	66.197	81.106	14.909	2990,8	5,0	TRT
Corola	HQH - 9237	G 55 L	79.690	82.901	3.211	422,0	7,6	TRT
Corsa	HSH - 0743	A/G 47,8 L	33.648	45.284	11.636	930,6	12,5	TRT
Ducato	HTO - 2042	D 80 L	17	358	341	158,2	2,2	TRT
Gol	HQH - 9236	G 55 L	12.374	13.344	970	110,0	8,8	Fórum C. Grande
Gol	HQH - 9238	G 55 L	62.216	62.217	1	-	-	TRT
Gol	HQH - 9241	G 55 L	69.024	69.026	2	-	-	TRT
Gol	HQH - 9242	G 55 L	49.453	49.513	60	-	-	TRT
Hilux	HTO - 0340	G 80 L	38	8.664	8.626	1358,2	6,4	TRT
Marea	JPF - 2825	G 60 L	75.418	85.590	10.172	1143,3	8,9	TRT
Marea	JPF - 3205	G 60 L	46.101	50.484	4.383	555,0	7,9	TRT
Megane	HSH - 0836	G 60 L	49.681	56.383	6.702	1025,1	6,5	TRT
Montana	HSH - 0757	A/G 52,5 L	75.187	82.199	7.012	625,7	11,2	TRT
Ônibus	HQH - 9281	D 250 L	16.180	21.344	5.164	1331,8	3,9	TRT
Pálio	HQH - 9458	G 48 L	57.321	65.586	8.265	743,8	11,1	TRT
Pálio	HQH - 9459	G 48 L	91.359	93.226	1.867	207,4	9,0	TRT
Pálio	HQH - 9460	G 48 L	93.069	96.819	3.750	356,4	10,5	TRT
S-10	HSH - 0758	D 70 L	98.013	115.325	17.312	1783,4	9,7	TRT
S-10	HSH - 0759	D 70 L	59.122	74.595	15.473	1677,9	9,2	TRT
S-10	HSH - 0760	D 70 L	89.377	101.199	11.822	1357,6	8,7	TRT
S-10	HSH - 0762	D 70 L	46.136	60.539	14.403	1617,8	8,9	TRT
Saveiro	HQH - 9240	G 47 L	69.910	69.911	1	-	-	TRT
Strada	HQH - 9842	A/G 58 L	80.973	84.071	3.098	381,1	8,1	TRT
Strada	HQH - 9844	A/G 58 L	57.787	62.645	4.858	457,1	10,6	TRT
Strada	HQH - 9848	A/G 58 L	45.764	46.657	893	150,0	6,0	SMP/C. Grande
Uno	JFP - 3195	G 50 L	57.545	61.859	4.314	446,7	9,7	TRT

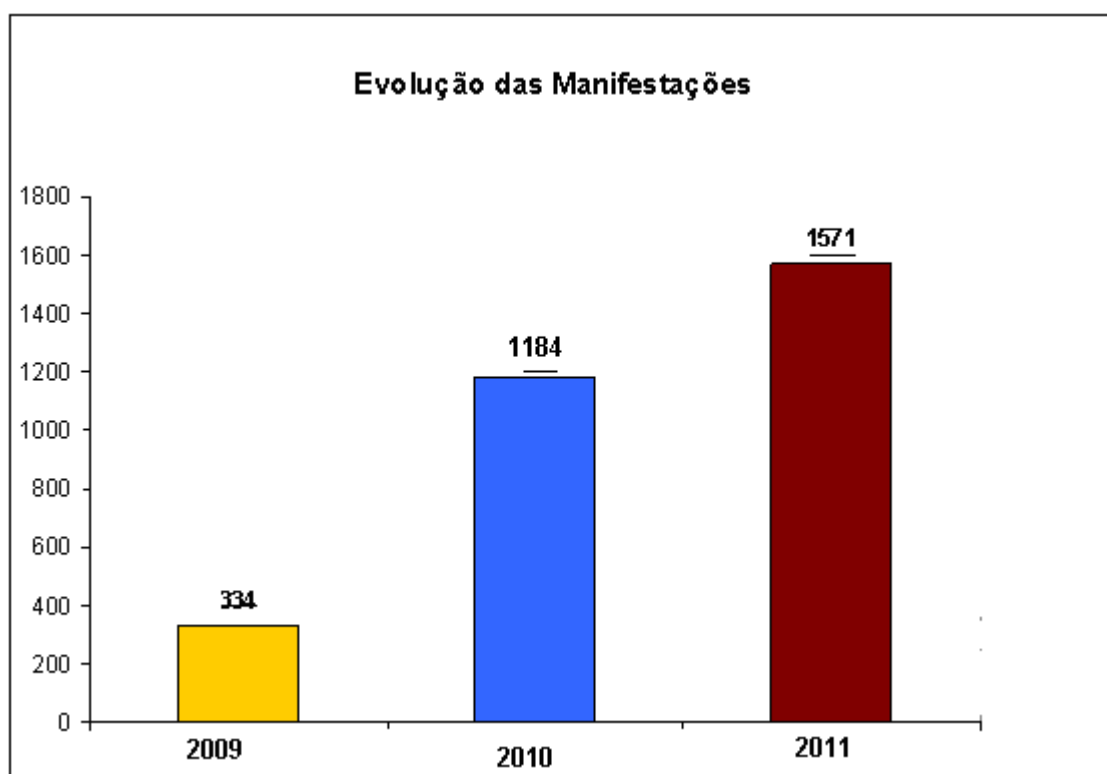
CONTROLE ANUAL DE QUILOMETRAGEM E CONSUMO DE COMBUSTÍVEL								
INTERIOR – 2011								
VEÍCULO	PLACA	TIPO CAP/L	JANEIRO 2011	DEZEMBRO 2011	KM PERCORRIDO	TOTAL LITROS	MÉDIA	LOCAL
			KM INICIAL	KM FINAL			G/A/D	
Hilux	HQH - 9239	D 60 L	129.443	135.335	5.892	596,3	9,9	Aquidauana
Hilux	HQH - 9339	D 60 L	65.785	79.533	13.748	1492,9	9,2	Coxim
Montana	HSH - 0756	A/G 52,5 L	42.629	51.867	9.238	800,2	11,5	Ponta Porã
Montana	HSH - 0763	A/G 52,5 L	3.316	3.594	278	45,7	6,1	Bataguassu
Montana	HSH - 0764	A/G 52,5 L	47.133	56.030	8.897	797,8	11,2	Rio Brilhante
Montana	HSH - 0765	A/G 52,5 L	26.107	32.006	5.899	596,7	9,9	Dourados
Ranger	HSH - 1237	D 67 L	71.339	88.846	17.507	1875,6	9,3	Jardim
Ranger	HSH - 2337	D 67 L	19.984	34.270	14.286	1491,6	9,6	Três Lagoas
Ranger	HSH - 2338	D 67 L	40.040	61.351	21.311	2089,8	10,2	N. Andradina
Ranger	HSH - 2339	D 67 L	26.798	36.818	10.020	1185,2	8,5	Dourados
Ranger	HTO - 1701	D 67 L	35	28.050	28.015	3220,3	8,7	S.G. D'Oeste
Ranger	HTO - 1704	D 67 L	36	11.565	11.529	1431,7	8,1	Cassilândia
S-10	HSH - 0761	D 70 L	12.359	15.258	2.899	301,5	9,6	Corumbá
Strada	HQH - 9843	A/G 58 L	36.827	44.108	7.281	712,5	10,2	Naviraí
Strada	HQH - 9845	A/G 58 L	47.215	50.592	3.377	284,7	11,9	Fátima do Sul
Strada	HQH - 9846	A/G 58 L	54.425	63.338	8.913	627,4	14,2	Paranaíba
Strada	HQH - 9847	A/G 58 L	66.358	71.165	4.807	437,6	11,0	Amambai

OUVIDORIA JUDICIÁRIA

A Ouvidoria Judiciária, criada por meio da Resolução Administrativa n. 12, de 31.3.2005, tem a finalidade de atuar como representante dos jurisdicionados, advogados, juízes, servidores e usuários dos serviços prestados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, funcionando como um canal direto de comunicação com a Presidência desta Corte.

Através da RA 72/2010, publicada em 28.09.2010, foi aprovada a atualização do Regulamento Geral, que inclui a Ouvidoria na Estrutura Organizacional deste Tribunal.

Ano a ano há uma evolução no número de manifestações recebidas, conforme se infere do gráfico abaixo:

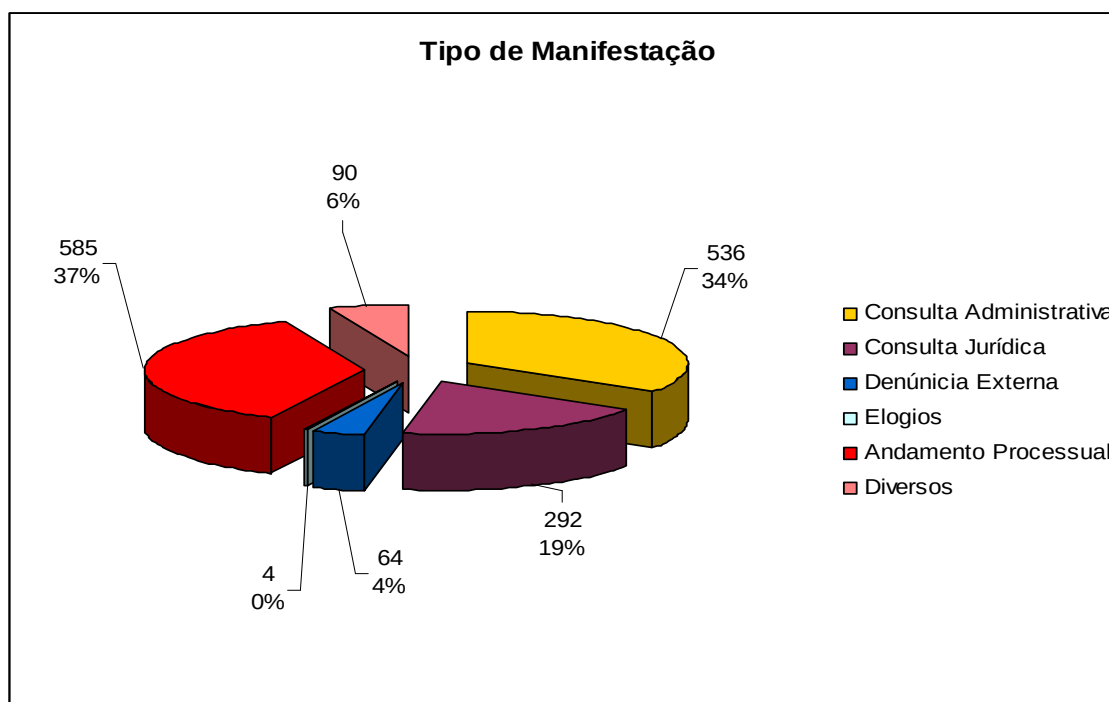


À Ouvidoria compete, fundamentalmente, receber manifestações dos juízes, servidores (ativos e inativos), pensionistas, jurisdicionados, advogados e usuários desta Justiça, que contenham reclamações, denúncias, críticas, elogios, sugestões, consultas ou pedidos de informações sobre quaisquer atos praticados ou de responsabilidade das unidades integrantes deste Tribunal, inclusive superiores hierárquicos.

A Ouvidoria encaminha aos setores competentes as manifestações recebidas, visando apurar e encontrar soluções satisfatórias, de cujo teor o

manifestante deve ser informado, com clareza e objetividade, no menor tempo possível.

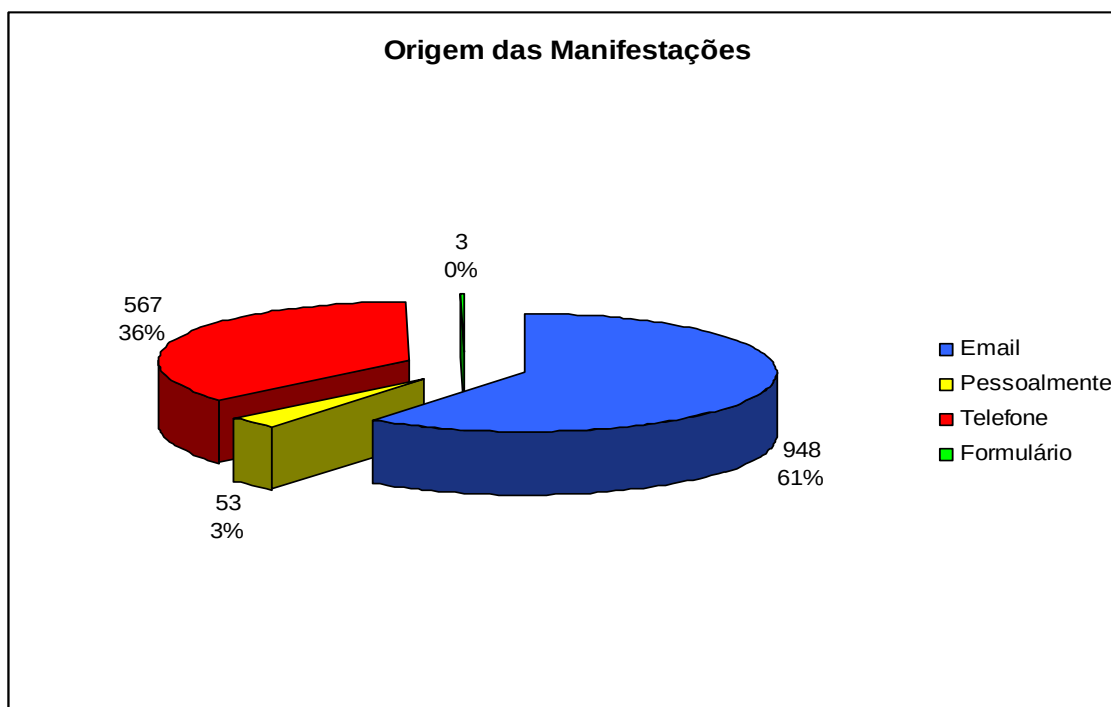
No ano de 2011, a Ouvidoria recebeu um total de **1.571 (hum mil quinhentos e setenta e um)** ocorrências, um acréscimo aproximado de 32% na demanda em comparação com o ano de 2010. Abaixo detalhamento por tipo de manifestação:



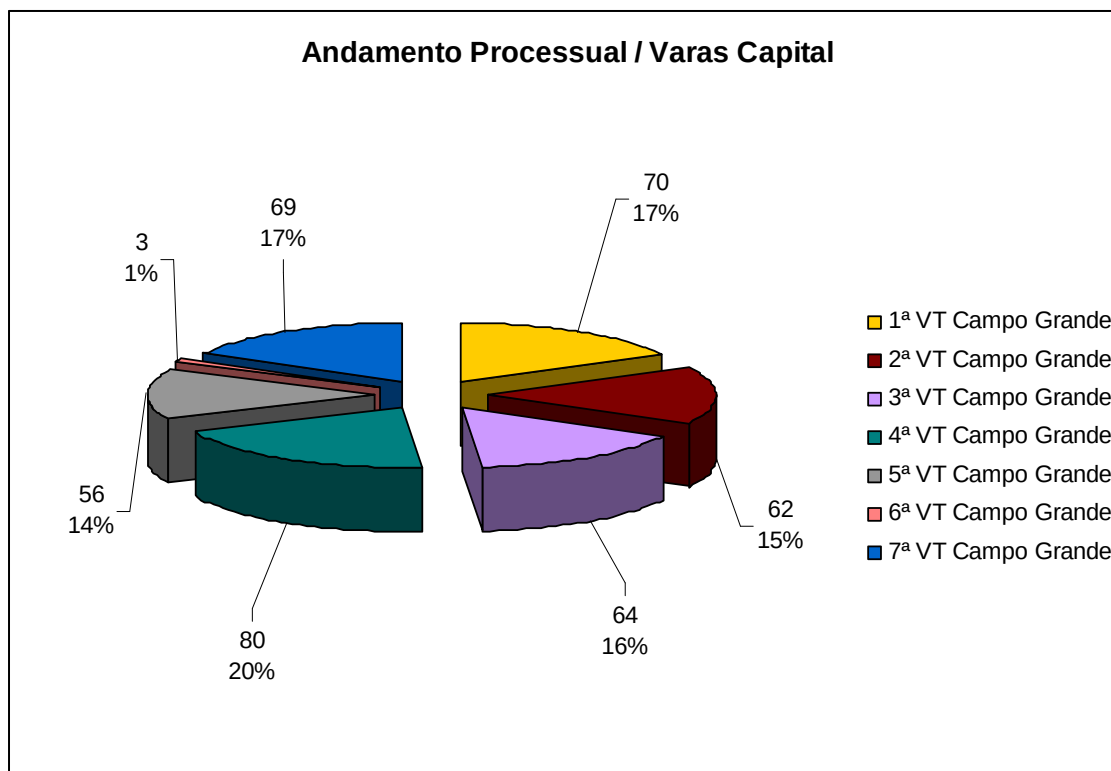
Assuntos fora da competência desta Especializada, denominada denúncia externa, o jurisdicionado é orientado a buscar o Órgão competente, sendo-lhe informado o telefone de contato, email e, quando necessário, o endereço.

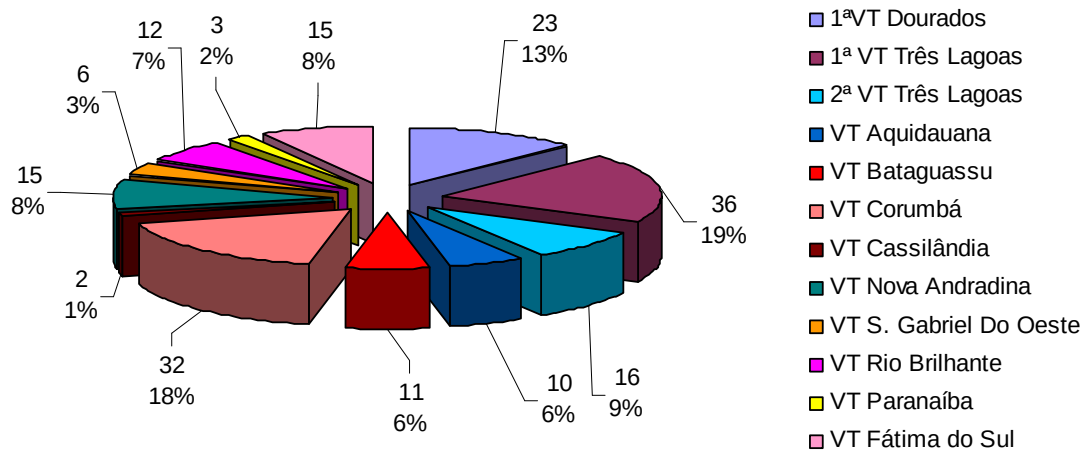
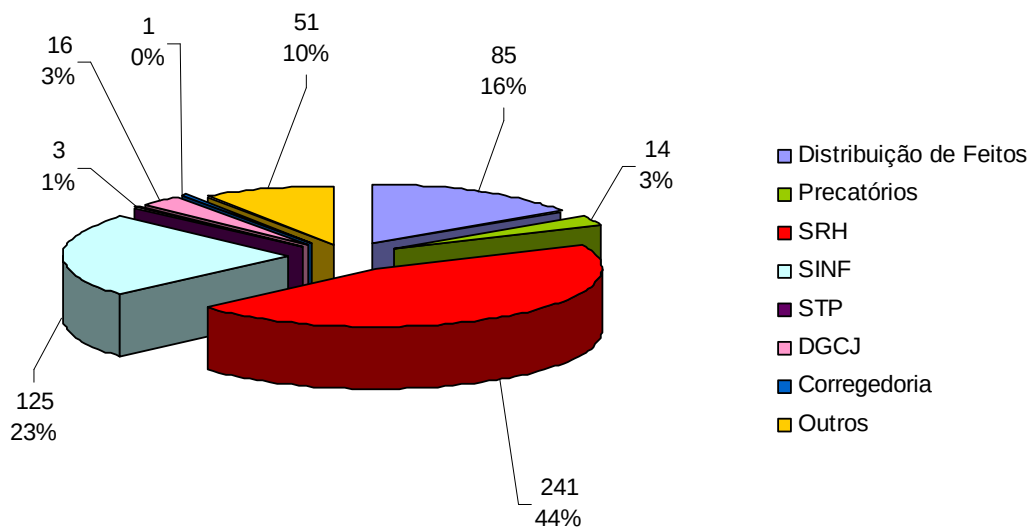
Observa-se no gráfico acima que as duas maiores demandas foram de “andamento processual” (onde se enquadram o andamento propriamente dito, a reclamação sobre demora no andamento, a inacessibilidade do jurisdicionado às informações do seu processo, o desconhecimento dos termos jurídicos, entre outros) e “consultas administrativas” (que compreendem as manifestações adstritas à Secretaria de Informática, Serviço de Recursos Humanos, Distribuição de Feitos, Precatórios, Mandados Judiciais, entre outros). Quanto ao “andamento processual”, observou-se que no ano de 2011 a demanda maior foi em relação a dúvidas e não reclamação quanto à demora no julgamento ou nos lançamentos relativos ao processo.

A seguir detalhamento da forma de acesso a esta Ouvidoria:



Nos gráficos que seguem, tem-se a demanda de manifestações por Vara do Trabalho (Capital e interior) e as da área Administrativa.



Andamento Processual / Varas Interior**Encaminhamento das Consultas Administrativas**

Ressalta-se que todas as manifestações recebidas foram devidamente encaminhadas, respondidas e não há qualquer pendência a registrar.

Compete ainda à Ouvidoria, sugerir a adoção de medidas para a anulação ou correção de atos contrários à lei, a prevenção de falhas e omissões na prestação do serviço, bem como sugerir políticas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, com base nas manifestações recebidas.

Assim, ratificamos as sugestões feitas no relatório anual de 2010 e no terceiro trimestre de 2011 relativas aos seguintes tópicos:

SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAMENTO

ATENDIMENTO EXTERNO

CARGA RÁPIDA

Analisando as manifestações recebidas dos advogados consultamos alguns Diretores de Varas sobre os procedimentos adotados para concessão de carga rápida. Verificamos que não há uma uniformidade de procedimentos, o que gera um descontentamento por parte do jurisdicionado. Alega-se que não há um procedimento padrão orientado pelo Tribunal que poderia respaldar o critério de liberação dos autos pelo Diretor.

Além do mais, há uma dificuldade enfrentada pelos Diretores que não têm como fazer um controle (via sistema) dessas cargas. Quando elas ocorrem devem ser controladas por anotações manuais (o sistema não prevê). Esse procedimento pode dar margem a erro e um risco de extravio de Processo que precisa de um controle paralelo e não é padronizado.

Sugerimos que seja feita uma regulamentação pela Corregedoria para orientar quanto aos procedimentos da carga rápida. O processo virtual irá acabar com esse problema, mas até que isso ocorra é necessário que alguma providência seja tomada.

LANÇAMENTO DE AJUSTE DO ANDAMENTO DE PROCESSO NO SISTEMA JUDICE

Em contato com o Setor responsável pela aplicação das Tabelas do CNJ, obtivemos a informação que todos os movimentos constantes da referida Tabela devem ter publicidade. Ocorre que, os lançamentos de ajuste de movimentação (meramente de caráter interno) têm provocado questionamentos dos jurisdicionados pois geram a falsa ideia de alteração no rito processual. Como são procedimentos meramente administrativos, sugerimos que seja argumentado ao CNJ acerca da necessidade dessas publicações.

ANDAMENTOS PROCESSUAIS

Verificamos que existem muitos casos de andamentos/decisões no Sistema Judice que não estão liberados. Encontramos decisões que ficam mais de um ano bloqueadas no sistema (o servidor lança e esquece-se de desbloquear/liberar).

A parte interessada, mesmo com acesso aos andamentos no site, não visualiza aqueles que não foram liberados e, sem o conhecimento do andamento, acaba reclamando do atraso. A maioria desses casos é resolvida com a simples liberação dos andamentos no sistema, porque o questionamento é justamente sobre aquele procedimento que o interessado não consegue visualizar no site. Isso gera uma demanda desnecessária dessa Ouvidoria e passa ao jurisdicionado uma impressão de que o seu processo está parado.